

CIBEC/INEP



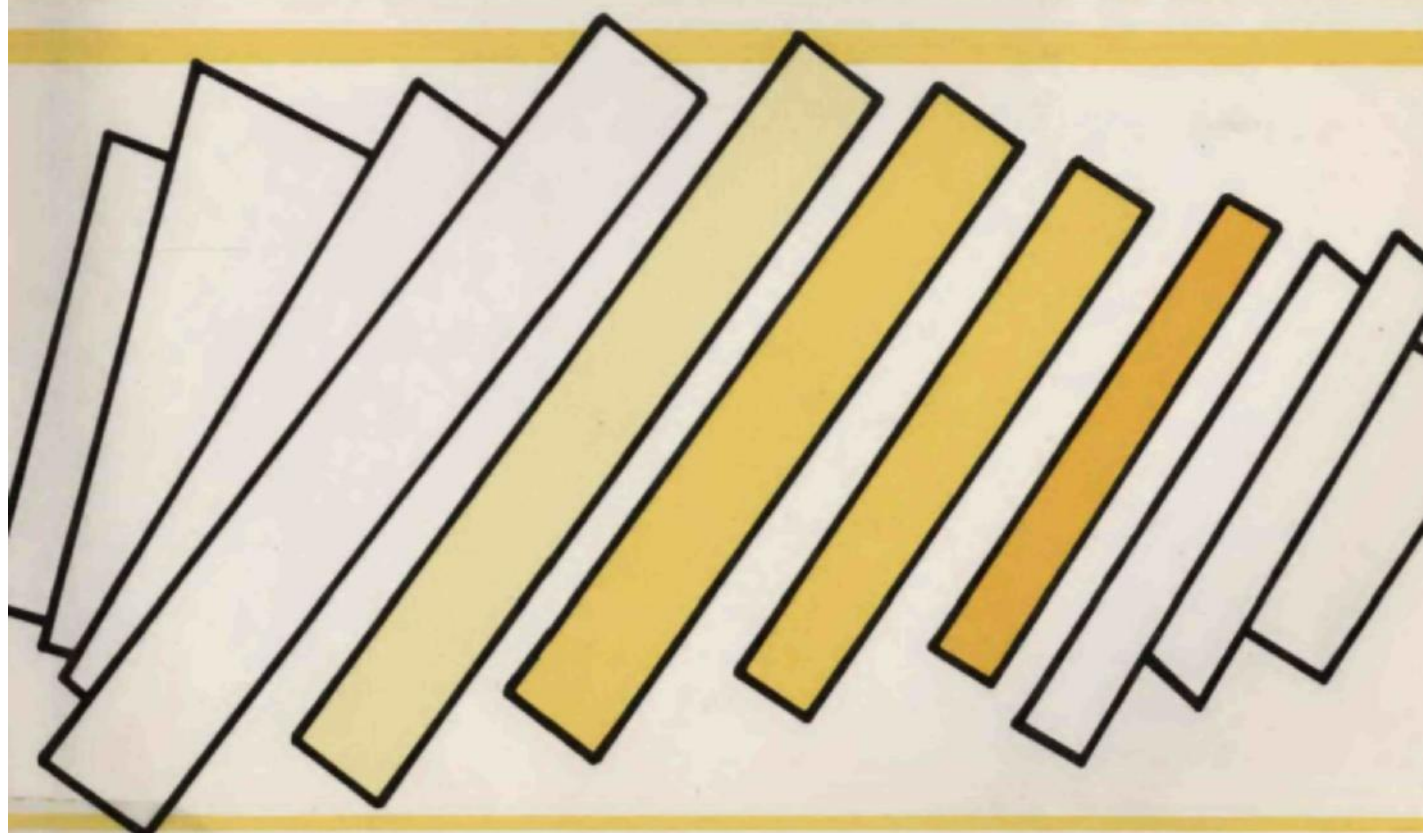
B0030029

MULHER E EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL: ESTADO DA ARTE E BIBLIOGRAFIA

Fúlvia Rosemberg

Edith Pompeu Piza

Thereza Montenegro



055.2

reduc

INEP

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministro da Educação
Carlos Chiarelli

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Diretor
João Ferreira

Coordenadora de Pesquisa
Marisa Vieira

Coordenadora de Divulgação e Informações Bibliográficas
Samira Abrahão Rodrigues Pinheiro

Serviço de Divulgação de Estudos e Pesquisas em Educação
Sílvia Maria Galliac Saavedra

Serviço de Informações Bibliográficas em Educação
Marisa Perrone Campos Rocha

Capa
Fernando Rabello Costa

Coordenador-Geral da REDUC
Luis Brahm Menge

INEP
Coordenadoria de Divulgação e Informações Bibliográficas Serviço de
Divulgação de Estudos e Pesquisas em Educação Caixa Postal 04/0366
70312-Brasília - DF Fone:(061) 348-2570

SUMÁRIO

1ª PARTE - ESTADO DA ARTE

1 Apresentação.....	1
2 História.....	15
3 Escolaridade.....	32
4 Trabalho.....	64
5 Corpo.....	120
6 Conclusão.....	167
7 Referências Bibliográficas.....	168

2ª PARTE - BIBLIOGRAFIA

1 Apresentação e Procedimentos.....	186
2 Listas Anexas.....	188
3 Listagens Bibliográficas.....	193

PRIMEIRA PARTE

ESTADO DA ARTE

1 APRESENTAÇÃO

Este texto se propõe a efetuar um balanço crítico da produção acadêmica sobre mulher e educação formal no Brasil, apoiada em levantamento bibliográfico que cobriu o período 1975-1989 (1).

Procuramos, ao realizar este trabalho, dar continuidade a estudos anteriormente elaborados no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas: **a Bibliografia Anotada sobre a Mulher Brasileira** (FCC, 1979 e 1981), em especial o capítulo sobre educação; as pesquisas que realizamos, em diferentes momentos, sobre educação da mulher (Rosemberg, 1975; Rosemberg et al., 1982; Rosemberg & Pinto, 1985).

Apesar da continuidade entre o passado e o presente, este trabalho não se constitui apenas na atualização do antigo. A equipe contou com o apoio de novas pesquisadoras, cuja formação está se dando em outros tempos: as expectativas e aspirações são outras.

Os primeiros textos, publicados na virada da década, foram realizados em momento cuja preocupação maior consistia em tematizar questões relativas à mulher, tentando estabelecer uma ponte entre atividade acadêmica e militante: dar visibilidade e buscar legitimidade acadêmica aos estudos sobre mulher; denunciar as discriminações a que "éramos submetidas" (o não distanciamento entre eu pesquisadora e ela mulher marcaram procedimentos e estilos naquele período, daí as aspas); sugerir alternativas para políticas públicas e participar da sensibilização e mobilização das mulheres visando a construção de uma educação não sexista.

Um fenômeno característico dos centros urbanos brasileiros, talvez não tão evidentes alhures, é a transformação de profissionais em "especialistas", principalmente quando respondem às chamadas da mídia, dos grupos organizados, das instâncias governamentais, dos pares. Uma boa parte do seu tempo é canalizada para atividades públicas tão diversificadas quanto compor um júri para exame de tese, apresentar e discutir pesquisas em congressos científicos nacionais ou internacionais, depor em Comissões de Inquérito propostas pelo poder legislativo, fazer uma palestra para sindicalistas, professor(as), estudantes, pais.

(1) Os procedimentos empregados para a localização das referências bibliográficas encontram-se na introdução da bibliografia. É necessário, porém, avançar que os limites temporais não foram rigidamente obedecidos para que se pudesse trazer para o texto aqueles trabalhos que, por sua originalidade, excepcionalidade ou pioneirismo contribuíram para o aprofundamento da reflexão.

Estas atividades polimorfas, ao lado da literatura especializada, e das próprias pesquisas em que se envolve, permitem que se apreenda quais idéias estão circulando, em que meios, que impacto causam as próprias reflexões sobre interlocutores tão diversificados. Por exemplo, participar de um grupo de trabalho da APEOESP (Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo) sobre Educação da Mulher pode revelar o estigma que recai sobre certas professoras quando optam por discutir este tema; conversar com o presidente de um sindicato de professores pode mostrar o distanciamento de sua preocupação com creches para filhos(as) de professores(as); elaborar pareceres sobre projetos para agências financiadoras de pesquisa pode mostrar a restrita bibliografia em que se apoiam. Os textos sobre educação da mulher, apesar de boa parte provir de dissertações, teses e pesquisas acadêmicas, foram também elaborados para dialogar com diferentes interlocutores, acarretando-lhes diversidade de ênfases, estilos e profundidade na análise. Por vezes, fez-se necessário repetir formulações que, em outros contextos, e para outros interlocutores, seriam ultrapassadas.

Possivelmente em decorrência desta variedade dos contextos de produção dos textos sobre educação da mulher, ainda, na virada da década, a circulação de idéias sobre o tema pareceu-nos bastante incipiente: idéias apresentadas em comunicações que não se aprofundaram, ou não deram origem a textos finais; pouco material contendo reflexões críticas instigantes, que permitissem avançar o debate como parecia ocorrer em outras áreas. A sofisticação e pertinência dos debates teóricos a respeito do caráter produtivo do trabalho doméstico, capaz de abrir espaço em revistas prestigiadas como a *New Left Review* ou os *Cadernos do CEBRAP*, eram paradigmas que não conseguíamos imitar ou encontrar.

Em educação - disciplina feminina e pouco prezada na hierarquia acadêmica - alguns interlocutores ainda se respaldam em enfoques naturalizantes ou, se de formação marxista, dificilmente aceitam pensar a educação também sob a perspectiva das relações de gênero. E mais: as primeiras análises empíricas, a partir de dados macroscópicos, apontavam para um sistema educacional aparentemente não discriminatório, pois as mulheres eram tão numerosas quanto os homens, apresentando mesmo, por vezes, melhor aproveitamento escolar. Esta constatação engendrou uma série de reações que, de certa forma, orientaram parte das produções na área: passividade (não há nada mais a se estudar pois não há denúncia a ser feita); negação (alguns trabalhos, ainda na década de 80, produzidos em outras áreas continuavam a afirmar que o sis-

tema de ensino brasileiro interpunha barreiras mais acentuadas ao acesso das mulheres); denunciar a escola como reprodutora da ideologia dominante; Ir à busca do específico feminino para dar-lhe visibilidade. E, durante certo tempo, ficamos por aqui, apoiadas na Simone de Beauvoir do Segundo Sexo e em Elena Belotti (bibliografia, como afirma Tina Amado, onipresente e exclusiva ainda em várias regiões do país), ignorando a reflexão que vinha sendo construída em outros países, onde categorias como relações de gênero, família patriarcal, trabalho doméstico eram incluídas em textos sobre educação, e não apenas em pesquisas sobre educação da mulher (1). Gradativamente porém, na segunda metade da década de 60, principalmente através da Faculdade de Educação da UFRGS, novos(as) autores(as) começam a ser introduzidos(as), o que permite uma postura mais crítica frente aos rumos da produção brasileira, e à formulação de novas aspirações.

Este balanço que ora efetuamos da produção acadêmica sobre educação e mulher, cobrindo o período de 1975-1989, deve partir do estudo pioneiro de Elba de Sá Barrotto (1961) que analisa a produção brasileira anterior a 1975.

Nesta síntese, o foco, para o qual converge a atenção da autora, é a educação feminina no que apresenta de particular seja no plano factual ou descritivo, seja na argumentação filosófico-ética que orientava propostas educacionais para mulheres, seja, ainda, na tentativa de compreensão da especificidade de sua trajetória escolar. Logo de início, no parágrafo introdutório, a autora explicita a intenção do estudo e as tendências observadas: "Na Bibliografia arrolada encontram-se textos que possibilitam apreciar a educação feminina sobretudo a partir de dois prismas: uma perspectiva histórica e uma abordagem empírica, de situações temporal e socialmente restritas. Raros, porém, são os trabalhos que procuram conciliar os dois enfoques, tentando entender a condição feminina de maneira integrada e referida ao contexto mais global da sociedade em que ela se insere" (Barrotto, 1981, p. 211).

Parte importante da síntese é destinada a destacar as justificativas ou explicações para as diferenças de trajetórias escolares de homens e mulheres: as de natureza biológica; as de caráter psicológico, onde não se alardeia a superioridade masculina mas a existência de "atributos

(1) Para que se tenha uma idéia concreta da pobreza bibliográfica, Vera R. A. Canuto (1988) assinala que, afora o livro de Silke Weber sobre aspirações educacionais, no fichário de assuntos mulher-educação da UFPe, encontrou apenas referências sobre economia doméstica.

distintos" que mantêm o caráter normal da diferença (aqui é incluída toda a produção que menciona os conceitos de vocação e aspiração que orientaram uma vasta produção psicológica nas décadas de 50 e 60). No final, a autora aponta as incipientes análises sociológicas que "Têm-se proposto a explicar a especificidade da participação feminina na sociedade contemporânea com a dupla determinação da condição de classe e de sexo. Na tentativa de fazer a ponte entre a percepção do nível das consciências Individuais e as estruturas da sociedade, intenta-se denunciar o dúbio uso da ideologia de participação da mulher na sociedade, ora como mãe e dona de casa, ora como trabalhadora. Ela permite que o fator sexo seja mais um artifício que a sociedade manipula para absorver profissionalmente maior ou menor quantidade de mulheres no momento em que isso se faz necessário. Os fatores culturais e os processos de socialização, em oposição aos componentes naturais e orgânicos, têm sido também privilegiados, sobretudo pela Psicologia e pela Sociologia, como tentativas de esclarecer os mecanismos que levam à produção do modelo dominante" (Barreno, 1981, p. 226). Grande parte dos textos publicados no período que ora analisamos podem ser incorporados a esta última tendência detectada por Elba de Sá Berretto. Porém, nossa expectativa vai além daquela possível na época de realização da *Bibliografia Anotada Sobre a Mulher Brasileira*. Tentamos captar, também, em que medida estudos e pesquisas conseguem integrar os conhecimentos acumulados nas duas áreas: a de educação e a de estudos sobre a mulher. Portanto, ao lado de rastrear tendências efetivamente presentes na bibliografia consultada, este estado da arte, apesar do título, "mulher e educação formal", foi à busca de traços de uma inovação epistemológica possível, isto é, tentou desvelar estudos que analisassem a educação também numa perspectiva de relações de gênero.

Esta inovação epistemológica aspira a que os sexos não sejam tratados como variáveis naturalizadas ou independentes, mas que a análise das relações de gênero, isto é, de relações socialmente construídas no contexto de sociedades patriarcais a partir de atributos sexuais (1), permita, junto com a análise das outras subordinações sociais (classe, raça, idade), abrir uma nova perspectiva para se compreender a educação.

Quando insistimos neste novo enfoque, estamos chamando a atenção, como faz Madeline

(1) *A discussão sobre o conceito relações de gênero produziu extensa literatura. cf. Joan W. Scott (1986) e Bleichmar (1985).*

Arnot (1984) sobre a natureza totalizante das desigualdades sociais e seu efeito Interativo. A compreensão da educação numa sociedade de classes, sob a ótica das relações de gênero, determina que novas categorias de análise emergjam ou recebam outra ênfase, como por exemplo a família e o trabalho doméstico.

Na apresentação de um número especial do *Journal of Education* (1984) sobre "Gender, Class and Schooling", Barbara Gomes salienta, entre outras, duas direções para as quais os textos apontam: a necessidade de rever as relações entre escola, trabalho e família e as contradições ideológicas que alunos e alunas enfrentam no cotidiano escolar e familiar.

O destaque destes dois pontos - que remetem a dois artigos considerados clássicos no hemisfério norte - deve-se a ausência, possivelmente quase que absoluta, deste tipo de reflexão na literatura brasileira. Madeline Arnot (1984) critica a Teoria da Economia Política em educação pela separação que efetua entre as esferas pública e privada. A esfera pública é definida pelo trabalho, identificado apenas com o trabalho assalariado e focalizando a vida pública dos homens. "As experiências vividas pelas mulheres, que também compõem uma parte da vida pública (...), são consideradas como pertencentes ao setor privado. Os homens também têm vida privada, papéis e relações que constituem esta vida, mas que não são incluídos nas análises teóricas de suas experiências vividas" (p. 1).

Arnot faz uma observação pontual para enfatizar o quanto as reflexões dos chamados teóricos neomarxistas em educação se utilizam apenas do paradigma do trabalho assalariado: sua pouca atenção às crianças da escola elementar (seus estudos empíricos geralmente focalizam adolescentes frequentando a escola secundária), pois, nestes países, estas crianças estão muito distantes do trabalho assalariado. Tal observação vale, também, para a bibliografia brasileira: a não ser para analisar a relação professor(a)-aluno(a), e o sexismo em livros de leitura, pouco se escreveu sobre a educação de meninos e meninas na pré-escola ou no 1º Grau. É como se o campo de estudos sobre estes graus escolares fosse delimitado pela imagem de "crianças esponja": o importante é conhecer quem determina os altos índices de expulsão e repetência (pesquisas sobre magistério) e como "se faz a cabeça da criança" (pesquisas sobre ideologia). A criança é vista como uma massa amorfa distante da imagem de mensageira (gobetween) entre a cultura escolar e familiar, como saliente Arnot (1984).

Essa imagem amorfa de estudante, de professor(a), de família - onde não há espaço para

explicitação de conflitos - marca, de modo geral a bibliografia (1).

é verdade: as teorias de conflito tiveram seus seguidores no Brasil. Numa revisão recente sobre "Influências teóricas no ensino e currículo no Brasil" Tereza Roserley (Rose) N. da Silva (1989) assinala a entrada de autores que fazem a crítica às teorias reprodutivistas (as de Baudelot e Establet; Bourdieu e Passeron) e os aportes de Bowles e Gintis há pouco tempo introduzidos no Brasil. "No esforço de mostrar que o papel do sistema educacional é o de reproduzir a desigualdade social, os neomarxistas propõem um quadro teórico que sugere um entrosamento perfeito entre a escola e as outras instituições sociais. Há, nessa perspectiva, uma ligação estreita entre família-escola-trabalho, que contribui para reproduzir a desigualdade, sob um sistema tão dominante e autoperpetuador, que se acaba questionando a possibilidade de ocorrência de qualquer mudança. Porém, uma vez que as mudanças ocorrem, os neomarxistas acrescentam em suas análises a noção de que a estrutura educacional resulta de disputas políticas e ideológicas entre diferentes classes sociais. Para superar e enfrentar o problema da mudança em educação, alguns marxistas introduzem em suas análises o conceito de contradição, num esforço de fornecer uma explicação teórica adequada ao papel simultaneamente reprodutor e transformador da educação escolar" (Silva, 1989, p. 17).

Silva cita que autores como Dermeval Saviani, Guiomar Namó de Mello, Vanilda Paiva, Carlos Roberto Cury, Neidson Rodrigues são adeptos desta corrente de pensamento. Porém, se as teorias do conflito permearam algumas das produções brasileiras, quando sua mirada se volta para o macro-estrutural, ou quando se volta para o micro-estrutural (atualmente através dos estudos sobre cotidiano escolar), as contradições e os conflitos para os quais geralmente estão atentas são os de classe, ignorando contradições e conflitos de gênero, raça e idade.

A mesma crítica é formulada por Henry Giroux (1983) quando apresenta avanços e limites das teorias de resistência norte-americanas e europeias: terem sido poucas as tentativas "para situar a análise da resistência em estudos que focalizam problemas de discriminação de sexo e raça. como Arnot (1981), McRobbie (1980), Walkerdine (1981) e outros têm indicado, os estudos

(1) Alguns textos sobre educação e mulher escapam a esta rotulação. Destacamos a tese de doutoramento de Maria Malta Campos (1982) sobre a luta das mães de um bairro da periferia de São Paulo pela construção de escolas; a tese de Nara M. G. Bernardes (1989) sobre a construção de identidade e autonomia entre crianças de 1º Grau de uma vila na periferia de São Paulo; a tese de Guacira Louro (1985) sobre as alunas de uma escola normal modelo em Porto Alegre.

de resistência geralmente ignoram a mulher e questões referentes à discriminação sexual e concentram-se principalmente em homens e classe social ao analisar os temas de dominação, luta e escolarização. com respeito à discriminação sexual, Isto significa que as mulheres, nesses estudos, ou são ignoradas ou, quando incluídas, o são somente em termos nos quais ecoam os sentimentos de grupos contra-culturais masculinos que estão sendo analisados. Isto levanta diversos problemas significativos que futuros trabalhos devem enfrentar. Por um lado, tais estudos têm falhado em apreender a noção de patriarcado como uma instância de dominação que atravessa vários espaços sociais, bem como uma instância de dominação mediadora entre homens e mulheres, entre as diferentes classes sociais e no interior de cada uma. Por outro lado, esses estudos não contêm espaço teórico para explorar modos de resistência que são específicos dos processos de discriminação racial e de sexo, inclusive como aqueles que servem de mediação nas divisões sociais e sexuais do trabalho dentro dos vários espaços sociais incluindo a escola" (p. 53-54). Giroux acaba este comentário salientando que, ironicamente, muitos dos trabalhos neomarxistas, comprometidos com preocupação emancipadora, acabam por contribuir para a reprodução de "práticas e atitudes sexistas". É possível, no entanto, encontrar, na produção norte-americana e europeia, autores(as) que escapam a esta crítica contundente de Giroux. É relativamente pequena, ainda, a divulgação de autores como McRobbie (1978), Anyon (1984),

Arnot (1984), Weiler (1988), Weis (1988), Apple (1989), Enguita (1989), que focalizam a interação entre as múltiplas contradições que estruturam as relações sociais. Jean Anyon (1984) é uma destas autoras que procura evidenciar que, para meninas estudantes, o desenvolvimento de identidade de gênero implica numa série de tentativas para enfrentar - e resolver - mensagens sociais contraditórias relacionadas ao que devem fazer e ser. Nesta perspectiva, a construção de identidade de gênero envolve respostas ativas - da acomodação à resistência - às contradições sociais. Referindo-se a estudo semelhante realizado por Angela McRobbie (1978), Apple (1989) afirma: "A questão aqui não é apenas a de reconhecer a importância de uma perspectiva feminista no processo de pôr tudo isso a descoberto; nem é a de mencionar ocasionalmente as mulheres na análise que fazemos do papel da educação na reprodução das relações de classe. Em vez disso, uma formação social precisa ser compreendida como sendo constituída - isto é, como sendo ativamente constituída - sobre os fundamentos das relações tanto de gênero quanto de classe.

Os dois, classe e gênero, não são separados, mas articulados" (Apple, 1989, p. 129). No Brasil, apenas algumas pesquisas recentes em educação estão atentas para este enfoque. A tese de doutoramento de Guacira Lopes Louro (1985 e 1986) sobre o Instituto de Educação de Porto Alegre constitui um exemplo a ser destacado. Procurando compreender a vida de alunas e professoras nesta instituição, por um longo período, a autora vai resgatando conflitos e formas de lidar com eles, em seu processo de construção. Logo de início Guacira Louro problematiza o chavão reprodutivista, explicitando a extensão de sua proposta: "observar a posição que historicamente a escola brasileira assumiu neste embate de interesses opostos é tarefa absolutamente fácil. A resposta seria que a escola ajudou a consagrar os tradicionais papéis femininos - o que é provavelmente parte da verdade, mas não toda a verdade. Parece ser necessário ir além desta resposta imediata, ir além da aparência" (1986, p. 26). E a autora, minuciosamente, vai desvelando, no interior da escola e nas suas articulações com a sociedade ampla e com o sistema educacional, contradições, conflitos, conformismo e resistência, na perspectiva das subordinações de classe e gênero. "O I. E. [Instituto de Educação], como qualquer realidade social, era e é uma realidade em movimento, em constante transformação. Porque tem uma história, a escola é uma realidade única que sofre modificações e contradições. E o mais interessante é nos darmos conta que os contrários existem dentro da prática social: no caso coexistem dentro da escola. (...) As mesmas professoras que funcionavam como modelos e os mesmos textos que orientavam a conduta dos alunos provocavam a contestação, a crítica, a irreverência, e em consequência o comportamento oposto ao desejado. E aqui nos parece possível afirmar que se algumas mulheres se tornaram 'metidas' ('antiprendas', no dizer de Luis Fernando Veríssimo) não o foram somente por brechas na dominação, mas porque o próprio processo de dominação traz dentro dele a sua negação" (Louro, 1986, p. 52).

Se alguns textos apontam para novos enfoques, a tendência predominante da literatura analisada não é esta: a tematização persiste sendo educação da mulher e não educação e relações de gênero; grande parte das pesquisas educacionais ignoram o conhecimento que vem sendo acumulado na área de estudos sobre a mulher; a área de estudos sobre a mulher tem produzido pouca reflexão teórica (e mesmo informações empíricas) sobre a educação.

com efeito, nos últimos 20 anos, a reflexão crítica sobre pesquisa em educação no Brasil tem sido abundante e continuada. Entre 1971 e 1989, pudemos arrolar dezenas de títulos, que

apontam tendências e focos teóricos; detectam influências de autores e teorias; efetuam balanços críticos, revelam omissões e propõem periodizações.

Para que se construa uma imagem mais concreta sobre a importância desta reflexão crítica destacamos três exemplos: nos 71 números publicados da revista **Cadernos de Pesquisa**, encontramos mais de uma dezena de títulos sobre pesquisa em educação; a ANPEd publica, em 1987, um boletim especial sobre a questão; a publicação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) **Em Aberto**, focaliza, em 1986, a Pesquisa Educacional no Brasil; a recém nascida **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP), em seu número de abertura, traz um artigo de Aparecida Joly Gouveia sobre "As Ciências Sociais e a Pesquisa sobre Educação". Neste material citado, que ocupou centenas de páginas editadas, localizamos apenas um artigo preocupado em articular a produção e a área de estudos sobre a mulher (Bruschini & Amado, 1988).

Por seu lado, a área de estudos sobre a mulher também vem produzindo balanços críticos globais, em menor número - é verdade - mas de forma continuada, reflexiva e crítica. Aqui, também, se desconhece a produção educacional, afora algumas raras menções esparsas (1). Há um fosso entre ambas as áreas de produção de conhecimento. São dois guetos que co-existem, ignorando-se quase que totalmente. As interações são fortuitas e ocasionais, tanto na literatura reflexiva sobre o conhecimento produzido, quanto na própria produção atual de estudos e pesquisas. O que marca e dá o tom é a separação. Vejamos alguns exemplos.

1º **exemplo:** Analisando 21 dissertações e teses sobre magistério, Cristina Bruschini e Tina Amado (1988) constataram "que os conhecimentos obtidos através dos estudos sobre mulher não têm sido incorporados na maior parte dos estudos em educação, com grande prejuízo para estas duas correntes (...) A impressão geral de que não há uma preocupação com a questão do gênero entre os agentes educacionais vem de uma série de experiências, dentre as quais nosso contato freqüente com a produção acadêmica nessa área. uma primeira impressão desconfortável advem do uso freqüente, nessa produção, do masculino genérico para se referir a indivíduos em situações nas quais o/a autor(a) está claramente se referindo às mulheres. (...) Mas o viés mais comum na pesquisa educacional parece consistir na ausência de percepção de que o sexo

(1) A partir de sua experiência, destacamos a comunicação de Maria Malta Campos (1984) no Seminário Zahidé Machado Netto onde focaliza, exatamente, esta guetização.

- da professora, no caso - possa ter algo a ver com o que esta sendo analisado. Trabalhos teóricos da última década estão perpassados por uma justificável e bem-vinda preocupação de classe, enfatizando a inépcia das crianças dos estratos inferiores e a inabilidade da escola para atendê-las em suas necessidades. Mas referem-se apenas a um professor ou aluno ideal, no masculino genérico, como se o prisma de classe fosse suficiente para entender a realidade" (Bruschini & Amado, 1988, p. 5, 8 e 9).

2º exemplo: Durante os anos 70 e ainda no início dos anos 80, as teorias reprodutivistas em educação, em grande voga no Brasil, provocaram a produção de uma série de pesquisas (principalmente dissertações de mestrado) sobre a ideologia veiculada pelos livros didáticos. É neste período que também aparece no Brasil uma preocupação direta com a denúncia do sexismo que impregna a educação. A denúncia do sexismo na educação constitui um dos componentes do ideário do chamado neofeminismo brasileiro que ganha visibilidade em 1975. O tema está presente desde o primeiro ato público realizado no Brasil (em julho de 1975 na Associação Brasileira de Imprensa); é objeto dos primeiros artigos acadêmicos (Mello, 1975; Rosemberg, 1975); do editorial dos primeiros jornais feministas (**Nós Mulheres**); de dissertações e pesquisas (Pinto, 1981); de vídeos (De Olho no Preconceito); de comunicações na SBPC (Eluf, 1979); de publicações alternativas para professores (CNDM/INEP, 1986); de um Estado da Arte (Negrão & Amado, 1987, 1989). O sexismo em livro didático constitui uma ação privilegiada para sensibilização de estudantes e professores(as) desenvolvida pelos Conselhos da Condição Feminina (a nível federal, estadual e municipal); houve proposta (mesmo que criticável) de regulamentação, a nível da Constituição do Estado de São Paulo, quanto à veiculação de imagens estereotipadas de homens e mulheres em textos didáticos; o MEC criou, durante a gestão da Ministra Esther Figueredo Ferraz, um grupo de trabalho para avaliar o problema; em 1989, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criou o prêmio Nísia Floresta destinado aos livros de "comunicação e expressão em cujos conteúdos não incidam conceitos estereotipados dos papéis feminino e masculino e preconceito de raça". É, pois, uma questão tematizada pela academia, pela militância e pela ação governamental. Mas esta produção permanece à margem. **O Estado da Arte sobre o livro Didático no Brasil** (Freitag et al., 1987; 1989) apenas menciona o tema em algumas poucas passagens, como as transcritas a seguir. "Até agora, a maioria dos críticos analistas têm se ocupado dos conteúdos veiculados pelo livro, através dos textos. Assim, denunciam

seja a ausência dos temas do aluno carente, do conflito de classes, da discriminação racial, seja a presença de estereótipos machistas (1), autoritários e ufanistas. (...) Grande parte das teses e estudos voltados para a crítica ideológica do conteúdo seleciona um tema específico (como foi o caso de Faria com a categoria do trabalho), examinando tópicos dos mais variados a violência (Arqueria & Neder, 1978), a ordem (Rego, 1981), os estereótipos masculinos e femininos (1) (Rosemberg, 1976) ..." (Freitag et al., 1987, p. 64 e 70). Ponto final, e nada mais.

3^o exemplo: A partir de 1978, a Fundação Carlos Chagas realizou 5 concursos de dotações para pesquisas sobre mulher. Concorreram 693 projetos, dos quais 4,8% foram classificados em educação; foram aprovados 33 projetos, 3,7% dos quais classificados em educação, incluindo aí os que versavam sobre creche.

No último concurso (1988), concorreram 9 projetos, nenhum deles tendo sido contemplado. Este resultado permite que se reflita tanto sobre as expectativas da comissão julgadora, quanto sobre a qualidade dos projetos apresentados.

O que mais chama a atenção é a ausência, em quase todos os projetos educacionais, de conhecimento do que seja estudar relações de gênero (em caso extremo, propõe-se apenas inserir a variável sexo em pesquisa em andamento); para alguns, trata-se ainda de identificar e denunciar preconceitos ou estereótipos vigentes; quase metade assume um tom normativo, no sentido de que a mulher "tem de se conscientizar" de seu "verdadeiro papel" ou de sua "alienação feminina" - o que revela louvável intenção, mas pouco traquejo acadêmico.

A essa saudável inquietação corresponde, via de regra, o total desconhecimento da produção existente relativa à áreas de interesse. com uma única exceção, as mais de vinte candidatas (alguns projetos são de autoria coletiva) só se informaram sobre relações de gênero através de Simone de Beauvoir e Elena Belotti; algumas leram Elizabeth Badinter, Marta Suplicy e Rose-Marie Muraro; uma ou outra cita Heleieth Saffioti.

uma inferência possível a partir da leitura dos projetos é que um dos problemas cruciais continua sendo a divulgação de estudos e a inexistência de guias de fontes brasileiras. As candidatas parecem ter tido mais acesso a uma certa bibliografia, a livros publicados, revelando escasso hábito de consulta a periódicos, mimeos, comunicações de encontros etc.

(1) *Grifos nossos.*

É irresistível a sugestão de que talvez a tarefa mais urgente seja a de guarnecer adequadamente as bibliotecas dos programas de pós-graduação (com respectiva divulgação junto a orientadores) e de outras instituições interessadas na questão, como fundações ou núcleos de pesquisa sobre relações de gênero (Tina Amado, 1989).

Por outro lado, a leitura de inúmeras dissertações de mestrado, que constituíram uma das matérias primas para este estado da arte, permite um balanço não muito otimista quanto ao significado da pesquisa que está sendo veiculado pelos cursos de pós-graduação em educação. A seleção de recortes dentro de temas nem sempre relevantes (por exemplo como ocorre com grande número de dissertações sobre relação professor/a-aluno/a); a elaboração de um projeto em torno de uma técnica de análise, independentemente do seu significado ou de sua pertinência ao projeto de estudo; a interpretação inadequada ou tortuosa de textos escritos por outras pessoas, seja para encaixá-los na argumentação, seja para contradizê-los; o fechamento do universo bibliográfico, como aponta Tina Amado, que nos leva a pensar o quanto a pós-graduação está delimitada por capelas, modismos (1); o descaso com a escrita evitada de erros gramaticais, de concordância, sem muita preocupação com o fato de que o texto será lido. E de fato, provavelmente, a grande maioria das dissertações não são lidas, poucas delas sendo transformadas em artigos ou livros.

uma outra explicação possível sobre os determinantes desta desarticulação entre as áreas de conhecimento pode ser encontrada na própria organização da pós-graduação no Brasil, locus privilegiado da produção de pesquisa. Por ser a pós-graduação compartimentada em disciplinas, sendo baseada essencialmente em cursos com programação curricular relativamente rígida, limita as oportunidades de pesquisas interdisciplinares. Programas de pós-graduação orientados por "linhas de pesquisa", e não por recortes disciplinares, constituem, ainda, projetos experimentais (ANPEd, 1987). Ora, estudos que procuram integrar educação e relações de gênero necessitam romper limites disciplinares.

Por seu lado, as contingências históricas em que foi se constituindo a área de estudos sobre a mulher no Brasil demarcaram-lhe um território fechado. Se aqui a interdisciplinaridade tem

(1) *Este fechamento, por vezes, é tão intenso que encontramos uma dissertação de mestrado sobre "magistério profissão feminina" sem que contivesse uma única referência bibliográfica tratando da condição feminina.*

ocorrido, através da criação de núcleos de estudos da mulher em algumas universidades brasileiras, não se conseguiu, porém, romper o gueto e estabelecer um diálogo com as grandes teorias (Costa et al., 1985).

Lidamos, portanto, com uma literatura dispare e guetizada. Nossa aspiração na busca de pontos de articulação teve que se conformar à produção disponível. Procuramos, porém, resgatá-la na forma como estruturamos este estado da arte, na discussão dos temas, na apresentação de lacunas, e no resgate de trabalhos que apontam para novas direções. O que ocorrerá em cada capítulo.

É necessário, ainda, assinalar com destaque, que um tema conseguiu romper lacunas e suscitar a produção de textos em que as reflexões das áreas de estudos sobre a mulher e da educação se integraram: este tema foi a educação de crianças pequenas em creches. A reivindicação por creches ganhou relevância no país na segunda metade dos anos 70, principalmente através dos movimentos de mulheres - feministas e comunitários. Os Conselhos da Condição Feminina assumiram, nos anos oitenta, esta reivindicação e, juntamente com diferentes setores da sociedade civil, inclusive acadêmica, participaram de um movimento de mobilização da opinião pública para que a nova Constituição brasileira reconhecesse a creche como direito da criança (Campos et al., 1989).

Se o ponto de partida e um dos principais fios condutores da produção de textos sobre a educação de crianças em creches foi a reivindicação por sua expansão e melhoria da qualidade do atendimento, o caráter reivindicativo não impediu que se avançasse a reflexão. Se é verdade que a creche, seja enquanto objeto de pesquisa acadêmica ou enquanto reivindicação, enfrentou preconceitos de setores da inteligência educacional, também é verdade que foi possível quebrar algumas barreiras, a tal ponto que a ANPEd abriga um grupo de trabalho sobre a educação de crianças pequenas.

No momento, a produção de pesquisas e estudos brasileiros sobre creches que tenta integrar reflexões sobre as relações de gênero em sociedade patriarcal e seu impacto nas propostas e intervenções já é bastante volumosa. Universidades e centros de pesquisa brasileiros vêm realizando trabalhos de forma contínua, o que nos permite afirmar que o tema já ganhou uma certa legitimidade acadêmica. Em outro momento, incluímos um capítulo sobre creche em estudo sobre educação da mulher no Brasil (Rosemberg et al., 1982). Neste estado da arte optamos por não fazê-lo.

O volume das publicações e sua singularidade (que ainda persiste) justificam, a nosso ver, que ao tema seja dedicado um estado da arte específico. Por esta razão, nesse momento efetuamos uma revisão da literatura que tratasse exclusivamente de mulher e educação no ensino formal. O texto foi organizado em torno de quatro tópicos: história, escolaridade, trabalho e corpo.

2 HISTÓRIA*

Nos tempos da Colônia, nem todas as brancas ricas eram tão ignorantes assim; no Império, governantes em São Paulo tomaram a iniciativa do primeiro recolhimento laico para meninas; não era nas escolas normais que se formavam a maioria das professoras da Primeira República, a maioria das jovens que iam para a escola normal não queriam ser professoras, uma escola para meninas e moças não é necessariamente mera reprodutora de senhoritas prendadas; não era fácil ser aluna da USP na década de 30 ... São algumas das informações que nos traz a produção recente acerca da educação formal da mulher no Brasil em perspectiva histórica. Mas são poucas informações. A acentuada escassez de trabalhos encontrados por este levantamento suscita questões interessantes quanto ao desinteresse ou relutância em relação ao tema, e quanto às dificuldades, manifestas e latentes, de ordem teórico-metodológica, para a abordagem da temática.

No balanço anterior, Barretto (1981) concluía que "o conhecimento da educação feminina no Brasil através dos tempos ainda se encontra em vias de ser recuperado" e que constituía um acervo com certas informações e análises relevantes, "mas que ainda apresenta grandes lacunas e inconsistência" (p. 211). Pouco mudou de lá para cá. É difícil compilar mais de uma dúzia de estudos que abordem, com uma perspectiva histórica, a educação feminina como foco central.

uma das grandes dificuldades da área de interesse desse levantamento como afirmamos é seu caráter interdisciplinar. Buscamos, assim, consultar estados da arte ou balanços da produção recente nas áreas correlatas da pesquisa em educação, em história da mulher e em história educacional. Esta última não parece prioritária entre os educadores, não sendo sequer mencionada em balanços recentes da pesquisa em educação. Os autores de dois desses balanços também não revelam preocupação com a história entre as sugestões e recomendações que tecem.

Goergen (1986) propõe como desafios a superação da dicotomia quantitativo x qualitativo na investigação, dando ênfase ao estudo da escola pública ("...uma volta à escola") e insistindo

** Este capítulo é de autoria de Tina Amado.*

na relevância social da pesquisa, para subsidiar a elaboração de políticas públicas, assim como em sua acessibilidade aos principais interessados em seus resultados, ou seja, os professores. com ênfase semelhante nas necessidades prementes de nosso sistema educacional, Fávero (1987) insiste na maior associação entre ensino e pesquisa, divulgação mais ágil dos resultados assim como dos encontros e seminários, pleiteando um "vínculo orgânico" entre a universidade e o sistema de ensino.

A relevância social da pesquisa histórica sendo menos imediatamente visível, pode-se inferir, das prioridades que advogam, menor atenção a essa subárea da pesquisa educacional.

Quanto a uma perspectiva que enfoque as relações de gênero, não é sequer aventada, nem nesses, nem em balanços anteriores da pesquisa educacional (Gouveia, 1971; 1976; Cunha, 1979; Gatti, 1980; Mello, 1983; Feldens, 1983).

A história da mulher, por sua vez, campo de estudos ainda em consolidação, resente-se de sérias dificuldades, segundo o estado da arte de Maria Beatriz Nizza da Silva (1988): a demarcação da própria área devido à proximidade e utilização de fontes semelhantes às da Demografia Histórica, História da Família ou História do Cotidiano; uma certa "relutância da academia brasileira"; a ênfase, que vigorou durante certo tempo, à temática da conquista de um espaço político para a mulher; uma relativamente escassa elaboração teórica ("tudo se passa como se um deslumbramento (...) primasse sobre a teorização"); e dificuldades inerentes ao tema, como as de acesso ao discurso feminino, limitações de fontes para o estudo de comportamentos, ausência da criança na documentação etc. Essa autora, entretanto, não é pessimista. Entrevê progressos em estudos recentes, que abordam a esfera de decisão que cabia a mulheres, atitudes de rebeldia e não-conformismo e, de uma maneira geral, abrem o leque de interesses para abraçar "a diversidade e complexidade da vida das mulheres" (Hahner, 1981). Destaca, em estudos mais antigos, a preocupação precisamente com a história da educação de mulheres, citando trabalhos das décadas de 40 e 60 e mais dois da década de 70, que também estão incluídos nesse levantamento (os de Borges, 1973 e de Peres, 1979, que serão comentados adiante). Salieta, ainda, a contribuição de brasilianistas, especialmente Hahner (1978 e 1981) e Soeiro (1974).

2.1 Período Colonial

É justamente de duas historiadoras, Soeiro (1974) e ela mesma, Silva (1977), que nos vêm as principais contribuições sobre a educação feminina no período colonial, além da de Ribeiro (1987). A partir de um verdadeiro achado - os estatutos de duas instituições religiosas destinadas a cada um dos sexos, elaborados pela mesma pessoa, o Bispo de Pernambuco, em 1798 - Silva avança do mero estudo de teorias para o estudo das normas. A análise e comparação minuciosa dos dois estatutos permite inferir representações vigentes acerca dos gêneros e idéias sobre educação para cada um. E constata que, muito mais do que na metrópole, onde se preconizava, na aristocracia portuguesa, "cuidados semelhantes para moços e moças", a situação colonial configurou um verdadeiro "abismo" entre homens e mulheres no que toca à educação: instrução para eles, formação para elas. Essa "formação" previa explicitamente "remédios contra a natureza feminina", ou seja, propostas para coibir comportamentos ou características consideradas femininas e negativas, como "simulação", "artifício", " vaidade", ou "uma curiosidade muito grande"; e, inclusive no que se refere à pouquíssima instrução propriamente dita - aulas de leitura e escrita - prevaleciam normas tendentes a corrigir "defeitos femininos" como a prolixidade e a "imaginação errante".

Se o discurso liberal igualitarista de hoje impede que se inscrevam em regulamentos normas como essas, nada impede que representações semelhantes tenham atuado e continuem vigindo, influenciando atitudes, ao longo de um caminho certamente sinuoso que ainda está por ser traçado pela história da educação feminina.

Enquanto Silva sugere novas pistas, Soeiro (1974) se encarrega de desmontar estereótipos ou matrizes discursivas consagradas, ao estabelecer as relações, a partir dos arquivos de ordens religiosas na Bahia dos séculos XVII e XVIII, entre a experiência das internas de um convento com a estrutura social das reclusas, situação de suas famílias na ordem econômico-social local, motivos de recolhimento, requisitos para sua aceitação, dote e condições de pagamento, uma série de minúcias desenterradas iluminam toda a atividade social da cidade em suas relações com o convento, as razões e o significado do casamento e do não-casamento e todo um espectro de insuspeitada atividade feminina. Não apenas o estereótipo de freira (passiva, pura, pia) mas também o da mulher da elite inativa e ignorante são desmontados. A reclusão sexual

(e, mesmo essa, também nuançada ...) não Impedia intensa atividade econômica, em que mulheres geriam e comerciavam bens imóveis e escravos, ou mesmo forneciam crédito à população local, fazendo com que a "financista" apareça como um dos dois tipos que deixaram marca na história do convento. Este também era a única fonte de educação para as mulheres fora de casa (leitura, escrita, contas, mas também domínio de instrumentos musicais, desenho, artesanato), de modo que as reclusas "atingiam nível [educacional] equivalente ou mesmo superior à maioria de seus pares masculinos". Dispondo, pois, de um "leque de experiências bem além do sagrado", para muitas mulheres a vida no convento "podia favorecer iniciativa individual, independência e auto-realização", permitindo acesso a atividades como as de banqueiras, administradoras de bens, mestras de escravos...

"Para muitas mulheres" - da elite de uma capital (que, aliás, ao longo do período entrava em declínio, com seu açúcar perdendo terreno para o ouro das Gerais), insiste a autora, advertindo contra generalizações indevidas.

Essa armadilha da generalização, A educação da mulher no Brasil Colônia (Ribeiro, 1987) não soube contornar. Mesmo esclarecendo que pretende focar apenas a educação formal e informal da "mulher branca da classe dominante", a autora demora-se em inferências reducionistas e generalizadoras sobre a "função das outras mulheres", dedicando apenas um capítulo ao processo educativo, onde estabelece um paralelo entre as idéias de Verney, teórico da época, e as de Fénelon acerca da educação feminina. O acesso a ampla bibliografia, inclusive primária, nesse caso, não impediu a compilação acrítica de estereótipos sugeridos por fontes secundárias. E o quadro esboçado fica mais fluido porque os três séculos de domínio colonial surgem como um período homogêneo e achatado que teria assumido as mesmas feições em todo seu vasto território. uma visão reducionista de sociedade ("classe dominante x classe dominada") leva apenas à constatação de que a mulher da elite era "cúmplice" de seu companheiro masculino na necessidade de "manterem sua hegemonia"... muito embora, como a autora relata mais adiante, não fossem cúmplices tão solidários, já que muitas teriam perdido heranças ou outros direitos devido ao fato de não saber ler.

Contra esse - e outros - reducionismos, simplismos e armadilhas, pesquisadores envolvidos com a história da educação vêm reagindo. Dois balanços recentes da produção nesse campo (Warde, 1984; Nagle, 1984) detectam nesta uma lista de limitações freqüentes: a mera justapo-

sição, sem articulação, do " contexto histórico (narração resumida da história convencional) e do "contexto educacional"; a utilização acrítica de literatura de áreas afins; o recurso a autores incompatíveis entre si, entre outras dificuldades, o que levaria ao insucesso no "tratamento concreto da educação" e do envolvimento desta com a realidade social. A produção, assim, tende a ser "compilação mais do que investigação", e os resultados mantêm um tom descritivo ou narrativo. Nagle enfatiza, ainda, a adesão a modismos, sem uma utilização consistente do aparato teórico correspondente: análises supostamente marxistas, desse modo, teriam levado a esquemas de interpretação "simplistas e forçados".

Nunes (1989), comentando esses dois balanços, vai buscar na prática dos programas de pós-graduação em educação, com suas deficiências e dificuldades, as raízes para aquelas características da produção, apresentando propostas para sua renovação, por uma História da Educação "menos narrativa, mais problematizadora". Nunes integra um grupo de trabalho da ANPEd (1) que está, na prática da pesquisa, procedendo à renovação, atento ao problema das fontes para a pesquisa, à necessidade de sistematização e debate com a produção anterior e ao enfrentamento de questões teórico-metodológicas, revelando especialmente um "esforço em romper com interpretações cristalizadas no âmbito da historiografia existente".

uma dessas interpretações, entretanto, passa-lhe despercebida: é a que pressupõe significados iguais da educação para homens e mulheres. Mas duas outras integrantes do grupo, Eliana Lopes e Guacira Louro, estão atentas para as relações de gênero na história educacional, como se verá adiante.

O interesse dessas duas autoras é tanto mais promissor quanto se examinem as Histórias da Educação produzidas no Brasil em tempos recentes. A de Romanelli (1978), referência quase obrigatória, destaca-se pelo impressionante volume de informações compiladas, minucioso trabalho com dados quantitativos e a correspondente abundância de tabelas nas quais, entretanto, os dados (por exemplo, referentes a alunado e professorado) não aparecem desagregados por sexo. Para essa autora, assim como para Ribeiro (1978), a educação é fenômeno absolutamente

(1) *Trata-se do GT História da Educação, integrada por Ester Buffa, Marta M. C. Carvalho, José C. B. Horta, Ehana T. Lopes, Guacira L. Louro e Clarice Nunes. com exceção de Eliana Lopes (que não se encontrava no Brasil à época), artigos dos integrantes do grupo compõem o nº 2 da nova fase dos cadernos ANPEd (1989), intitulado "Diretrizes e Bases da Educação o nacional e o regional na história da educação brasileira".*

neutro em relação aos gêneros, mesmo quando se referem ao "professor primário". uma terceira **História da Educação** (Aranha, 1989), recente e de Intensão explicitamente didática, não foge ao esquema; embora, talvez devido à vigência de uma matriz discursiva feminista nos anos 80, a autora dedique um parágrafo à educação feminina no século XIX (p. 194), onde leitores saberão que a educação de mulheres "teve de esperar o final do século para começar a despertar algum interesse". E, em relação ao século atual, ficarão com a imagem cristalizada de que "com o tempo, as escolas normais se tornam reduto das moças da classe média em busca da 'profissão feminina' " (p. 249).

2.2 Império e 1ª República

A presença feminina na escola, no século passado e início do atual, é descrita em quatro textos realizados no começo da década de 70, portanto antes mesmo de que os estudos sobre mulher tivessem se difundido entre nós.

Haidar (1972), Bauab (1973), Peres (1979) e Borges (1980) - estas duas últimas tendo defendido as teses originais em 1973 - focalizam o acesso de jovens ao nível de ensino posterior ao elementar, no Brasil e em São Paulo, acumulando um importante acervo de informações. Suas investigações buscam explicações para a grande afluência feminina ao Normal (Bauab), ou enfatizam uma (ainda controversa) "notável contribuição dos ginásios oficiais para a instrução feminina" na República Velha (Peres), ou saúdam o fato de que, "desobrigado de preparar para o ensino superior" - que era o caso do ensino secundário masculino - o feminino "adquiriu feição própria", visado por uma clientela "mais interessada em aprender do que em certificados de aprovação" (Haidar); ou, às vezes, parece deplorar implicitamente a predominância feminina no magistério e nas escolas normais, o que teria contribuído para o desvirtuamento das funções básicas de um ensino que se queria profissionalizante (Bauab).

com um certo otimismo indisfarçado, Borges, por sua vez, ao acompanhar minuciosamente as jovens internas no Seminário da Glória (SP), saúda a iniciativa laica e oficial do internato por oferecer a primeira opção de profissionalização feminina, encaminhando ao magistério as alunas que não conseguissem casar-se ou ser admitidas a serviço doméstico em casas de famílias "honestas" - mas que, pelos dados que ela mesma oferece, não parecem ter representado proporção significativa do total de internas.

Numa pesquisa ainda em andamento, Lopes (1987) anuncia o estudo de outro colégio feminino no século passado - este religioso e mineiro - na busca das "matrizes primeiras da formação escolar feminina nos dois papéis fundamentais que a mulher vem assumindo ao longo da história" (mãe e professora), lembrando que tais colégios constituem "o depositário da mentalidade religiosa e masculina". Numa abordagem apoiada na história das mentalidades, a autora propõe focalizar as relações pedagógicas (mais do que as relações entre estrutura econômica e educação), numa perspectiva que parece, de fato, renovadora, como Nunes (1989) sugerira.

É sintomático que novos ventos soprem da área educacional, e não da pesquisa sobre

mulher. De fato, os estudos sobre mulher que alcançaram expansão durante a década 1975-1985 privilegiaram, dentre todos, o tema trabalho. A articulação histórica do feminismo re-emergente com a esquerda brasileira, e "a concepção do trabalho como instrumento de emancipação da dona-de-casa, defendida pelo feminismo", na expressão de Costa et ai. (1985), teriam transferido essa priorização para a própria investigação, influenciando novas pesquisas, inclusive na área da educação, que teriam tido dificuldade ou ausência de condições para "abrir uma trilha nova", "contaminadas" por aquele privilegiamento (Rosemberg & Pinto, 1985).

Paradigmas dessa abordagem são obras como a da pioneira Saffioti (1969), presente em praticamente todas as listas de referências. com invejável fôlego, a autora procede ao desmonte dos "mecanismos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe" no que, pela própria utilização do referencial marxista que se propõe a enriquecer, centra a atenção no "trabalho", categoria aí fundamental - ou seja, o trabalho formalizado e remunerado paradigmático do universo masculino. No capítulo minucioso que dedica à instrução feminina em perspectiva histórica, Saffioti monta um painel em que a educação é vista apenas do ângulo de estimuladora ou facilitadora da profissionalização feminina; sendo o sistema educacional integrante da superestrutura, sua orientação, vista do prisma dos legisladores e administradores, emana de "necessidades da sociedade de classes", como a de "hierarquizar ocupações femininas e masculinas para manter seu próprio equilíbrio ..." (p. 245). Para a situação da mulher, portanto, "não há soluções permanentes [no âmbito da] sociedade capitalista".

De lá para cá, estudos sobre mulher vêm dando saltos teóricos, incorporando referenciais que privilegiam a experiência feminina e as relações sociais construídas sobre as diferenças biológicas, ou seja, as relações de gênero. Essa postura é visível nos estudos aqui arrolados mais recentes, três dos quais coincidentemente voltados para o período mais recente (1930 -anos 80) da educação feminina.

2.3 1930 em Diante

É com uma perspectiva semelhante à de Lopes, porém mais voltada para a especialidade da experiência feminina, que Louro (1987) se debruça sobre o Instituto de Educação de Porto Alegre desde o Império, mais especialmente no período 1930-1970. Tornou-se escola exclusivamente feminina por decreto em 1942 - segundo diretrizes da Reforma Capanema, que proibiam a coeducação no nível secundário - o Instituto, contando com alto prestígio e adesão incondicional das alunas à imagem da escola, com sua disciplina e rituais, sintetizava o ideal da educação feminina, de "trazer a casa à escola e levar a escola ao lar". A autora não pretende esclarecer se ou quanto o Instituto estimulou a atuação profissional no magistério, preocupando-se em detectar resistências de alunas à norma e ao ideal de mulher-ilustrada-para-o-lar: apesar de reproduzir o ideário da mulher-prenda, a instituição acabava por produzir, também, "anti-prendas".

Focalizando, ao contrário, o próprio magistério, Novaes (1981) evoca seu histórico, onde aponta as transformações na função docente geradas pela introdução de especialistas em educação, a crescente "taylorização do ensino" contraposta à insistência feminina em buscar uma ocupação aviltada e mal remunerada. Discutindo o estereótipo de que lidar com crianças é serviço de mulher, analisa as implicações, tanto para as próprias mestras quanto para os alunos, da adoção da denominação "tia" em escolas primárias. A condição feminina aparece, em seu estudo, como fator importante na recuperação da importância da prática docente.

Sobre a presença feminina no 3º Grau, localizamos apenas um artigo (Blay & Lang, 1984), onde se invocam não apenas as condições de acesso, mas o significado da presença de mulheres nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. Através de falas de ex-alunas, tomamos contato com os conflitos e ambigüidades de sua experiência universitária, as dificuldades e a discriminação sexual que persiste, mas sob outras formas - e não mais no acesso - na vida universitária.

2.4 Limitações e Avanços

Pela Interdisciplinaridade do campo em questão, pode-se dizer que as dificuldades se somam às das diversas disciplinas correlatas, sugeridas pelos balanços comentados acima. A elas se acrescenta, ainda, a da heterogeneidade da experiência feminina, que atravessa todas as categorias através das quais se examina a sociedade e sua história, como a temporalidade, a regionalidade, faixa etária, etnia, estrato sócio-econômico etc.

Para que essa heterogeneidade possa emergir, nas relações históricas entre mulher e educação formal, os estudos arrolados sugerem, explicitamente ou por omissão, um rol de problemas e indagações.

Temporalidade. Os marcos mais utilizados na historiografia educacional para delimitação de períodos, quando não coincidem com os da história conjuntural (Colônia-Império-República etc), são regulamentações legais que alteram significativamente a estrutura do sistema educacional (Reforma Capanema, Lei 5692/71 etc). Por sua vez, a história da mulher hesita entre periodizações fundadas no surgimento e visibilidade de movimentos femininos, ou em graus de acesso feminino à cidadania ou mesmo na emergência da questão da mulher na academia. A possibilidade de uma conciliação para periodizar a historiografia da educação feminina defronta-se não só com a incompatibilidade dos critérios, mas também com o próprio questionamento da noção de "acesso": se é inegável que, para mulheres, a abertura de uma escola normal - que, na província, fosse a única opção de prosseguimento dos estudos além do elementar - possa constituir-se num marco (1), é questionável que o mero surgimento, na letra da lei, de possibilidades educacionais sem mudanças concretas que as efetivem, seja significativo para delimitar períodos (como a constituição de 1824 ou a Lei de Ensino de 1827).

Alguns dos estudos arrolados, estudos-de-caso de uma instituição específica, contornaram essas dificuldades utilizando datas de importância interna à entidade para demarcar fases importantes. Esse procedimento torna-se um pouco mais difícil para uma província ou região (quanto mais para o país) e, ainda mais, se tentarmos levar em conta a pertinência de eventuais mudanças no sistema educacional para mulheres de diferentes estratos sociais.

(1) *Aliás, seu efetivo funcionamento deveria ser considerado, e não sua fundação por decreto, o que frequentemente ocorria com grande diferença de tempo entre uma e outra (cf. Tanuri, 1970).*

Há quem conteste, ainda, que o mero acesso a níveis ou graus de ensino seja o critério mais relevante para caracterizar os significados que tal ensino assumiu para suas Ingressantes, ou a vigência de novas representações sobre a presença feminina aí, ou ainda os sucessos - e frustrações - que tal acesso possa proporcionar.

Mesmo ao utilizar provisoriamente a cronologia oficial, há que cuidar em não tomar longos períodos de forma homogênea. A eclosão de depoimentos, artigos, agremiações, jornais, ou mesmo um discurso específico feminino na elite de certas cidades na segunda metade do século XIX, mais profusa a partir dos anos 1870, aliada à intensa polêmica nos meios oficiais sobre a educação em geral, e mesmo sobre a educação de mulheres, não permite tratar nosso "Império" como um período uniforme. Raciocínios semelhantes se aplicam ao período colonial (1) e, com muito mais razão, ao século atual.

Mais uma observação: o cuidadoso exame das fontes, para verificar a que tempo ou período se referem, é imprescindível para não cairmos no equívoco de chamar um texto de viajante estrangeiro em visita ao Brasil no século XIX para corroborar uma inferência sobre o caso no Brasil do século XVII.

Regionalidade. O acervo atual de informações é ainda muito incompleto, especialmente se levarmos em conta as enormes disparidades regionais. Referindo-se à pesquisa em História da Educação, Nunes (1989, p. 41) sugere que "a percepção de que a história é geográfica tem alimentado uma suspeita com relação às audaciosas 'sínteses históricas' (...)" ; depois que dispuséssemos de inúmeras monografias, que dessem conta das especificidades regionais, alimenta'-se-iam estudos comparativos e revisões de "categorias que usamos sem cuidado" ...

De fato, dispomos de conhecimento muito esparso, concentrado em São Paulo e Rio de Janeiro, agora se estendendo a Minas e Rio Grande do Sul, referentes ao século passado (2). A

(1) Campos (1985), por exemplo, examinando o "passado e presente da formação de professores no Brasil", divide o período colonial em duas fases, tomando o ano de 1759 como marco, a partir do qual a expulsão dos jesuítas gera toda uma desarticulação da então precaríssima educação formal. Para mulheres, entretanto, a situação não se alterou muito, já que a quase totalidade das instituições de ensino dos jesuítas só recebiam alunos do sexo masculino.

Já Soeiro (1974) nos conta que, com a proibição regia de 1732 de que mulheres solteiras cruzassem o Atlântico da colônia para a metrópole (por inquietações de ordem demográfica), em apenas uma década surgiram em Salvador três conventos além do único existente, que absorveram mais de cem mulheres. Se algo semelhante se passou em outras regiões do Brasil, esta data seria muito mais significativa do que 1759.

(2) A impressionante quantidade de informações que Haidar (1972) compilou, relativa a ginásios para moças no século passado, refere-se a Rio de Janeiro e São Paulo, não podendo ser generalizadas para o Império todo.

experiência feminina nas diversas regiões da vasta colônia ainda é uma incógnita. Além disso, tudo indica que a busca de indícios da presença feminina não deve concentrar-se em escolas normais, sediadas em capitais de províncias. A impressionante seqüência de escolas normais "fundadas" por decreto, instaladas, suprimidas, restabelecidas, novamente extintas, com reduzidíssimo corpo discente (e até sem aluno algum, como foi o caso em Santa Catarina) em quase todas as províncias do país, segundo a minuciosa compilação de Tanuri (1970, p. 11-28), revela, por um lado, as divergências internas e o desinteresse de um Estado escravocrata pela educação das massas, como tem sido analisado, mas revela muito pouco sobre as demais formas como mulheres de vários estratos se instruíam - ou não se instruíam - naquele tempo.

A mesma Tanuri (1979) mostra como as chamadas escolas (primárias) "complementares", em São Paulo, foram as principais formadoras de moças para o magistério. O que se passou nas demais províncias?

com certeza, os documentos legais - decretos, pareceres - que nos informam sobre criação de escolas são fontes imprescindíveis, mas devem ser complementadas por um elenco de outras tantas pouco exploradas, como arquivos de colégios e de particulares. Salvador, Recife, São Luis, Manaus, além de várias cidades mineiras, tiveram, cada uma a seu tempo, um apogeu de atividade comercial - e supostamente cultural - sem que nada saibamos da experiência feminina correspondente.

O quadro efetivamente nacional da educação feminina ainda está por ser traçado. Fontes. As fontes mais utilizadas têm sido documentos legais ou oficiais. Não podem ser as únicas, freqüentemente expressando apenas intenções do legislador ou parecerista isolado, mas muitas vezes sugerem pistas interessantes. Por exemplo, uma proibição régia de que escravas portassem vestuário luxuoso, super minuciosa a ponto de descrever as "guarnições de ouro e prata nos vestidos", não revela simplesmente que o legislador "da classe dominante queria impedir a equiparação de papéis de escrava e mulheres brancas de elite" (Ribeiro, 1987, p. 32-3): sugere indagações, sim, sobre a maneira como as escravas logravam adquirir tais vestes, se suas donas as vestiam para exibição de riqueza e status ou se seus amantes ricos as presenteavam e mais, se, do contato tão íntimo com donos letrados, essas escravas domésticas não teriam tido, também, acesso a um mínimo de instrução. Sabemos, por exemplo, que em alguns dos estados norte-americanos, a proibição era severíssima para quem ensinasse a escravos os

rudimentos da leitura/escrita. Nada sabemos da educação da brasileira escrava, e muito pouco da mulher não-escrava e que não pertencesse à elite.(1)

Mas também pouco sabemos das possibilidades de instrução em geral, para homens de diversos estratos e origem étnica. O enfoque das relações de gênero na história da educação precisa andar passo a passo com esta última, na utilização de fontes ainda inexploradas, na descoberta ou constituição de arquivos e circulação de informação a respeito. Mais que isso, acreditamos na centralidade das relações de gênero como imprescindíveis para a compreensão tanto do desenvolvimento de nosso sistema educacional, quanto das representações que todos, homens e mulheres, construímos acerca da própria educação.

A informação quantitativa, por sua vez, fundamental mas atualmente pouco buscada, exige uma atitude de desconfiança básica em relação a estatísticas oficiais - as recentes têm sido criticadas - especialmente as antigas. Uma postura alerta tentaria identificar as dificuldades da época, inferir o real universo a que os dados se referem ou as possíveis intenções de compiladores para apresentar dados mais, ou menos, distorcidos.

Dados numéricos para o começo do século XX sobre matrícula e aprovação em escolas "secundárias" e normais, por exemplo, apresentam disparidades de uma fonte a outra e, às vezes, discordâncias internas cujo significado ainda não foi explorado. Peres (1979) apresenta longas seqüências de dados para o Brasil do começo do século, de escolas normais, em que aparecem mais de 5.000 matrículas femininas no período 1908-9 e uma média de apenas 900 conclusões de curso, no período 1910-12. Quanto tempo durava o curso, nesse período, nas diversas províncias? Por que tantas não o concluíam? Havia repetência? Desistiam?

Um famoso parecer de Rui Barbosa, assim como outros textos seus sobre educação, foram bastante consultados. A escola normal que ele propugnava nunca chegou a ser instalada, mas muitas das críticas que fez à Escola Normal da Corte - que recebia alunos dos dois sexos - podem ser pistas interessantes: por exemplo, criticava duramente as aulas noturnas; quem seriam essas alunas - se é que as havia - que, nos idos de 1880, iam à noite para a escola, num tempo em que tantas mulheres raramente saíam de dia desacompanhadas? O que buscavam e o que enfrentavam?

(1) *Veja-se, a respeito, Moti (1989).*

Mesmo a partir de fontes conhecidas, já utilizadas, ainda há muito a pesquisar. Por outro lado, muitas das respostas que buscamos **poderão surgir de novas fontes, como os** depoimentos de velhos mestras e mestres, que Demartini et al. (1984) entrevistaram, ou informações de nossas avôs, tias avós e coevas, documentos guardados por descendentes de educadoras, arquivos particulares, e de instituições religiosas e leigas e de quantas mais as/os historiadoras/os possam nos sugerir.

Outra atitude que parece importante quanto às fontes é uma postura crítica frente às secundárias. As visões que Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo ou Gilberto Freyre ajudaram a cristalizar, acerca dos processos educacionais formais e informais, estão apenas começando a ser questionadas e, em estudos aqui arrolados, ainda aparecem como se se referissem diretamente à realidade, ou como se suas interpretações fossem definitivas. Temos ainda muito que aprender, com profissionais da História, a lidar cuidadosamente com fontes.

Referencial Teórico. Muito do que tem sido dito acerca da pesquisa histórica em educação, quanto a deficiências de programas de pós-graduação, adesão a modismos, utilização acrítica de categorias paradigmáticas, perigo de reducionismos etc. vale igualmente para as preocupações com educação feminina.

Para essas se acrescem as dificuldades com o estudo das relações de gênero, pouquíssimo difundido nos meios educacionais. Informações sobre presença feminina em bancos escolares são importantes, mas insuficientes. Frequentemente se negligencia, também, a apresentação de dados equivalentes para a população masculina, negando a possibilidade de inferir relações.

O significado da escola para meninas e moças pode ter sido - e ainda ser - diferente daquela para meninos e rapazes. A ênfase de certas correntes do pensamento educacional em examinar a escola da perspectiva da preparação da mão-de-obra para o sistema capitalista leva a distorções importantes. O real significado da busca da escola normal por tantas mulheres, que não o da aspiração à profissão, ainda está sendo esclarecido. Louro (1987) nos fala daquelas (poucas alunas) que buscavam a profissão "para servir a população afastada" (p. 31), com um sentido missionário. Das falas das mestras ouvidas por Demartini et al. (1984) emergem significados conflitantes, desde a auto determinação, passando pela ajuda econômica à família, à (menos freqüente) concepção de sacerdócio ou missão (1).

(1) A parte já publicada desses depoimentos de velhos mestres e mestras, porém, focaliza o sistema educacional. Ainda aguardamos o enfoque daqueles depoimentos do ponto de vista das motivações para a dedicação à carreira.

Os estudos sobre relações de gênero já desmistificaram a idéia, que vigorou durante certo tempo, com o apoio de análises de cunho marxista, de que a simples participação da mulher na população economicamente ativa (PEA) concretizaria a igualdade social dos gêneros. Se isso nos leva a acolher com cautela estudos que saúdam uma escola feminina por seu potencial profissionalizante, por outro lado não podemos desprezar as reais motivações para o trabalho - ou não? - por parte de alunas, para muitas das quais a atividade remunerada se afigurava como opção estratégica de sobrevivência. Louro (1987) sugere que, para as alunas do Instituto de Educação, por sua origem social "preservadas da exigência vital de inserção no mundo produtivo", era "natural que não contestassem a dominação". Isso implica na adesão acrítica ao pressuposto de que apenas a participação na PEA seria "libertadora" para a mulher.

uma assimilação do marxismo muito pouco elaborada, felizmente em vias de superação, que concebe a sociedade dividida em classes dominante e dominada, e onde a mulher configura um setor "dominado" dentro de cada uma, pouco tem auxiliado na compreensão da complexidade das relações entre classe e gênero.

Sente-se dificuldade, também, em articular o discurso educacional vigente com um foco na questão feminina. A visão de uma estrutura escolar todo-poderosa pode levar-nos a subestimar ou subvalorar importantes resistências individuais. Por exemplo, quando Louro (1987), em seu excelente estudo, nos informa que a escola, apesar de reproduzir o ideal de mulher prenda, "provoca outros comportamentos" (grifo nosso) que podem ser considerados "anti-prendas"...

Outra articulação difícil de estabelecer é a dos movimentos protofeministas ou femininos da segunda metade do século XIX com a configuração do incipiente sistema de ensino. Enquanto estudos sobre mulher revelam a enorme ênfase dada por escritoras, articulistas e militantes à educação da mulher na época, pouco se sabe sobre a repercussão desses discursos no plano educacional oficial. Historiadores da educação, assim, nos informam apenas que, no período, o "sexo feminino acabou por ser lembrado", sem procurar estabelecer conexões entre uma coisa e outra.

As inúmeras dificuldades da historiografia das duas áreas, mulher e educação, se somam portanto às articulações entre ambas. Nesse contexto, os estudos recentes trazem contribuições importantes: comparação dos estatutos de escola feminina x escola masculina equivalente (Silva); exame de articulação das teorias vigentes nos meios educacionais com as práticas na

Escola Normal (Louro); a discussão do estereótipo de que lidar com crianças seja atribuição unicamente feminina, o fato de que mulheres defendam (contra a presença masculina) o magistério como seu campo exclusivo, ou a perda da identidade da mestra-tia (Novaes), ou ainda a ênfase às relações pedagógicas e à tentativa de examinar a "história da educação da mulher em seu cruzamento com a história das mentalidades" (Lopes).

O interesse atual pelo tema parece ter dois pólos catalizadores no Brasil. Um, a atividade de Louro junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Faculdade homônima da Universidade Federal de Minas Gerais, por sua vez, organizou-se recentemente um grupo de estudos em História da Educação da Mulher, em torno da Prof^a Eliana Lopes, que vem abrindo amplas perspectivas: de composição interdisciplinar (1), além de monografias focalizando escolas femininas no passado, o grupo desenvolve uma pesquisa junto a mulheres e homens de diversas faixas etárias e condições sociais acerca das representações como pontos de partida para a busca de significados historicamente construídos.

Além disso, o grupo está articulado a pesquisadoras em outras instituições: Francolina Drumond, do Núcleo Mentalidade e Memória do Instituto de Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que procede à interconexão do debate sobre instrução pública na imprensa ouropretana do século XIX com a presença feminina naquela sociedade, focalizando a Escola Normal de Ouro Preto; Vera Abrão, na Universidade Federal de Uberlândia, está procedendo ao levantamento de fontes para história da educação na região, com foco na presença feminina; e Teresa Santos Cunha, que investiga escola feminina em Florianópolis, também está articulada ao grupo.

A visibilidade dessa nova linha de pesquisa poderá contribuir para a gradativa sensibilização de educadores para essa questão, permitindo concluir de modo menos pessimista o balanço das perspectivas.

Gigantescas lacunas permanecem. Falta muito para que a heterogeneidade da experiência educacional feminina possa emergir, sendo necessários enormes esforços teórico-metodológicos para apurar questões centrais.

A presença feminina enquanto educadora é sem dúvida a maior incógnita. A discussão sobre

(1) *Integram o grupo Maria Aparecida Paiva Santos, Maria de Lourdes Amaral Haddad e Therezinha Samo-ra, da FE/UFMG; mais Shirley, documentalista e Silvana Leal Coser, socióloga.*

o magistério primário (e grande parte do secundário) enquanto profissão feminina ainda está engatinhando, especialmente quanto a sua articulação com a realidade sócio-política. uma citação não explorada, num dos estudos, aponta para uma pista fundamental, com a ponderação de que a economia paulista do final do século estaria em condições de arcar com a educação primária de modo efetivo, "na possibilidade de serem os vencimentos das professoras menores que os dos professores" (1), permitindo inferir um fator que já foi integrado, nos E.U.A., como fundamental para a feminização do magistério, cujas repercussões aqui nunca foram estudadas. 'Percebe-se um profundo temor - revelado pela ausência de trabalhos - de se tocar na questão da mulher, na sua relação com a escola e com a formação do homem". Lopes (1987) reflete precisamente nossa inquietação de que investigar a constituição histórica do magistério feminino seja quase um tabu, que coloca em xeque nossa posição estratégica enquanto formadoras de homens - futuros "dominadores" - colaborando assim ativamente na perpetuação da hierarquia de gênero. O "temor", a relutância, a nosso ver, revela-se não só na ausência de trabalhos, mas na ausência de óculos a serem elaborados sob medida (pelas estudiosas das relações de gênero?) e na ausência de divulgação de contribuições importantes com que devemos dialogar, como as que aqui resenhamos.

(1) Dr. Sebastião José Pereira. Relatório. *Jornal A Província de São Paulo*, 27/2/1876, p. 1 apud Bauab, 1973.

3 ESCOLARIDADE

Nem todos os tropeços, dificuldades e descaminhos desaparecem **quando se procura flagrar** o presente. Apesar do volume de referências contidas na bibliografia básica, **a** sensação provocada pela leitura é de que muitas perguntas essenciais não foram ainda enunciadas sobre **a** relação atual entre educação e mulher: algumas são pressentidas; outras formuladas em conversas informais; outras verbalizadas em público, mas não escritas. A passagem para **o** papel, e sua concretização como objeto de investigação, pode implicar em comprometimento temeroso. A temeridade, muitas vezes, vem da demarcação do que sejam perguntas essenciais e prioritárias pois, muito temos ouvido, lido e vivido sobre a insustentável fragilidade da educação brasileira. No início dos anos 80, a equipe de pesquisa que estudava educação formal da mulher brasileira, na Fundação Cario Chagas, recebeu um convite de uma universidade norte-americana para escrever um capítulo de um livro sobre o tema, numa perspectiva comparada. O projeto que as acadêmicas norte-americanas nos propunham era o de um diagnóstico, como se tem dito, apoiado em estatísticas educacionais.

Enviamos o projeto ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e recebemos uma resposta: educação da mulher não era linha prioritária para financiamento de pesquisa. Como ousar, então, passar para o papel perguntas que nos permitíamos em círculos reservados: por que as blusas de nossos uniformes escolares tinham preguinhas na altura do peito? Por que nossas filhas púberes, de classe média, se emperiquitam tanto para ir à escola? Como se sentem as professoras ao lidarem durante o período de vigília, na casa e na escola, só com crianças? Que significado profissional tem para uma mulher ser professora rural, isto é dar aula em sua própria casa, ir buscar água, preparar a merenda de seus alunos? Por que os textos falam em "reunião de pais", "associação de pais e mestres" e, quando delas participamos, encontramos quase que exclusivamente mães?

Perguntas (im)pertinentes que, na maior parte das vezes, cederam lugar ao projeto encomendado, à linha de pesquisa priorizada pela agência de fomento, ao modismo, às palavras de ordem. Só muito lentamente algumas delas estão se tornando públicas. Antes, porém, foi possível com prioridade perguntar: como se situam homens e mulheres no sistema formal de ensino? E assim foi.

3.1 Os diagnósticos

Participando de forma bastante tímida na constituição da área de estudos sobre mulher, foram realizados, principalmente a partir de 1975, diagnósticos sobre a educação da brasileira contemporânea apoiados em estatísticas educacionais. Alguns deles fornecem uma visão panorâmica sobre as mulheres e o sistema educacional (Mello, 1975, 1977; Miranda, 1975; Rosemberg et al., 1982; Rosemberg & Pinto, 1985). Outros segmentam um aspecto, ou nível da educação formal (Barroso & Mello, 1975; Rosemberg, 1975; Lewin, 1980). Outros incorporam um capítulo sobre a educação em diagnósticos gerais sobre a brasileira (Tabak & Toscano, 1976) ou, o que é muito comum, em textos sobre trabalho feminino (Miranda, 1979; Poggio, s/d; Cardoso, 1980). Outros, ainda, detalham uma região (Canuto, 1988; Lenskij, 1988). Também foi possível encontrar, e aqui o encontro é mais significativo, alguns raros diagnósticos sobre o ensino brasileiro no geral, que incorporam uma análise sobre aspectos especificamente femininos (Lewin et al., 1977; Resende & Dias, 1976; Schmidt & Miranda, 1977; Kerstenetzky et al., 1979; Rosemberg, 1989, entre outros). Mais recentemente, a introdução do recorte juventude (ou "menor") tem suscitado diagnósticos amplos que incluem dados comparados sobre a educação de rapazes e moças (Madeira, 1984; Henriques et al., 1989).

Alguns destes estudos apresentam particularidades: muitos foram realizados por pesquisadoras que também estavam envolvidas com a militância no movimento de mulheres; muitas vezes se constituíram em resposta a solicitação de organismos nacionais ou internacionais (UNESCO, UNICEF, Conselhos da Condição Feminina), ou ainda, e isto ocorreu principalmente com os primeiros textos, para serem apresentados diante de platéias a serem convencidas quanto ao caráter sexista da sociedade brasileira. Estas particularidades de produção se traduzem, muitas vezes, em uma preocupação com a denúncia e com a formulação de recomendações.

A maior parte deles apóia-se em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC) do Ministério da Educação (MEC). Este uso mais freqüente de estatísticas educacionais, principalmente após 1970, resulta da (e indica) maior confiabilidade e regularidade da IBGE na divulgação e no processamento de dados populacionais, coletados através dos Censos Demográficos e das

Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs). Observa-se, também, uma alteração quanto à origem dos dados utilizados: um abandono progressivo das estatísticas provenientes do MEC e sua substituição gradativa por aquelas coletadas pela FIBGE. Esta mudança tem suas razões de ser: de um lado, a crítica à fidedignidade dos recenseamentos escolares, especialmente contudente após a publicação do Censo de 80, dando origem a uma série de comparações que mostraram defasagem notável entre as informações divulgadas pelas duas instituições coletoras de dados (Gusso, 1983; Barrotto, 1983; Willadino, 1984; Fletcher, 1988; Rosem-berg, 1989). Por outro lado, a FIBGE tem enriquecido seu trabalho com a criação de grupos de pesquisa vinculados ao Departamento de Indicadores Sociais (DEISO), que elaboraram tabulações especiais, permitindo cruzamentos complexos de variáveis. A série **Indicadores Sociais organizada pelo DEISO, que contém um capítulo sobre educação, tem constituído importante fonte de consulta a pesquisadores(as). Também, há que se notar o impulso decorrente do convênio estabelecido entre a FIBGE e o UNICEF que possibilitou as publicações **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil**, que incluem séries históricas e cruzamentos de variáveis relevantes para a compreensão do perfil educacional de homens e mulheres na condição de pais e filhos. Por final, apesar de lugar comum, a insistência ainda é necessária: o SEEC/MEC praticamente não tem mais publicado estatísticas desagregando a variável sexo.**

Pesquisas baseadas em dados secundários puderam, também, ser desenvolvidas graças ao uso mais intenso e difundido do processamento via computador, o que, sem dúvida, permite a realização de operações estatísticas anteriormente impensáveis.

No plano da cultura acadêmica, vale destacar o enfraquecimento do preconceito anti quantitativo, que marcara intensamente algumas áreas da produção em ciências sociais. O aprofundamento das discussões metodológicas, que também ocorreu em educação, permitiu que se saísse do confronto entre contrários que vinha pautando a reflexão sobre técnicas quantitativas x qualitativas (Goergen, 1986). A utilização de procedimentos quantitativos, por exemplo em determinadas fases de pesquisas participantes, afastou, para alguns, o fantasma da equivalência quantitativo=positivista; por outro lado, o manejo mais adequado de dados estatísticos, procurando entender sua configuração na dinâmica das relações sociais, permitiu uma interação profícua entre informações quantitativas e, pelo menos, conjecturas sobre as pessoas concretas referidas pelos números. Finalmente, a constituição de um recorte disciplinar novo no âmbito

acadêmico - Políticas Públicas -, a preocupação apresenta entre certas Investigadoras de intervir a nível do Estado (principalmente após a abertura política) e a incorporação, na administração pública, de profissionais que fizeram carreira na universidade ou em órgãos de pesquisa, se nem sempre foi bem sucedida, estimulou a produção de diagnósticos e avaliações para fins de planejamento.

No início dos anos 70, no campo específico de educação da mulher, quase tudo estava por fazer. Raríssimas eram as pesquisas anteriores que tinham, pelo menos, controlado a variável sexo em diagnósticos gerais ou sobre questões específicas: Heleieth Saffiotti (1969) havia analisado a participação das mulheres no sistema educacional nos anos 60, com especial destaque para as universitárias; Eva Blay (1969) havia se interessado pelo ginásio industrial em São Paulo. Nelson Rosamilha (1965), Aparecida Joly Gouveia e Robert Havighurst (1969), José Pastore (1971), Carmen Barroso e LÓlio L. de Oliveira (1971) haviam realizado pesquisas em que comparavam estudantes homens e mulheres frequentando o ensino primário, médio, superior e candidatos aos exames de maturidade. Em 1973, Bolívar Lamounier publicou estudo pioneiro sobre a alfabetização de homens e mulheres, brancos e negros, vivendo em Salvador.

Os primeiros textos que se propõem a fornecer uma visão panorâmica da situação educacional masculina e feminina estão reunidos no número especial dos Cadernos de Pesquisa (n-15), datado de 1975, sobre a Situação da Mulher. Como se tem insistido, este ano foi um marco na história do movimento de mulheres no Brasil. Se concordamos com Anette Goldberg (1989) que o Ano Internacional da Mulher foi resultado de processos que se iniciaram nos anos 60, a literatura contemporânea sobre educação da mulher brasileira apresenta um corte neste ano. Não só é mais intensa a partir daí, como também suas ênfases e pautas aí já se encontram visíveis, com maior ou menor nitidez. Em 1975, a propósito de três eventos, foram elaborados os textos publicados nesse número dos Cadernos de Pesquisa. No início de julho, aconteceu no Rio de Janeiro o Seminário "Pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", patrocinado pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e pela Associação Brasileira de Imprensa. Este ato público tem sido considerado como ponto de partida para as ações que se seguiram, gerando a criação de grupos de mulheres ou do novo feminismo brasileiro. Nesse Seminário foram apresentados dois trabalhos sobre educação: o de Guiomar Namó de Mello (1975) sobre "Os estereótipos sexuais na escola" e o de Fulvia Rosemberg (1975) "A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas".

Os demais artigos contidos nesse número especial resultaram de comunicações apresentadas no XXVIII Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) realizada em Belo Horizonte, também em julho de 1975. Neste período de restrição às liberdades individuais e de associação, a SBPC se constituía em importante fórum político, talvez um dos poucos espaços públicos de resistência acadêmica. Aí se discutiam temas políticos e sociais candentes e havia abertura para a introdução de novas questões. Nessa SBPC, a Fundação Carlos Chagas organizou um Simpósio - "Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher" - onde Glaura V. de Miranda apresentou resultados parciais do que seria sua tese de doutoramento sobre "Educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas". Neste texto, a autora analisa dados provenientes do Censo de 1970 (cf. Miranda, 1979) (1).

Para as comunicações livres foram preparados mais três trabalhos: o de Carmen Barroso e Guiomar Namó de Mello (1975) sobre "O acesso da mulher ao ensino Superior Brasileiro"; o de Maria Malta Campos e Yara Lúcia Esposito sobre "Relação entre sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães" e o de Fulvia Rosemberg sobre "A escola e as diferenças sexuais".

Estes textos destacam, já, as principais tendências descritivas quanto aos perfis educacionais de homens e mulheres e esboçam um quadro explicativo. Os trabalhos posteriores praticamente aprofundam, estendem e sofisticam as descrições e análises.

No plano descritivo, estes textos mostram que a expansão do sistema do ensino brasileiro abriu oportunidades de acesso às mulheres observando-se, mesmo, que em certos graus escolares eram mais numerosas que os homens. Concluem que a discriminação no campo educacional não ocorre quanto ao acesso, permanência e rendimento escolar feminino, mas na guetização sexual das carreiras escolares e na restrição, equivalente à masculina, ao acesso e permanência na escola para os segmentos mais pobres da população. A especificidade das trajetórias masculinas e femininas mereceu acentuado destaque: seja a nível do antigo ginásio (nos estudos retrospectivos), do 2º Grau, do vestibular e do ensino superior, as pesquisas têm mostrado que estudantes de sexo masculino seguem preferencialmente cursos a conteúdo técnico e científico;

(1) *Albertina de Oliveira Cosia (1988) e Anette Goldberg (1987) descrevem e discutem a presença das mulheres nesta SBPC.*

as estudantes do sexo feminino seguem trajetórias escolares vinculadas às letras e humanidades, com nitida vistas à preparação ao magistério.

As questões que passaram a Intrigar as pesquisadoras de então, e as que se sucederam, foram: tentar compreender a expansão do estudantado feminino (principalmente quando as comparações regionais se tornam mais freqüentes) nos diferentes graus de ensino; a guetização das trajetórias masculinas e femininas através de combinação de determinações macro-estruturais e culturais (1); a participação da escola no "reforçamento" (2) de papéis sexuais (ou estereótipos, ou ideologias) tradicionais. Timidamente vão sendo destacados indícios de que, possivelmente, o significado de freqüentar a escola seja diferente para homens e mulheres. O temor em explicitar mais abertamente tais indícios provém do uso anteriormente feito: "para a mulher, escola é para esperar marido". Também, estes primeiros estudos contém já as ausências que marcarão trabalhos posteriores, e que constituem as grandes lacunas nos estudos panorâmicos sobre educação da mulher: uma certa guetização da área, não conseguindo rever o conhecimento educacional à luz das relações de gênero; uma excessiva articulação entre educação e trabalho, deixando de lado impactos possíveis em outras esferas da vida; análises que privilegiam relações de classe, desconsiderando relações raciais (3) e de idade; a ênfase na reprodução em detrimento da busca de indícios de comportamentos de oposição ou de mecanismos de resistência.

Alfabetização. A percepção de que mulheres e homens partilhavam de um destino praticamente comum quanto ao acesso e permanência na escola, enfrentando barreiras equivalentes, não só é menção obrigatória nos textos, mas leva também a que se dê destaque ao analfabetismo. É importante lembrar que estes estudos se iniciaram em pleno desenvolvimento do MORAL e que a proposta era a de erradicação do analfabetismo brasileiro no período de 20 anos. A análise macroscópica do analfabetismo entre homens e mulheres através dos dados coletados

(1) *Sob este termo englobamos uma variedade de expressões usadas: estereótipos sexuais, papéis sexuais, ideologia (também entendida de diferentes formas).*

(2) *A expressão "a escola reforça papéis sexuais" é muito comum na literatura da época e ainda atualmente. É como se existisse a sociedade lá, e a escola aqui, como entidades distintas e separadas. Ou uma demarcação entre a infra-estrutura e a super-estrutura. A este respeito, verificar a discussão de Enguita (1989) sobre o conceito de ideologia em alguns dos textos da teoria reprodutivista, e o de Willis (1986) sobre os conceitos de reprodução, reprodução cultural e produção cultural.*

(3) *A preocupação com a mulher negra e sua educação é bastante recente entre nós. As pesquisas se desenvolveram principalmente na segunda metade da década de 80, graças à mobilização de militantes negros(as). Cf. Carneiro & Santos (1985) e Rosemberg et al. (1986). O silêncio ainda persiste sobre a educação entre populações indígenas.*

pelos cinco últimos recenseamentos gerais (1940 a 1980) possibilitou que fossem levantadas algumas pistas para compreender o significado da educação para homens e mulheres e o impacto da alfabetização em outras esferas da vida, principalmente reprodutiva, familiar e política. Apesar de não se entregarem à falácia de considerar o analfabetismo como variável independente e o comportamento reprodutivo, a organização familiar, a saúde dos filhos como variáveis dependentes, os estudos sobre alfabetização de mulheres apontaram associações perversas, que ajudam a compreensão do ciclo de reprodução da pobreza.

As pesquisas realizadas por Fulvia Rosemberg, Esmeralda V. Negrão e Regina Pahim Pinto sobre alfabetização de homens e mulheres nos últimos 40 anos indicam que, se a alfabetização de uma coorte se processa principalmente durante a escolaridade formal e os períodos da infância e da adolescência, esta vinculação é mais estreita para as mulheres que vêm tendo menor possibilidade que os homens de se alfabetizarem pelo transcorrer da vida adulta (Rosemberg, 1975; Rosemberg et al., 1982; Rosemberg & Pinto, 1985).

Um acompanhamento de coortes, através de dados dos Censos e das PNADs entre 1940 e 1978 efetuado pelas pesquisadoras, assinalou que são as mulheres mais velhas, de meio rural, vivendo na região Nordeste e negras as que apresentam maiores índices de analfabetismo. Também, entre as famílias chefiadas por mulheres encontra-se um alto índice de analfabetismo feminino (Barroso, 1978).

As pesquisas provenientes da área da educação sobre analfabetismo, excepcionalmente, desviam a atenção para as diferenças sexuais. No exaustivo e competente estudo de Alceu Ferrari (1985), onde o autor percorre todos os Censos Demográficos, não há qualquer menção sobre mulheres ou negros. Já o capítulo sobre educação coordenado por Isaac Kerstenetzki, da equipe do DEISO da FIBGE, comparando taxas de alfabetização masculina e feminina, observa que para os homens a alfabetização corresponderia a "um imperativo mais da vida economicamente ativa do que um pré-requisito sócio-cultural" (Kerstenetzky et al., 1979, p. 19).

Os dados analisados nesses textos (anteriores à década de 80) sugeriam exatamente que o processo de alfabetização das mulheres era mais intensamente dependente da escolaridade formal. Esta interpretação dos determinantes da alfabetização de homens e mulheres também decorreu da análise do programa de alfabetização do MOBREAL e da ausência relativa de informações quanto à composição sexual de sua clientela.

As propostas de alfabetização do MOBRAL, bem como a delimitação da população que deveria ser prioritariamente atingida, desvelam a auto-concepção do programa: instrumentador autônomo da modernidade que geraria aumento de produtividade do trabalhador, que receberia, conseqüentemente, maiores salários, melhorando seu padrão de vida através de um aumento de consumo, acarretando, portanto, um maior desenvolvimento do país (Rosemberg et al., 1982). Guiado por este projeto, o MOBRAL não desenvolveu políticas especiais para a alfabetização de mulheres. Em publicação do órgão - **O desenvolvimento de programas educacionais para a promoção sócio-econômica da mulher na zona rural** - Vilma A. Tinoco (1975) afirmava que o MOBRAL, por ser um programa de massa, estaria igualmente aberto a todos os grupos não lhe cabendo, portanto, uma ação específica à população feminina. Os dados apresentados na publicação relativos ao Território Nacional indicavam um número ligeiramente maior de matrículas masculinas do que femininas.

É possível que nos últimos 20 anos, dada a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e mudanças em sua inserção social, as interpretações formuladas na década de 70 não mais sejam globalmente válidas. Pesquisa relativamente recente, realizada pela Prefeitura de São Paulo, sobre estudantes do MOBRAL na capital paulista, indica uma presença feminina elevada e um perfil do alunado compatível com a busca de credenciamento ou instrumentação para uma participação mais compensadora no mercado de trabalho (PMSP, s/d). O rejuvenescimento de estudantes do MOBRAL, homens e mulheres, que se verificou nos últimos 10 anos; o aumento de estudantes mulheres participando do mercado de trabalho; e a presença maciça, entre elas, de empregadas domésticas são indicadores que permitem supor que freqüentar o MOBRAL pode estar significando uma tentativa de mudança de projeto de vida. com efeito, pesquisas têm mostrado que o emprego doméstico é mais que uma ocupação, configurando-se como modo de vida que interfere, inclusive, no projeto amoroso (Almeida, 1982).

Outras estudantes que mereceram pesquisas específicas foram as secundaristas, com especial destaque para as normalistas (sobre as quais voltaremos mais tarde), as vestibulandas e as universitárias. Menos freqüentes, porém existentes, são os estudos sobre exames e cursos supletivos que destacam a participação feminina. Praticamente ausentes dos diagnósticos, são escolares do 1^o Grau e da pré-escola.

2º Grau. Os textos pioneiros de Guiomar Namó de Mello (1975 e 1977) já assinalavam a predominância feminina nos cursos de 2º Grau. No depoimento apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Situação da Mulher, a autora constrói um panorama geral sobre a participação das mulheres no sistema de ensino brasileiro afirmando: "De ligeira predominância nas matrículas masculinas no primeiro grau, passa-se à acentuada predominância feminina no segundo grau, voltando novamente a diferença em favor dos rapazes, e muito acentuada, no superior e na pós-graduação. (...) Decorrem desses dados um segundo fato geral que gostaríamos de analisar. Pode-se supor que os mecanismos de seleção sócio-econômica responsáveis pela pirâmide de matrícula no nosso ensino, não somente operam de modo diferente para os dois sexos, mas que, no caso da mulher, são reforçados por obstáculos representados pelos valores associados ao papel subordinado que lhe reserva a cultura. Se o momento crucial de seleção do homem é a passagem do 1º para o 2º grau, provavelmente por ser ele obrigado a trabalhar, isso ocorre também com a mulher mas não de maneira tão acentuada, o que explica sua predominância quantitativa no 2º grau. Não encontrando alternativas de trabalho e não estando ainda em idade de casar, a jovem permanece na escola" (Mello, 1977, p. 3) (1).

Se é verdade que, em 1970, a taxa feminina de atividade econômica, correspondente à idade ideal para frequentar o 2º Grau era bastante inferior à masculina, a faixa de 18-19 anos apresentava a maior proporção de mulheres economicamente ativas, situação que permanece até 1980 (2) (Bruschini, 1989).

Nota-se que este tipo de interpretação da escolaridade diferenciada por sexo vai buscar apoio em determinações exteriores ao sistema de ensino, sejam elas o mercado de trabalho ou a espera do marido. Possivelmente as transformações econômicas e culturais desses últimos anos, captáveis através da mudança na composição da PEA, do significado da escolaridade e da própria produção de conhecimento tenham possibilitado que, na atualidade, se mire o sistema de ensino como um dos determinantes essenciais quanto à menor presença masculina no 2º grau.

(1) *Analisando a maior participação de jovens mulheres que de homens no 2º grau, e situação inversa na PEA, encontramos a seguinte interpretação: "isto indica que a mulher frequenta a escola, neste período, mais no intuito de esperar pelo casamento do que com a perspectiva de se preparar para realizar uma atividade qualificada no mercado de trabalho" (Tabak & Toscano, 1976, p. 6).*

(2) *Durante os anos 80, apesar de apresentarem taxas bastante diversas, homens e mulheres participam mais intensamente do mercado de trabalho na faixa compreendida entre 30-39 anos (Bruschini, 1989).*

Estudo sobre o 2º Grau permitiu que se captasse o aporte para a compreensão da educação, quando as relações de gênero entram como categoria explicativa (Rosemberg,1989). Neste artigo, a autora procura entender o aumento significativo das matrículas femininas no 2º Grau, observado em todas as regiões brasileiras, mesmo naquelas em que houve decréscimo de matrículas femininas (como na região sul). Sua linha argumentativa se utiliza da interação entre fatores intra e extra-escolares. Destaca, em primeiro lugar, os melhores resultados escolares obtidos por alunas no transcorrer do 1º Grau, que acarreta a existência de um número maior de mulheres que de homens freqüentando as séries terminais deste nível de ensino. Dado o maior índice de repetência dos meninos nos anos básicos de escolaridade, observa, entre eles, retardo escolar mais intenso, o que pode acarretar maior desejo próprio e pressão do grupo familiar para seu ingresso no mercado de trabalho, associado, ou não, a sua permanência na escola. Pressões sociais mais amplas operam, também, no mesmo sentido, impulsionando a adolescente a trabalhar dentro de casa, em afazeres domésticos. A autora sugere que as maiores taxas de participação das mulheres entre estudantes de 2º Grau se devem, em parte, a um desdobramento da cultura escolar que gera um pior rendimento escolar dos meninos e que os torna ainda mais vulneráveis a pressões para que ingressem no mercado de trabalho. Grande parte dos alunos que freqüentam o 2º grau trabalham 40 horas ou mais por semana, o que os leva, quase que necessariamente, a freqüentar o curso noturno que apresenta altas taxas de perda. Neste sentido, a escola brasileira estaria expulsando jovens trabalhadores.

As adolescentes, por apresentarem melhor rendimento escolar, constituem um contingente maior de candidatas ao 2º Grau e sofrem, direta ou indiretamente, menor pressão para trabalhar fora, sendo-lhes destinado principalmente o trabalho doméstico que, a despeito de ocupá-las um bom número de horas, é mais compatível com as atividades escolares. A autora continua a argumentação salientando ser possível que ocorra pressão para que as adolescentes não freqüentem o curso noturno, pois imaginária e concretamente, sua segurança física e sexual é mais ameaçada que a masculina. Assim, as secundaristas tendem a freqüentar, mais que os rapazes, o turno diurno, que apresenta menores índices de perda (p. 49-50).

A expansão crescente da educação formal feminina não tem sido suficiente para fazer convergir as carreiras escolares que seguem homens e mulheres. As pesquisas têm apontado que de uma forma constante através dos anos, e de uma forma sistemática na história individual

estudantil, as mulheres tendem a seguir, em todos os níveis considerados (2º Grau, vestibular, superior), cursos impregnados de conteúdo humanístico e voltados para as letras, que desembocam Imediata, ou posteriormente, para profissões tradicionalmente desempenhadas por mulheres: magistério, artes, enfermagem. Os rapazes seguem preferencialmente cursos técnicos. Três tendências vêm marcando essa distribuição diferenciada pelos ramos de ensino: a especialização tende a ocorrer tão precocemente quanto o sistema escolar permita; ela se mantém relativamente constante pelos graus escolares; são frágeis os indícios de que esta estratificação sexual tenderia a diminuir (Rosemberg & Pinto, 1985). O que se observa de novo é uma feminização de certas carreiras com perda paralela de prestígio. Por ser uma questão que vem sendo discutida na atualidade, para os níveis escolares a partir do 2º Grau, resolvemos incorporá-la no próximo item, que discutirá a participação das mulheres no vestibular e no 3º Grau.

Vestibular e 3º Grau. Pesquisas e relatórios sobre o sistema de ensino no Brasil realizados durante os anos 70 assinalam, com muita ênfase, a extraordinária expansão do 3º Grau no período (Cunha, 1975; Lewin et al., 1977; Kerstenetzky et al., 1979; SESu/MEC, 1980).

A qualidade desta expansão mereceu a atenção de relatórios oficiais e de pesquisas que indicaram um padrão diferenciado de crescimento com relação aos tipos de cursos e de entidades mantenedoras (Cunha, 1975; SESu/MEC, 1979): "a maior concentração do alunado (...) encontra-se na área de Ciências Humanas e Sociais. Esta expansão ocorreu principalmente no início da década, com o incentivo dado à criação de pequenas escolas isoladas particulares, as quais, não possuindo condição de investir em outras áreas, optaram na maioria das vezes, pelos cursos de humanidades, principalmente as licenciaturas" (SESu/MEC, 1980, p. 2-3).

A partir de 1975, deu-se início a uma série de atos governamentais que diminuiriam, intencionalmente, o ritmo de crescimento do ensino superior: cursos foram fechados e a matrícula, que vinha apresentando uma curva ascendente até 1979, estagnou, para, em 1982, decrescer (Rosemberg & Pinto, 1985). Para Antônio Cunha (1975), essa expansão do ensino superior, no início dos anos 70, pode ser explicada em termos da substituição de um projeto de ascensão social através de poupança e investimento por uma ascensão via sistema educacional. A queda das matrículas, pós-milagre, tem sido também explicada pela crise econômica que afetou o poder aquisitivo e acarretou uma desvalorização do ensino superior tendo em vista o desemprego que atingiu inclusive a população com diploma universitário.

Algumas pesquisas relativas a este período enfatizam, também, com muita ênfase a intensa

contribuição das mulheres na expansão das matrículas no ensino superior (Barroso & Melo 1975; Lewin et al., 1977; Kerstenetzky et al., 1979; Rosemberg et al., 1982). Outras, apenas mencionam de passagem (Cunha, 1975).

A qualidade de expansão de matrículas masculinas e femininas no ensino superior foi minuciosamente analisada por várias autoras (Barroso & Mello; 1975; Lewin, 1977, 1980; Miranda, 1979; Rosemberg et al., 1982). Destacam-se, dentre eles, os trabalhos de Helena Lewin (1977, 1980) e de Carmen Barroso e Guiomar Namó de Mello (1975), pois focalizam a guetização sexual das matrículas no ensino superior e das escolhas entre vestibulando(as).

Helena Lewin (1977) construiu uma "Tipologia das preferências educacionais", para a qual estabeleceu uma escala de feminização a partir das porcentagens de escolhas femininas (carreiras femininas, carreiras mistas, carreiras masculinas). Analisando a distribuição das matrículas entre 1973 e 1977, conclui que o acesso mais intenso de mulheres ao ensino superior se deu nas carreiras femininas, acentuando a "estrutura de carreira estratificada por sexo". Ao analisar a feminização de carreiras anteriormente masculinas e que se transformaram em mistas, a autora assinala que seu efeito é muito mais "ilusório que real, porque grande parte dos egressos vão ocupar funções de magistério ou administrativas dentro destas profissões" (Lewin, 1980, p. 54). Dentre as carreiras mistas encontravam-se, em 1977: arquitetura, matemática, química, medicina, odontologia e estatística. Quanto às carreiras masculinas, Helena Lewin considera que, apesar de reduzida, a presença feminina é aí potencialmente revolucionária, esperando que o tempo se encarregará de garantir e ampliar esse pequeno "interstício" aberto em reduto masculino. Avaliando os resultados no vestibular, a pesquisadora mostra que é exatamente nestas carreiras que as candidatas apresentam melhor desempenho no vestibular.

Analisando a escolha efetuada por vestibulandas e as matrículas no ensino superior, Barroso e Mello (1975) chegam a resultados semelhantes. A evolução das matrículas femininas entre 1956 e 1971 indica a mesma tendência de concentração nas carreiras femininas, tendo mesmo se acentuado apesar da diversificação do ensino superior no período. "O aumento da concentração das mulheres em determinadas carreiras - especialmente as que conduzem ao magistério secundário - resulta de duas tendências paralelas. De um lado, há a 'feminização' dessas carreiras. De outro, sua expansão relativamente maior" (Barroso & Mello, 1975, p. 54).

Celso Ferretti (1976) também se deteve na análise das escolhas de candidatos(as) ao CES-CEM de 1971 e 1974. Notou a manutenção da escolha das moças pelas carreiras femininas e

dos rapazes pelas masculina, e a alteração da composição sexual na escolha de algumas carreiras: educação física, farmácia, bioquímica, odontologia, medicina.

Mais recentemente, um grupo de pesquisadoras realizou uma pesquisa sobre a trajetória de mulheres na Universidade Federal de Minas Gerais (Silva et al., 1987). Destacando o corpo discente, as autoras assinalam a mesma guetização sexual das carreiras e um aumento importante de mulheres entre estudantes de pós-graduação no período compreendido entre 1975 e 1985.

Por vezes, o tom que cerca a constatação desta guetização é lamurioso, pois, as carreiras escolares femininas conduzem a profissões pouco valorizadas no mercado de trabalho, que redundam em salários menos vantajosos para as mulheres. É como se fosse desvelada uma armadilha, pois a discriminação que vivencia a mulher no sistema educacional muda de rumo: ela não se efetua mais através de impedimento de acesso ao sistema educativo, mas se transferiu para seu interior. A partir desta constatação, foram sendo elaboradas propostas explicativas. Condições materiais, como horário de funcionamento e localização dos cursos, podem se constituir em fatores que orientam escolhas, se combinadas com determinações culturais: cursos noturnos e distantes dos locais de moradia podem restringir as opções femininas (Barroso & Mello, 1975).

Levantou-se, também, como hipótese que, apesar de serem melhores alunas que os rapazes durante os anos de escolaridade básica e secundária, as moças seriam menos competentes em exames impessoais e relativos a disciplinas técnicas.

Assim, alguns estudos descrevem, e procuram compreender, resultados obtidos por moças e rapazes nos exames vestibulares: foram constatados resultados masculinos melhores que os femininos em áreas disciplinares diversificadas (Barroso & Mello, 1975); nas provas para cursos tecnológicos (Silva, 1977); em matemática (Blumenthal, 1983). Algumas pesquisas relacionam o ramo do secundário anteriormente cursado, a freqüência a cursinho e resultados no vestibular (Barroso & Mello, 1975; Rodrigues & Guimarães, 1977; Silva, 1977).

Estes estudos apontam os complicadores metodológicos para se efetuar comparações (a pré-seleção para carreiras específicas determinaria uma concorrência seletiva) e, quase todos tomam muito cuidado para não reforçar teses naturalizantes a respeito de aptidões inatas sexualmente diferenciadas. Apela ao processo de socialização que levaria as moças a apresentarem nível de aspiração inferior e diferente ao dos rapazes. Porém, ainda foi possível escrever,

no final da década de 70, que "os cursos que oferecem as licenciaturas foram mais procurados por estudantes do sexo feminino, procedentes de cursos normais. Essas carreiras, geralmente, não oferecem perspectivas de remuneração muito elevada, sendo por isso mais adequadas para as mulheres que, de acordo com padrões tradicionais se contentam com estes salários, arcando com despesas complementares no orçamento doméstico (Silva, 1977, p. 165, grifos nossos).

Fatores intra-escolares, principalmente os relativos a orientação educacional e profissional, são evocados por Mello (1977): profissionais que atuam nestas áreas tenderiam a reforçar orientações na escolha de carreiras sexualmente enviesadas de acordo com estereótipos tradicionais. Foram, também, realizadas pesquisas que tentam compreender as escolhas por determinadas carreiras escolares através de estudo de motivações (as mais antigas) ou representações (as contemporâneas) de jovens quanto ao significado das profissões. As pesquisas envolveram normalista (Cysneiros, 1980; Novaes, 1981; Vecina, 1986); vestibulando(as) (Ferretti, 1976); universitários(as) (Correa, 1985). No plano teórico-metodológico algumas destas pesquisas apresentam, em nosso entender, problema a ser destacado. Partindo de reflexões sistematizadas sobre determinantes de escolha de carreira (portanto explicações) procuram ou esperam reencontrá-las nas respostas dos sujeitos. É como se reflexões, explicações e teorias não fossem constructos, mas entidades reais presentes na ação das pessoas. Parecem se esquecer que "as teorias podem ajudar-nos a entender a prática, mas não podem reduzi-la à lógica de uma fórmula matemática" (Giroux, 1983, P. 51). Neste caso, o que se observa não é reduzir a prática a uma fórmula matemática, mas esperar que ela contenha e reifique a teoria. Assim, se a nível interpretativo ou teórico, sugere-se que as mulheres seguem determinadas carreiras porque elas permitem conciliar trabalho doméstico e profissional, algumas das pesquisas esperam que as mulheres verbalizem tais interpretações quando interpeladas em entrevistas ou questionários.

Os resultados obtidos pelas pesquisas acima referidas são bastante divergentes, pois lidam com amostras diversificadas quanto à idade, ao estágio no processo de escolarização, à região do país em que vivem, e se utilizam de instrumentos para coleta de dados variados. Uma das hipóteses centrais destes estudos postula que os rapazes seriam motivados a escolher carreiras tendo em vista vantagens materiais e prestígio social; que as moças tenderiam a privilegiar motivações altruístas. As conclusões de Ferretti (1976) entre vestibulando(as) vão parcialmente

nesta direção. Corrêa (1985), Investigando estudantes universitários(as), encontra entre os alunos de medicina de sexo masculino uma certa ênfase em mencionar determinações altruistas na escolha profissional; Cysneiros (1980), Novaes (1981) e Vecina (1986) encontram esta mesma motivação entre normalistas, porém nem sempre com a mesma intensidade e/ou coerência.

Além das motivações ou representações, componentes de personalidade são usados para explicar opções por determinadas carreiras universitárias. A novidade de algumas destas pesquisas, geralmente produzidas por psicólogas, é que incluem uma avaliação da aderência de universitários(as) aos estereótipos masculinos e femininos. Comparando mulheres estudantes dos cursos de psicologia e geografia da Universidade de São Paulo, Castilho (1978) notou que as geógrafas apresentam "interesses, atitudes e orientação geral mais 'masculinos' que os estudantes de Psicologia" e que estas se apresentaram como mais ambiciosas, ativas e empreendedoras (p. 21 e 22). Um outro estudo procurou identificar traços de feminilidade, masculinidade e androginia entre estudantes de educação física, matemática e pedagogia, a partir de respostas ao inventário de papéis sexuais de Bem (Graham, 1986). O pressuposto do estudo é de que, entre educadores, androginia seria uma característica de personalidade desejável. Os resultados obtidos permitiram que a autora concluísse: "as mulheres de Educação Física são as pessoas mais Andróginas e menos estereotipadas da população estudada; e, por conseguinte, as pessoas mais flexíveis e abertas. Os homens de Matemática se mostraram como as pessoas menos flexíveis, menos Andróginas e as pessoas mais limitadas aos comportamentos e atitudes associados ao estereótipo prevalente de seu sexo". Nas alunas de pedagogia, a autora detectou características de personalidade que deixaram-na preocupada: "apresentaram um alto nível de Feminilidade, um baixo nível de Androginia e são os sujeitos mais Indiferenciados de todos os grupos. Estes resultados levantam perguntas sérias sobre a personalidade da pessoa que escolhe estudar Pedagogia e também perguntas sobre o próprio curso" ... (Graham, 1986, p.6).

Realmente, este setor da produção de conhecimentos, no Brasil, e em outros países, tem provocado tantas pesquisas quanto resultados contraditórios, dificilmente integráveis em áreas interdisciplinares de conhecimento que tentam compreender a produção da subjetividade na dinâmica social.

Finalmente, alguns textos tentam entender a escolha feminina por certas carreiras escolares através de sua percepção quanto à discriminação que poderão sofrer no mercado de traba-

lho. "Neste sentido, não seria a natureza do curso o principal fator a desencorajar as candidatas, mas as restrições quanto às oportunidades de trabalho. Isto parece especialmente plausível neste momento em que estamos escrevendo [1975], quando os jornais estão dando o devido destaque ao fato constrangedor de que até a Petrobrás não aceita geólogas e químicas em seu quadro de técnicos" (Barroso & Mello, 1975, p. 60-61).

Rosemberg e colaboradoras (1982) propõem uma interpretação para compreender a estratificação sexual de carreiras escolares na perspectiva das mulheres, incorporando o processo de socialização orientado por modelos de papéis sexuais dicotomizados, o mercado de trabalho segregacionista, e os benefícios imediatos que tal segregação traz à população feminina que necessita conciliar sua dupla perspectiva de vida: realização afetiva e profissional.

As autoras consideram que a escolha de carreiras femininas, analisadas as histórias de vida e as imposições do mercado de trabalho, refletem sabedoria de conciliação ou senso de realidade.

"Sendo dadas e mantidas as condições atuais, nada mais estratégico que, tendo a possibilidade de frequentar a escola, a opção feminina seja por cursos flexíveis. Cursos que por sua generalidade, não tecnicidade, não especialidade, permitam um leque alternativo de opções profissionais, mesmo que elas impliquem em subemprego: aulas particulares, intérprete, secretária, jornalista, recepcionista, pesquisadora etc. Cursos que permitam 'aumentar a cultura geral', resposta dada preferencialmente por mulheres quando são questionadas sobre as razões que as levaram a escolher as carreiras frequentadas. (...) Aumentar a cultura geral pode significar tanto armazenar conhecimentos gerais suscetíveis de se converterem em instrumento de trabalho profissional, quanto em serem utilizados no cotidiano doméstico; enquanto mãe, enquanto esposa, enquanto pessoa não profissional" (Rosemberg et al., 1982, p. 65).

As autoras consideram tais escolhas, diante das determinações estruturais e ideológicas, como uma estratégia de sobrevivência, como resultante de uma negociação dessas mulheres frente às contradições que enfrentam na vida cotidiana. Neste sentido suas observações se aproximam das ponderações que Jane Gaskell (1984) efetuou a partir da análise das escolhas de carreiras feitas por estudantes do high school em Vancouver (Canadá). Neste artigo, a autora enfatiza que ocorre uma escolha ativa por parte de estudantes que encaixam suas orientações ao contexto instrucional em que elas aparecem. "O cálculo do que vale a pena e do que é

útil está tão encaixado nos mercados de trabalho, diferenciados por gênero, nas ofertas de cursos diferenciados por gênero e na divisão por gênero do trabalho doméstico que as escolhas de rapazes e moças são diferentes" (p. 96).

Supletivo. Vários diagnósticos sobre os supletivos - exames e cursos - têm efetuado comparações entre a participação de homens e mulheres como candidatos(as) e estudantes. uma sistematização das pesquisas se encontra no estado da arte sobre Ensino Supletivo no Brasil (Haddad, 1987) que orientou, parcialmente, a construção deste item.

Descrevendo o perfil da clientela dos exames supletivos, Haddad assinala que até o final da década de 70, as pesquisas indicavam preponderância masculina entre candidatos(as). Para Jacques Velloso e colaboradores (1977), esta predominância masculina seria determinada pela maior necessidade dos homens participarem do mercado de trabalho; para Bernardete Gatti (1982) a maior incidência de candidatos nos exames Supletivos seria decorrente da maior permanência das meninas na escola regular e maior evasão escolar de meninos, determinada por seu ingresso no mercado de trabalho.

Pesquisas realizadas na década de 80 "detectaram a reversão desta tendência tradicional para os candidatos dos exames supletivos de 1º Grau, passando a apresentar uma ocorrência maior de sujeitos do sexo feminino", em Porto Alegre e no Estado de São Paulo (Haddad, 1987, p. 33). Apesar de menos intensa, também a proporção de mulheres aumentou entre candidatos(as) ao exame de 2º Grau.

Para Maria Helena Hildebrand (1984), esta alteração do perfil de candidatos(as) ao exame supletivo se deve à maior participação das mulheres na PEA e sua percepção da necessidade de um credenciamento mais intenso para disputarem vagas em mercado de trabalho discriminador.

Quanto à composição sexual de estudantes de curso de suplência, além de raras pesquisas se deterem na questão, os resultados não são concordes, apontando seja para predominância masculina, seja feminina, seja para um equilíbrio entre ambas.

Quanto ao rendimento nos exames, Sérgio Haddad, (1987, p. 56) conclui que "a variável sexo não apresenta comportamento homogêneo nas diversas populações pesquisadas senão para as disciplinas EMC e OSPB, em que quase sempre os homens obtêm melhores resultados que as mulheres". Claudio Moura e Castro e colaboradores (1980) compararam os resultados obtidos

no vestibular por candidatos(as) oriundos(as) dos exames supletivo e do 2º Grau regular. O desempenho das mulheres foi melhor nos dois grupos confrontados.

A comparação entre algumas pesquisas que se referem à população feminina no supletivo durante a década de 70 mostrou uma predominância feminina nos cursos mas não nos exames. Analisando os dados disponíveis para o Estado e o Município de São Paulo colhidos em 1976 e 1978 por Bonitatibus (1977) e por Gatti (1978), Rosemberg e Pinto (1985) divagam sobre os significados possíveis da diferença constatada. Advertindo, desde o início que as comparações devem ser cuidadosas, na medida em que a região e o ano considerados divergem entre si, as autoras encaminham o raciocínio no intuito de captar o significado da escolaridade para homens e para mulheres. Para elas, é possível que o freqüentar a escola para meninos e rapazes esteja mais intensamente vinculado ao credenciamento que a escola permite: certificados e diplomas significam no mercado de trabalho trunfos para seus portadores. Neste sentido, um rapaz em idade avançada para freqüentar o ensino regular teria muito interesse em obter um título acadêmico, independentemente, talvez, da volta ou permanência nos bancos escolares. Daí, concluem as autoras, sua preferência pelo exame supletivo, que lhe permite obter um certificado.

As pesquisadoras, ao tentarem compreender a escola como espaço tendo significados diversos para homens e mulheres, introduzem a questão da sociabilidade e da liberdade de ir e vir. Assim, apesar da escola oferecer possibilidades de trocas sociais para homens, a liberdade de que usufruem possibilita que circulem em espaço e tempo diversificados. Considerando que a menina e a moça também precisam se credenciar para que tenham chances no mercado de trabalho, as pesquisadoras acrescentam que por sua condição de gênero dispõem de menor liberdade de ir e vir no tempo e no espaço, sendo-lhes mais restritas as oportunidades de troca social.

Concluem: "em resumo, estamos sugerindo que a trajetória escolar de homens e mulheres, o rendimento e a utilização dessa educação em suas vidas (não apenas no futuro, mas no presente, isto é, no momento de freqüentar a escola), devem depender dos significados que lhes sejam atribuídos, provavelmente diversos, quando se comparam populações masculinas e femininas" (Rosemberg & Pinto, 1985, p. 83).

3.2 Papéis e estereótipos sexuais

As expressões "papéis sexuais" e/ou "estereótipos sexuais" permeiam a maioria das referências sobre educação das mulheres. Cedo ou tarde, a linha argumentativa faz apelo a estas expressões como auxiliares explicativos. Há consenso de que a escola reproduz estereótipos sexuais tradicionais, dicotomizados e bipolarizados. Este consenso se dá a dois níveis: que a escola seja reprodutora de práticas sexistas. O uso corrente do verbo reproduzir parece remeter, nos textos, a um significado de reforçamento de processos que ocorrem fora. Ao que parece, o sentido subjacente é de que a escola não produz relações hierárquicas de gênero, mas reproduz as hierarquias pré-existentes na família, no mercado de trabalho e na sociedade mais ampla. É como se a escola e o sistema de ensino fossem colocados entre parênteses, descolados do todo social. Ela não gera contradições próprias; apenas reproduz, reforça, o que é produzido fora. Livros didáticos, interações entre adultos e crianças não são tidos como gerados por e geradores de experiências concretas, mas como um epifenômeno de outras determinações sociais

0).

O outro ponto de consenso é de que a escola seja sexista. Não há qualquer insinuação, ou sombra de dúvida, que a escola possa se constituir em espaço social onde as mulheres vivam, de forma menos acentuada, as subordinações de gênero. Se meninas e jovens se saem melhor na escola é porque sua cultura privilegia comportamentos passivos que se coadunam com o repertório feminino tradicional. Se as meninas, adolescentes e adultas, evidenciam prazer ao frequentar a escola, procuram novos cursos (como pós-graduação), para ela voltam depois de casadas é porque não dispõem de outros canais de sociabilidade, ou porque necessitam se super-qualificar para concorrer ao mercado de trabalho. Não encontramos nos textos qualquer indício que se aproxime da visão contra-corrente e instigante de Mariano F. Enguita (1989) de que a escola seria, na atualidade, o espaço social menos sexista. "A evolução da escola não pôde (...) deixar de produzir efeitos sobre outras esferas da sociedade e sobre outras relações de produção: a família patriarcal. Todas as acusações, sem dúvida justas, que se podem fazer contra a

(1) Esta posição foi tão radicalizada (ou manipulada) que um dirigente de órgão público educacional (comprador e distribuidor de livro didático) nela escudava-se para assumir que só uma modificação no todo social alteraria o conteúdo de livros didáticos.

educação formal no sentido de que contribui para reproduzir o sexismo e a dominação patriarcal - através do conteúdo do ensino, dos estereótipos presentes na interação informal, da orientação escolar e profissional indicada por preconceitos de gênero etc. - não devem ocultar o fato de que, ao menos desde que se generalizou a educação, as salas de aula são provavelmente o cenário cotidiano em que menos se discriminam as pessoas por seu sexo ou gênero. Se existe alguma dúvida sobre isto, basta compará-las com as empresas ou com a própria família. As experiências vivenciadas pelas alunas mulheres, da igualdade formal frente aos alunos homens, de obterem com frequência melhores resultados escolares que eles e outras similares, fazem ver a legitimidade das discriminações no local de trabalho e na família e as convertem necessariamente em mais insuportáveis. Talvez isto contribua para explicar por que, no período recente, a posição das mulheres frente aos homens evoluiu mais favoravelmente que a dos trabalhadores assalariados frente a seus empregadores" (p. 230). Oxalá!

Partindo, portanto, de outra perspectiva - a da denúncia de reforçamento de estereótipos sexuais na escola - as pesquisas brasileiras focalizavam três temas principais: os livros didáticos; estereótipos sexuais entre estudantes; estereótipos sexuais sobre estudantes entre adultos.

Livros didáticos. Nosso trabalho de revisão da literatura sobre sexismo em livros didáticos foi facilitado pelo fato de dispormos de um estado da arte recente sobre o tema, elaborado por Esmeralda V. Negrão e Tina Amado (1989). As autoras levantaram 44 referências bibliográficas, entre artigos, comunicações, teses e livros que mencionam ou têm por objetivo analisar a imagem da mulher nos livros didáticos. Algumas características destas publicações podem contribuir para que se apreenda o contexto em que foram produzidas: a maior parte data da primeira metade dos anos 80, mas a produção se inicia em 1975 e se estende, praticamente, pelos últimos anos. Se um bom número foi produzido no eixo Rio-São Paulo, observa-se uma relativa exatidão ao território nacional; a grande variedade dos suportes (número de páginas, tipo de publicação etc.) é contrabalançada pela análise quase que exclusiva de livros contemporâneos e destinados ao 1º Grau. São raras as pesquisas que se detiveram em livros para o pré-primário (Eluf, 1979), 2º Grau (Chaim, 1981), 3º Grau (Ratto, 1989) e alfabetização de adultos (Rosemberg et al., 1982). Também foram poucas as pesquisas que utilizaram livros didáticos em perspectiva histórica (Lajolo, 1979 e 1982; Reis, 1989), ou rastream um longo período (Pinto, 1981).

A impressão das autoras do estado da arte mencionado sobre esta farta e variada produção

é explicitada logo de início: "numa leitura mais desavisada do material (...) recolhido, tem-se a impressão de estar frente a reflexões esparsas sobre livros didáticos, dada a diversidade teórica, metodológica e política das obras apresentadas" (Negrão & Amado, 1989, p. 14).

Aqui, também, talvez seja possível detectar duas tendências principais que marcaram esta produção. A primeira se inicia em 1975, sendo principalmente suas autoras pessoas envolvidas com a militância feminista e com a constituição da área de estudos sobre a mulher. O objetivo destes primeiros textos é introduzir a questão no Brasil, usar o tema como ponto de partida para denunciar o sexismo. A segunda metade da década de 70 é momento de grande impulso das teorias educacionais reprodutivistas no país, escapatória possível, a nível da produção académica, ao arbítrio da ditadura. Os aparelhos de estado, inclusive a escola, eram criticados de fora, pois a academia não se via cooperando ou colaborando com o governo totalitário. Assim, o terreno era fértil para críticas ideológicas que apontavam a escola como reprodutora de ideologia dominante.

uma parte dos estudos inspira-se na literatura norte-americana e europeia sobre sexismo em livros didáticos. O foco, sendo a denúncia do sexismo veiculado pelos livros, impõe já um certo recorte do que será analisado: personagens masculinos e femininos, adultos e crianças e seus atributos; a família; o contexto institucional. Pouco se fala sobre discriminação racial e subordinação de idade. Os procedimentos metodológicos se inspiram na análise de conteúdo, de forma nem sempre adequada. uma outra parte das pesquisas inspira-se, diretamente, nos trabalhos de Boggio et al., (1973) e Bonazzi e Eco (1974) que se detêm apenas secundariamente nos estereótipos sexuais. São pesquisas que se apoiam em aparato teórico inspirado no marxismo e efetuam análises qualitativas: "A preocupação com a denúncia do sexismo só é detectada quando a análise se detêm nos temas família e escola, temas estes tradicionalmente concebidos como lugares da mulher" (Negrão & Amado, 1989, p. 15). Percebe-se um maniqueísmo latente em boa parte desta produção, canhestra, ainda, no manejo de teorias e pouco afeita ao uso de técnicas ditas objetivas, que recebiam, em certos círculos, o epíteto de positivistas.

No plano descritivo, os resultados não apresentam novidades face ao que vinha sendo enunciado no exterior: personagens femininos sub-representados no texto e nas ilustrações (Pinto, 1981); merecendo menor destaque na estória ou na história (Faria, 1980 e 1984; Lins, 1983); pouco individualizados, sendo preferencialmente designados por função familiar (Pinto, 1981) e

por apelidos, muitas vezes pejorativos se são de raça negra (Jesus, 1986); são frequentemente associados a contextos internos, domésticos (Lajolo, 1979 e 1982; Pinto, 1981; Rego 1976, 1981 e 1982; Ribeiro, 1981); os comportamentos e atributos são de tipo passivo, frágil, submisso, servil, lábil (Rego, 1976; Eluf, 1979; Lajolo, 1979 e 1982; Pinto, 1981; Lins, 1983); as personagens femininas adultas são donas-de-casa, mães de família, poucas exercem trabalho fora do lar (Rego, 1976; Eluf, 1979; Faria 1980 e 1984; Nosela, 1979; Pinto, 1981; Ribeiro, 1981; Lajolo, 1982; Lins, 1983); o lazer feminino é doméstico e passivo (Eluf, 1979; Ribeiro, 1981; Lins, 1983). A montagem do perfil masculino seria a construção de um retrato em negativo, acrescido de qualidades e atividades intelectuais (Pinto, 1981).

A caracterização de personagens pertencentes a outros segmentos raciais, apesar de rara (Telles, 1987; Pinto, 1981; Jesus, 1986), evidencia uma exarcebação dos estereótipos: a personagem negra aparece especialmente como empregada doméstica (Pinto, 1981); a mulher índia como infantil, sensual, desocupada (Telles, 1987); a mulher negra nunca tem família constituída (Jesus, 1986).

A única pesquisa localizada que analisa livros universitários é de autoria de Maria Luiza Ratto (1989). A autora encontrou nos manuais de enfermagem uma identidade entre o perfil profissional da enfermeira e os traços componentes dos estereótipos femininos tal como foram descritos por Rocheblave-Spenié (1967).

"uma outra linha de pesquisa sobre material didático, pouco representada mas não menos importante, é aquela que tem como preocupação o impacto deste material sobre seu consumidor, o(a) aluno(a). Neste bloco encaixa-se o trabalho de Oliveira (1981) que, embora não tenha essa preocupação como cerne (...), aponta para a influência que a estereotipia dos livros didáticos exerce sobre a redação dos alunos" (Negrão & Amado, 1989, p. 17).

Bastante original, e com desdobramentos interessantes, é a pesquisa de Maria Cândida dos Reis (1989) sobre livros didáticos usados pela "Escola Normal da Praça" durante os anos 20 e 30. Detendo-se especialmente nos textos de história do Brasil, civismo e poesia, a pesquisadora destaca, dentre as imagens aí veiculadas, a de mãe-pátria, "mulheres com seios fartos, grandes curvas e aconchegante colo". Esta constitui uma das raras menções encontrada a algum componente de eroticidade no espaço escolar, onde corpos humanos parecem inexistir para a prática e o discurso educacional e para a retórica sobre a prática e o discurso educacional criada

pelas pesquisas. A autora procura entender esta associação mãe-pátria-mulher no momento da história do país, em que "as autoridades do Estado e parcelas da classe dominante apontavam os 'perigos' que os estrangeiros, trabalhadores Imigrantes representavam para a ordem constituída". As formas sob as quais se representava a mãe-pátria seriam uma mensagem para sentimentos de nacionalidade e integração de filhos de migrantes. Associamos, também, estas imagens de mulheres saudáveis aos ideais estéticos da eugenia que se acentuaram, no âmbito escolar, durante o Estado Novo, o momento de produção de uma retórica de aprimoramento da raça: a mãe-pátria saudável corresponde ao ideal de aperfeiçoamento da raça brasileira. Voltaremos ao tema no capítulo 5 (Corpo).

Dentre as pesquisas, também merece destaque, pela perspectiva teórica que adota, pelo cuidado na metodologia empregada e pela abrangência, a dissertação de mestrado de Regina P. Pinto (1981) - O livro didático e a democratização da escola.

Apresentando este trabalho, Negrão e Amado (1989) afirmam: "no quadro do desmascaramento da escola como mantenedora das desigualdades sociais, os estudos existentes silenciam quanto 'a outras características da população que não as definidas em termos de classes sociais'. Por outro lado, os textos críticos que denunciam elementos discriminatórios levando em conta sexo, cor etc. raramente situam sua crítica no quadro mais geral da escola igualitária. Neste trabalho, [o de Regina P. Pinto] a autora consegue resgatar a ligação entre duas vertentes, inserindo sua análise numa perspectiva histórica" (p. 29).

A pesquisadora analisou 48 livros de leitura indicados anualmente para uso da 4ª série das escolas primárias do Estado de São Paulo, no período de 1941 a 1975. Seus principais resultados foram:

- praticamente todos os indicadores, suscetíveis de captar uma posição de destaque na ilustração e no texto, privilegiam as personagens masculinas em detrimento das femininas;
- na ilustração e no texto as personagens masculinas são representadas mais frequentemente como profissionais, desempenhando uma gama mais diversificada e prestigiada de ocupações;
- as personagens masculinas são ilustradas e descritas mais frequentemente como ativas, agressivas e em contexto externo; as femininas tendem a ser ilustradas e descritas em contextos mais protegidos e em atitudes mais passivas e afetivas.

A autora conclui: "enquanto o homem **aparece** como um ser voltado para o mundo, contando com o espaço de atuação físico, temporel, profissional e cultural amplo, e mulher tem uma atuação mais restrita e voltada sobretudo para a família e e vida doméstica". E o mais grave é que tal tendência se mantém nos livros mais recentes.

As pesquisas sobre estereótipos em livros didáticos foram realizadas objetivando a explicitação e denúncia de discriminações; desempenharam uma função explicativa na argumentação sobre manutenção de comportamentos tradicionais e passivos entre as mulheres; algumas raras (como a de Regina P. Pinto, 1981) contribuíram para avançar o conhecimento sobre a escola e muitas delas serviram como ponto de apoio para sensibilização do magistério quanto ao que se vem dominando no Brasil de "educação diferenciada".

Este amplo uso de resultados de pesquisas sobre sexismo em livros didáticos através de sua divulgação oral e escrita via debates, palestras, artigos na grande imprensa, programas de televisão, que ocorre ainda nos dias de hoje, pode ser atribuída à assimilação imediata de seu conteúdo, pois o livro é o material pedagógico mais usualmente empregado pelo magistério, e ao caráter semi-caricato dos estereótipos veiculados pelos materiais brasileiros. Possivelmente, ocorre uma forma de identificação distanciada do público feminino com os estereótipos descritos - o que aparece nos livros é próximo e distante da própria experiência de mulher - o que gera adesão suficiente para manifestar indignação. Organismos oficiais, como os Conselhos da Condição Feminina, os órgãos compradores e distribuidores de livros (como a então FLE, e a atual FDE, em São Paulo), Secretarias Estaduais e Municipais de Educação organizaram seminários e materiais críticos sobre a questão (Pernambuco, 1989). Apesar disto, a nível da pesquisa, permanecem algumas lacunas: o uso que fazem deste material professores(as) e alunos(as): as dificuldades de criação de material alternativo e o que isto significa na sociedade brasileira; as formas de utilização contra-corrente destes produtos sexistas; as implicações do fato de o Estado ser hoje, no Brasil, o maior comprador de livro didático (e, na verdade, o sustentador das grandes editoras).

Apesar de o tema ainda mobilizar algumas ações de sensibilização, a produção de material educacional alternativo não discriminatório é reduzida e canhestra (1). Dificilmente se ultrapasa-

(1) O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) não atribuiu o prêmio Nísia Floresta (apenas uma menção honrosa), dada a baixa qualidade dos livros concorrentes.

sa o maniqueísmo e racionalismo da linguagem militante e se entra no afetivo. **Ao que** tudo indica, Inovações mais importantes quanto às imagens de papéis sexuais estão ocorrendo na literatura infanto-juvenil que, cada vez mais, está se tornando, nas regiões mais desenvolvidas do país, em alternativa para o livro didático.

Se, lamentavelmente, a produção crítica sobre o livro didático (veja-se o estado da arte elaborado por Freitag et al., 1989) praticamente ignora o que se escreveu e refletiu sobre imagens de papéis sexuais, algumas pesquisas que se detiveram neste tema trouxeram contribuições importantes para o conhecimento da escola, para o avanço teórico e para o resgate de procedimentos de pesquisa. A pena, como afirmam Negrão e Amado (1989), é que os canais de divulgação acadêmica sejam tão fechados e tão determinados por modismos e soluções de facilidade. Algumas das dissertações de mestrado que se transformaram em livro, e que são mais acessíveis, são exatamente as mais digestivas, as que falaram aquilo que se queria ouvir, as que, ao nosso ver, menos contribuíram para problematizar este campo do conhecimento.

Estudantes. Durante os anos 70, foram realizadas algumas pesquisas que tentaram captar se estudantes assumiriam posturas sexualmente estereotipadas. Assim, principalmente através de instrumentos fechados (questionários, escalas e inventários), elaborados a partir de uma grande variedade de enfoques teóricos, foi se construindo um quadro descritivo quanto à impregnação de "atitudes" (os conceitos usados são bastante diversos: percepções sociais, imagens, modelos, concepções etc.) sexualmente estereotipadas entre estudantes dos diferentes graus escolares: pré-escolares (Graciano et al., 1977); de 1º e 2º graus (Graciano et al., 1977, La Rosa, 1979); vestibulandos/as (Goldberg, 1975); universitários/as e pós-graduados/as (Mello et al., 1976; Costa, 1986; Grahlan, 1986).

Poder-se-ia imaginar, numa primeira leitura, que para estas pesquisas ser estudante é acidental: a escola se constitui, habitualmente, em espaço onde se localizam facilmente pessoas para serem sujeitos de pesquisa. Porém, grande parte delas acabam incorporando o contexto escolar, seja na tentativa de explicar a gênese dos estereótipos sexuais (Graciano et al., 1977), ou formular recomendações no sentido de uma ação educativa escolar visando maior igualdade de tratamento entre os sexos (La Rosa, 1979 ; Goldberg, 1975).

Apresentamos, a seguir, em algum detalhe, algumas das pesquisas localizadas.

Marília Graciano e colaboradoras (1977) investigaram a percepção social e o auto-conceito

entre crianças (de 5 a 9 anos) de classe média freqüentando escolas particulares de São Paulo, através de um Instrumento que elaboraram - o Teste de Percepção Social. Os resultados obtidos assinalam que a percepção social e o auto-conceito de meninos e meninas são "profundamente determinados por estereótipos sexuais". Observaram que a rigidez na alocação de atributos tipificados e normatizados para os sexos se intensifica com a idade. Para as autoras, os resultados são "alarmantes no caso dos sujeitos femininos. Vê-se que, com a idade [as meninas], progressivamente assimilam a seu auto-conceito características negativas, tais como passividade e fraqueza" (p. 38).

É interessante notar que os trabalhos realizados neste período no Brasil, como este coordenado por Marília Graciano, parecem incorporar sub-repticiamente um paradigma de ser humano mais próximo ao estereótipo masculino, sendo o foco de preocupação a dependência das meninas e quase nunca a falta de dependência dos meninos, componente atualmente valorizado por certa literatura psicológica. O paradigma da androginia, incorporado por estudiosos(as) do processo de construção da identidade de gênero, entra no Brasil somente na segunda metade da década de 80.

Assim, paradoxalmente, apesar de se perceber um comprometimento com as transformações nas relações de gênero, as primeiras pesquisas brasileiras podem ser enquadradas nas críticas formuladas por Hurtig (1982) a partir do balanço efetuado sobre estudos norte-americanos e europeus, onde, além da fragilidade conceitual, a autora assinala a forte impregnação de um paradigma masculino e a busca da diferença.

A pesquisa de Gradano e colaboradoras não compara meninos e meninas quanto à intensidade da aderência aos estereótipos sexuais. Suas conclusões também vão no sentido de que o que observam nas crianças "reflete a influência da ideologia dominante na cultura sobre papel sexual" (p. 38).

Investigando estudantes mais velhos, La Rosa (1979) e Goldberg (1975) encontram fortes componentes tradicionais nas concepções de papéis sexuais, mais acentuados entre rapazes que entre moças as quais tenderiam a ter uma visão menos dicotomizada e estereotipada quanto ao ser e ao dever ser de homens e mulheres.

Esta menor polarização também observada entre estudantes universitárias de São Paulo (Costa, 1986), permitiu, entre outras, a conclusão de que "existe um consenso maior com

relação às representações dos dois grupos quando o referencial é o grupo masculino do que quando se trata do feminino, o que sugere que as mulheres estão tentando mudar sua identidade social e os homens, não, na amostra investigada" (p. 77).

O autor, apoiando-se em estudos sobre grupos feministas feitos nos Estados Unidos (Williams, 1978), assinala que são mulheres jovens e de nível sócio-cultural elevado, como as que participaram de sua pesquisa, "as mais engajadas na mudança do status social de seu grupo nas sociedades atuais".

A pesquisa realizada uma década antes, por Mello e colaboradoras (1976) entre pós-graduandos(as) de diversas áreas, chegou a conclusões parcialmente divergentes, pois além de constatar aderência aos estereótipos sexuais tradicionais, a pesquisa aponta que uma parcela significativa da amostra considerava desejável a manutenção de padrões comportamentais sexualmente estereotipados. As pesquisadoras observaram, no entanto, que o grau de estereotipia evidenciado por estudantes variou em função de suas experiências individuais. Por exemplo, moças cujas mães trabalhavam fora tinham uma percepção menos estereotipada que as outras.

Carmen Barroso (1977), após uma revisão seletiva da literatura psicológica brasileira e estrangeira quanto às diferenças sexuais nos padrões de comportamento (que inclui uma análise dos estereótipos), formula as seguintes recomendações (o que também ocorre em outros textos aqui analisados): "A constatação dessas diferenças deve servir de alerta ao educador para que procure mudar as práticas educativas que possam estar contribuindo para a manutenção dessas diferenças tão prejudiciais do ponto de vista do aperfeiçoamento de igualdade de oportunidades de desenvolvimento a todos. Para o psicólogo, a verificação das diferenças deve estimular a investigação mais precisa de suas origens, o que certamente levará à melhor compreensão do comportamento humano em geral.

De qualquer forma, é importante ter em mente que a existência dessas diferenças constitui, em parte, um dos resultados mais lamentáveis das desigualdades objetivas encontradas por homens e mulheres numa sociedade que toma o sexo como critério de alocação de recursos e distribuição de poder. Nesse sentido, a análise sociológica e a análise psicológica são complementares e não paralelas" (p. 58).

Nem sempre no Brasil esta complementaridade de análises tem ocorrido. As novas correntes

psicológicas sobre formação de identidade de gênero são pouco conhecidas entre nós; pesquisadores(as) em educação, possivelmente como reação à "psicologização" que caracterizou a área nos anos 50 e 60, parecem ignorar que pessoas são dotadas de desejos e necessidades (Giroux, 1983). Dentre os raros exemplos de pesquisas em que esta integração ocorre, destacamos a tese de doutoramento de Nara M. G. Bernardes (1989) que captura como vivem meninas e meninos, negros(as) e não-negros(as) no cotidiano escolar. Seu foco é a construção de identidade de gênero. Porém, suas descrições e análises permitem que se observem meninos e meninas, suas famílias, as professoras, e, por vezes, o diretor como atores (atrizes) sociais atuando no cenário escolar.

Por vezes, meninos e meninas agem e falam como crianças: prevalece a comunidade de idade. Por vezes, as diferenças entre os sexos são marcantes. Dada a raridade com que o masculino e o feminino emergem nos trabalhos sobre o cotidiano escolar fomos à busca das diferenças observadas pela pesquisadora. O trabalho de campo foi realizado em escolas municipais situadas na periferia urbana de Porto Alegre, durante nove meses. Para as meninas, a escola é um espaço privilegiado pela possibilidade da convivência social e somente elas indicam que suas melhores amigas são colegas de escola. Tendem, por exemplo, a sentar em carteiras duplas quando dispõem desta opção. Para elas, a escola permite, também, convivência com meninos, o que pode ser preocupante para algumas mães.

A descrição de Nara Bernardes sugere uma maior ocupação do espaço físico e turbulência por parte dos meninos e uma sociabilidade mais verbal e de toques físicos por parte das meninas, "ao se deslocarem com mais energia e com movimentos corporais mais amplos, os meninos acabam por ocupar e explorar maiores porções do espaço físico do pátio" (Bernardes, 1989, p. 136). Estes padrões são perceptíveis no pátio, na aula de educação física, na convivência amistosa ou conflituosa.

As meninas tendem, também, a se aproximarem, mais que os meninos, da professora, quer pela disposição das carteiras que ocupam, quer por dela se achegar nos deslocamentos.

É mais comum que as meninas se envolvam nas atividades instrucionais propostas pela professora. "Entretanto, quando a tarefa desperta interesse, os meninos participam com entusiasmo mais visível que as meninas" (Bernardes, 1989, p. 156). Divergindo do senso comum, e de resultados encontrados em outros estudos, são principalmente as meninas que afirmam gostar de matemática.

com raras exceções, crianças de ambos os sexos consideram os meninos mais bagunceiros que as meninas. As justificativas das crianças são bastante saborosas, e fornecem, talvez, algumas pistas para que se avance na compreensão de porquê as meninas apresentam melhores rendimentos escolares que os meninos: "mais do que as meninas, os meninos sabem fazer bagunça; meninas são capazes de resistir ao apelo dos colegas para bagunçar; menino mau-caráter pratica ações indesejáveis que dizem respeito à moralidade sexual, sem a concordância da menina; entre adultos e crianças, circula a idéia de que os meninos, por serem homens, devem brigar entre si; as meninas não costumam bater umas nas outras, somente puxar o cabelo e brigar; meninos são malcriados, mal-educados e desrespeitosos; meninos maiores ensinam aos menores; meninos desejam provocar as meninas para irritá-las e ver sua reação; as meninas não participam tão prontamente da bagunça porque isto não é considerado apropriado para elas; as meninas têm menor capacidade para resistir às punições verbais dos adultos; na ausência do adulto, mais do que os meninos, as meninas são capazes de permanecer brincando e jogando de forma organizada; com mais facilidade do que os meninos, as meninas costumam permanecer sentadas e escrevendo, durante as aulas; as meninas são capazes de prestar mais atenção ao que a professora fala ou explica" (Bernardes, 1989, p. 164).

Porém, diferentemente do que se poderia esperar pelo repertório de bagunças masculinas, as meninas também são bagunceiras, porém de forma menos ostensiva e mais dissimulada: são conversadeiras como os meninos, "entretanto, como muitas vezes o fazem reservada e dissimuladamente, nem sempre a professora toma conhecimento destas ações" (Bernardes, 1989, p. 164). como, também, os(as) pesquisadores(as), acrescentaríamos.

Se de um lado estes componentes do cotidiano das meninas sugerem comportamentos conformistas, há que se destacar a rebeldia, oposição ou resistência dissimulada, menos perceptível e, por isto mesmo, talvez mais ajustável à cultura escolar. Desta pesquisa depreende-se, também, que a escola constitui locus de experiências e vivências sexuais, o que sempre se soube e sobre o que pouco se escreveu.

Adultos. Algumas poucas pesquisas se ocuparam de investigação direta quanto à estereotipia sexual em comportamentos, aspirações e expectativas de professores(as), pais e mães com relação a estudantes.

Quanto à expectativa de professoras destacam-se duas dissertações de mestrado defendi-

das na década de 80: a de Elba S. Berretto (1980) e de Vera M. Kude (1986). A dissertação de Barrotto se propôs, entre outros, o objetivo de "examinar como se manifestam as expectativas da professora no trato com os alunos de 1º Grau", exame este operacionalizado através da descrição do aluno ideal e do mau aluno. Os resultados obtidos indicam que os meninos são apontados, mais freqüentemente que as meninas, tanto como bons quanto como maus alunos. Afora este indicador, a autora não encontrou traços diferenciadores. Sua conclusão: "com base nesses resultados pode-se afirmar, em resumo, que a presença masculina é mais marcada na sala de aula, permanecendo a menina como praticamente 'invisível' na percepção da professora. A predominância da presença masculina e a pálida representatividade da figura feminina junto a um dos principais agentes socializadores na escola pode sugerir que a socialização dos meninos se processa de modo diverso. Ela tenderia a levar as crianças a aceitarem uma diferenciação de papéis sexuais que se aproxima da concepção dominante na sociedade sobre o valor relativo dos sexos, conferindo à mulher um papel de menor importância" (p. 34). Esta invisibilidade da menina poderia ganhar relevo se a pesquisadora tivesse trabalhado numa perspectiva interacionista ou da teoria da resistência. Como sugerem as observações efetuadas por Nara G. Bernardes (1989), as meninas parecem possuir um repertório de bagunças e mecanismos de auto-controle que, possivelmente, instigariam menor atenção das professoras (sua "invisibilidade") que, por sua vez, poderia gerar comportamentos de aproximação física, como os detectados por Bernardes (1989).

A dissertação de Vera M. Kude (1986) parte de objetivos bem mais restritos. Com base na literatura norte-americana, a autora levanta três hipóteses fechadas: as professoras de 1º Grau têm expectativas mais positivas em relação às meninas do que em relação aos meninos; as professoras de 2º grau têm expectativas mais positivas em relação aos meninos do que em relação às meninas; quanto mais intensos os estereótipos de tipificação sexual das professoras, maior sua conformação com as duas primeiras hipóteses. Seus resultados refutaram as hipóteses, pois as professoras apresentaram expectativas mais positivas em relação aos meninos no 1º Grau e em relação às meninas no 2º Grau, tendência tanto mais intensamente observada quanto mais intensa fosse a estereotipia na tipificação sexual. A autora conclui que, possivelmente, estaria ocorrendo uma mudança entre as mulheres quanto a seu potencial intelectual.

Não encontramos pesquisas que investigassem estereótipos sexuais a respeito de alu-

nos(as) expressos por professores **homens. A ausência desta** curiosidade sugere pistas interessantes: seriam, as mulheres, tidas pela academia como pessoas mais afeitas a estereótipos? Seria delicado lidar com questões como esta junto a professores homens por temor a indícios possíveis de erotização? A única dissertação localizada que, por seu título, sugeriria um enfoque nesta direção - O **professor de sexo masculino: teu significado na escola** - apóia-se exclusivamente em pesquisa bibliográfica, tecendo conjecturas e recomendações a partir de pressupostos (Silva, 1981). Os professores de sexo masculino não estão presentes na dissertação: é sua ausência (portanto a presença feminina) que é problematizada.

Também, são mais freqüentemente as mães, do que os pais, as pessoas a serem investigadas na família quanto às expectativas educacionais que nutrem para filhos e filhas. Campos e Esposito (1975) e Castro (1982) inquiriam apenas as mães quanto às aspirações educacionais para seus filhos e suas filhas. Silke Weber (1976) entrevistou pais e mães.

Os resultados das pesquisas divergem entre si, mesmo quando se referem a expectativas formuladas sobre o futuro de crianças pequenas. Campos e Esposito (1975), em pesquisa realizada em 1974 junto a mães residentes em São Paulo e Ceilândia (DF), que compuseram três grupos sócio-economicamente distintos, observaram aspirações a níveis educacionais e ocupacionais mais altos para os meninos que para as meninas. Observaram maior equidade na expectativa de mães de nível sócio-econômico médio, porém maior rigidez quanto ao futuro profissional dos meninos. As autoras concluem: "é importante notar que essas aspirações e expectativas estão influenciando crianças que chegarão à idade adulta no final da próxima década. Isto parece indicar que mudanças no sentido de maior igualdade entre as oportunidades para os dois sexos encontrarão ainda esta barreira à sua frente" (p. 46). Na pesquisa merece destaque as ocupações mais intensamente desejadas pelas mães para filhos e filhas: para ambos a medicina, com exceção do grupo de mães de Ceilândia que colocam o magistério como primeiro desejo para suas filhas.

Apesar de trabalhar com pais e mães de filhos(as) e idade bastante diversificada (tendo 17 anos e menos), os resultados da pesquisa realizada por Silve Weber (1976) muito se assemelham aos da anterior. Classificando pais e mães em três meios sócio-econômicos, a pesquisadora analisou como percebiam o futuro profissional de filhos e filhas. A medicina foi a ocupação mais desejada para os filhos, de todos os meios, particularmente entre os mais pobres. Para as

filhas a mesma observação efetuada anteriormente: entre pais e mães mais pobres, a medicina gó é ultrapassada pela carreira de professora, ou ter um bom emprego. Diferentemente, porém, do que observam Campos e Esposito (1975), não se percebe entre pais e mães de Recife maior rigidez quanto às aspirações profissionais para os filhos homens.

A pesquisa de Castro (1982), realizada alguns anos mais tarde e utilizando como procedimento entrevistas com mães de pré-escolares, revela resultados que se aproximam e divergem dos trabalhos anteriores. A autora observa, como Silke Weber, que as mães manifestam pouco desejo de interferir na carreira profissional de filhos e filhas. A ocupação mais desejada é a medicina, para filhos e filhas, seguida de magistério para as filhas e "oficial das forças armadas" para os filhos que freqüentam escola estadual e municipal.

Apesar de se conformarem a padrões estereotipados quanto a vários comportamentos de filhos e filhas (maior controle sobre a sexualidade das meninas), a pesquisadora não encontrou diferenças quanto à aspiração educacional. É possível que as mães entrevistadas por Castro (1982) tenham sofrido o impacto das transformações sociais que marcaram, mais ou menos, setores da vida brasileira. Talvez hoje desejassem com menor intensidade que seus filhos fossem oficiais das forças armadas.

Este balanço sobre estereótipos e papéis sexuais deixa mesmo a sensação de uma colcha de retalhos. Se de início insistimos, enfaticamente, quanto à desarticulação entre educação e a área de estudos sobre a mulher, o que marca este tema é a fragilidade do corpo teórico e conceitual da psicologia quando fornece apoio a perguntas formuladas em educação. Isto abre um campo de debates infundável, haja visto a extensa literatura sobre a questão (Luna, 1989).

4 TRABALHO

O tema trabalho tem ocupado uma posição central na produção de pesquisas originárias tanto da área de estudos sobre a mulher, quanto da educação.

Desde seu início, nos estudos sobre a mulher, a questão do trabalho feminino estimulou profusa produção teórica e empírica considerando-se, mesmo, que a "constituição desta área temática no Brasil está relacionada à discussão da incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho capitalista" (Costa et al., 1985, p. 8).

Através desta via real - que suscitou fértil e sofisticado embate entre o marxismo e a recente produção feminista - a educação formal acabou por merecer, também, atenção de cientistas sociais (1).

Rastreando a produção acadêmica contemporânea sobre mulher e trabalho, Cristina Bruschini considera que, atualmente, "existe consenso em relação a certas questões fundamentais para entender a participação feminina na sociedade como um todo e no trabalho em particular: a primeira delas diz respeito à redefinição do conceito de trabalho, tanto do ponto de vista teórico quanto operacional, ampliando-o para que nele caibam muitas tarefas que fazem parte da vida cotidiana das mulheres e de outros membros da sociedade" (Bruschini, 1989, p. 5). Aqui, a autora se refere ao trabalho doméstico, que durante muito tempo esteve alijado das teorias econômicas, preocupadas essencialmente com formas monetizadas de produção. O trabalho doméstico acaprou a atenção de pesquisadoras feministas que lhes deram visibilidade e legitimidade conceituai o que, somente agora, timidamente, começa a ocorrer nos estudos sobre educação (2).

A outra questão consensual, destacada por Cristina Bruschini, é que a participação feminina na produção social "não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura do emprego ou pelo nível de desenvolvimento da sociedade mas também (...) por características biológicas, pessoais, familiares e sociais" (Bruschini, 1989, p. 5).

A percepção da insuficiência dos modelos baseados exclusivamente na estrutura de

(1) *Para uma revisão da produção brasileira sobre mulher e trabalho cf. Cinthia Sarti (1985).*

(2) *Um balanço da bibliografia estrangeira e brasileira sobre trabalho doméstico encontra-se na dissertação de mestrado de Isabel Cristina Bergantini (1987).*

emprego, para compreender o padrão de participação feminina no mercado de trabalho, tem conduzido a análises que levam em consideração o estágio da mulher no ciclo reprodutivo e as oportunidades educacionais a que teve acesso. Aqui se incorporam pesquisas e reflexões que tentam compreender o impacto da educação formal na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

A reflexão sobre a associação gênero-trabalho-educação que propomos gira, de início, em torno destes dois eixos: o trabalho doméstico e o impacto da escolaridade no mercado de trabalho.

4.1 O trabalho doméstico e a educação

A produção brasileira sobre educação e trabalho tem se centrado exclusivamente nas formas monetizadas de produção, praticamente ignorando a existência do trabalho doméstico. Tomando-se como referência duas publicações recentes - Educação e trabalho no Brasil: o **estado** da questão de Acácia Zeneida Kuenzer (1987) e o número do Em aberto (1985) - percebe-se um embasamento teórico de fôlego, mas que não escapa ao modelo monetizado de relações de produção.

Tomemos o texto de Acácia Z. Kuenzer que descreve com minúcia um encontro de pesquisadores(as) especialistas em educação e trabalho, realizado em 1986, que "deveria, a partir de uma discussão da produção na área, identificar as lacunas com o objetivo de propor temas para investigação" (Kuenzer, 1987, p. 91).

No plano teórico, segundo a autora, um dos aspectos mais mobilizantes foi a busca da especificidade da área temática, o que possibilitou uma crítica incisiva aos paradigmas aceitos e sua reconstrução concretizada através da proposta de que área seja denominada Trabalho e Educação (e não educação e trabalho): "reconhecer que o trabalho, na organização da sociedade, é o princípio educativo primeiro, é fundamental para superar a concepção burguesa da relação entre educação e trabalho, na qual a escola deverá articular-se com o trabalho como estratégia de socialização e qualificação do trabalhador, tendo em vista as necessidades posta pelas relações capitalistas, com toda a sua dinamicidade" (Kuenzer, 1987, p. 92). Ao insistir sobre a centralidade do trabalho, o encontro propõe mais que alteração semântica, assumindo uma concepção teórica que fundamenta uma opção política.

A síntese do encontro também salienta a "necessidade de não se privilegiar como objeto de estudo apenas os 'locus' de relações de produção tipicamente capitalista, devendo-se atentar para as formas de trabalho que não são propriamente capitalistas, procurando entendê-las no processo de transformação global da sociedade provocado e determinado pelas regras fundamentais da acumulação capitalista" (Kuenzer, 1987, p. 95). Aqui se poderia entrever uma abertura para a produção doméstica o que não se desvela, porém, no levantamento de novos temas propostos para investigação mesmo quando sugere subáreas contemporâneas (como trabalho e educação nos movimentos sociais) geralmente negligenciadas. A questão do trabalho doméstico

è absolutamente omitida. Por exemplo, na subárea temática "Evolução histórica do conceito de trabalho", que permitirla sua Inclusão, não se encontra menção ao trabalho doméstico. Esta omissão se torna tanto mais evidente quando se nota a preocupação do encontro em especificar temas de investigação sobre trabalho e educação básica (1). Ora, o conceito de trabalho que pareceu nortear as discussões do grupo não permite que se vislumbre qualquer preocupação com o trabalho doméstico (2). com efeito, se a mudança de rumo nas discussões sobre educação e trabalho constitui exatamente em partir da "consideração do trabalho como princípio educativo" (Kuenzer, 1987, p. 96), seria necessário que o trabalho doméstico fosse resgatado, na medida em que parece se constituir na experiência primeira e fundamental de trabalho de crianças -meninos e meninas - de classes subalternas freqüentando a escola básica, como Nara M. G. Bernardes (1989) mostrou em sua tese de doutoramento.

Da revista **Em Aberto**, que focaliza educação e trabalho, depreende-se a mesma perspectiva de análise. Na abertura do número - "Educação e Trabalho: formação para a cidadania no ensino de 2º- Grau" - Maria Umbelina C. Salgado (1985) enfatiza a necessidade de retomar a discussão sobre o tema sob uma nova perspectiva. A nova perspectiva vislumbrada pela autora seria ultrapassar "as concepções tradicionais - cujo foco é o mercado de trabalho - pensando-se educação e trabalho, com suas múltiplas implicações, tendo por referência a questão da cidadania" (p. 2). Dentre os conceitos que necessitam ser redefinidos, Salgado destaca o de cidadão. "Historicamente, uma das principais formas de administração das desigualdades sociais, em favor da manutenção do status quo, tem sido a de condicionar a cidadania ao exercício de uma ocupação definida, negando-a na prática, por exemplo, aos não empregados ou subempregados, que não possuem carteira de trabalho" (p. 2-3). A expectativa é que, em algum momento do texto, se encontre alguma referência ao trabalho doméstico. Mesmo escapando ao mercado formal, e ampliando o conceito de trabalho para aí incluir a produção de bens não materiais (o que permite que a autora configure a educação como trabalho ao produzir e transmitir conhecimentos), o trabalho doméstico permanece distante de suas reflexões (3).

(1) É notável, também, a omissão do enfoque no sistema escolar como **locus** de relações de trabalho, vertente de análise enfatizada por Apple (1988) e Novaes (1981), que tem oferecido possibilidade de compreensão do desempenho profissional da professora, questão que retomaremos mais adiante.

(2) Faz-se necessário, também, destacar a ambigüidade de um subtema de pesquisa proposto: o impacto da participação da mulher no mercado de trabalho no rebaixamento salarial.

(3) Destaca-se, nesta publicação, o artigo de Cheywa R. Spindel sobre o menor trabalhador, texto que discutiremos mais adiante.

Para que essa nossa cobrança, quanto à omissão do trabalho doméstico na reflexão brasileiro sobre o tema trabalho e educação, não seja taxada de "radicalismo feminista", lembramos que a recente produção européia e norte-americana vêm se abrindo para esta incorporação. Destacamos alguns textos recentes que se voltam para a questão. São textos que podem ser incluídos na sociologia e etnografia da educação, com enfoque teórico marxista, que analisam a escola na sociedade capitalista contemporânea à luz das subordinações de classe, etnia (ou raça), gênero e idade.

No livro recentemente publicado no Brasil - *A face oculta da Escola* - Mariano Fernandes Enguita procura demonstrar que a escola educa seu público em relações isomorfas às do processo de produção capitalista, mais especialmente do trabalho assalariado. Ao analisar as relações sociais e práticas educacionais, o autor centra-se principalmente nos aspectos da aprendizagem que preparam os indivíduos para "aceitar a incorporar-se sem muitas fricções às relações de produção ou, mais claramente, às relações ou ao processo de trabalho dominante" e na forma pela qual a escola atua no sentido de cercear a "potencialidade de resistência e colocar obstáculos à sua capacidade de resposta" (Enguita, 1989, p. 191). Porém, neste livro e em outros textos que produziu (1), o autor não desconsidera as contradições que podem ser observadas entre os dois subsistemas sociais: trabalho e escola. como admite na introdução do capítulo final, a forma como ele mesmo apresentou "o papel da escola na socialização para o trabalho assalariado responde mais a uma lógica dedutiva, apoiada de forma genérica na evidência empírica, que a uma análise pormenorizada do funcionamento real de sistemas escolares ou contextos educacionais concretos. Disso poder-se-ia, talvez, deduzir uma imagem da escola

como um mecanismo de relojoaria que cumpre à perfeição suas funções, sejam estas declaradamente manifestas ou trabalhosamente detectadas como latentes. Na realidade, estas funções só se desenvolvem acompanhadas de uma série de conflitos, mediações, disfunções e processos entrópicos" (Enguita, 1989, p. 217). Entre as contradições que aponta, destacamos

a que diz respeito à permanência de diferentes modos de produção na sociedade capitalista, além do trabalho assalariado, e que escapam à lógica do processo de socialização escolar. Quanto à persistência de modos de produção diversos do trabalho assalariado, o autor resgata "do porão da vida privada", entre outros, o modo de produção doméstica. "Tradicionales Cf.

tradução recente "Educação e Teorias de Resistência" publicada em Educação & Realidade (1989).

mente, as destrezas e capacidades, assim como as disposições e valores necessários para este tipo de trabalho tem sido o objeto da socialização das meninas - e, secundariamente, dos meninos, embora as transformações nas condições e formas de vida produzidas pela industrialização, pela urbanização, pela introdução e aperfeiçoamento crescentes dos aparelhos domésticos e pelo desenvolvimento de novas necessidades tornaram obsoleta esta via tradicional de aprendizagem. Sobretudo no terreno propriamente cognitivo, as novas destrezas e capacidades necessárias já não podem ser transmitidas de geração em geração precisamente por isso, porque são novas e não uma herança cultural talvez de séculos. Entretanto, a escola, à qual se confiou a educação em outros campos, substituindo também a outras velhas formas de aprendizagem -por exemplo, na qualificação para o trabalho ou na doutrinação religiosa, antes desenvolvidas nas próprias famílias como unidades produtivas, nas organizações gremiais ou nas igrejas -, não se ocupou paralelamente das necessidades criadas pelas transformações na vida doméstica" (Enguita, 1989, p. 223).

É exatamente no interstício desta contradição - experiência de trabalho doméstico em casa x aprendizagem escolar - que uma das raras pesquisas brasileiras sobre educação tematiza o trabalho doméstico (1). Estamos nos referindo à tese de doutoramento de Nara M. G. Bernardes (1989) - *Crianças oprimidas: autonomia e submissão*. Apesar (ou talvez, por isto mesmo) do objetivo de sua pesquisa se estender para além da escola - "a construção da subjetividade, da dimensão da autonomia/submissão de meninos negros e não-negros e de meninas negras e não-negras, da classe trabalhadora que habitam a periferia urbana sob o enfoque das múltiplas opressões que incidem sobre eles e elas: idade, gênero, classe social e raça "(Bernardes, 1989, Resumo) - a caracterização do "fazer cotidiano" destas crianças, através do trabalho doméstico em casa, da vida na escola e das atividades lúdicas permite à autora repensar o processo de construção do saber escolar. Confrontando as práticas pedagógicas escolares com processos cognitivos desenvolvidos em outros espaços de vida da criança, em particular a casa e o trabalho doméstico, a autora assinala: "ao aprenderem as tarefas domésticas, as crianças entendem

1) Em 1984, Felícia R. Madeira apresentou no seminário Zahidé Machado Neto, em Salvador, o texto - "Ainda a questão do trabalho doméstico x capitalismo" - no qual aponta semelhanças entre as reflexões sobre educação/trabalho e sobre trabalho doméstico/capitalismo. Apesar de constituir um texto relevante, dadas a perspicácia e profundidade da análise, os temas são tratados em paralelo, havendo apenas a insinuação de sua integração a nível de mobilidade social.

o que estão fazendo, porque estão fazendo, como devem fazer e a que se destina tal tarefa. Isto faz com que a aprendizagem do trabalho doméstico tenha sentido e não se mostre confusa e fragmentada como acontece com a aprendizagem do saber escolar" (Bernardes, 1989, p. 185).

A preocupação com o desenvolvimento da identidade sexual permite que a autora, ao entrar na escola, não a focalize apenas sob a ótica das situações de ensino-aprendizagem, mas como espaço de construção de identidades masculina e feminina. Aqui, a discussão parte da constatação da feminização do magistério e se apoia na proposta teórica de Chodorow sobre a construção da identidade de gênero através do processo de identificação, que tende a assumir, no caso dos meninos, um caráter mais posicional e, no das meninas, mais pessoal.

Considerando que o processo de identificação primária ocorre na família patriarcal - corr, modelos bastante rígidos e dicotômicos de papéis masculinos e femininos adultos - a autora sugere a necessidade de ampliação de modelos disponíveis para identificação de meninos e meninas que poderiam "conduzir à construção de identidades de homens e mulheres menos estereotipadas e dicotômicas" (Bernardes, 1989, p. 183). A escola poderia, então, se constituir, em um espaço de convivência social aberta a múltiplos modelos masculinos e femininos, o que não vem ocorrendo, dada a feminização do magistério pré-escolar e das séries iniciais do 1º Grau.

A novidade que traz a tese de Nara Bernardes não provém apenas da descrição minuciosa de como percebem meninos e meninas o cotidiano escolar, mas de desfazer a dicotomia casa-escola: em ambos os espaços ocorrem situações de aprendizagem; em ambos os espaços ocorrem processos que permitem a construção da identidade sexual (1).

O tipo de pergunta que esta tese se propõe a desvendar permite capturar a criança como um mediador trazendo a cada dia as mensagens culturais elaboradas em casa para além do portão da escola, e vice-versa, influenciando-as mutuamente através de suas próprias práticas e respostas. Esta condição de mediadora vivida pela criança, e a percepção da escola como espaço onde outras coisas ocorrem, além da relação ensino-aprendizagem, permite que se compreenda a fala de uma das mães entrevistadas por Nara Bernardes: retirar sua filha da escola por temor a práticas sexuais que aí possa experimentar.

(1) A tese de livre docência de Maria Helena Palto (1987) permite, também, que se apreenda a importância do trabalho doméstico para crianças potencialmente repetentes, como se observa através do relato do cotidiano de Angela.

Outro indicador da entrada do trabalho doméstico na caracterização da vida de escolares provém de suplemento da PNAD 1982 que lhe destina um quesito específico.

uma outra forma que certa literatura estrangeira vem relacionando trabalho doméstico e educação é através de algumas pesquisas antropológicas e etnográficas que se associam às teorias da resistência em oposição ao determinismo estruturalista característico das teorias crítico-reprodutivistas. Considerando o alunado como pessoas, e não massas amorfas, que tem a possibilidade de se acomodar ou resistir a alienação escolar, Willis (1977) focaliza a oposição trabalho mental-intelectual: "A escola tem favorecido [aos adolescentes] uma certa resistência ao trabalho mental e um inclinação em favor do trabalho manual. O trabalho manual, ao menos, está fora do domínio da escola e traz consigo - embora não extrinsecamente - a aura do mundo adulto real. O trabalho mental exige muito, e invade - tal como a escola - com determinada profundidade áreas que são crescentemente adotadas como suas, como privadas e independentes (...). A resistência ao trabalho mental converte-se na resistência à autoridade tal e como se aprendeu na escola. A específica conjunção no capitalismo contemporâneo entre o antagonismo de classe e o paradigma educacional converte a educação em controle, a resistência de classe (social) em rejeição educacional e a diferença em divisão de classes (Willis, 1977 apud Enguita, 1989, p. 237).

Autores como Willis têm procurado analisar subculturas escolares apoiadas em valores do trabalho manual, constitutivos da cultura operária, como alternativas aos valores da escola. A alternativa à escola para setores do alunado feminino pode apoiar-se em valores da subcultura do trabalho doméstico - que envolve tanto atividades de produção quanto de reprodução - como forma de resistência à socialização escolar.

Estas formas de resistência observadas em outros contextos culturais ainda não fazem parte do repertório de estudos brasileiros (1). Afora os textos de Nara M. G. Bernardes (1989) e de Felicia Madeira (1984) já mencionados, o trabalho doméstico entra parcimoniosamente no conjunto de estudos sobre educação. Por outro lado, a educação é apenas descrita nas pesquisas sobre trabalho doméstico. Assinalamos, a seguir, alguns dentre eles, onde ocorre alguma forma de interação entre trabalho doméstico e educação.

. As análises de uma de nós quando procura compreender os determinantes da maior participação feminina entre o estudantado nas regiões em que o mercado de trabalho é mais refratá-

(1) A tese de Olinda Maria Noronha (1984) - *De camponesa a "madame": trabalho feminino e relação de poder no meio rural - analisa a resistência de cortadoras de cana que, apesar dos novos imperativos da produção (tempo e espaço redefinidos pela usina), não abdicam da esfera doméstica, assumindo uma multiplicidade de funções.*

rio às mulheres (Rosemberg et al., 1982). Nesta análise, recorreremos à hipótese de que, nestas regiões, as famílias contariam com um número maior de mulheres ocupadas em atividades domésticas, liberando as demais para continuarem seus estudos.

. O olhar, acostumado ao trabalho doméstico, sobre as condições materiais da escola flagrado entre professoras por Maria Helena Souza Patto (1987), entre mães por Maria Malta Campos (1982), e entre alunas por Nara M. G. Bernardes (1989).

. No espaço relativamente fluido entre a ação política, o exercício da sociabilidade e o trabalho doméstico, alguns estudos, entre os quais a tese de doutoramento de Maria Malta Campos (1982), destacam a luta das mulheres, principalmente mães, através de Clubes de Mães ou de outras formas de associação nos bairros, para obter a construção de escolas e creches e para melhor equipá-las. "Longe das polêmicas acadêmicas a respeito das contradições 'principais' e 'secundárias' do sistema, as mulheres que participaram da pesquisa, indicaram como se interligam, no cotidiano do bairro e nas lutas locais, os efeitos das condições de vida enfrentadas pelas famílias, da ideologia que justifica a submissão da mulher, da divisão de papéis que a conserva mais próxima aos problemas do bairro e à educação dos filhos. Elas mostraram que o início do processo de questionamento dessa realidade e dos valores que a justificam encontra-se na mobilização das mulheres a partir de seus papéis de donas de casa, de mães, de moradoras da periferia. Contraditoriamente, é partindo de questões ligadas aos papéis que tradicionalmente são atribuídos à mulher que ela pode chegar a questioná-los. No caso dos problemas concernentes à escolarização das crianças, isso é tanto mais verdadeiro quanto se considera a forma pela qual a escola lida com o sentimento de culpa que toda mãe já traz dentro de si, como consequência da responsabilidade pela educação das crianças que lhe é exclusivamente atribuída. Mais do que qualquer outro problema, o questionamento da escola, enquanto processo de conhecimento crítico, depende de uma reflexão sobre o papel da mulher enquanto mãe. A ligação estreita entre estas duas questões nos foi revelada pela forma através da qual os dois grupos de mães que participaram da pesquisa encaminharam suas discussões, intercalando constantemente considerações a respeito de um e outro tema" (Campos, 1982, p. 298-299).

. A distribuição de classe e o desempenho profissional de professoras em função do ciclo reprodutivo e de suas atividades domésticas (Patto, 1987).

. A representação freqüente, em livros didáticos, do trabalho doméstico como atribuição feminina (Pinto, 1981).

. Alguns textos sobre educação em meio rural que descrevem a atividade doméstica desenvolvida por meninos e meninas. A constatação, na pesquisa coordenada pela UFCE (Universidade Federal do Ceará (1983) que meninas cuidam mais de irmãos menores e se encarregam do fornecimento de água para a casa e os meninos trabalham na lavoura ou cuidam dos animais domésticos permitiu uma associação com a frequência à escola rural: as meninas, além de mais numerosas, tendem a atingir, mais que os meninos, a 4ª série.

. Descrições sobre a rotina do cotidiano escolar de professoras rurais, quando falam de si mesmas ou quando respondem a pesquisadores(as). "As atividades da escola começam às 7:00 horas da manhã, mas eu começo a trabalhar às 6:00 horas. Eu tenho que arrumar as salas e limpar a escola. Quando os alunos chegam na sala, eu faço a chamada e depois vou corrigir as tarefas de casa. Depois de corrigir as tarefas, ou inicio a aula. Uma hora depois, eu passo uma tarefa para os alunos fazerem na sala e vou para o mato procurar lenha para fazer a merenda. Depois de arrumar a lenha, eu acendo o fogo e vou para as casas pedir panelas emprestadas para fazer a merenda dos alunos. Enquanto estou preparando a merenda, volto até a sala de aula para acalmar a bagunça dos alunos. A merenda é feita em cima de umas pedras no quintal da escola. Quando chove, eu preparo numa das casas vizinhas da escola.

Quando os alunos terminam de fazer a tarefa de classe, eu divido a merenda com todos eles. Depois da merenda, tem um recreio de 15 minutos. Depois do recreio todos retornam às aulas. No final da aula, eu passo novas tarefas de casa para eles devolverem no dia seguinte. Depois eu despacho os alunos às 11 e meia. Antes eu despachava às 11:00 horas, mas a supervisora reclamou que eu estava despachando muito cedo, aí eu passei a despachar às 11 e meia.

Quando os alunos vão embora, eu ainda fico na escola para limpar e preparar as salas para o outro turno da tarde. Depois de arrumar a escola, eu vou lavar as vasilhas que tomei emprestado e devolver. Só aí é que vou para a casa preparar o almoço de minha família. Além da escola tenho que cuidar de meu marido e de cinco filhos: um de quinze anos, um de oito, um de seis, um de quatro, e um de um ano e quatro meses que ainda amamentou.

À tarde eu não dou aulas mas tenho que fazer todas as outras tarefas" (Paixão, 1987, P. 113).

. O uso de sua casa, dos equipamentos domésticos, do que aprendeu para ser dona de casa faz parte do cotidiano de muitas professoras rurais. Além de ensinar, a professora nutre:

"As Informações dos OMEs (1) revelam também que um número representativo de professoras assume a iniciativa de transportar o material para preparo da merenda às suas próprias expensas, muitas vezes utilizando o transporte animal, outras vezes fretando carro em grupo com professores que moram na mesma região e também por meio do ônibus que faz a linha deixando-o no ponto de descida e dali a professora conduzindo-o para a sua casa muitas vezes em sua própria cabeça (...). Ao chegar à escola, este material passa a constituir outro tipo de preocupação para a professora, qual seja a falta de local onde guardá-lo, pois a existência de depósito está abaixo da média das escolas em todos os Estados e Programas (...). A ausência de uma infra-estrutura mínima e indispensável ao preparo da merenda, determina que em muitos casos a professora a prepara em sua casa, dividindo a sala de aula com a cozinha, isto quando a cozinha não é o próprio quintal, e o fogão constituído de três tijolos.

Segundo observação do estudo de caso, o preparo da merenda é feito em fogão de barro, que consome lenha, uma vez que as professoras - e são raras as que possuem fogão a gás - não recebem nenhuma ajuda para a aquisição do gás. Os utensílios são também de propriedade das professoras (...). Nesta cadeia de problemas a professora se depara com a falta d' água agravada na época 1981-1983, devido a longa estiagem, em grande parte da região coberta pelos Programas" (Universidade Federal do Ceará, 1983, p. 89-92).

. A ocupação das famílias, principalmente das mães, com as atividades escolares das crianças. Ao analisar o cotidiano em famílias urbanas paulistanas, Cristina Bruschini (1984) observa que a rotina das casas envolve o cuidado com as crianças que "podem solicitar mais atenção na orientação de lições de casa, transporte ao colégio etc."(p. 109). Na mesma linha de esmiuçamento da atividade doméstica, Elizabete D. Bilac (1983) e Danda Prado (1979) assinalam, dentre as atribuições domésticas das mães, a complementação de atividades escolares, seja cuidando do uniforme, ajudando na preparação de lições, velando para que a criança vá a escola, participando de reuniões, comprando (ou providenciando materiais escolares), facilitando o transporte da criança.

. E o papel praticamente esquecido, na memória e na literatura, de mães de classe média terem sido, e continuarem sendo, alfabetizadoras de seus filhos e filhas (Piza, 1987).

(1) OMEs - Órgãos Municipais de Educação

4.2 Mercado de trabalho e educação

As análises sobre o impacto da educação no mercado de trabalho, ou mais amplamente no processo de mobilidade social, não atentaram, por um certo período, às particularidades das trajetórias escolares e profissionais de homens e mulheres. Seja sob a ótica da Teoria do Capital Humano ou de seus críticos, escolaridade e mercado de trabalho foram tratados sob o paradigma da população masculina tida, implícita ou explicitamente, como universal. Se aqui os exemplos são numerosos, destacamos um por seu caráter exemplar. Trata-se do estudo de Carlos Hasenbalg sobre mobilidade social entre os segmentos raciais no Brasil.

Hasenbalg (1979), em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, se propõe analisar, com maior acuidade que os estudos anteriores, a parte da raça na produção de desigualdades entre populações negra e branca: "sem dúvida alguma, a grande maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas, além disto, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial" (Hasenbalg, 1979, p. 20).

Para mostrar as desigualdades, o autor analisa a mobilidade social de homens brancos e negros através de indicadores de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e renda. Os resultados de sua análise indicam que os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status: além de serem originários em sua maior parte de famílias de baixo status, eles têm menores probabilidades, que os brancos de mesma origem, de ascender socialmente, seja no campo ocupacional ou educacional. Também, sua renda, ou realização ocupacional, é inferior à dos brancos de mesmo nível educacional.

Ao lidar apenas com população masculina, Hasenbalg (1979) propôs generalizações sobre relações raciais que, pelo menos na sua totalidade, não se sustentam quando incluímos as mulheres, o nível de instrução que atingiram e sua participação na população economicamente ativa (PEA). com efeito, pesquisa coordenada por uma de nós sobre educação dos segmentos raciais no Estado de São Paulo (Rosemberg et al., 1986) mostrou que, ao incluímos as mulheres negras e brancas, a hierarquia de salários não obedece a um ordenamento racial, mas sim a uma combinação raça-sexo, onde, a mesmo nível de instrução, as mulheres brancas ocupam posição inferior à dos homens negros e brancos, e superior à das mulheres negras.

A partir da constituição da área de estudos sobre a mulher, a percepção de que o impacto do nível de instrução na participação no mercado de trabalho é diferente para as populações masculina e feminina acabou por desmistificar a falácia explicativa da Teoria do Capital Humano e fez emergir novas questões.

O livro pioneiro de Heleieth Saffioti (1969) - **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade** -

tem por principal objetivo detectar como, em uma sociedade de classes, o fator sexo atua como "válvula de escape" para manter fora da estrutura ocupacional grandes contingentes do sexo feminino. "A utilização social de caracteres raciais, assim como sexuais, permite dar aos fenômenos de natureza econômica, tais como o posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, uma aparência inibidora da percepção de sua essência (...). Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio nas relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência feminina, a bem de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas" (Saffioti, 1969, p.

247-48). É a teoria do "exército industrial de reserva" que orienta a análise da autora neste momento. A força de trabalho feminina pode ser empregada em larga escala no mercado formal de trabalho em função das necessidades da sociedade de classes: quando há necessidade de baixar os custos de produção, quando há necessidade de elevar seu ritmo de crescimento econômico.

É a partir desta perspectiva teórica que a autora encaminha seu estudo sobre instrução feminina no Brasil, enfatizando seu caráter de formação profissional e sua articulação com o mercado de trabalho: "As aspirações de ascensão social, grandemente responsáveis pela maior atenção merecida hoje pela educação feminina e pelo engajamento da mulher nas ocupações fora do lar, não superam, contudo, a necessidade que a sociedade de classes apresenta para manter seu próprio equilíbrio de hierarquizar as ocupações masculinas e femininas, em defesa da posição de chefe que o homem ocupa na família e na sociedade. Assim, se a qualificação profissional da mulher interfere na posição ocupacional desta, a estratificação por sexo intervém, não raro de modo negativo, quer na qualificação da força de trabalho feminina, quer no

posicionamento da mulher na estrutura ocupacional" (Saffioti, 1969, p. 246). É através desta ótica que encaminha a explicação de porque os salários femininos *eram*, em 1960, inferiores aos masculinos: "a menor qualificação da força de trabalho feminina, quer entendida meramente em termos de qualificação técnica, quer compreendida como um conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico, é grandemente responsável pelo fato de a mulher desempenhar as funções pior remuneradas" (Saffioti, 1969, p. 260). É também a partir da lógica da estrutura ocupacional que a autora interpreta a menor participação de mulheres entre os universitários (1965) nas regiões mais desenvolvidas do país.

De certa forma, este estudo pioneiro de Heleieth Saffioti reduz a análise de instrução de mulheres às necessidades do mercado de trabalho, e incorpora a esta matriz dados empíricos, como estes últimos, o que nos parece contraditório.

Em 1975, Glaura Vasques de Miranda publica o texto - "A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas, em 1970" - que já contém as principais características das pesquisas que se sucederam sobre o impacto da escolaridade no mercado de trabalho: baseando-se em tabulações especiais dos dados coletados pelo censo de 70, a autora analisa o impacto da escolaridade - isolada e associada a outros indicadores demográficos e sociais (idade, estado civil, classe social, regiões sócio-econômicas) - na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, avaliada através de sua incorporação, ou não, na PEA, dos setores econômicos, das ocupações e dos salários. O delineamento desta pesquisa serviu de paradigma a uma série de estudos, sincrônicos e diacrônicos, apoiados em dados coletados pelos censos de 70 e 80 e pelas PNADs (73, 76, 78, 83, 85) (1).

É necessário destacar que, da mesma forma que o estudo de Carlos Hasenbalg (1979) ignorou as relações de gênero, a quase totalidade das pesquisas sobre o impacto da escolaridade feminina no mercado de trabalho ignoram as relações raciais. Até o presente momento, talvez as únicas pesquisas contemporâneas disponíveis sejam aquelas realizadas no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas tendo como abrangência territorial o Estado de São Paulo (Rosemberg et al., 1986 e Rosemberg, 1988) e na Fundação SEADE abrangendo a Região Metropolitana de São Paulo (Chaia, 1986 e 1987).

(1) Entre outros destacamos os de Camen Barroso (1977), Kerstenetzky et al. (1979), Aparecida Joly Gouveia, (1980), Rosemberg et al. (1982), Rosemberg e Pinto (1985), Cristina Bruschini (1985; 1989).

As pesquisas **avaliam** o impacto da escolaridade no mercado de trabalho através de três recortes: participação na PEA; distribuição entre ocupações e setores de atividade; diferenciais de salários. De modo geral, os estudos têm mostrado: uma alta relação entre o nível de escolaridade alcançado pelas mulheres e sua participação no mercado de trabalho; que o aumento de escolaridade das mulheres não tem sido suficiente para alterar significativamente a estrutura de empregos; que o nível salarial das mulheres não corresponde a sua formação educacional.

Algumas das pesquisas avançam no levantamento de hipóteses recorrendo tanto a fatores determinados pela estrutura de emprego, quanto ao significado e perfil da trajetória de vida (escolar, produtiva e reprodutiva) de homens e mulheres.

Glaura Miranda constatou que o impacto de estado civil da mulher sobre a participação na PEA varia de acordo com seu nível de instrução: se entre as universitárias os índices de participação na força de trabalho são quase idênticos para casadas e solteiras, o mesmo não ocorre com as analfabetas e com aquelas que têm curso primário e ginásial incompleto. Nestes últimos casos, as casadas tendem a participar menos da PEA. Procurando explicar tais diferenças, a autora salienta a importância da maternidade, pois além da taxa de fecundidade variar de acordo com o nível de instrução, varia também a possibilidade destas mulheres contarem com formas alternativas de cuidado e proteção da criança pequena, cuja ausência se constitui em fator impeditivo para a saída de casa (Miranda, 1975 e 1979).

Percebe-se, pois, que esta forma de analisar a relação entre instrução e participação na PEA escapa ao enfoque correlacionai, não atribuindo à instrução o estatuto de variável independente, mas o de indicador de um modo de vida. Cristina Bruschini salienta, neste sentido, que "a níveis mais elevados de qualificação corresponderiam oportunidades de trabalho mais **gratificantes e remuneradas**, compensando sua saída do lar" (Bruschini, 1989, p. 29-30).

Este mesmo enfoque pode ser detectado no estudo de Aparecida Joly Gouveia quando **Uta os diferenciais da salários entre homens e mulheres que possuam o mesmo nível de** instrução, apesar da aparente contradição do texto: com efeito, a autora afirma que "para que pudesse explorar a hipótese de que não é o sexo como categoria social, mas, sim, uma menor duração ou regularidade da atividade profissional o fator responsável pela situação observada seria necessário dispor de informações sobre toda a carreira de uns e outros - homens e mulheres" (Gouveia, 1980, p. 16). Para nós, a autora está chamando a atenção para as diferenças nas

trajetórias profissionais onde não atuariam mecanismos determinados exclusivamente pela seletividade do mercado de trabalho, e onde as mulheres estão mais sujeitas a viverem oscilações determinadas por sua função reprodutivas, sua subordinação a família.

Acompanhando a trajetória ocupacional de trabalhadores homens e mulheres provenientes das "classes subalternas", Celso J. Ferretti (1988) aponta para o fato de não ter percebido, entre as mulheres, esforços no intuito de promoverem mudanças que significassem aperfeiçoamento ou progresso na sua trajetória de trabalho. Citando Teresa Caldeira, o autor conclui: "ao conceberem seu trabalho fora de casa como ajuda e exceção, deixam de delinear sua identidade de trabalhadoras. Isso se manifesta de várias maneiras. uma delas é não se preocuparem com a formação profissional para si mesmas". Apesar de ser possível detectar trajetórias profissionais femininas coerentes com esta observação, estudos mencionados anteriormente sob a procura de cursos supletivos e de alfabetização, por mulheres adultas participando da PEA, indicam talvez uma modificação quanto à percepção e à prática de capacitação por segmentos da população feminina. Vale também destacar a força do paradigma masculino: a identidade da trabalhadora deve tender a equiparar-se à do trabalhador homem.

As pesquisas têm procurado compreender o impacto da educação de homens e mulheres no mercado de trabalho também através de determinações econômicas.

A pesquisa de Cheywa Spindel (1985), analisando a estrutura do mercado em conexão com a recessão econômica, observou uma abertura maior de empregos para as mulheres que para os homens. As explicações que propõe para esta absorção mais intensa de mulheres destacam três aspectos: os setores mais atingidos pela crise; "o baixo custo histórico da mão-de-obra feminina se comparada à do homem"; e a evolução da escolaridade da população empregada, ampliando o desnível de escolaridade por sexo. O interessante deste trabalho é que o ponto de partida da autora (e título do artigo) foi o de compreender a flutuação da participação de menores na PEA. Importantes, também, são suas conclusões quanto ao significado da superqualificação educacional da mão-de-obra feminina empregada no mercado formal. "Ao sobrepor as informações sobre a evolução dos níveis de instrução das mulheres empregadas e sua situação salarial, lê-se uma situação que confirma o fato já sobejamente demonstrado de que a mulher é um assalariado cujo o valor no pregão do mercado é mais baixo. Contudo, é preciso apontar para o fato de que houve, neste período, um certo ajuste entre a elevação dos níveis de escolaridade das

mulheres e a evolução de sua estrutura social. (...) Embora a lógica do capital seja a de manter o processo de acumulação recorrentemente ampliado, as formas que assume empiricamente são produtos de mediações nas quais os dois componentes básicos do processo de produção, capital e trabalho, interagem" (p. 23).

As comparações regionais e entre períodos históricos têm permitido, também, que algumas pesquisas captem outras determinações. Comparando as relações entre instrução e ocupações em São Paulo e no Nordeste, Gouveia (1980, p. 14) percebe maior desvantagem ocupacional para as mulheres em São Paulo do que no Nordeste, atribuindo-a à maior competitividade do mercado paulista e ao valor, daí decorrente, para os homens da posse de um diploma.

Esta mesma vantagem relativa das mulheres nordestinas no mercado de trabalho pode ser enriquecida se se inverte a relação que conduziu até aqui esta reflexão e se pergunta: em que medida a participação no mercado de trabalho constitui um fator facilitador ou não para que homens e mulheres prossigam seus estudos. Analisando os dados coletados pela PNAD 1978, uma de nós constatou que, no Nordeste, as taxas de participação feminina entre os estudantes, além de serem superiores às observada no Sudeste B, eram também superiores às taxas de masculinidade. Além disso, observamos que mesmo controlando-se a participação no mercado de trabalho, as mulheres nordestinas freqüentavam em maior intensidade a escola que as paulistas. Tais dados sugeriram algumas linhas de interpretação relacionadas às características próprias do mercado de trabalho nordestino, diferenciando oportunidades, o que impulsionaria as mulheres a procurarem maior nível de instrução, credenciando-se, assim, para o processo seletivo. Complementarmente supusemos, também, que o subemprego assume contornos diferentes nas regiões, o que poderia acarretar, para a população feminina economicamente ativa do Nordeste, uma certa disponibilidade de tempo que seria então canalizado, para a melhoria de seu nível educacional. Além disso, detectamos, no Nordeste, um número mais significativo de domicílios em que as "filhas" estavam ocupadas em afazeres domésticos. Talvez, o maior número de "filhas" ocupadas em afazeres domésticos possibilite que outras mulheres da família sejam liberadas para o estudo, podendo, então, permanecer por mais tempo na escola, obter maior nível de credenciamento e disputar, de forma mais competitiva, uma posição no mercado de trabalho. É importante também destacar, a particularidade do mercado de trabalho nordestino onde a administração pública constitui uma importante fonte de empregos inclusive de mão-de-obra feminina (Rosemberg et al., 1982).

Esta reversão do enfoque tem sido particularmente profícua ao se estudar a população jovem. Sem dúvida nenhuma é Felicia Madeira (1984), dentre os(as) pesquisadores(as) atuais, quem mais visivelmente vem revertendo o raciocínio do senso comum - "o jovem sai da escola para trabalhar" - e mostrando como entre certos setores da juventude o trabalho pode contribuir para a permanência na escola, possibilitando o custeio dos estudos (1). Por outro lado, em projeto de ascensão social, o jovem trabalhador procuraria a escola para credenciar-se e obter melhores posição no mercado de trabalho. Além do uso de dados macroscópicos sobre as Regiões Metropolitanas, Felicia Madeira elaborou uma série complementar de raciocínios apoiada em depoimentos obtidos junto a jovens moradores da Grande São Paulo. A escola seria vivida como um respiradouro, um lugar de trocas sociais, um espaço de comércio entre pares. Esta percepção quanto ao significado da escola entre jovens trabalhadores de ambos os sexos havia sido observada entre estudantes do curso noturno por Carvalho (1983, p. 54), especialmente entre empregadas domésticas, que "transformavam a escola em fonte de alegria". Porém, de acordo com Madeira (1984) e Rosa Ribeiro (1988), são também as adolescentes empregadas domésticas - possibilidade de emprego mais freqüente para mulheres jovens com baixo nível instrucional - que maior dificuldade enfrentam para poder associar trabalho e escola.

Esta nova perspectiva na análise da interação entre trabalho e educação, quando considera as configurações particulares das trajetórias masculinas e femininas, tem permitido que se apreendam mecanismos escolares responsáveis pela expulsão de alunos do sexo masculino do sistema de ensino. Isto é, ao invés de se imputarem determinações exclusivamente exteriores ao sistema de ensino (como a participação no mercado de trabalho), volta-se, também, para dentro da escola para se compreenderem os mecanismos de expulsão dos alunos, principalmente homens, o que permite se proporem medidas na programação de cursos noturnos e supletivos que considerem as particularidades dos(as) alunos(as). Sobre estas questões, a bibliografia brasileira apenas tem aflorado algumas das contradições enfrentadas por estudantes jovens e adultos. Por exemplo: a questão da segurança física que atinge principalmente as mulheres (iluminação, transporte, serviços de segurança); a contradição de ser provedor(a), arcar com responsais *Fletcher (1988) assinala as dificuldades metodológicas, a partir dos dados das PNADs, para se apreender a parte que cabe ao sistema escolar e ao mercado de trabalho no processo de expulsão da criança da escola.*

bilidades familiares e viver uma relação de subordinação no espaço escolar.

A complexidade das articulações entre trabalho e escola que se depreende, focalizadas sob a ótica das relações de gênero, é também notável ao se considerar o sistema de ensino como um locus privilegiado de trabalho feminino em sociedade com mercado de trabalho sexualmente guetizado.

Apesar de fazer parte do jargão contemporâneo denominar-se o(a) professor(a) de "trabalhador da educação", são poucos os estudos brasileiros que conseguem integrar a reflexão sobre procedimentos e resultados educacionais à perspectiva do mercado de trabalho sexualmente segmentado. Ou se ignora a divisão sexual do trabalho, ou se constata a participação progressiva das mulheres nos ensinos de 1º e 2º Graus. Poucos estudos examinam "a prática docente como um processo articulado às mudanças, ao longo do tempo, na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais de classe" (Apple, 1988).

Foi procurando incorporar esta perspectiva de análise da prática docente que incluímos, neste capítulo sobre trabalho, um tópico dedicado às professoras.

4.3 Professoras

Magistério = trabalho de mulher. Trabalho de mulher = Magistério. Por que? Quais tuas determinações? Quais suas conseqüências? São perguntas que provocaram algumas pesquisas, reflexões, teses e dissertações acadêmicas. A preocupação com o tema não é recente. Alguns títulos anteriores a 1975 constituem uma base, citação obrigatória nas pesquisas atuais: Luiz Pereira (1967 e 1969), Heleieth Saffioti (1969); Aparecida Joly Gouveia (1970). Estes textos re-traçam a história da constituição do magistério como possibilidade de educação feminina pós-primária, sua consolidação como profissão de mulher, o estabelecimento de hierarquias, no interior do sistema de ensino, através de reformas e atos administrativos e a origem sócio-econômica de sua clientela.

Os textos contemporâneos acrescentaram novos temas ou refinaram análises anteriores: o magistério como um dos exemplos da sexualização das ocupações (Bruschini, 1978); a taylorização do sistema de ensino que transformou a mestra em tia (Novaes, 1981); a transformação da origem social, o significado do discurso da vocação e o resgate da competência técnica como compromisso político das professoras (Mello, 1981); o ideário pedagógico das professoras nas explicações sobre as dificuldades enfrentadas pelos(as) alunos(as) (Barrotto, 1980); a formação e atuação política de professores(as) (Ribeiro, 1983); a participação feminina no ensino superior (Barroso, 1975); o conformismo e a resistência de normalistas (Louro, 1987).

Estes estudos relacionados não esgotam a publicação sobre magistério no período delimitado por este estado de arte. Cristina Bruschini e Tina Amado (1988) localizaram, entre 1975 e 1985, 21 dissertações ou teses. Porém, esta literatura apresenta uma particularidade: ser professor, para parte das dissertações e teses, "é uma profissão neutra do ponto de vista do gênero" (Bruschini & Amado, 1988).

Esta neutralidade, não exclusiva aos estudos sobre magistério, assume, a nível da linguagem, formas curiosas: ou se escreve "o professor", usando-se o genericamente masculino para homens e mulheres; ou se anuncia que a população estudada é majoritariamente feminina e fica-se por aí; ou, e a comprovação desta percepção necessitaria ser aprofundada, usa-se o genericamente masculino para generalizações e o feminino para situações concretas, exemplos, depoimentos que, muitas vezes, passam uma imagem negativa da professora.

Assim é que, das 21 dissertações e teses contemporâneas selecionadas sobre magistério, Bruschini e Amado (1988) encontraram apenas sete textos em que "embora as Inconsistências de gênero persistam, há claramente a percepção da especificidade da categoria das professoras primárias. De alguma forma, porém, essa informação não é totalmente incorporada na análise" (p. 10).

Além deste destaque, essencial para este estado da arte, nosso levantamento mostrou, também, que são poucos os estudos que se detêm no magistério de 2º e 3º Graus, e, mais raros ainda, dentre estes, os que se preocupam com as relações de gênero. Diferentemente do que ocorre com o magistério primário, onde as pesquisas procuram dissecar porquês, cornos, e que fazeres, os outros níveis de ensino suscitaram mais estudos sobre alunado que sobre professorado. Aqui, a preocupação se resume, ainda, em constatar a presença maior ou menor das mulheres e sua distribuição na hierarquia dos sistemas de ensino. Os estudos sobre feminização do magistério secundário (inclusive os nossos) partem, na verdade, da preocupação com a trajetória escolar de estudantes, detendo-se muito pouco na compreensão da dinâmica desta feminização no contexto do sistema de ensino e na sua articulação com as determinações macro-estruturais, no estilo da pesquisa realizada por Eliana Novaes sobre magistério primário (1981). Esta observação se evidencia, por exemplo, no número especial dos Cadernos de Pesquisa sobre 2º grau (nº 69). A entrada do magistério na composição dos artigos aparece apenas na seção "Relatos de Experiência", e as professoras mulheres são apenas mencionadas por Dagma Zibas (1989, p. 87) introduzir no artigo a prática inovadora desenvolvida numa escola agrícola. Porém, no contexto do artigo, poderiam tanto ser professoras como professores.

Esta constatação reforça, de certa maneira, observações que efetuamos anteriormente: um certo atrelamento das pesquisas educacionais a uma visão da escola, crítica ou não, que responderia fundamentalmente aos interesses do mercado de trabalho; uma percepção de estudante de 1º Grau como ser passivo, massa amorfa, a flexa que conduz o estímulo (a professora, o sistema de ensino) à resposta (rendimento escolar), o que implica, também numa visão fragmentada da escola, como locus exclusivo de situações de ensino-aprendizagem.

Nossa proposta neste item é, pois, ultrapassar estes enfoques e considerar, na perspectiva dos adultos, a escola como local de trabalho das mulheres e o magistério uma profissão

feminina. É sob esta ótica que foram selecionados e analisados alguns dos textos localizados pela pesquisa bibliográfica.

Nos textos selecionados pudemos destacar dois enfoques (1). uma preocupação em caracterizar o magistério como profissão feminina sob a ótica do mercado de trabalho e das oportunidades ocupacionais que o sistema de ensino abre às mulheres. Nesta perspectiva, a presença de mulheres no magistério é analisada à luz de determinações superestruturais (um mercado de trabalho guetizado) e ideológicas (a incorporação de estereótipos sexistas que se traduzem no discurso da vocação). Para este grupo de pesquisas as perguntas feitas são: como se situa o magistério no mercado de trabalho; qual a distribuição de homens e mulheres na hierarquia de postos e carreiras que estruturam o magistério; como se dá a distribuição de salários entre professores homens e mulheres; por que o magistério se feminiza; por que as mulheres continuam a seguir esta carreira profissional; como se dá sua participação nas instâncias sindicais e nos movimentos grevistas.

uma outra preocupação seria detectar, ao nível do sistema de ensino (na organização, administração, burocracia) e da sala de aula (geralmente através da fala das professoras), as ressonâncias (2) do magistério se constituir em profissão feminina.

A constatação que o corpo docente é majoritariamente feminino no Brasil é fato que vem sendo constatado e repetido exaustivamente (Mello, 1977 e 1981; Lewin, 1980; Barretto, 1981; Bruschini, 1981 e 1985; Novaes, 1981; Rosemberg et al., 1982; Rosemberg & Pinto, 1985; Bruschini & Amado, 1988, entre outros). Pela alta incidência de mulheres no magistério, principalmente de 1º e de 2º Graus, e pelo magistério se constituir uma das ocupações que mais absorve força de trabalho feminina, tem sido caracterizado como um dos guetos ocupacionais das mulheres (Bruschini, 1984 e 1985; Bruschini & Amado, 1988). Analisando as ocupações femininas, Cristina Bruschini assinalava em 1985: "uma coisa é certa, apesar dos deslocamentos, as mulheres que ingressam na força de trabalho continuam a fazê-lo em 'guetos' tipicamente femininos; em 1980, 70% das trabalhadoras ainda se concentravam em pequeno número de

(1) *Estes dois enfoques podem estar contidos em uma mesma pesquisa, como por exemplo as de Novaes (1981) e de Mello (1981).*

(2) *O uso do termo "ressonância" não foi casual. Por sua maior neutralidade reflete a ambigüidade que percebemos em alguns trabalhos. Se, no processo descritivo, as relações de gênero parecem conduzir o texto, conclusões e recomendações tendem a minimizá-las.*

trabalhos femininos: empregadas domésticas, lavradores e operárias para as menos Instruídas, secretárias e balconistas para as que possuem nível médio de instrução, professoras para as que alcançavam escolaridade mais elevada, ou mesmo média" (p. 39).

A predominância de mulheres no magistério brasileiro tem sido explicada através da perspectiva mais ampla da divisão sexual do trabalho - componente mundialmente presente no mercado de trabalho - princípio organizador baseado na pré-existência de relações sociais entre os sexos (1). A presença de mulheres no magistério não é uniforme nas diversas regiões demográficas, sendo mais intensa nas regiões menos desenvolvidas. A estrutura do mercado, capaz de absorvê-las em outras ocupações e setores da economia, bem como a importância do setor público como empregador, mais, ou menos "generoso" conforme as regiões do país, são explicações que têm sido evocadas (Bruschini, 1989).

Se Cristina Bruschini, em vários de seus textos, é bastante cautelosa na explicitação das causas que determinam um mercado de trabalho sexualmente guetizado - seus textos evidenciam mais uma preocupação com as conseqüências - Eliana Novaes (1981) arrisca uma reflexão abrangente, e, por isto mesmo simplificada. Parte da constatação de que a família moderna vem perdendo muitas das atividades que executava no passado, inclusive aquelas que eram de responsabilidade das mulheres. Serviços e mercadorias que eram prestados e produzidas no espaço doméstico passam a ser executado, nas sociedades capitalistas, pelo mercado formal. Esta passagem "além da comercialização imediata dos novos produtos, vendidos às famílias, cria um contingente populacional não ocupado, não absorvido no mercado de trabalho. As condições de incorporação, de aproveitamento desse contingente serão definidas pelas necessidades de expansão do capitalismo que se interessa, inclusive pela manutenção de um estoque regulador do preço da mão-de-obra" (p. 124). É a teoria do "exército industrial de reserva", em voga no Brasil nos primeiros estudos sobre trabalho da mulher (Blay, 1975). É nesta perspectiva que a autora compreende a feminização do magistério: "de certa forma o magistério se colocou como a opção de trabalho para a mulher e para o mercado de trabalho ocupar uma parcela da população ativa feminina pois as mulheres absorvidas numa atividade profissional

(1) *Cristina Bruschini (1989) chama a atenção para algumas das implicações desta corrente: "ainda resta esclarecer quais os processos históricos definidores de espaços bem como alertar para a hierarquia implícita na divisão sexual apontada, caso contrário ela acaba por assumir ares de divisão 'natural', própria à biologia de cada sexo" (p. 6).*

fora do lar garantem o mercado consumidor duplamente: deixam de produzir, no lar, aqueles bens e serviços comercializados pelo capitalismo, o que cria a necessidade da compra do produto e, paralelamente, o salário percebido irá permitir a aquisição da mercadoria, o que seria impossível, dentro do mercado capitalista, sem a utilização da moeda" (Novaes, p. 124 - 125).

É possível que nesta argumentação, ao impor dedutivamente a lógica perfeita da infra-estrutura econômica ao caso concreto do magistério, omitindo contradições e determinações culturais (que aparecem nitidamente em outros momentos da pesquisa), o texto acene para a "moda teórica" na época de sua elaboração. Porém Eliana Novaes (1981) desvela as implicações da feminização do magistério no plano das relações de trabalho: a taylorização da função educação, acompanhada de burocratização, especialização e perda de prestígio.

Algumas pesquisas têm levantado como hipótese, ou sugerido, uma certa circularidade do sistema de ensino ao abrir vagas para mulheres como alunas e professoras (1). Analisando a abertura do sistema universitário brasileiro às mulheres, principalmente notável na década de 70, apontávamos que esta abertura não era total. As universitárias dirigiam-se a cursos relativamente baratos, muitas vezes particulares e que encaminhavam-nas para o magistério. Posteriormente eram reintegradas, como professoras, no sistema educacional em expansão mas em deterioração, seja no plano das condições de trabalho, seja no plano salarial. (Rosemberg et al., 1982) (2).

Estudos históricos assinalaram, também, momentos em que através de atos impostos pela administração escolar, mulheres foram abertamente encaminhadas ao magistério: quando em 1824 é proposta a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, inclusive meninas, havendo portanto necessidade de formação e nomeação de mestras, como conclamaram projetos relativos à educação nacional (Saffioti, 1969). O depoimento de Jandyra França Bonzaghi prestado a Eva A. Blay e Beatriz Lang (1984) também revela esta intervenção do Estado de São Paulo: "urna das finalidades da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (da USP] era formar professores secundários, especializados nas diversas matérias. Sabiamente o governador

(1) *Felicia Madeira tem assumido perspectiva equivalente ao analisar a participação feminina no 2º Grau, considerando a interrelação entre o número de estudantes e a expansão do sistema de ensino enquanto abertura do mercado de trabalho para as mulheres (comunicação pessoal).*

(2) *Cecília Braslavski (1984) retomou esta hipótese para analisar dados relativos a alguns países latino-americanos.*

**do Estado se dirigiu à legião de professores primários, secundários, assinando-lhes o comissio-
namento pelo curso todo, desde que fosse mantida a nota 7 em cada uma das matérias do
currículo.**

As professoras acudiram em massa, espalharam-se por toda a Faculdade: primeiramente matriculadas em caráter condicional, logo depois convertida em matrícula regular, com aceitação do diploma de escola normal, desde que anterior a 1987, isto porque em 1936 tinha sido criado o Colégio Universitário e, daí por diante, nos anos seguintes, só os alunos que cursavam teriam ingresso na Faculdade" (apud Blay & Lang, 1984, p. 2138).

As pesquisas, principalmente as que se apoiam em dados populacionais, indicam que o magistério, apesar de majoritariamente feminino, apresenta uma redivisão sexual interna. Esta hierarquia interna se faz notar pela distribuição de mulheres e homens por séries e graus de ensino, pelo regime de contratação, pelo diferencial de salários (Barroso, 1975 e 1987; Mello, 1981; Rosemberg & Pinto, 1985; Bruschini & Amado, 1988). Há evidências empíricas notáveis, também, quanto à deterioração do salário do magistério de 1º Grau (Novaes, 1981) e de 2º grau à medida que aumentou a participação feminina (Rosemberg & Pinto, 1985).

Não há estudos atuais extensivos sobre a origem de classe do magistério. Porém, a análise de amostras que serviram de base para pesquisas circunscritas regionalmente indica uma tendência à modificação da composição social do magistério: na amostra que serviu de apoio para sua pesquisa, Guiomar N. de Mello encontrou que a maioria dos pais dos "professores" (90% de mulheres) "possuíam escolaridade até o primário (...) e desempenhavam ocupações de classe média-baixa ou média-média" (Mello, 1981, p. 67). Esta composição do magistério primário, bem como a importância do salário das professoras para o orçamento doméstico, têm sido componentes usados para a compreensão do discurso das professoras sobre seu trabalho.

As pesquisas que se utilizaram de amostras mais extensas compõem um perfil da professora, primária ou secundária, bastante diverso do estereótipo "da jovem espera marido": em grande parte casadas, com formação educacional média ou superior, com uma longa jornada de trabalho, cujo salário é fundamental para o sustento da família (Bruschini, 1981; Mello, 1981; Novaes, 1981). A diferença entre o perfil sócio-econômico da família de origem e da própria família que constituiu levou Mello (1981) a considerar o magistério como uma estratégia de ascensão para certas mulheres. Após comparar a ocupação dos pais à dos maridos das professo-

ras, a autora afirma: "A situação atual [das professoras] é, portanto, resultado de uma carta melhoria de vida, e é **nessa** característica que reside **sua contradição**. De um lado, **ela faz os** professores perceberem um ganho real em face da condição de **seus** pais. De outro, **ela** cria hábitos de vida identificados com os setores da classe média alta que foram os mais privilegiados pelo crescimento econômico da última década. Acontece que o outro dado real dessa situação é a desvalorização progressiva do salário do professor, reforçada pela perda do poder aquisitivo da classe média em geral" (p. 74). Assim, a professora teria uma base material - sua própria ascensão social - para apoiar um discurso liberal onde mobilidade social é atribuída ao esforço pessoal; sua posição na estrutura de classes é recente, ameaçada, obrigando-a, no plano concreto, a aumentar a jornada de trabalho para ter acesso às novas necessidades de consumo: "Que fazer então com o valor do esforço como forma de melhoria de vida?" A autora conclui: "para elas o magistério deixa portanto de ser uma profissão assalariada, pela qual se ganha a vida, para ser antes de tudo um sacerdócio, uma doação, que justifica também pelo fato de ser o salário da mulher reservado ao supérfluo (...) Em resumo, os estereótipos sobre a natureza feminina combinam-se com a situação contraditória de ser, ao mesmo tempo ganhadora em relação à sua origem e perdedora potencial dos ganhos obtidos em termos de presente e futuro" (p. 75). É neste contexto de reflexões que, mesmo usando o condicional, a autora integra sua avaliação sobre a forma rudimentar de manifestação da insatisfação por parte do magistério quanto às condições de trabalho.

Esta passagem encaminha para um tema onipresente na literatura sobre professoras: os motivos da escolha do curso ou da profissão. Talvez em nenhuma outra profissão tenha se inquirido tanto por que se está aqui e não ali. E a palavra (1) chave é a vocação. De acordo com algumas pesquisadoras ela é a mediadora - pelo menos a nível do discurso - entre as contradições de classe e as de gênero.

A desmontagem e reconstrução de textos que evocam a vocação levou-nos a questionar o valor de seu uso para a compreensão das determinações subjetivas das estudantes ou das professoras em sua escolha profissional. Os questionamentos que sugerimos são de duas ordens: a circularidade no uso da palavra na linha argumentativa; a conotação de passividade que

(1) *Usamos palavra e não conceito pois é assim que a percebemos ao longo dos textos.*

Impregna a opção profissional das mulheres. Assim, no plano descritivo, por vezes, algumas autoras subsumem sob o termo genérico de vocação motivos variados evocados pelas mulheres e imputam-lhes a autoria do termo ou utilizam procedimentos que parecem induzir à explicitação do termo ou de equivalente. Por outro lado, o que uma pesquisa considera como vocação pode não sê-lo para outra. Daí a circularidade apontada de início. E no plano explicativo, apoiadas no conceito de "inculcação Ideológica", que faz lembrar o paradigma S - R, transformam a subjetividade das mulheres em tabula rasa, ignorando o processo de negociação entre sujeitos históricos que efetuam escolhas em condições sociais concretas, também históricas, o que acarreta uma interpretação determinista, ultrapassada apenas nas recomendações, através de propostas voluntaristas. Se é verdade que não é possível generalizar para todas as pesquisas, o uso do termo vocação no encaminhamento de argumentos impregna alguns dos textos de um tom moralizante ou ideocrático, como se houvessem motivações válidas e outras não válidas. A vocação se situaria entre estas últimas.

Talvez o texto paradigmático seja o de Mello (1981). Ao investigar os motivos que determinaram a escolha para o magistério de professoras de 1º Grau já lecionando, a pesquisadora propõe oito alternativas: para cuja preparação havia escola acessível na sua cidade ou região; para cuja preparação dispunha de recursos econômicos; cuja preparação podia ser conciliada com outro trabalho; que permitia conciliar papéis de profissional e de esposa-mãe; que a família desejava; aprovada socialmente para mulher; que a família permitiu que seguisse; que preferia entre todas as demais independentemente de quaisquer restrições.

Essas alternativas foram reagrupadas no processo de análise. Para as professoras que escolheram a alternativa "opção livre", e somente para elas, a autora solicitou que indicassem porque teriam escolhido o magistério e não outra carreira. Foram, portanto, respostas abertas categorizadas em um segundo momento, cuja análise "procurou verificar se as razões apontadas referiam-se a interesses, aptidões ou habilidades ou expressavam-se nos termos mais vagos de dom, doação e vocação" (p. 133). A quase totalidade das respostas foram aglutinadas em torno do termo vocação. Os exemplos selecionados pela autora, para ilustrar o termo, associam vocação a missão, sacerdócio etc.

Os pressupostos de Mello (1981, p. 130) assim foram explicitados: "na análise e interpretação desses dados, há que levar em conta que neles se imbricam duas dimensões diferentes.

uma delas refere-se à existência objetiva de determinações da escolha profissional, a outra refere-se ao grau de reconhecimento e provavelmente de crítica que os sujeitos possuem dessas determinações". A expectativa da autora é, portanto, de um sujeito respondente capaz de devolver uma matriz discursiva analítica e distanciada sobre sua própria vida.

A autora continua: "se a escolha pelo magistério não se explica (1) - para boa parte dos sujeitos - pelas condições de vida em que se concretizou, é realmente nas qualidades subjetivas e imponderáveis que se deve buscar suas determinações. É então que a vocação surge como discurso **dissimulador**, e a condição de mulher, comum a todas elas, constitui a mediação por meio da qual essa permeabilidade se efetiva" (Mello, 1981, p. 133, grifos nossos). Alguns dos exemplos de fala de professoras pinçados no texto chamam a atenção: "desde criança tive vocação e acho que vem de pai para filho"; "sempre admirei o professor"; "desde criança sonhava ser professora". Estas falas podem abrir pistas que conduziriam a outras linhas de investigação e, provavelmente, a outras conclusões: as condições concretas de vida concreta de muitas dessas mulheres talvez tenham-lhes permitido interagir com um restrito leque de modelos de mulheres adultas profissionais. E, também, podem evidenciar uma percepção precoce de onde se situam as oportunidades de emprego para as mulheres.

A pergunta que se pode formular, então, é: em que medida a busca de explicação suscitada por uma pesquisadora educadora para justificar uma escolha escolar e profissional poderia levar a outro discurso que não o da vocação. Se ao invés de professoras, perguntássemos a médicos, qual seria sua fala? Qual o estatuto metodológico da fala das professoras no contexto desta (e de outras pesquisas)? Dal o nosso questionamento do texto em foco quando qualifica de dissimulador o discurso das professoras.

O texto, nesta parte, lida com a professora como indivíduo mulher sofrendo o impacto de uma infra-estrutura material e assimilando inculcações ideológicas. À maneira das teorias estruturalistas e da correspondência, trabalha com indivíduos (e não sujeitos) que refletem a estrutura social. Esta concepção subjacente, porém, é alterada quando o texto focaliza a professora em atividade profissional, isto é, ensinando. "A compreensão das muitas limitações à ação docente, sem que isto ameace a pessoa do professor, repousa na sua formação técnica mas não se limi-

(1) Melhor seria dizer: "não se verbaliza no contexto dos procedimentos usados nesta pesquisa".

ta a ela. É preciso pôr em relação o baixo salário e as dificuldades de carreira, com as condições técnicas precárias da escola **e dele, professor, enquanto** profissional" (Mello, p. 136, grifos nossos).

O outro texto, o de Novaes (1981), se propõe, também, compreender os motivos explicitados por candidatas que escolheram prestar vestibular no Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG). A pesquisadora agrupou uma série de respostas • gostar de lidar com crianças, ter jeito para dar aula, gostar de ajudar ao próximo - sob a rubrica vocação. Este motivo, que obteve as maiores porcentagens, foi considerado pela autora como muito ligado "ao estereótipo ainda presente de que o magistério é, por excelência, a profissão da mulher" (p. 93). Também, ao entrevistar professoras em exercício, Novaes encontrou muitas respostas que categorizou como vocação: "entre aquelas que afirmaram ter se dedicado ao magistério por vocação podem ser encontradas professoras que concebem sua profissão como um sacerdócio, como a prática de uma atividade religiosa, ao lado daquelas que afirmam gostar do que fazem e ainda daquelas que possuem uma visão política de seu trabalho" (Novaes, 1981, p. 120). Quando lhes foi perguntado se fossem homens se a opção teria sido magistério, as respostas são negativas e invocam tanto razões salariais quanto afetivas (a mulher é mais meiga, mais carinhosa etc).

Se pode ser questionável incorporar sob o mesmo rótulo (vocação) motivos tão diversificados, Eliana Novaes propõe uma interpretação bastante instigante quanto à associação entre atributos (ou estereótipos) femininos e qualidades do magistério: as professoras ao usá-los estariam defendendo seu gueto (isto é, seu espaço) no mercado de trabalho (1). "A mulher que consegue se incorporar na força de trabalho se sente gratificada e faz das tripas o coração para manter seu emprego. Nesta perspectiva é que se pretende entender a reação das professoras contra os homens que ameaçam invadir sua seara de trabalho, pois a expansão das áreas profissionais femininas ainda é lenta e de conquista difícil, o que torna a defesa do território já conquistado, imprescindível".

Cristina Bruschini (1981) traz a vocação já para o título de seu artigo: "Vocação ou prof is-

(1) Em seminário realizado em Sao Paulo, a socióloga francesa Andrée Michel formulou raciocínio semelhante ao criticar as propostas pedagógicas que pretendem "masculinizar" o corpo docente em benefício das crianças. Sugeriu que se estabelecesse um sistema de permuta de cotas: a tantos postos reservados para homens no ensino pré-escolar ou elementar, outros tantos eqüivaleriam às mulheres nos guetos ocupacionais masculinos.

são?" Depois de mostrar, apoiada em várias fontes, as condições de trabalho das professoras, encaminha a discussão sobre a vocação: "como te explica, então, que o magistério (...) com as poucas gratificações que oferece seja visto mais como **uma vocação, um sacerdócio**, do que como uma profissão?" (p. 73). Sua primeira parte da argumentação segue o caminho de que ideologia da vocação tem "por função encobrir as condições concretas em que se dão as relações de trabalho".

Sua argumentação prosegue, apontando a eficácia desta ideologia por sua internalização pelas próprias mulheres. Através do processo de socialização, "vão sendo inculcadas diferenças de temperamento" que são consideradas "naturais": a vocação materna e o desenvolvimento de baixas expectativas com relação à escolha de carreiras. Até aqui a autora assume quase que o modelo S - R. Porém, a argumentação muda de rumo e resgata "o senso de realidade" das mulheres. A partir de então, percebe-se, no texto, uma mulher ativa, participando, de certa forma, da construção de seu destino, e não uma massa amorfa: "ser enfermeira, assistente social ou educadora não são apenas escolhas profissionais, mas também oportunidades que a mulher encontra **para pôr em prática habilidades que aprendeu desde o berço**" (p. 74, grifos nossos). Por esta fina observação de Cristina Bruschini parece ser possível abrir uma outra trilha para a compreensão da atividade do magistério, principalmente primário: sua vinculação ao trabalho doméstico.

Grande parte da literatura brasileira vem tratando o sistema de ensino sob a ótica do trabalho industrial: tem-se falado em taylorização, burocratização, escola e fábrica. É verdade, a literatura tem-se referido à professora como dona-de-casa, mas numa perspectiva de justaposição de funções (veja-se ANDE, 1982). Fala-se, assim, de sua dupla ou tripla jornada de trabalho (Rosemberg et al., 1982; Madeira, 1982) e nas dificuldades decorrentes para poder participar, por exemplo, de atividades políticas e sindicais (Ribeiro, 1982). Não é a esta justaposição de funções a que nos referimos, mas ao fato de que a análise do trabalho da professora nas primeiras séries da escola elementar poderia ser enriquecida se o vissemos sob o paradigma do trabalho doméstico. Este paradigma tem sido extremamente útil na compreensão da atuação da pajem que trabalha em creche, ou da professora da pré-escola. Ele permite, por exemplo, que se entenda o tipo de interação entre pajem e criança, pajem e família e o discurso sobre sua prática.

Talvez, por se tratar de funções novas, enfocadas, desde o início, numa perspectiva da

militância feminista e do conhecimento produzido na área de estudos sobre a mulher, a compreensão da atuação da educadora na creche tem sido balizada, sem preconceitos, pelo trabalho doméstico.

Porém, a desarticulação entre as áreas de conhecimento - e de ação política - impediu que a área de educação visse na creche um espaço quase que experimental para observar e compreender processos que estão ocorrendo na escola de 1º Grau. A creche possibilita uma visão ampliada ou depurada de que, mesmo no espaço público e institucionalizado, a educação de crianças se apoia em aptidões e afetos (de proximidade e rejeição) culturalmente desenvolvidos pelas mulheres para o exercício da maternidade. Apesar da taylorização, da burocratização, relatos de professoras e descrição de seu cotidiano (Novaes, 1981; Mello, 1981; Onaindia y Leque-rica, 1983; Patto, 1987) apontam para uma certa autonomia no espaço da sala de aula, não só no que diz respeito à técnica de ensino, mas ao que Novaes denominou de "manejo de classe". Isto é, um conhecimento e uma prática de lidar com crianças que não se aprendeu na escola. As professoras, também, relatam uma gama enorme de funções que ultrapassam, em muito, as situações de ensino, atribuindo-se (ou desempenhando de fato) uma ação socializadora: conversar, brincar, ensinar bons costumes, formar a personalidade, dar amor e carinho (Onaindia y Le-querica, 1983). Se Carvalho (1989) denominou algumas destas atividades como sendo função de babá, a função subjacente, por mais que se chame a professora de tia, ainda é a maternagem.

Esta assimilação é evidente no discurso da professora quando valoriza o amor e o afeto como atributos essenciais para o desempenho de sua função (Mello, 1981). Este discurso é real, e não ilusório, mesmo que a prática não o confirme (Zibas, 1982). Na medida em que, de fato, a professora desempenha uma função que não se restringe ao ensino; na medida em que a função de socialização também participa do ensinar; e na medida em que sua formação profissional é insuficiente, a professora lança mão do repertório aprendido domesticamente - ser mãe real ou potencial, cuja base de exercício (nos foi ensinado) se pauta pelo afeto. O discurso do amor e a prática da repressão podem se integrar na figura materna: à diade mãe-filho é negada qualquer possibilidade de rejeição. Daí o discurso amoroso. Porém, como apenas amar crianças? E aquelas que não são filhos? como amar crianças tão distantes dos(as) filhos(as)? como amar crianças que fizeram com que se abandonassem os(as) próprios(as) filhos(as)? Estamos querendo sugerir, a partir de uma série de indícios encontrados na literatura, que um caminho

Inexplorado na análise de práticas e falas de professoras é a Ideologia do amor materno e sua contrapartida psicológica a "teoria da privação materna".

Estes indícios são flagrantes nas pesquisas que analisaram as justificativas atribuídas pelas professoras quanto ao insucesso escolar (Barretto, 1980. Mello, 1981; Onaindia y Lequerica, 1983; Patto, 1987; Penin, 1989): a atribuição do insucesso à família, aos pais. Estariam mesmo as professoras se referindo a família, ou aos pais? Lendo atentamente as falas, por trás de pais e de famílias, encontra-se a mãe. O discurso sobre a carência afetiva das crianças pobres, parece-nos mais um discurso sobre o "abandono materno", tão em voga nas teorias psicológicas da década de 50. Mais do que a psicologização escola-novista apontada por Barretto (1981), os relatos das professoras parecem culpabilizar mães que abandonam seus filhos para trabalhar. que vivem uniões "promíscuas" (ao invés de se dedicarem às crianças); que não se interessam pelas lições de casa etc.

Algumas falas diretamente reportadas nos textos não deixam dúvida que família significa mãe: "eles são tão carentes que nem cartilha metade da classe tem. Então manda fazer cópia em casa, não faz porque não tem, falta porque a mãe precisou sair e ele ficou com o irmãozinho" (depoimento coletado por Onaindia y Lequerica, apud Carvalho, 1989). Outras vezes, porém, é a pesquisadora que aglutina em "pais" o que parece se referir a mães: "pais desajustados, separados, problemas em família; pais desinteressados, omissos que não dão apoio afetivo às crianças, pais que trabalham fora" foram alternativas que Barretto (1980) propôs às professoras para traçar o perfil do mau aluno. Sônia Penin (1989) assim se refere às causas extra-escolares atribuídas pelas professoras ao fracasso do aluno: "famílias desorganizadas, não davam atenção, amor ou assessoramento *". Também Mello (1981) encontra as mesmas justificativas (agrupamento feito pela pesquisadora): "abandono e desinteresse dos pais; pais que não motivam; falta de condições econômicas da família para dar assistência maternal e afetiva; ausência de valores morais e desorganização da família; desnutrição e alimentação fraca".

No plano metodológico, pelo fato de não problematizarem o conceito de família assumido pelo sistema escolar e a naturalização da divisão de papéis sexuais, as autoras não atentam para a pseudo-neutralidade lingüística de palavras como família e pais. Neste sentido, perde-se o que seja voz própria da professora e o que seja reinterpretação da pesquisadora. Mas parece sustentável supor que famílias e pais na matriz discursiva escolar remete a mães (Manicom, 1984).

Assim, professoras como mães, e professoras enquanto mães parecem presas das teorias psicológicas do abandonismo, da carência materna. A maternidade moderna é uma função total. A maternidade prescrita, a partir dos anos 50, é de que a mãe é responsável por todas as facetas da vida dos(as) filhos(as), especialmente seu desenvolvimento afetivo e cognitivo. Esta ideologia do amor materno, e o paradigma funcionalista da família nuclear completa com divisão sexual de trabalho perpassam o todo social: orientam as políticas sociais e escolares; produzem conhecimento científico; são divulgadas pela mídia, por profissionais da psicologia e ensinadas, às professoras, na sua própria formação.

uma pesquisa sobre avaliação de habilidades entre Concluintes do curso normal (Gatti & Bernardes, 1977) fornece elementos para ambas argumentações: de que pais na matriz discursiva escolar, na verdade, significa mãe; e que mãe é, no discurso escolar, o agente responsável pelo adequado desenvolvimento da criança. A avaliação das habilidades das normalistas foi aferida pelas respostas que forneceram a quatro questões, uma delas envolvendo aspectos psicológicos e de dinâmica familiar de um aluno com dificuldades escolares. A questão é apresentada como um relatório cronológico, fornecendo informações sobre antecedentes e evolução do comportamento de João, na escola e em casa. As normalistas teriam que selecionar hipóteses adequadas para compreender e encaminhar o caso João. As hipóteses consideradas adequadas pelas pesquisadoras eram "as que indicavam características de personalidade do aluno (sentimentos de inferioridade e insegurança em relação ao seu desenvolvimento e aprendizagem e aos adultos, e não valorização da leitura) e comportamento coercitivo dos pais (mais especificamente da mãe)". Quanto ao comportamento coercitivo dos pais, as autoras assinalam os itens no questionário em que apareceriam (e que portanto seriam a boa escolha da normalista): "pressão dos pais", "os pais de João exercem uma pressão constante e excessiva por causa da grande preocupação que têm em 'subir na vida' " (p. 57). Transcrevemos, a seguir, como são referidos o pai, a mãe e os pais de

João no relatório simulado:

O pai: CM 31 anos; a família usa a perua que o Sr. C. tem para trabalhar; o Sr. C. é proprietário de uma pequena loja de o Sr. C. joga bola como os meninos; o Sr. C. vendeu seu negócio e agora trabalha para uma grande firma de fabricação de móveis. Os pais: Reunião de pais e mestres; preocupam-se em ter em casa enciclopédias, revistas e livros para crianças.

A mãe: TM 29 anos; Dona T. Informou na reunião de pais; a mãe preocupase muito com a limpeza e ordem da casa; faz as roupas das crianças; parece inteligente e usa linguagem adequada para se expressar; procura ensinar os filhos a falar corretamente, se preocupa com João para que venha à escola limpo e asseado; se João chega a atrasar-se um pouco para chegar em casa sua mãe chama seus colegas para saber onde está, se não consegue encontrá-lo fica muito nervosa; entrevistada na reunião de pais; parece ser ótima dona-de-casa e disse que procura dar uma boa educação aos filhos, controla João para que estude todos os dias; recomenda que vá direto para casa ao sair da escola, porque não quer que fique em casa de outras crianças para brincar; disse que fica em cima dele todo o tempo para que se alimente bem e com frequência porque está pouco desenvolvido para a idade; entrevistada; na entrevista se empenha com a leitura de João; diz que ele não sabe ler, que nunca será alguém na vida se não aprender a ler direito; agora tem uma empregada para ajudar a mãe; ontem, na saída, João foi jogar bola com os meninos "de rua" e acabaram quebrando a vidraça de uma casa. A dona da casa veio queixar-se na escola. À noite a mãe de João telefonou para a casa da diretora pedindo-lhe que impedisse os colegas de arrelhar o mesmo na escola, no dia seguinte. Disse-lhe também que me avisasse e pediu que eu não deixasse João sair da classe até que sua irmã viesse buscá-lo. João se desinteressou pela leitura, apresentou comportamentos inadequados quanto à sociabilidade. Pais são mães. Mães são as responsáveis pelo ajustamento psicológico dos(as) filhos(as).

Analisando as falas de professoras norte-americanas sobre famílias e mães, Ann Manicom. (1984) assinala: "nas poucas falas [das professoras] citadas ouvimos temas tais como negligência e abandono parental. (...) É importante não perder de vista o fato de que esta visão da professora está fundamentalmente ancorada nas teorias ideológicas produzidas pelo discurso acadêmico (como as teorias da privação materna) e nas práticas de políticas sociais. (...) Se se esquece disto, e se considera a visão da professora meramente como uma deturpação individual, então acaba-se por culpá-la. A visão das professoras sobre as mães é firmemente determinada pelas práticas e pelos discursos oficiais, como a vida das próprias mães" (p. 85).

A recomendação da pesquisadora é que a literatura crítica sobre as condições sociais, históricas e psicológicas que estruturam a vida das mulheres adultas seja utilizada nos cursos de formação de magistério de 1- Grau. Este objetivo, no contexto brasileiro, parece missão impôs-

sível pois, como já assinalamos, nem a bibliografia crítica mais palatável (por exemplo sobre sexismo em livro didático) se encontra disponível nas bibliotecas de pós-graduação!

Vale a pena destacar que se a academia e o poder público relutam ainda em assumir que professora é mulher - assunção que acarretaria um outro enfoque na compreensão de sua prática - o setor privado, em certo sentido, parece ter incorporado esta evidência em seu sentido mais tradicional e com implicações que, aparentemente, lhe são favoráveis. Esta observação partiu de análises contidas em pesquisa recentemente elaborada na Fundação Carlos Chagas (1989), que avalia a revista Nova Escola. Esta revista, publicada pela Fundação Victor Civita, é distribuída para um bom número de escolas brasileiras através de convênio que essa instituição estabelece com a FAE/MEC (Fundação de Assistência ao Estudante). Da pesquisa mencionada, cujos objetivos extrapolam o tema deste estado da arte, destacamos os fatos de a maioria de leitores (quase 76%) da revista ser constituída por mulheres - professoras ou alunas de magistério - e de que muitos de seus artigos utilizam uma linguagem que envolve afetivamente seu público.

com argúcia na percepção, mas sutilmente na redação, o relatório da pesquisa mencionada permite que se depreenda que a revista se aproxima do paradigma da imprensa feminina. Entre outras categorias analíticas, as pesquisadoras criaram esta: "artigos que buscam envolver afetivamente seu público". O que importa, em tais artigos, não é seu conteúdo, mas sua estrutura que coloca o indivíduo "encabeçando a situação ou o problema a ser discutido, atribuindo-lhe as características de tipo e por meio dele constrói a argumentação". Tal estrutura "desencadeia todo um processo de identificação, que de uma certa maneira neutraliza a leitura reflexiva, porque neutraliza a contra-argumentação. Tal estrutura, subjacente a grande parte dos artigos de Nova Escola, pode ser lançada como uma hipótese para a explicação da efemeridade da leitura que os professores fazem de Nova Escola" (p. 60-61).

Um dos depoimentos, transcrito no relatório da pesquisa, é bastante revelador: "Eu adoro Nova Escola porque para mim ela é uma amiga, se estou com problema corro para a revista. Quero parabenizar vocês da revista por este trabalho magnífico que vocês fazem" (p. 38).

Esta pesquisa abre uma série de novas indagações sobre as vinculações entre mercado de trabalho e editorial, sua relação com o Estado comprador, o conteúdo e a linguagem de livros

didáticos e para-didáticos e o fato do agente Intermediário entre produção e consumo, principalmente nos 1º e 2º Graus, serem professores, em sua maioria mulheres.

Contribui, também, para que se tente aprofundar o tema anteriormente levantado: como a dimensão afetiva do ser humano tem entrado nas pesquisas educacionais.

4.3 Acadêmicas

Acadêmicas ou cientistas? Abrir um item especial, separando-as das professoras, quando de certa forma parte do destino é comum? Se fôssemos nos balizar pela bibliografia estrangeira optariamos por cientistas. Mas o confronto das questões tratadas nos textos sugere-nos optar por acadêmicas. Ainda pouco escrevemos sobre "a ciência e as relações de gênero": os textos falam muitos mais das profissionais, que, na universidade ou fora dela, realizam atividades docentes e de pesquisa em Ciências Humanas. Daí a opção pela organização de um tópico específico para as acadêmicas.

Trata-se de um tema que tem preocupado feministas, cientistas e sociedades científicas, haja visto a quantidade de publicações, de reuniões e pronunciamento de acadêmicos, nem sempre compatíveis com sua fama. A despeito da aura que envolve o tema - profissão e atividade que usufruem de alto prestígio social - ainda assim é possível encontrar raciocínios naturalizantes, atribuindo aos hormônios ou à essência feminina poderes capazes de explicar sua produção ou criatividade científica.

No Brasil, a bibliografia arrolada pode ser agrupada em torno de dois eixos: textos que descrevem e discutem a participação das mulheres nas atividades acadêmica e científica e os que tratam da constituição e do desenvolvimento, na academia brasileira, da área de pesquisa e ensino sobre a condição feminina ou, mais modernamente, sobre as relações de gênero.

O primeiro foco de interesses - a atividade acadêmica e docente feminina - suscitou a publicação de um número razoável de textos, boa parte deles divulgados pela Revista Ciência e Cultura. É a comunidade acadêmica que se revê, reconhecendo as relações de gênero como uma das determinações sociais e culturais que afetam a produção de conhecimento.

De uma forma geral, os textos seguem uma mesma estrutura: inicialmente comparam a posição que homem e mulheres ocupam na hierarquia universitária, sua produção e o acesso de que dispõem nas revistas científicas, constatando que as mulheres, apesar da evolução perceptível, ocupam cargos universitários em menor número e de menor prestígio que os homens; finalmente, procuram entender como se dá este afastamento das mulheres da vida acadêmica, apelando para conceitos explicativos que geralmente associam meandros do processo de socialização que vivem homens e mulheres às exigências da cultura acadêmica (Barroso, 1975; Pere-

grlno, 1975; Marques & Nardini, 1977; Tosi, 1979 a 1981; Silva et al., 1987; Ormastroni, 1988. Woly nec & Pasquerelli. 1988; Azavado et al., 1989; Blay, 1989).

Analisando a participação de mulheres no corpo docente do ensino superior brasileiro, ou em algumas universidades, as pesquisas assinalam que sua proporção é inferior à masculina, inferior ao contingente da universitárias e, nitidamente inferior à sua presença nos outros graus de ensino (Barroso, 1975; Marques & Nardini, 1977; Tosi, 1981; Rosemberg & Pinto, 1985; Silva et al., 1987). Também, algumas pesquisas detectaram que, obviamente, professoras universitárias se encontram mais frequentemente nas especialidades femininas, mas que, mesmo aí, seu número não equivale ao contingentes de alunas. Letras ou Pedagogia (ou Educação) parecem constituir as áreas em que, nas Universidades onde foram realizadas algumas pesquisas, o corpo docente é majoritariamente feminino (Barroso, 1975; Marques & Nardini, 1977). Parece estar ocorrendo, porém, entre professoras universitárias, a mesma migração observada entre estudantes para certas carreiras anteriormente redutos masculinos.

Por exemplo, na UFMG, pesquisa recente constatou que, apesar das docentes concentrarem-se especialmente nas áreas de Educação, Humanidades, Biblioteconomia e Enfermagem, houve "um aumento significativo de professoras nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas" quando se comparam dados relativos ao período 1975-1986 (Silva et al., 1987, p. 24).

Outros indicadores têm sido utilizados para avaliar a participação das mulheres na vida acadêmica: titulação (Silva et al., 1987); cargo (Barroso, 1975; Silva et al., 1987) e regime de contrato de trabalho (Barroso, 1975, Silva et al., 1987). Os resultados a que chegam as pesquisadoras não são totalmente concordes, principalmente quando se confrontam a USP (Barros., 1975) e a UFMG (Silva et al., 1987). Carmen Barroso, analisando dados relativos a 1972, afirmava que "chega a surpreender a regularidade com que se comprova que quanto mais alto o posto na hierarquia, menor a proporção de mulheres entre os que o ocupam" (Barroso, 1975, p. 614). Já o estudo realizado na UFMG, comparando dados relativos a 1975 e 1986, aponta para uma situação, se não paradoxal, pelo menos curiosa como afirma o texto: "em 1975, as mulheres representavam 37,5% dos Auxiliares de Ensino, 23,5% dos Assistentes, 12,1% dos Adjuntos e 7,5% dos Titulares. Em 1986, houve um remanejamento relativo nessas categorias, passando o corpo docente feminino a representar 53,2% dos Auxiliares de Ensino, 40,5% dos Assistentes, 32,2% dos Adjuntos e 12,05% dos Titulares.

Curiosamente é alta a Incidência de mulheres que hoje estão ocupando cargos de direção na Universidade, como chefes de departamentos ou coordenadoras didáticas. Observe-se que, em 1985, mais de 50% dos departamentos são chefiados por docentes do sexo feminino. Ademais, não é pequeno o número de unidades dirigidas por mulheres, embora essa incidência predomine naquelas escolas de profissões tradicionalmente femininas (...).

Por outro lado, ao se analisar o corpo docente por regime de trabalho, verifica-se que aumentou sistematicamente a percentagem de mulheres trabalhando em regime de dedicação exclusiva, em quase todos os departamentos, no período de 1975/85. Destaca-se principalmente que, nos departamentos considerados masculinos, é alta a percentagem de docentes mulheres em regime de dedicação exclusiva ou de quarenta horas. Em 1985, citem-se: a Escola de Engenharia onde, dos 35 docentes mulheres, 29 estão trabalhando em tempo integral, representado 82,8% destas; Ciências Exatas com percentagem de 100%; Física com 100%; Faculdade de Ciências Econômicas com 94,1% e Faculdades de Medicina com 73,3% (...)" (Silva et al., 1987, p. 27).

Carmen Barroso (1975) encontra dados equivalentes e efetua uma análise bem perspicaz sobre o regime de contratação. Argutamente, a pesquisadora percebe que o regime de contratação de homens e mulheres na USP (tempo integral, turno completo, tempo parcial) corresponde a uma articulação entre oportunidades no mercado de trabalho externo e a universidade: se as leis de mercado externo são economicamente mais vantajosas, é menor a proporção de homens em contrato de tempo integral e vice-versa.

Além das análises que se centraram em cargos ou posições ocupados por homens e mulheres na universidade, algumas pesquisas se detiveram na produção científica e acadêmica avaliada através de vários indicadores: publicações, participação em associações científicas e agências de fomento à pesquisa, usufruto de bolsas de pesquisa no país e no exterior (Barroso, 1975; Tosi, 1979; Queiroz, 1983; Ormastroni, 1988; Azevedo et al., 1989). Deste conjunto de pesquisas, destacamos a de Ormastroni (1988) por analisar a presença feminina no Concurso Cientistas de Amanhã e a de Azevedo e colaboradores (1989) por sua contemporaneidade e abrangência, focalizando a participação de mulheres nas agências de fomento à pesquisa e sua produção científica.

Maria Julieta S. Ormastroni, diretora executiva do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência

• **Cultura (IBECC) Investigou** a participação de mulheres entre os jovens premiados pelo Concurso Cientistas de Amanha desde sua criação, em 1937, até 1987. Entre os 172 jovens premiados, apenas 18,6% eram mulheres, sendo que 3/4 dentre elas estavam freqüentando a universidade. Outra constatação da autora é que 40% dentre as premiadas "havia feito curso de medicina; as outras se distribuíram, de modo geral, em psicologia, biologia e engenharia" (Ormastroni, 1988, p. 1124). Se a preocupação da pesquisadora com o viés sexista observado é entusiasmante, principalmente em se tratando de estudo realizado pela própria instituição, revelando perplexidade, auto-questionamento e solicitando colaboração (1), a inexistência de informações sobre os rapazes, e o não aprofundamento quanto ao significado atribuído ao conceito de "cientista" que intitula o prêmio (a palavra cientista não estaria mais associada à produção nas áreas exatas, tecnológicas e de saúde?) dificultam que se compreenda um tal desinteresse de jovens mulheres pelo concurso, principalmente quando se atenta para o fato de serem elas mais numerosas no 2º grau e obterem melhores resultados escolares (Rosemberg, 1989).

A outra pesquisa destacada foi realizada por um grupo de pesquisadores da UFBA apresentando "uma visão sobre a presença e o desempenho da mulher em ciência no Brasil, através de dados atuais do CNPq, da FINEP e dos arquivos SELAP/CNPq" (Azevedo et al., 1989, p. 275).

O grupo selecionou alguns indicadores para esta avaliação, sendo, a nosso conhecimento, a primeira vez que se tem acesso a orçamentos de pesquisa desagregados por sexo do pesquisador. Como complemento, a pesquisa se detém no estudo da medicina, através da análise da participação de mulheres entre graduados da Faculdade de Medicina da UFBA, em seu corpo docente e entre médicos trabalhando no serviço público estadual.

Seus principais resultados: "em geral a mulher representa um terço da força produtora de conhecimento científico no país, a saber, 30,5% dos pesquisadores bolsistas do CNPq; 32,3% dos recursos em ciência e ensino cadastrados pelo SELAP; 31,5% da autoria de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e 27,3% em periódicos internacionais; 30,0% da publicação de livros; 31,5% das defesas de teses; 32,0% das apresentações em congressos; 37,1% dos mestrados e 34,2% dos doutorandos em cursos no exterior, com bolsa do CNPq. A nível dos

(1) A autora é enfática: "Talvez nossos leitores possam nos auxiliar com sugestões a serem adotadas, o que seria de imenso valor. Estamos realmente interessados em aumentar o número de elementos femininos classificados e premiados em nossos programas extra-escolares de ciências" (Ormastroni, 1988, p. 1125).

órgãos de assessoria, isto é, no conjunto dos comitês assessores do CNPq e entre os consultores da FINEP, a presença da mulher é de 17,1% e de 18,2%, respectivamente. Em todos os dados examinados, foi marcante a variação da presença da mulher em função da área de conhecimento: incipiente (0-28%) nas engenharias, ciências exatas, da Terra e agrárias; intermediárias (19%-43%) nas ciências sociais e da saúde e efetiva (até 63%) nas ciências humanas, biológicas, lingüística, letras e artes" (Azevedo et al., 1989, p. 275). Alguns detalhes da pesquisa merecem destaque:

. Apesar de as mulheres serem responsáveis pela apresentação de 28% dos projetos contemplados com apoio financeiro da FINEP, tais projetos recebem apenas 10% das verbas. com certeza, grande parte destes projetos provêm das áreas que são redutos femininos - humanas e afins - o que explicaria, parcialmente, um tal diferencial orçamentário. Ao mesmo tempo, indica, também, a hierarquia que rege a cultura acadêmica, pois não há qualquer razão essencial determinando que um projeto em educação, por exemplo, custe menos que um projeto em ciências exatas;

. A proporção de mulheres entre bolsistas do CNPq é sempre inferior à masculina, tanto em mestrado, quanto em doutorado, no Brasil e, mais acentuadamente, no exterior;

. A hierarquia interna ao CNPq parece privilegiar cientistas homens. Tomando, por exemplo, uma área de conhecimento onde a presença feminina é efetiva (ciências humanas e biológicas, lingüística, letras e artes) encontramos 33% de mulheres entre assessores do CNPq, 48,7% entre pesquisadores e 53,4% entre recursos humanos SELAP (1).

A outra perspectiva dos textos consultados é a busca de interpretações para as defasagens observadas na atividade acadêmica e científica quando desenvolvida por homens ou mulheres. Dentre elas destacam-se: a presença relativamente recente da mulher na universidade brasileira - o acesso feminino a curso superior data de 1879 (Azevedo, et al., 1989); dificuldades interpostas às mulheres, comuns a outras profissões ou específicas à cultura acadêmica, para conciliar vida profissional e maternidade (Barroso, 1975; Tosi, 1981); processo de socialização que restringiria aspirações das mulheres, jovens e adultas, para ascenderem a postos hierarquicamente

(1)0 SELAP (Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos) é um sistema computadorizado de acompanhamento da produção científica e dos recursos humanos em ciência e ensino no país, mantido pelo CNPq.

superiores (Barroso, 1975) ou para desenvolverem mais intensamente suas potencialidades criativas (Ormastroni, 1989); "discriminações, ao nível dos julgamentos classificatórios para aceitação em cursos de pós-graduação e para a concessão de bolsas e auxílios" (Azevedo et al., 1989, p. 282).

É interessante observar-se que, apesar da reivindicação por creches na USP ter se iniciado há muitos anos, desde o início de sua mudança para a Cidade Universitária, e de que nos anos 70 tenha se constituído em **um** dos focos de mobilização da luta por creches em São Paulo (Rosenberg & Cavasini, 1988), nenhum dos textos analisados considera a falta ou inadequação deste equipamento na universidade como determinante estrutural para compreender as discriminações vividas pelas acadêmicas (1). É como se a classe média ainda não confiasse neste equipamento para uso próprio, sendo apenas capaz de admiti-lo para as outras mulheres.

Recentemente, Eva A. Blay, descrevendo a produção acadêmica feminina na USP, considera que além do mercado, a forma como a condição de gênero é incorporada pela universidade poderia constituir em fator explicativo das desigualdades observadas na produção masculina e feminina.

"Entrando tardiamente na universidade a mulher superou barreiras sociais e preconceitos os quais deixaram vários tipos de seqüelas. uma delas é produzir menos que os homens por ter sido impedida de se tornar uma profissional há mais tempo, em certas carreiras (como Biólogo, por exemplo). A dificuldade de instituir a questão da mulher como objeto de análise é outra seqüela, a ruptura de valores tradicionais provoca, em certos setores, forte resistência. Confundem-se movimentos sociais libertários com desafios de ordem pessoal. Nega-se o estudo da mulher em nome de não se fortalecer guetos ou alimentar movimentos considerados pejorativos. Por trás destas atitudes estão valores patriarcais e a tentativa de manter uma imagem de igualdade que certamente se romperá se analisada.

Do ponto de vista dos programas de curso (ministrados na USP] observou-se que eles se distanciam dos temas abordados pela sociedade, procuram ignorar a questão da mulher e, conseqüentemente reforçam uma imagem feminina patriarcal. Jovens estudantes assim formados

(1) *A nosso conhecimento, até o presente momento ainda não se dispõe, no Brasil, de qualquer texto relativo à creche em universidade.*

não **encontram na** universidade alimento **para uma visão crítica dos** obstáculos que Impedem a plena igualdade da mulher" (Blay, 1989, p. 9).

Valores patriarcais que persistem no mundo acadêmico explicariam, então, pelo menos parcialmente, a discriminação: contra mulheres profissionais que não encontrariam, na universidade, um currículo capaz de instigar-lhes (e a seus companheiros) uma visão crítica quanto às relações de gênero.

Esta argumentação de Eva Blay possibilita a passagem para se introduzir, neste estado da arte, a bibliografia que focaliza a constituição, o desenvolvimento, os avanços e impasses do que se convencionou denominar, no Brasil, de área de estudos sobre a mulher. Nos últimos anos, principalmente a partir de 1985, dispomos de um número razoável de textos descritivos ou analíticos que tratam do tema (Navarro, 1979; Aguiar, 1981; Barroso, 1981; Albano et al., 1984; Costa et al., 1985; Lobo, 1986; Tabak, 1986; Barroso & Amado, 1987; Goldberg, 1987; Costa, 1988) (1).

Parte desta produção pode ser associada a um movimento mais amplo de revisão crítica das expressões militante a acadêmica do neofeminismo brasileiro. com efeito, nos últimos cinco anos, tem-se observado em diversos espaços acadêmicos, a realização de pesquisas que tentam capturar, através de diferentes enfoques disciplinares ou recortes teóricos, aspectos específicos do feminismo brasileiro durante a Década da Mulher. A relativa distância da efervescência do período, a nova forma que vem assumindo a militância feminista, as novas possibilidades de inserção profissional e política de "feministas históricas", a existência de um terreno já aterrado quando da chegada de novas pesquisadoras têm instigado curiosidades e possibilitado um olhar crítico.

Da bibliografia consultada destacamos, de início, alguns textos que problematizam a produção de conhecimentos: o de Albertina O. Costa e colaboradoras (1985) por sua abrangência; o de Anette Goldberg (1987) pelo olhar de fora que propicia questionamento; os de Lobo (1986) e Barroso & Amado (1987) por discutirem, mais especificamente, a atividade de ensino.

(1) *As coletâneas de artigos produzidos no contexto dos Concursos de Pesquisas sobre Mulher, realizados mediante convênio entre as Fundações Carlos Chagas e Ford, em especial suas apresentações, constituem bom material, apesar de circunscrito, para que se depreendam as transformações desta área de pesquisa nos últimos anos. Cf. Rosemberg & Bruschini (1980); Bruschini & Rosemberg (1982); Barroso & Costa (1983); Bruschini & Sarti (1985); Costa & Bruschini (1989).*

O artigo de Albertina de O. Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985) - "Pesquisas sobre Mulher no Brasil: do limbo ao gueto?" - partiu da análise de um levantamento bibliográfico sobre o tema (estudos sobre a mulher), contendo 1200 títulos de pesquisas realizadas entre 1976 e 1984. Trata-se, portanto, de uma reflexão exclusivamente centrada na pesquisa, não se detendo na atividade de ensino que, de acordo com Barroso e Amado (1987), viveu história bem menos profícua.

Mesmo partindo de uma definição de estudos sobre a mulher bastante restrita - "aquelas pesquisas que manifestassem uma intenção crítica em relação à produção predominante nas Ciências Humanas no que concerne as relações entre os sexos" - as pesquisadoras detectaram avanços significativos no período. Além do número bastante elevado de estudos realizados, as pesquisadoras destacam o aumento progressivo de trabalhos voltados para a obtenção de graus acadêmicos. Entre 1970 e 1984 foram localizados 33 doutoramentos e 132 mestrados, cifra volumosa quando comparada aos dois mestrados e dois doutoramentos anteriores a 1970.

As autoras procuram compreender essa progressão no contexto mais amplo da expansão e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil que, durante os anos 70, viveram uma fase de intenso desenvolvimento. com efeito, a Lei da Reforma Universitária (1968), com sua regulamentação complementar, deu ênfase especial aos títulos acadêmicos como requisito da carreira universitária. O Governo Federal aprovou no período programas de pós-graduação na área, de tal modo que, entre 1968 e 1980, foram criados, em âmbito nacional, 23 cursos de mestrado e 8 de doutorado em Ciências Sociais.

Essa expansão das Ciências Sociais caracterizou-se pela criação de associações científicas específicas às diversas disciplinas e pela intensificação da participação de cientistas sociais nas associações de caráter mais geral. E nestes novos canais institucionais, as pesquisadoras assinalam a presença significativa da área de estudos sobre a mulher. Por exemplo: a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (criada em 1977) contava, em 1980, com 20 grupos de trabalho, entre os quais dois tendo como tema central a mulher e um sobre "Família e Sociedade", onde também a questão da mulher esteve presente. A Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (cujo primeiro encontro foi realizado em 1981) conta com um grupo sobre "Trabalho feminino e reprodução sexual". A Associação Brasileira de Antropologia, desde 1982 inclui este tema em sua pauta de apresentações, como também a

Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Salientando a importância política assumida, no período, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as pesquisadoras assinalam a inclusão crescente de estudos sobre a mulher em sua programação, através de comunicações, simpósios, mesas redondas etc. E mais, tendo em vista sua abrangência nacional, seu caráter pluri-disciplinar e a ausência de espaços alternativos, os encontros anuais dessa sociedade possibilitaram o escoamento de produções de grupos feministas não necessariamente vinculados à academia.

Um outro canal de atuação institucionalizada original assinalado no artigo foi a criação, a partir de 1981, de núcleos de estudos e/ou pesquisas sobre a mulher, no âmbito das universidades. De acordo com o relato de Costa et al., (1985), os primeiros a se constituírem foram o NE-DIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher -UFCE), e o NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher - PUC/RJ). Entre 1983 e 1984 foram criados mais cinco núcleos (1).

A análise sobre o impacto (interno e externo) desses núcleos, bem como seu funcionamento efetivo, ainda está por ser feita. "Em princípio, a criação destes núcleos permite um esforço autônomo de pesquisas, estimula a formação de equipes, favorece o trabalho interdisciplinar, facilita a captação de recursos, racionaliza a formação de acervos documentais" (Costa et al., 1985, p. 7).

Tais avanços na área de estudos sobre a mulher ocorrem a despeito da insuficiência do incentivo recebido por parte das agências financiadoras nacionais. "As primeiras pesquisas sobre a mulher obtiveram financiamento dos órgãos estatais. A forma como foram e continuam a ser concedidos esses financiamentos - por projeto, e para pesquisadores individuais - tem marcado a produção acadêmica de um modo geral, e os estudos sobre a mulher em particular. A fragmentação, a não institucionalização, a impossibilidade de formação de equipes com perspectiva de continuidade, o pequeno aprofundamento e a limitada abrangência condicionados pela exigüidade dos prazos e das verbas são algumas das características menos desejáveis de boa parte da produção acadêmica. Não são resultados exclusivos da forma de financiamento adotada (...) De outra parte, foi provavelmente graças à existência deste sistema, que pesquisas importantes puderam ser realizadas, e a própria área de estudos sobre a mulher pôde se constituir.

(1) Em 1988, de acordo com informação do CNDM, existiram 14 núcleos em funcionamento.

não houvesse espaço para a iniciativa de pesquisadores isolados que adquirem certa autonomia em relação às suas instituições graças ao apoio externo, dificilmente as pesadas estruturas universitárias teriam se mobilizado para acolher um tema inicialmente tão pouco prestigiado - e mesmo francamente hostilizado" (Costa et al., 1985, p. 11-12).

não existe no Brasil uma tradição de que organização privadas participem do incentivo à pesquisa, principalmente em Ciências Humanas. Instituições privadas que apoiaram no período o desenvolvimento da área de estudos sobre a mulher foram essencialmente norte-americanas - principalmente a Fundação Ford - o que não deixou de gerar suspeitas e ambigüidades.

A Fundação Ford, relatam as pesquisadoras, gozava em certos círculos acadêmicos de bastante credibilidade graças à sua política liberal de apoio a diferentes correntes de pensamento; em outros círculos, porém, pesava mais seu passado de apoio ao controle demográfico, pouco discernível, na época, das políticas impositivas definidas por outras agências. Em decorrência da atuação da CIA no golpe militar de 1964, a comunidade acadêmica colocava entre aspas qualquer "apoio" norte-americano. com relação aos estudos sobre mulher, somava-se uma estranheza adicional: contrariamente às agências estatais, a Ford tinha uma política explícita de apoio. A suspeita se reforçou. Pensavam alguns, outros pensavam e diziam: "feminismo era coisa de mulher burguesa, e estratégia divisionista para esvaziar a luta geral" (Costa et al., 1985, p. 12).

Essas suspeitas "ignoraram o conteúdo mais radical do crescente movimento feminista dos países industrializados e se concentraram em justificativas que de fato haviam sido amplamente utilizadas para convencer as agências financiadoras a apoiar a mulher do Terceiro Mundo: a elevação da sua condição, alegava-se, contribuiria para a redução da fertilidade. como a esquerda, à época, ainda não tinha elaborado uma análise própria em relação à questão demográfica, e limitava-se a rejeitar as proposições controlistas, para ela aquela associação era suficiente para invalidar qualquer atenção específica à questão da mulher (...) com a abertura, o acesso à informação, a multiplicação dos contactos da Ford com entidades de diversos setores -sua imagem de bicho-papão praticamente desaparece, e seu papel importante no apoio às pesquisas sobre mulher passa a ser tranqüilamente reconhecido" (Costa et al., 1985, p. 12).

uma das formas de incentivo para a pesquisa sobre a mulher foi a realização, a partir de 1978, de cinco concursos organizados pela Fundação Carlos Chagas com o apoio financeiro da Fundação Ford.

O período caracterizou-se, também, pelo aumento considerável de publicações sobre o tema. Nas publicações mais restritas ao acadêmico, informam as pesquisadoras, sua presença já é bastante significativa, constituindo um dos temas em maior expansão.

Além de terem seus trabalhos publicados em revistas interdisciplinares (Ciência e Cultura), ou específicas a determinadas áreas do conhecimento (Cadernos de Pesquisa), as pesquisadoras contam, também, com séries de publicações editadas pelos núcleos de estudos.

Emergindo de um processo de mudanças sociais que atingia a sociedade brasileira, o movimento feminista se constitui em interlocutor privilegiado na constituição desse novo objeto de estudos - a mulher - no campo das Ciências Sociais. Porém, por momentos as relações entre academia e militância foram marcadas pela tensão. Pesquisadoras viveram momentos "sob intenso fogo cruzado: o dos colegas, da comunidade acadêmica e das agências de financiamento para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não de denúncia militante, e o das feministas para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho na causa coletiva. Feministas para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as feministas, as pesquisadoras viveram perigosamente nesta zona fronteira de tensão e ambigüidade" (Costa et al., 1985, p. 6).

As relações entre a pesquisa e a militância marcaram acentuadamente a hierarquização dos temas pesquisados e das metodologias utilizadas. Como já indicamos anteriormente, o tema mulher e trabalho foi predominante, canalizando a atenção de grande parte das pesquisadoras.

"Acompanhando esta tendência ao engajamento militante nas pesquisas sobre mulher, houve nos últimos anos uma utilização disseminada da metodologia de pesquisa ação ou pesquisa participante, englobando-se, às vezes indevidamente, nesta rubrica qualquer pesquisa que envolvesse alguma forma de comprometimento político do pesquisador com seu objeto de estudo" (Costa et al., 1985, p.11).

No balanço que realizaram sobre o estágio atual da pesquisa sobre mulher no Brasil, as pesquisadoras ainda discutem o que denominam de "problemas mal resolvidos": seu desenvolvimento em gueto e o pequeno aprofundamento teórico das pesquisas sobre mulher.

De um modo geral, os estudos sobre mulher se desenvolveram, na academia, em guetos. O espaço segregado onde se instalaram não se deve apenas ao desprestígio com que foram recebidos pela comunidade acadêmica, mas também a determinantes internos, principalmente

aqueles relacionados à construção de uma identidade própria. "Narcisicamente centrados os estudos sobre mulher tiveram dificuldades de se relacionar com o conhecimento que se produzia nas Ciências Sociais em geral" (Costa et al., 1985, p. 14).

As discussões sobre vantagens e desvantagens do gueto vêm ocorrendo apenas **nos** últimos anos tendo surgido antes que estivesse garantida a institucionalização **da área**.

As pesquisas sobre mulher compartilham com as Ciências Sociais de posturas ambíguas frente à teoria: de um lado uma atitude de deslumbramento, incumbindo à Grande Teoria de tudo explicar; de outro a crítica às chamadas tergiversações teóricas, concentrando a ênfase na pesquisa empírica, na valorização da experiência (no caso da mulher significa a intuição) como forma de conhecimento.

A área de estudos sobre a mulher parece apresentar um desenvolvimento alentador quando se focalizam seu progresso, o fato de num período relativamente curto ter conseguido impor sua legitimidade a um ambiente institucional reticente e cheio de reservas.

A avaliação efetuada pelas pesquisadoras, em 1985, é bem menos otimista que a que encontramos na apresentação da última coletânea contendo artigos provenientes de pesquisas contempladas pelo penúltimo concurso realizado pela Fundação Carlos Chagas. Albertina de O. Costa e Cristina Bruschini consideram que os artigos da coletânea (**Rebeldia e Submissão**) indicam que "o campo dos estudos de mulher está entrando numa fase de maturidade..." integrando "uma linha de pesquisas que tem no gênero o centro de sua reflexão e que procuram compreender a condição feminina dentro de uma conjuntura histórica dada e inserida numa trama de relações sociais concreta. Esta nova geração de estudos tem se dedicado à análise de identidades socialmente construídas, onde o feminino se reporta necessariamente ao masculino" (Costa & Bruschini, 1989, p.10) (1).

Postura nitidamente mais crítica é assumida por Anette Goldberg (1987) em sua dissertação de mestrado - **Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de um a utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Tendo vivido o período de surgimento e desenvolvimento do feminismo brasileiro no exterior, a autora, ao aqui retornar, vive uma "reação de estranhamento" diante de

(1) Apesar da diversidade temática salientada pela autoras, vale destacar, de passagem, que nenhum artigo focaliza educação formal da mulher nos limites estabelecidos por este estado da arte.

suas "expressões militantes e acadêmicas". À luz da distinção entre movimento feminista e movimento de liberação das mulheres - um radical, o outro liberal ou marxista - a autora "retraça o itinerário percorrido pela área de pesquisas sobre a mulher no Brasil", sugerindo que as acadêmicas se beneficiaram "de uma certa complacência paternalista" (tanto do Estado, quanto da intelectualidade) e tiveram condição de "se expandir, ocupando os espaços institucionais que lhes foram abertos. Prova disso é a presença crescente nas reuniões anuais da SBPC no período (...)" (Goldberg, 1987, p. 156).

A autora considera que, neste período inicial, não existiram estudos feministas propriamente ditos, pois "na ausência de uma tendência feminista radical no movimento, não houve estímulo à reflexão teórica sobre o 'patriarcado' como um sistema de opressão perpassando a sociedade de classes" (p. 155).

Por outro lado, realizando pesquisas sobre outras mulheres, rejeitando as práticas de auto-consciência, "existia a negação (consciente ou inconsciente) por parte das 'mulherólogas' da presença de diversas formas de 'opressão patriarcal' em todas as esferas da vida social e das relações entre os sexos. Isso contribui para que elas poupassem os homens, de modo geral, já que o fato de investir prioritariamente em pesquisas sobre **as outras mulheres** afastava qualquer possibilidade de questionamento de aspectos discriminatórios e opressores de suas próprias vidas familiares, de seu universo profissional e/ou político" (Goldberg, 1987, p. 156, grifos da autora).

Analisando a produção acadêmica entre 70 e 84 (1), a autora considera que os trabalhos "foram desenvolvidos predominantemente nas áreas da Sociologia da Educação e do trabalho" (2). Dentro do paradigma escolhido, a autora considera que as pesquisas na "área da educação" elegeram temas que "parecem inspirados pela visão feminista liberal segundo a qual as iguais potencialidades dos sexos masculino e feminino se desenvolvem de forma desigual e assimétrica, o que seria ocasionado por valores culturais discriminatórios introduzidos na vida social e transmitidos de geração em geração" (p. 161). As pesquisas sobre trabalho, de orientação

(1) *Há uma certa ambigüidade no texto quanto ao período de referência, nem sempre sendo possível captar se os comentários se referem ao início da mobilização feminista ou a todo o período.*

(2) *As informações de que a Sociologia da Educação é predominante, bem como as pesquisadoras serem ex-normalistas em grande número necessitariam ser averiguadas com maior precisão.*

marxista ortodoxa, teriam como pressuposto a necessidade de participação da mulher de trabalho.

Descrevendo, ainda, a participação de acadêmicas em Comissão de Inquérito instaladas pelo legislativo e os concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas em convênio com a Fundação Ford, a autora conclui, retomando a observação efetuada por Costa et al., (1985) sobre a falta de diálogo das pesquisas sobre mulher com as disciplinas maiores e as Ciências Sociais no geral: "Esse talvez seja justamente um dos efeitos perversos da complacência paternalista que os 'estudos sobre mulher obtiveram, graças à ausência de 'pecado original' na sua concepção, não tendo sido engendrados em grupos de autoconsciência e tendo se desenvolvido paralelamente mas em aparente simbiose com um movimento feminista caracterizado pelo consenso negociado entre a ortodoxia marxista e a tendência liberal (o qual funcionava como seu interlocutor e censor), eles não reuniram a meu ver, no período estudado, os insumos necessários para enfrentar debates teóricos e polêmicas metodológicas suscetíveis de ocasionar rupturas dos cordões umbilicais que os uniam a disciplinas e instituições" (Goldberg, 1987, p. 167).

Se a exterioridade do olhar de viajante de Anette Goldberg trouxe, sem dúvida, matéria para reflexões sobre impasses observados na área de pesquisas sobre a mulher, parece-nos necessário integrar alguns **flashs** internos do que ocorria ao Sul do Equador. Lembrar situações concretas que permitem, ou não, a produção de certo tipo de conhecimento.

Na área da educação, por ser esta a focalizada neste estado da arte, a ausência quase absoluta de conhecimento ou informação que atuasse como retaguarda e que pudesse sustentar qualquer reflexão. O embate, desgastante e, por vezes, imobilizador, desta vez nos centros de pesquisa dentro ou fora da universidade, para que, mesmo pesquisas sobre educação da mulher, pudessem ser realizadas impôs a necessidade de recuos estratégicos, de negociações, de postergamento de temas, enfoques teóricos e metodológicos motivados pelo julgamento de não-pertinência efetuado pela agência de fomento, pelos pares, ou pela militância. A memória que ficou do período é menos de uma certa "complacência paternalista" que permitiu ocupar "espaços institucionais que lhes (ou nos) foram abertos", mas de hostilidade, preconceito e estigma que impuseram barreiras e limites concretos. Alguns puderam ser vencidos. Outros não, o que acabou por esculpir o perfil da área.

A preocupação, por vezes quase obsessiva, de apontar os "valores culturais discriminatórios

Introduzidos na vida social e transmitidos de geração em geração" parece-nos ter sido mais determinado pelo embate com o discurso marxista ortodoxo (no intento de trazer determinações culturais para o primeiro plano das interpretações) e naturalizante, que, ainda nos anos 70, era moeda corrente, mesmo travestido de roupagem psicológica.

Parece-nos necessário, ainda, Problematizar se a metodologia de grupos de autoconsciência (ou reflexão, como mais habitualmente foram chamados no Brasil) teria permitido a construção, no período, de estudos feministas com a configuração dos que floresceram no hemisfério norte. Algumas pistas foram desvendadas por Albertina de O. Costa (1988) que permitem perceber as negociações entre feministas e acadêmicas e o contexto social e político dos anos 70, que resultaram no perfil "bem comportado" do feminismo tropical e da área de estudos sobre mulher. Do artigo de Albertina Costa destacamos dois componentes: o medo e a opção, talvez ética (1). Detendo-se no primeiro grupo de reflexão instituído em São Paulo, o chamado Grupo de 72, Costa (1988) retraça seu perfil: "professoras universitárias com certo nome, filhos, psicanaliza-das, de esquerda. Happy few, vanguarda, elite intelectual a quem, segundo Bourdieu, tudo é permitido, sendo também facilmente desqualificável como de 'preciosas ridículas'. (...) Não eram militantes contestando o lugar das mulheres nas organizações, não eram donas-de-casa se debatendo com o 'mal sem nome' ou valorizando o trabalho doméstico. Eram o que se costuma chamar nos anos 60 de mulher emancipada, que trabalha, milita e transa, eram homens de saias que se descobriam mulheres ..." (p. 65-66).

O grupo de reflexão é fechado, privado. Nos depoimentos, afirma Albertina de O. Costa, o medo é constantemente referido. "Um medo pervasivo, insistente, absurdo para quem olha de fora (ou de longe)". Apesar da repressão ter permitido a realização de um Seminário promovido pelo Conselho Nacional da Mulher em 1972, no Rio de Janeiro, a autora capta a expressão de um medo "referido aos traumatismos que tinham experimentado enquanto opositoras ao regime autoritário" (p. 66). O grupo de 72 tem breve vida pública. Organiza, na SBPC, em 1975, uma das mesas sobre mulher. Albertina Costa ponteia o estilo do grupo e da mesa: informalidade, proximidade entre expositor e ouvinte, ausência de papers: "gesto audacioso e de desafio". A particularidade do grupo, apesar de se apresentar na SBPC, é reiterada: "estamos reunidas

(1) O uso do talvez se deve ao fato de o termo ético não fazer parte do texto original.

mulheres profissionais que refletem sobre nossa condicio **de** mulher e **queremos compartilhar de** **nossas reflexões, mas não fazemos do assunto** profissão" (depoimento de **Maria Malta Campos** apud Costa, 1988, p. 67).

A autora detecta algumas concepções do grupo: a separação entre os espaços - o da ciência e o da política; "a discreta sugestão que **não é de bom tom fazer carreira às custas** do movimento **social**, retomada por feministas em 1978 no Rio de Janeiro durante o Seminário 'A mulher na força de trabalho na América Latina' (...); a preferência de incorporar "as questões de género as diferentes disciplinas" e não constituir uma área autônoma de estudos sobre a mulher (Costa, 1988, p. 67, grifos nossos). Este grupo pioneiro desfez-se após 1975.

Terminando o artigo, Albertina Costa enfatiza as diferenças de contexto social e conjuntura política entre lá e cá, redundando, segundo a autora, em "idéias fora do lugar" associadas ao feminismo brasileiro, que tanta perplexidade tem causado entre "observadores estrangeiros ou entranceirados" (Costa, 1988, p. 69).

Apesar da perspicácia e abrangência dos textos focalizados, em especial os de Costa et al. (1985) e Goldberg (1987), algumas características da cultura acadêmica, ou possivelmente da cultura brasileira, têm sido ignoradas: o modismo acirrado e as formas específicas que assume o preconceito contra o Homossexualismo. Sugerimos que para a compreensão da especificidade da constituição da área de estudos sobre a mulher, no Brasil, parece ter havido uma potencian-zação destes dois componentes.

As revisões recentes sobre pesquisa em educação apontam o modismo que viceja no meio acadêmico, orientando opções teóricas e recortes temáticos (Mello, 1983). É como se a produção nesta área fosse conformada por camadas sucessivas que aterram e encobrem hoje o que foi sucesso ontem. Há pouca flexibilidade para se recuperar o que foi negado. Epítetos pejorativos são lançados, as opções teóricas estigmatizadas, ocorrendo uma polarização nem sempre favorável ao amadurecimento de idéias. Basta que se comparem as bibliografias de referência e percebe-se, em educação, camadas de Bourdieu & Passeron serem recobertas por camadas de Gramsci e Snyders. Ou quando se pertence a outro grupo, é de bom tom citar Paulo Freire. As fronteiras que delimitam grupos são praticamente impermeáveis. Este modismo não se constrói e nem se mantém no vácuo: há que não se esquecer do reduzido número de postos universitários, da dificuldade de acesso a uma bibliografia diversificada, da política que orienta a

destinação de verbas para pesquisas. Estes modismo é construído por e constrói barreiras. Há, também, o modo de ser acadêmico que perpassa as disciplinas: linguagem , citações, procedimentos rígidos como rituais. Capelas que são abertas para iniciados. O espaço de locomoção na província é menos amplo que na metrópole. O desvio é pouco tolerado. Sem apoio institucional e financeiro dificilmente se faz pesquisa no Brasil. Na província se fazem presentes outros complicadores: uma relativa dependência de verbas estrangeiras e a concepção homogeneizante entre os países ricos, do que sejam prioridades para o Terceiro Mundo. A pobreza do país contamina a expectativa do que seja prioridade em pesquisa. Se o grupo é forte, ou se sente forte, pode ter condições para discutir com a agência financiadora, negociando propostas.

Apesar de Costa et al. (1985) terem discutido o impacto do financiamento no perfil da área de estudos sobre a mulher, há aspectos que ainda permanecem na sombra. É verdade que o texto menciona a expectativa de que a província produza dados empíricos, estudos de caso e a metrópole se reserva a elaboração de teorias. Parece-nos, porém, que este tema necessita ser aprofundado, para se compreender o passado e projetar o futuro.

A área de estudos sobre mulher se construiu numa sociedade concreta por pessoas concretas que reagiram dentro do largo espectro da "rebeldia a submissão", da resistência à subordinação. Por vezes, a rebeldia se expressou de forma não explícita: ao texto que obedece a efes e erres do modismo acadêmico se acrescenta uma epígrafe, uma introdução que permite, a um olhar mais atento, captar o inconformismo. A ousadia controlada no texto publicado na revista acadêmica pôde se soltar na fala ou no artigo para a imprensa alternativa. Algumas idéias permaneceram definitivamente em formato de mimeo, restrita a um público privado.

Nos textos autóctones ou de viajantes há quase que um tabu a respeito do papel desempenhado pelas lésbicas no movimento feminista do hemisfério norte. Sua rebeldia, o papel de fermento e a ruptura - de fato - com a estrutura patriarcal não foram mencionados por qualquer dos textos referidos. Esta poderia ser uma pista a ser desvelada, com repercussões particularmente importantes para a área da educação, em especial ao se refletir sobre temas vinculados ao corpo. Parece-nos possível sugerir, neste momento, que a escassa produção sobre educação física e relações de gênero, no Brasil, se deva, em parte, ao paradigma heterossexual que marcou a produção acadêmica brasileira. Parece-nos inadequado afirmar, de forma generalizante, que esta omissão se deve a uma maior intensidade no preconceito contra o homossexualismo entre

nós. Talvez, nossa Intolerância se manifeste contra certas expressões do Homossexualismo.

A forma como a cultura brasileira vive e normatiza o público e o privado (antagonismo repellido pelo feminismo radical) parece-nos se constituir em pista sugestiva para a compreensão das formas sutis e bem comportadas de rebeldia que tem sido detectadas por algumas pesquisadoras. como também, a dificuldade em trazer o trabalho doméstico para o plano de análises em educação.

Resta-nos apontar uma lacuna da bibliografia: pouco, ou quase nada, se escreveu sobre gênero e ciência em sentido amplo, escapando ao recorte das disciplinas femininas. Foi exclusivamente no gueto profissional feminino que se refletiu sobre produção de conhecimento e relações de gênero.

Além da pesquisa, estudos sobre mulher também significa atividade de ensino. Aqui, a bibliografia, bem mais reduzida, destaca particularmente dois aspectos: o atraso relativo do ensino quando confrontado à pesquisa; e a especificidade do recorte disciplinar.

No artigo "Teaching Women's Studies in Brazil", Carmen Barroso e Tina Amado (1987) procuram entender porque a área de pesquisa sobre mulher se desenvolveu mais intensa e rapidamente, no país, que a atividade de ensino. Procuram refazer a trajetória percorrida pela área durante os últimos anos analisando-a à luz do contexto em que a universidade se desenvolveu e a forma de atuação política privilegiada pelos estudantes. Afirmam ser difícil retrair a história destes cursos por terem sido esparsos e não terem usufruído de grande visibilidade. Assinalam que o primeiro curso de Women's Studies a nível superior foi oferecido em 1975 pela USP não tendo se realizado por falta de alunos. Até o final da década de 70 outros cursos foram oferecidos no eixo Rio-São Paulo pelos departamentos de Língua, Literatura e História (Aguiar, 1981).

O fato de Women's Studies ocorrer no ensino superior deve-se, segundo as autoras, à expansão da universidade e à maior flexibilidade de seus currículos (Barroso & Amado, 1987, p. 21). Talvez fosse necessário acrescentar-se a idade da geração de mulheres que se envolveram no movimento feminista brasileiro, grande parte delas tendo freqüentado a universidade nos anos 60 (Goldberg, 1987). Mesmo durante os anos 80, a mobilização de secundaristas ou de adolescentes em geral, em torno de teses feministas, tem sido pouco evidente, sendo possivelmente um momento da vida em que a subordinação de idade seja mais intensamente vivida que a de gênero.

Tentando compreender porque têm sido tão poucos os cursos oferecidos, as autoras mencionam ausência de apoio político e mecanismos institucionais inadequados. De um lado,

universitários(as) mobilizados(as) pela oposição ao regime militar e, de outro, o movimento feminista que não priorizava a atividade universitária voltando-se, prioritariamente, para as reivindicações das organizações de mulheres das periferias urbanas (lutas dos bairros por saneamento básico, eletricidade, educação, creche) e para a oposição ao regime militar.

O fato de a universidade ter vivido sob controle ideológico imposto pela ditadura orientou agências financiadoras a investirem em centros independentes e priorizar a produção de conhecimentos.

Mecanismos internos à comunidade acadêmica - como o peso burocrático e o privilegiamento da atividade de pesquisa em detrimento do ensino - foram fatores também sugeridos pelas autoras (Barroso & Amado, 1987, p. 6).

Os anos 80 foram promissores, apesar do ensino continuar recebendo menos atenção que a pesquisa. Cursos são ministrados tanto nos núcleos de estudos da mulher quanto fora deles, ocorrendo, simultaneamente, maior especialização: "no início eram ministrados apenas cursos amplos, do tipo 'mulher e sociedade' (...); agora parece ocorrer uma predominância de cursos focalizando questões específicas, por exemplo, 'feminilidade em mulheres escritoras' " (Barroso & Amado, 1987, p. 8).

Apesar de assinalarem a inexistência de cursos sobre relações de gênero para técnicos da administração pública, as autoras relatam uma experiência bem sucedida desenvolvida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para a sensibilização de agentes educacionais dos sistemas de ensino de 1º e 2º Graus, sobre as discriminações de gênero. As autoras sugerem, como Carvalho (1989), a necessidade de criação de cursos sobre a mulher a nível de 2º grau.

Em 1989, foi realizado em Buenos Aires, o Seminário Regional Latinoamericano e do Caribe sobre "Desenvolvimento do Currículo e Preparação de Materiais de ensino sobre Estudo da Mulher para a Educação Superior na América Latina". Participaram acadêmicas de diversos países, dentre elas Elizabeth Souza Lobo e Fanny Tabak, do Brasil (1). A comunicação de Elizabeth Souza Lobo (1986) discute o significado de se desenvolver uma disciplina específica sobre relações de gênero. Um dos problemas consiste, para esta autora, "em recortar um objeto até o limite de construir ciências recortadas, disciplinas recortadas, cursos recortados, não como

(1) Para um resumo das comunicações cf. Corvalán (1989).

Instâncias necessárias para a construção de problemáticas que dêem conta das relações masculinas e femininas". Para a autora, a questão mais importante seria focalizar as disciplinas sociais a partir de uma perspectiva feminista, É o mesmo debate que Costa e colaboradoras (1985) haviam levantado quanto às vantagens e desvantagens do gueto acadêmico que os Núcleos de Estudos da Mulher, de certa forma, representam.

Parece-nos que esta discussão não pode permanecer em gueto, sendo necessário que seja integrada ao debate mais amplo sobre a pós-graduação. A existência de núcleos nem sempre garante "uma interdisciplinaridade igualitária": o departamento que alberga imprime o tom, delimita recortes, redefine hierarquias mesmo nos Núcleos de Estudos sobre a Mulher. Só assim pode-se entender a pequena produção destes núcleos na área da educação.

Talvez tipos de organização ainda menos formalizadas que os núcleos (como o grupo de trabalho sobre História da Educação da Mulher da UFMG) possam, neste momento, ultrapassar barreiras e capelas universitárias. É possível que a proposta de Elizabeth S. Lobo seja a correta: turmas e turmas de estudantes de pedagogia, de psicologia, de ciências sociais podem sair da universidade sem terem tido qualquer formação sobre relações de gênero. A grande dificuldade, a nosso ver, consiste em operacionalizar uma proposta curricular, tendo em vista, ainda, a escassez de recursos humanos e a precariedade das bibliotecas, como assinalamos anteriormente. Paradoxalmente, quando são montados cursos, seminários ou oficinas de curta duração, pelas Secretarias de Educação ou pelos Conselhos da Condição Feminina sobre "educação diferenciada", a informação que se tem é de grande interesse manifestado pelas professoras. Pouco se tem escrito sobre experiências de "universidade aberta" no Brasil. Talvez seja uma trilha a ser pesquisada como alternativa para se sair do gueto, que nos parece não se esgotar no recorte disciplinar.

O impacto do gueto se percebe, também, na dificuldade com que o conhecimento produzido pela área de estudos sobre a mulher incrustada na universidade enfrenta para atingir outros níveis do sistema de ensino.

5 CORPO

Este capítulo foi, sem dúvida, o que nos deu mais trabalho. Dada a centralidade de nossa preocupação - a de desvendar indícios de uma reflexão sobre a educação na perspectiva das relações de gênero - parecia-nos essencial analisar como as pesquisas e os estudos vêm discutindo questões relacionadas ao corpo. Na literatura, os itens que compõem este capítulo habitualmente aparecem isolados: escreve-se sobre ensino, ou educação física ou educação sexual. É quase que inconcebível associar-se, em mesmo estudo, relação de ensino-aprendizagem e formação de identidade sexual. Há uma dissociação nítida entre a consciência que ensina ou aprende e o corpo que ensina ou aprende. É a carga da herança racionalista: "A partir (...) do séc. XVII, sabe-se que há duas maneiras de existir, e somente duas: ou se existe como consciência e, portanto, como sujeito presente a si mesmo através da reflexão, ou se existe como corpo. Isto é, como um conjunto de processos neurofisiológicos na terceira pessoa do singular.

A consciência é a primeira pessoa do singular. Ela define a subjetividade, ela define o ego, e o corpo define os acontecimentos físicos e mundanos do sujeito (...) essa tematização do corpo implica, de maneira sutil, em dar à consciência um lugar privilegiado, na medida em que a consciência é intelecto, a consciência é produção de conhecimento e a consciência é a pessoa moral. O pensamento ocidental, tanto o conservador, quanto o reformista e o progressista deu à consciência um papel privilegiado. Isso implicou, de maneira sutil e implícita, na desvalorização do corpo" (Chauí, 1981, p. 101). A escola é o espaço da produção do saber, da manifestação da consciência.

Se é verdade que os estudos sobre a mulher focalizaram o corpo, pois a reprodução e a sexualidade foram centrais para a reversão epistemológica que propõem, deixaram outros temas à margem, por exemplo, o esporte e a educação física, que têm trazido, também a nível internacional, desafios formidáveis às feministas militantes e pesquisadoras. como enfrentar, por exemplo, a questão das diferenças biológicas entre os sexos? Que postura assumir frente ao esporte de elite, cuja essência é a dominação através da potencialização de atributos definidos como masculinos em sociedade patriarcal? Qual a meta: transformar a cultura esportiva ou abrir oportunidades para que as mulheres concorram em igualdade de oportunidades através da

Investidura de tais atributos? Só muito recentemente algumas publicações feministas, norte-americanas e européias, trataram de questão (Hall, 1987). Nos Estados Unidos, esporte e educação física ainda não entram nos currículos de **Women's Studies**.

Além de negado e fragmentado, o corpo é prerrogativa do(a) estudante. Se a pesquisa se interessa pelo(a) professor(a) é para saber qual sua opinião ou conhecimento sobre educação sexual, por exemplo. Se se investiga (esporadicamente) a sexualidade, a saúde em contexto escolar, o foco é o(a) aluno(a). Nem mesmo questões relativas à saúde do(a) professor(a) como profissional, objeto de investigação em outras partes do mundo (Bonder et al., 1988), instiga a curiosidade de pesquisadores(as) no Brasil.

É verdade: a repressão durante os anos de ditadura cerceou manifestações da curiosidade, dentre elas a sexualidade, por imposição externa ou mesmo interna. Paradoxalmente, encontramos vários textos, artigos e teses que, citando Foucault da **História da Sexualidade**, afirmam que nossa sociedade substituiu o exercício da sexualidade pela fala sobre a sexualidade. A impressão que fica deste levantamento bibliográfico é que esta fala sobre a sexualidade não se encontra no discurso oficial (acadêmico ou administrativo) pronunciado pela escola: está fora, no pátio, na rua, na televisão, na banca de jornal.

A escola é o espaço da produção do saber. A reflexão sobre a escola privilegia o conhecimento. De maneira ostensiva, o corpo aqui esvanece.

5.1 Educação física e esportes

A constatação crítica de que mulher, educação física (EF) e esportes constitui tema pouco explorado tem sido explicitado não só por autores(as) brasileiros(as). Creff e Canu (1982), médicos pesquisadores da Universidade de Paris, encontraram, para o período 1937-1975, apenas 5 livros franceses dedicados à questão. Coletânea norte-americana recente sobre o tema (Hall, 1987) salienta a dificuldade de feministas tratarem do tema, em vários países do mundo. Pereira (1984) refere-se à mesma escassez quanto à produção norte-americana no geral. Analisando a atenção dada ao tema, no Brasil, esse autor sugere que o mesmo preconceito que dificulta a participação feminina em EF e nos esportes seria responsável pelo número insignificante de publicações. Rosemberg e Pinto (1985), ao assinalarem o pequeno acervo bibliográfico com que contaram para redigir um capítulo sobre as esportistas, atribuem tal fato ao espaço ocupado pelo futebol no país (que até 1979 era proibido às mulheres como esporte oficial) e ao viés intelectualista da produção acadêmica.

A leitura dos textos brasileiros arrolados sobre EF e esportes transmite a sensação que, aqui, o preconceito contra a mulher foi mais intenso que em outras esferas educacionais. Tais atividades estavam, e ainda estão, intensamente associadas a componentes viris, vinculados a agressividade, competitividade e força física - atributos do guerreiro - incompatíveis com o pudor, a fragilidade e a doçura - atributos da fêmea que procria. "É certo que enquanto o esporte foi considerado apenas como um treinamento para melhorar o domínio do corpo tendo em vista o combate, ou como uma forma sublime de competição, ou de julgamento de Deus (que vença o melhor) observa-se, que aí não há espaço para que a mulher participe (Creff & Canu, 1982, p. 10).

Em nosso meio poderíamos também assinalar o tabu e o preconceito contra o homossexualismo masculino e feminino dificultando o surgimento e aprofundamento de reflexões que envolvam o questionamento da heterossexualidade como forma exclusiva e normal de identidade sexual. Ora, parece-nos, de acordo com a bibliografia estrangeira, que uma reflexão apropriada sobre práticas esportivas e relações de gênero não pode omitir a discussão e a prática que vêm sendo desenvolvidas por grupos lésbicos em outras partes do mundo (Lenskyj, 1986).

O grande temor, abertamente explicitado por Maria Lenk (1982), tem sido de que o esporte e

a EF masculinizem a mulher. Ou que mulheres que pratiquem esporte sejam masculinizadas. Não é por acaso que os autores franceses, anteriormente citados, iniciam o livro com um capítulo sobre procedimentos para identificação de sexualidade nos seres humanos a serem utilizados em competições esportivas. De forma semelhante, no capítulo sobre mulher e esporte incluído no difundido manual brasileiro sobre Fisiologia Esportiva, Mário Carvalho Pini (1978), ao justificar que embora as mulheres possam participar de todas as modalidades esportivas não devem fazê-lo, toma cuidado em sua argumentação: "queremos nos referir às conseqüências traumáticas e/ou estéticas que se podem instalar, as quais são, até certo ponto, indesejáveis para o organismo da mulher. Isto, no entanto, sem pretendermos chegar ao extremo de admitir a esterelização e a virilização da mulher pelo Esporte, o que realmente não ocorre" (p. 209). O medo do impacto da prática esportiva na feminilidade das mulheres pode, também, ser avaliado pela extensa bibliografia brasileira e internacional sobre menarca entre esportistas.

Autores(as), quer se dediquem à pesquisa, ao ensino, ou às práticas esportistas, evocam constantemente a penosa trajetória que percorreram as mulheres para participarem dos Jogos Olímpicos, evento para o qual os países canalizam mais intensamente recursos materiais e humanos e que se transformou em show mundial. A dificuldade desta trajetória se inicia com a reabertura dos jogos olímpicos na época moderna, pois Coubertin, seu criador, era veemente contrário à participação das mulheres: "O Barão (Coubertin) argumentava com o axioma de Proust, declarando: ou se fecham, ou se abrem todas as portas. E como o acesso a todas as portas não era permitido às mulheres, por que permitir-lhes a entrada nalgumas, proibindo-as nas restantes?... Ele nem sequer admitia a realização de uma Olimpíada Feminina, que seria qualquer coisa de impraticável, desinteressante, inestética e incorreta" (Esteves, apud Pereira, 1984, p. 17). A EF

esteve, também, no Brasil diretamente associada à vida militar, principal reduto de recursos humanos, até a criação das escolas de educação física. Espaço também, como se sabe, vedado às mulheres, até há bem poucos anos atrás.

Neste setor da educação feminina, o preconceito sendo intenso, confere perfil especial à literatura seja pela afirmação reiterativa da temática, seja pelos assuntos tratados, seja, ainda, pela persistência de posturas declaradamente discriminatórias. A normatização é mais freqüente - como se evidencia nos textos de Pini (1978) quando distingue entre o poder e o dever de as mulheres participarem de qualquer modalidade esportiva - e a reiteração quanto à própria

feminilidade, freqüentemente presente nos depoimentos de mulheres esportistas. Assim, Iris de Carvalho (1978), em depoimento prestado à CPI da Mulher, ao mesmo tempo em que afirma que "urge que se dilua, que desapareça a Idéia que ficou de alguns movimentos feministas, cujos alicerces estavam na tão conspurcada paridade", pleiteia a paridade dos prêmios esportivos, masculino e feminino, em mesmo tipo de prova, e a eliminação do Decreto-lei nº 3199 que interdita às mulheres algumas práticas esportivas, como o futebol (p. 163-167). Outras vezes, o texto assume uma perspectiva abertamente discriminatória contra a mulher. Em artigo datado de 1970, o Professor Carlos Catalano Calleja defendia que mulheres não deviam participar de competições de judô, principalmente infantis e mistas, porque as meninas venciam os garotos. "Perder de menina é um tanto vexatório e pode ocasionar uma problemática que iria afetar a personalidade em formação, do menino". Sem qualquer outra argumentação, o autor conclui: "endossamos com entusiasmo a opinião da brilhante catedrática de Educação Física Geral Feminina da Escola de Educação Física da USP, professora Stella Ferreira Guerios que recomenda a prática do judô para o sexo feminino sob a forma utilitária de defesa pessoal a partir da adolescência. É frontalmente contrária à prática do judô competição por mulher" (Calleja, 1970, p. 117).

Além de poucas, as pesquisas são extremamente diversificadas, ora se apoiando nos aspectos educacionais, ora sendo guiadas por objetivos diretamente vinculados à medicina e à saúde. Tentando uma classificação extremamente grosseira, pudemos agrupar as referências localizadas em quatro grupos: textos que permitem recompor uma cronologia da participação das mulheres na EF e nos esportes; diagnósticos que analisam esta participação na atualidade; avaliações de desempenho das mulheres em EF e esportes; relações entre práticas esportivas e EF e componentes físicos/corporais das mulheres.

Cronologia (1). Esta cronologia que montamos poderia ser considerada como deslocada em um estado de arte. Mais do que comentar textos, procuramos encadear informações. Este procedimento nos pareceu adequado nesse momento por duas razões: primeiro, por conta da pobreza de informações sobre a questão; segundo, por nosso desejo em instigar outras pessoas a

(1) *Optamos por cronologia, e não história, pois conseguimos apenas ordenar alguns fatos e datas, sem que tenha sido possível sua integração com a história do país e a história das mulheres do país e a história da Educação.*

se interessarem pelo tema. E a partir daqui, elaborarem, então, uma história da EF e dos esportes brasileiros na perspectiva das relações de gênero.

De modo geral, os textos que tratam da história dos esportes e da EF no Brasil não chegam à época contemporânea, detendo-se no final do Estado Novo. Este momento da história do Brasil foi extremamente profícuo nos setores de EF e esportes, tendo gerado discursos governamentais ou educacionais variados, rico manancial para pesquisas que se propõem a efetuar uma análise política (Lima, 1980; Centanno Filho, 1982). O Estado Novo cristaliza, através do cultivo do corpo masculino guerreiro e do feminino materno, a tendência eugênica que vinha se insinuando entre intelectuais desde o final do século XIX. A EF e o esporte constituem o instrumento para a melhoria da raça brasileira.

Localizamos seis textos que, de alguma forma, incluem informações sobre a evolução da participação feminina na EF e nos esportes brasileiros: Marinho (s/d), Lenk (1982), Cantarino Filho (1982), Castellani Filho (1982) e Pereira (1984). Alguns destes textos assinalaram, principalmente, projetos, pareceres, propostas governamentais (Marinho, s/d; Cantarino Filho, 1982; Castellani Filho, 1982). Esta ênfase em intenções não é acidental pois "não faltaram à EF brasileira, desde 1823, os mais variados projetos, fossem eles referentes à construção de áreas livres para as atividades físicas, à obrigatoriedade da ginástica nos estabelecimentos de ensino, à fundação de escolas ou cursos, à criação de conselhos superiores e muitos outros. Projetos que dormiram por longo tempo nos arquivos e muitos que nunca deles saíram" (Cantarino Filho, 1982, p. 96). E nestas intenções podem-se dectar intenções específicas para as mulheres.

Durante um bom tempo no Império, a EF era vedada às meninas. O primeiro livro editado no Brasil sobre o assunto é explícito: Tratado de Educação Física-Moral dos meninos (1828). Pereira (1984) assinala que a Lei nº 630, de 1851, que inclui a ginástica no currículo escolar, não faz referência à discriminação de sexo. Mesmo que esta menção não exista na lei, e que poucas meninas tivessem acesso ao ensino, a diversidade de discursos e práticas nas províncias parece indicar a persistência de oposição à ginástica feminina. Por exemplo, o regulamento expedido pelo presidente da província do Amazonas, em 1852, não deixa dúvidas quanto à esta interdição: para os meninos "a instrução compreenderá a Educação Física, Moral e Intelectual (...); e para o sexo feminino a mesma instrução intelectual mas modificada, e as prendas próprias ao sexo (...). As meninas não farão exercícios ginásticos".

Os textos permitem que se apreendem as tentativas de introdução de ginástica nas escolas femininas e a oposição a estas tentativas por parte de familiares: em 1674, o relatório do diretor de Instrução pública do Rio de Janeiro assinala a "repugnância com que foi recebida pela opinião pública a aula de ginástica, principalmente a que se refere ao curso de alunas (...). Foi preciso suspender a execução e ainda assim houve pais que proibiram às suas filhas o exercício ginástico (...). Chegou a tal ponto a oposição que algumas alunas, aliás, com boa freqüência nas outras aulas, deixarem de ir por acinte à de ginástica, ficando todavia no edificio da escola".

A grande proposta formalizada de ginástica para mulheres está contida no parecer de Rui Barbosa ao projeto de 1882 "Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública". O parecer recomenda a "instituição de uma seção especial de ginástica em cada escola normal; extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação a mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura".

A diferenciação entre o dever ser para meninos e meninas na visão de Rui Barbosa é muito próxima ao dever ser esportivo masculino e feminino de Pini (1978). Rui Barbosa recomendava a calistenia para as meninas visando seu desenvolvimento muscular armónico sem prejudicar a graça, a elegância e a forma (Catarino Filho, 1982); para os meninos, ginástica e exercícios militares. "Herança ou não de Rui Barbosa, a ginástica ficou impregnada de exercícios de ordem unida, de vozes de comando e de postura militar até os nossos dias" (Catarino Filho, 1982, p. 60). Isto é, principalmente para o sexo masculino.

Ainda no final do século XIX, e mesmo início do XX, os autores mencionam a persistência de focos de resistência à prática da ginástica pelas meninas da escola primária e pelas normalistas. Disparidades regionais são observadas: enquanto a Reforma da Escola Normal do Distrito Federal previa aulas de ginástica para ambos os sexos, contando o corpo docente com duas professoras (uma para trabalhos de agulha e outra para ginástica), a Escola Normal na Bahia reservava os exercícios físicos apenas aos alunos (Catarino Filho, 1982, p. 70).

Os textos referentes às primeiras décadas republicanas não fazem referência ao sexo feminino. A impressão que transmitem é que as escolas primárias e os jardins da infância que dispunham de espaço e professores(as) capacitados(as) ministravam aulas de ginástica para meninos e meninas. O que aparece nos textos subseqüentes sobre educação física ou ginástica na

escola é a diferenciação quanto ao tipo, à periodicidade e às restrições das atividades propostas para cada sexo (por exemplo Idade e ciclo vital).

A Reforma Fernando de Azevedo (1928), que reorganizou o ensino primário, normal e profissional no Distrito Federal, especifica que a EF "aplicada à mulher, seria conformada a seu sexo e as suas condições peculiares" (Marinho, s/d, p. 173). A proposta de Fernando Azevedo ganha sentido pleno ao complementá-la com os textos que redigiu sobre educação da mulher: "Concordam [os educadores] que para a regeneração do povo é preciso restituir à Mulher a saúde, fortemente comprometida, a estabilidade e o equilíbrio. (...) A Educação Física da mulher deve ser, portanto, integral, higiênica e plástica e, abrangendo com os trabalhos manuais os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes, cingir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e de todo compatíveis com a delicadeza do organismo das mães" (Azevedo, apud Castellani Filho, 1982, p. 19).

É necessário, neste momento, destacar a diferença que se percebe na mentalidade da época entre o significado de mulheres "executarem exercícios gímnicos" e praticarem esportes. Como se constata pelo texto de Fernando de Azevedo, a atividade física é necessária para a mulher-mãe e dona-de-casa. "No esporte, como um campo de predominância masculina com objetivos de vitória, rendimento e sucesso social é que as dificuldades aparecem" (Pereira, 1984, p. 24). É durante a década de 20 que encontramos, na bibliografia consultada, referências às primeiras exposições esportivas femininas públicas: "a exibição de natação feita por ocasião dos festejos do centenário da Independência do Brasil, em 1922, no tanque natatório da Urca (...) por Violeta Coelho Neto (...). Ainda no Rio de Janeiro, em março de 1925, duas intrépidas senhoritas, Anésia Coelho e Alice Passalo, fizeram a travessia da Guanabara, uma distância aproximada de 5 km (...). Em São Paulo, coube a um pequeno grupo de moças da colônia alemã romper as maiores barreiras antepostas à mulher no desporto pelos costumes e preconceitos locais, ao se apresentar em público para nadar, ainda que envoltas com prodigiosos costumes de banho, abundantes em dobras e babados" (Lenk, 1982, p. 17).

Em 1932, Maria Lenk é a primeira mulher brasileira a participar de Jogos Olímpicos (os de Los Angeles). A composição por sexo das delegações brasileiras que participaram dos Jogos Olímpicos mostra uma lenta e irregular progressão da presença feminina, atestando a grande dificuldade de penetração das mulheres neste reduto masculino (Pereira, 1984). Outro indicador

Importante dos entraves mais intensos que as mulheres enfrentaram nos esportes provem das comparações efetuadas por Pereira (1984, p. 27) entre as datas das primeiras competições esportivas masculinas e femininas em campeonatos brasileiros. Alguns exemplos: natação masculina, 1898 - feminina, 1935; atletismo e basquetebol masculinos, 1925 - femininos, 1940; tênis masculino, 1923 - feminino, 1947. Apenas as modalidades voleibol, tênis de mesa e atletismo apresentam pequena decalagem temporal entre os primeiros campeonatos masculinos e femininos.

Durante a década de 30, as exibições esportivas de mulheres vão se tornando menos raras: em 1931 se realiza a primeira competição interestadual de natação no Rio de Janeiro. De São Paulo parte uma delegação feminina - Maria Lenk e Marina Cruz (de Santos) - acompanhadas, na viagem, pelo pai de uma delas. A atuação das paulistas na competição e o destaque dado pela imprensa ao evento "influenciaram a participação de número cada vez maior de novas nadadoras nas competições" (Lenk, 1982, p. 23). Em 1932, realiza-se o Primeiro Campeonato Paulista de Natação Feminina na piscina da Associação Atlética São Paulo. Maria Lenk assinala que no mesmo dia se realiza a primeira competição de atletismo "destinada a senhoritas" no Esporte Clube Germania: concorrem apenas representantes de instituições alemãs. O cultivo do corpo, o domínio sobre o corpo, a leveza do corpo são indicadores de uma raça forte e competitiva. É interessante notar dois aspectos: a natação é a primeira modalidade que organiza exibições e competições públicas femininas; as competições são para "senhoritas". A natação, na época, era um esporte cuja técnica não incluía desenvolvimento muscular, exercícios praticados em solo, portanto, a despeito do pudor, que impele cobrir o corpo com roupas suficientes, trata-se de um esporte que se considerava não masculinizar as mulheres. Ao mesmo tempo, esportes não eram destinados ao corpo de mães, ou senhoras casadas.

Manifestações esportivas e de ginásticas dão origem a espetáculos cívicos. Estamos em pleno Estado Novo. A dificuldade em contar com uma infra-estrutura de apoio para a delegação brasileira participar dos Jogos Olímpicos de Los Angeles não impediu, porém, que acontecessem recepções públicas e envolvimento de autoridades celebrando a pátria. "A despedida oficial da delegação foi em uma linda festa desportiva no campo de futebol do Fluminense F. C, onde não faltaram o desfile, juramento do atleta e coroamento da rainha..." (Lenk, 1982, p. 28). Coelho Netto discursa " ... pela Bandeira do Brasil, por nós todos, pelos nossos brios e a nossa

glória, o vosso combate. não esqueçais, não rapazes, que é o Brasil, que é a Pátria, que são mais de quatro séculos de energia, de amor, de aventura, que é o Brasil que leva nos músculos" (Coelho Netto, apud Lenk, 1982, p. 29). Getúlio Vargas vai pessoalmente se despedir da delegação a bordo do Itaquicê, navio especialmente equipado para conduzir a delegação. Este envolvimento de Vargas com a cultura física não foi esporádico. Em discurso pronunciado na Conferência Nacional de Economia e Administração, em 1939, referindo-se a ampliação da Universidade do Brasil, com o acréscimo da Faculdade de Filosofia e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos salientava que a esta competia "preparar mestres de cultura física, que, disseminados pelo país, possam desenvolver o gosto pelos cuidados do corpo e da saúde, com o fim de melhorar a resistência da raça" (Getúlio Vargas, apud Cantarino Filho, 1982, p. 170). Educadores do período, como Lourenço Filho, partilhavam desse ideal, esperando que a educação física contribuisse "para esse saneamento da raça".

Foi na gestão de Gustavo Capanema (1931 a 1944) que o então Ministério da Educação e Saúde definiu o programa de EF para o ensino secundário, orientado por normas restritas, "onde tudo estava previsto, inclusive os modelos de formulários e fichas para os registros de exames práticos, exames médicos, dados burocráticos e outras anotações" (Cantarino Filho, 1982, p. 144). Aí se determinava a periodicidade de aulas para rapazes (3 vezes por semana) e para moças (2 vezes por semana). Exercícios e provas eram adaptados aos sexos. A maioria dos professores eram militares (59%). Antes da criação da Escola Nacional da Educação Física, a formação de professores(as) civis se processava em cursos esparsos, ou na própria escola normal, devendo ocorrer um registro na Divisão de Educação Física. Às normalistas só era permitido o ensino de EF no primário.

A normatização do ensino da EF nos cursos secundários suscitou algumas reações. Em 1938, a Confederação Católica Brasileira de Educação enviou ao Ministro Capanema um memorial contestando as instruções, especialmente as relativas ao exame médico a que eram submetidas as alunas. O memorial alegava "que certas medidas solicitadas não tinham valor, como a dos 'diâmetros da perna, de quadril e coxa' e estas, ao serem tomadas, feriam o recato natural do sexo feminino. Além disso, não era favorável à prática, pelo sexo feminino, de 'exercícios físicos violentos como saltos à distância, transporte e arremesso de pesos, defendendo para as alunas a ginástica rítmica" " (Cantarino Filho, 1982, p. 151).

Seria interessante esmiuçar as determinações deste memorial. O alvoroço causado pela entrada de homens (médicos) nestes gineceus; a parte da fantasia e a parte de usufruto de toques; a necessidade de as escolas religiosas contratarem professoras leigas para administrar aulas de EF. Curiosidades que ficam no aguardo de pesquisador(es) que se interessem pela história da EF escolar no Brasil numa perspectiva das relações de gênero.

Em texto datado de 1974, Stella Guerios, professora de EF feminina da Escola de Educação Física da USP, retrança a evolução da ginástica nessa universidade. Desde a criação da Faculdade, até 1939, o método que orientava os exercícios de ginástica al, e no Brasil todo, era o chamado métodos francês, adaptação de exercícios elaborados por G. Demeny. Houve no país uma grande celeuma entre os métodos "gímnicos" mais adequados: os de natureza militar, retirados da ginástica sueca de Lings ou os exercícios analíticos ou formativos - "mais arredondados e femininos" - de Demeny. Antes mesmo da obrigatoriedade de um método único para todo o sistema de ensino ter sido retirada, Guerios inicia inovações em seu trabalho justificando-se que o intuito do método em uso "era pôr em ação a virilidade". A autora se diz inspirada pelo método Demeny pois "este eminente médico e pedagogo (...) afirmava, e nós não tínhamos o direito de olvidar: se a mulher deve ser forte para a maternidade, ela deve também possuir a graça para fascinar" (Guerios, 1974, p. 3).

A evolução da ginástica feminina na USP prossegue com a introdução, em 1947, de aros e bolas "na execução dos exercícios mais estéticos, mais femininos e bem ritmados por instrumentos musicais".

A autora vai relatando modificações metodológicas e de concepção de ginástica para mulheres e adolescentes no transcorrer da década de 50. A que tudo indica foi Stella Guerios quem introduziu, no final da década de 50 na USP, a ginástica pré e pós-parto. Curiosamente, apesar da intensa associação entre EF feminina e maternidade, não encontramos qualquer pesquisa nacional que mencione ginástica pré e pós-parto.

O Estado Novo foi responsável por medidas normatizadoras da prática esportiva feminina. Data de 1941 o Decreto-lei nº 3199, criticado por vários(as) autores(as), que proíbe às mulheres a prática de esportes "incompatíveis com as condições de sua natureza". Este decreto foi regulamentado em 1956 por uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos que proibia às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e base-ball.

Nos depoimentos prestados à CPI da Mulher, tanto Iris de Carvalho (1978) quanto Maria Lenk (1978) recomendam a eliminação desta deliberação: "é nobre que os legisladores e os dirigentes se preocupem com a mulher e queiram protegê-la. Tais cuidados não deixam de ser uma discriminação contra o homem, que fica entregue à própria sorte. Certos esportes por ele livremente praticados podem ocasionar-lhe lesões irreversíveis. No entanto... não seria mais certo conferir à mulher o direito de escolher, por livre manifestação de vontade" (Carvalho, 1978, p. 166). Maria Lenk destaca a interdição da prática do futebol: "Acentuo bem o futebol, porque atribuo a essa restrição, a essa proibição, a quase impossibilidade do desenvolvimento do esporte feminino no Brasil. (...) O futebol é nosso esporte nacional, e através do esporte se revelam, se projetam os campeões, os ídolos do povo que merecem imitação. Então, vê-se terrenos baldios e qualquer local que se preste, transformados, espontaneamente num campo ou num quadro, no caso se não tiver gramado, e é ocupado por quem? Por garotos, meninos" (p. 330).

Pereira (1984) também retoma a questão da interdição às mulheres de práticas esportivas e a pouca seriedade com que a questão vinha sendo tratada. O autor relata uma entrevista de João Saldanha ao jornal Pasquim quando lhe perguntaram sua opinião sobre a mulher jogar futebol. O ex-técnico da Seleção Brasileira de futebol respondeu "que era contra, argumentando com o perigo a que estavam expostos os ovários das mulheres que estariam na barreira, durante uma falta cobrada por Rivelino. A resposta, como todas as que vêm sendo dadas no gênero, é inconsistente, pois não se trata de patrocinar jogos de mulheres destreinadas contra atletas da Seleção Brasileira" (p. 9).

Medidas restritivas quanto à prática de EF pelas mulheres ainda vieram à luz em 1977: a Lei 6503 de 13/12/1977 dispõe que é facultativa a prática de educação física em todos os graus e ramos de ensino à aluna que tenha prole.

Esta ordenação de atos e discursos parece trazer a discussão de EF e esportes para uma encruzilhada: a EF destinada a formar o corpo de futuras mães; o esporte um território regido por regras masculinas em acordo com a ordem patriarcal.

A elaboração desta cronologia também suscitou algumas questões que podem se tornar pistas para investigações futuras: como se articularam atos governamentais referentes a EF e a educação feminina em geral? Qual foi o impacto do vestuário (nudez de partes do corpo) e do fato de ser pública a exibição esportiva, na manutenção do preconceito contra competição

envolvendo mulheres? (1). Em que medida a oposição ao esporte feminino não constitui uma defesa de território masculino, sacralizando o seu lazer, seja enquanto esportista, seja enquanto espectador? Qual o perfil destas pioneiras do esporte que se iniciaram na vida pública ao mesmo tempo que Maria Lacerda de Moura, Ercília Nogueira Cobra, Berta Lutz? Por que tanta resistência das áreas de educação e de estudos sobre a mulher para incorporar este tema em seu repertório de inquietações? Qual o impacto, na vida das mulheres, de uma restrição a sua mobilidade física e do não incentivo a experiência onde a colaboração intra-equipe e a competição entre equipes são fundamentais?

Diagnósticos. Sem dúvida é a dissertação de mestrado de Laércio Elias Pereira (1984), defendida na USP, o texto brasileiro mais completo e pertinente que encontramos sobre mulher e esporte. Apesar de propor um objetivo específico, a influência dos agentes de socialização em atletas universitárias, o autor esboça um diagnóstico sobre a prática esportiva feminina no Brasil, os preconceitos que vem enfrentando, e alternativas para sua superação. Nota-se uma preocupação do autor em contextualizar suas observações a nível econômico e cultural e um comprometimento com a mudança. Merece destaque o capítulo sobre esportistas negras.

Apoiando-se em bibliografia estrangeira, Pereira mostra que, para as mulheres, a conquista do campo esportivo segue o social: a possibilidade de se exercitarem fisicamente, as transformações no vestuário, (2), o aperfeiçoamento dos absorventes femininos que, "da antiga toalha higiênica, ao discreto absorvente interno colaborou para a desinibição da mulher esportiva - e das mulheres em geral - durante o ciclo menstrual" (p. 5).

O autor propõe, também, uma revisão do que sejam esportes feminino e masculino: "em busca do chamado culto da graciosidade e da beleza a sociedade acaba elegendo, através da aparência, os esportes que devem ser adequados às mulheres. Os pesquisadores terão muito a oferecer quando apresentarem estudos sobre estes esportes, já que entre os leves e os delicados estão, por exemplo, a ginástica olímpica - um esporte de alto risco e elevada exigência física - e a patinação que, analisados desde este ponto de vista, poderiam receber a pecha de

(1) *Cavasini (1986) notou que a platéia exerce impacto bastante diverso na "performance" de atletas de acordo com características individuais. O seu estudo não observou, porém, diferenças entre os sexos.*

(2) *A reciprocidade entre vestuário e práticas físicas é apenas esboçada. Atualmente o esporte e outras atividades físicas constituem forte estímulo para fabricação e o comércio de roupa, calçados e outros equipamentos. Cf. Helen Lenskyj (1986).*

masculinos" (Pereira, 1984, p. 6). Analisando a participação de mulheres nos Jogos Olímpicos, Pereira considera que ela é diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico do país e ao alto elitismo desse evento.

Fechando o leque que abriu, o autor se detém na prática esportiva em contexto escolar: os jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e o Esporte Universitário.

Quanto á presença relativamente mais intensa das mulheres nos JEBs que nas demais competições esportivas, o autor justifica através da instituição de Troféus Olímpicos ou contagem geral de pontos que impulsiona as escolas a se inscreverem no maior número possível de modalidades, o que acaba por abrir brechas para meninas e adolescentes. Quanto ao Esporte Universitário, tomamos conhecimento pela dissertação de Pereira que a invasão da UNE e a queima de seus arquivos, em 1964, dificulta qualquer pesquisa histórica, pois ali também se situava a sede da Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Da mesma forma que Tina Amado (1989) assinala a omissão de referência sobre as mulheres nas pesquisas sobre história da educação, Pereira indica que os dois principais textos sobre a história da EF e dos Esportes no Brasil (Adolpho Sterman, 1954 e Inezil Penna Marinho, 1955) não mencionam o Esporte Universitário Feminino. Assinala: "a participação de mulheres no esporte universitário tem sido decorrente de iniciativas isoladas, e é, em grande parte, duplicação de atividades atléticas de mulheres que já participaram dos campeonatos das federações específicas, sendo os Jogos Universitários estaduais ou nacionais mais uma competição dessas equipes" (p. 30). Portanto, o avanço seria apenas aparente. Procurando compreender a pequena proporção de mulheres negras entre as esportistas, o autor tece sua argumentação em torno de esportes masculinos e femininos: os esportistas negros tiveram maiores chances através do futebol. As modalidades femininas - natação, ginástica olímpica - interpõem barreiras eivadas de preconceito racial. A performance em ginástica rítmica e olímpica é avaliada, também, por critérios subjetivos como "graça e beleza". O autor sugere: "seria interessante termos, no Brasil, um estudo sobre padrões de beleza - e racismo - dos juízes de ginástica comparados com os resultados das provas com julgamento desses mesmos juízes" (p. 33).

O objetivo central da pesquisa - avaliar o impacto dos agentes de socialização em atletas universitárias - foi operacionalizado através da aplicação de uma adaptação do questionário elaborado pelo pesquisador norte americano Greendof. Este questionário procura avaliar o

impacto de quatro classes **de** variáveis **na orientação esportiva observada entre certas mulheres:** atributos pessoais; agentes socializantes; **situações** socializantes; **envolvimento esportivo**. O questionário foi aplicado em 120 atletas mulheres tendo entre 15 e 31 anos. **A análise das** respostas ao questionário permitiu ao pesquisador concluir que "o primeiro envolvimento esportivo deu-se na infância, através de atividades coletivas e sob a influência da escola, contrariando as expectativas de influência familiar (1)" (p. 68).

Rosemberg e Pinto (1985) chegaram a conclusão semelhante a partir da análise de dados divulgados em relatórios publicados pelo MEC (**Retrato Brasil**, s/d). Analisando uma avaliação efetuada por ocasião dos XI JEBs, as autoras observam que um número maior de moças que de rapazes atletas haviam se iniciado na escola. As pesquisadoras integram esta observação a outras efetuadas no transcorrer do livro e se orientam no sentido de considerar a escola uma instituição privilegiada para diversos tipos de aprendizagens e experiências femininas. Concluem que a proteção que a escola oferece para a mulher, associada a maior restrição à liberdade de ir e vir que sofrem a menina e a adolescente, em decorrência de uma educação mais repressiva e do medo da violência urbana, seriam explicações para esta associação entre escola e iniciação feminina nas práticas esportistas. Lembramos, aqui, a consideração de En-guita (1989) quanto ao caráter menos sexista da escola quando confrontada a outras instituições. Mais, menos, ou igualmente sexista que outras instituições, a escola parece significar, para muitas mulheres, um espaço privilegiado de experiências.

No relatório Retrato Brasil (s/d), publicado pelo MEC, encontram-se informações desagregadas por sexo relativas aos anos 1975 e 1982 sobre atletas oficialmente registrados e as modalidades nas quais atuam. A participação feminina é sempre menos intensa que a masculina: o número de atletas mulheres é inferior (representando 15% do total); praticam um número inferior de modalidades; no período 75-82 o crescimento do número de atletas homens foi superior ao de mulheres. Porém, como se observou para os ensinos de 1º e 2º Graus, a proporção de mulheres concluindo o curso de Educação Física era, em 1980, superior à de homens (Rosemberg & Pinto, 1985).

(1) *Cavasini & Matsudo (1980) chegaram a resultados parcialmente diversos pesquisando atletas a partir de 11 anos de ambos os sexos. É notável a maior proporção de mulheres que responderam terem tido uma "autodeterminação" na motivação para prática esportiva*

Em resumo, as pesquisas realizadas na década de 60 encaminham para conclusões semelhantes às aquelas contidas em diagnóstico publicado pelo MEC em 1971: "a participação das mulheres é ainda inexpressiva e o baixo Índice de adolescentes federalizados (...) permite comprovar dificuldades quanto à renovação (de atletas), principalmente nas modalidades mais sofisticadas" (CNRH/MEC. 1971, p. 356).

Cotidiano. São poucas as pesquisas que descrevem o cotidiano de atividades físicas (em aula ou no recreio) de crianças na escola. Mais uma vez é Nara Bernardes quem efetua algumas observações desta zona obscura da vida concreta de escolares. A autora conta que na escola em que realizou sua pesquisa, as crianças circulam pelo pátio, pelo campo de futebol e pela praça. Saem da escola para estes espaços acompanhadas pela professora de EF. As meninas tendem a colaborar mais que os meninos na organização do espaço para aulas de EF. Quando não participam das atividades propostas pela professora, meninos e meninas ficam a seu redor, conversando. Algumas meninas, nestes momentos, preferem ficar observando o que ocorre na rua; uma das professoras obriga que as crianças percorram este trajeto em fila separada por sexo. Meninos "correm, empurram-se, desmancham a fila (...) as meninas permanecem razoavelmente em fila" (Bernardes, 1989, p. 147).

Nos momentos de atividades livres, Nara Bernardes observa uma reorganização por sexo: algumas meninas sentadas no chão ou em pé observam os meninos que praticam lutas simuladas ou conversam. Meninas também praticam atividades físicas: pulam corda, levantam pessoas, meninos jogam futebol, meninas vôlei. "Entretanto, a maioria delas prefere reunir-se em grupos, sentadas no chão, conversando, rindo, cantando. Às vezes, elas observam o jogo dos meninos mas sem se envolverem com ele" (p. 148). Algumas atividades são desenvolvidas conjuntamente por meninos e meninas (Bernardes, 1989, p.147).

Pesquisas experimentais. Encontramos 14 pesquisas (artigo, dissertações, resumos, comunicações) que utilizaram um design que considerou o sexo dos sujeitos como variável independente ou o nível sócio-econômico de ambos os sexos ou, ainda, o impacto de programas de EF em estudantes mulheres. Por seu caráter essencialmente descritivo e pontual, organizamos quadros que permitem identificar os componentes principais das pesquisas.

Há que ressaltar, destas pesquisas, a preocupação central com aspectos fisiológicos, em especial a reprodução, temas que serão tratados no próximo item deste capítulo.

QUADRO: PESQUISAS EXPERIMENTAIS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA

1) VARIÁVEL INDEPENDENTE: SEXO

AUTOR(AS)	DATA	LOCAL	VARIÁVEL DEPENDENTE	SUJEITOS	IDADE t h	RESULTADOS
Guedes	1983	Londrina (PR)	Somatotipo	Escolares B e M	11 a 16 N - 360	B - Eco-Mesomorfo M - Variável de acordo COB a idade
Mello	1983	Pelotas (RS)	Aptidão motora	Escolares B a M	10 a 12 N= 60	Diferenças variáveis de acordo com o sexo e a prova
Pioto 4 Ri-gueira	1983	Vicos» (MG)	Tarefa motora (Pro tempe)	Estudantes E.F. B e M	Adultos N - 72	Não encontrou diferenças
Bohme	1988	Viçosa(MG)	Aptidão física Crescimento	Escolares B e M	7 a 14 N - ?	7 (Resumos SBPC)

2) MENARCA

AUTOR(A)	DATA	LOCAL	VARIÁVEL DEPENDENTE	SUJEITOS	IDADE E N	RESULTADOS
Matsudo	1979	Sao Caetano (SP)	Dobras Cutâneas	Escolares	11 a 14 N - 120	? (Resumos SBPC)
Matsudo 4 Ses. ca	1980	São Caetano (SP)	Idade	Esportistas	Adolescentes e Universitárias N - 50	Idade Menarca - 13,1
Pires Neto	1983	Santa Maria (RS)	Idade	Estudantes E.F.	Jovens N - 25	Idade Menarca: TC - 13.2 QC - 12.4

3) GINASTAS

AUTOR(A)	DATA	LOCAL	VARIÁVEL DEPENDENTE	SUJEITOS	IDADE E N	RESULTADOS
Montemioi	1979	Londrina (PR)	?	?	?	? (Referência)
Savasato	1986	São Paulo	Força na preensão manual	Ginastas Nadadoras Não-Esportivas	8 a 10 N - 9C	Significativo para ginastas

4) NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO

AUTOR(A)	DATA	LOCAL	VARIÁVEL DEPENDENTE	SUJEITOS	IDADE E N	RESULTADOS
De Rose & De Rose	1980	Porto Alegre (RS)	Desenvolvimento somático e neuro-motor	Pré-escolares	4 e 5 M - 80	Significativo para estatura, peso, corrida e arremesso
Milléo Filho	1983	Curitiba (PR)	Provas de atletismo	Escolares	7 N = 150	Favoreces crianças de perife ria

ð PROGRAMAS

AUTOR(AS)	DATA	LOCAL	PROGRAMA	SUJEITOS	H	RESULTADOS
Moreira et al	1988	Campinas	Aeróbica	Universitárias	312	Positivos
Pellagrinotti et al	1988	Campinas	Resistência Anaeróbica	Universitárias	235	Melhoria Resistência
Galdi & Moreira	1988	Campinas	Resistência	Universitárias	259	Melhoria Resistência Muscular

5.2 Saúde e Reprodução

Educação e saúde têm sido associadas na literatura de duas maneiras: a saúde escolar, ou do escolar e os programas de ensino da saúde (Collares & Moysés, 1986, p. 13). Seja numa perspectiva, ou em outra, a bibliografia brasileira tem sido avara, o que levou Gerson Z. de Lima a afirmar: "Curiosa situação. Ausente dos textos sobre educação, ausente dos cursos de formação do professorado primário, ausente dos cursos de formação de pediatras, ausente dos livros textos pediátricos e ausente da literatura pediátrica nacional mais recente, onde encontrar o discurso da saúde escolar?" (Lima, 1985, P.18). Esta ausência transparece fortemente neste estado de arte, pois quase nada se encontrou sobre educação e saúde que levasse em conta a variável sexo ou as relações de gênero. A exceção notável provém das pesquisas sobre o uso (ou abuso) de drogas entre estudantes, numerosas, sendo principalmente elaboradas no contexto de centros ou núcleos vinculados à área de saúde.

A revisão bibliográfica efetuada localizou mais de uma dezena de títulos tratando do tema. A impressão que fica é de que as pesquisas, em sua maioria, utilizaram estudantes como sujeitos por razões contingenciais (a escola tem sido um bom reservatório de sujeitos para pesquisas de diferentes naturezas), praticamente nada tendo a ver com educação: as pesquisas analisadas apenas avaliam a incidência do uso de drogas entre estudantes de ambos os sexos freqüentando os diferentes níveis escolares (Simões & Simões, 1976 e 1977; Zanini et al., 1977; Weintraub, et al., 1976 e 1978; Stewien & Marcondes, 1979; Murad, 1979 e 1982; Ruffino Netto, 1981; Simões, 1982; Gorenstein et al., 1983; Szego et al., 1985; Plotnik et al., 1986; Brenes et al., 1986; UFBA, 1988). São raras as que tentam uma interpretação que considere o comportamento escolar ou padrões culturais masculinos e femininos (Carlini et al., 1986; Carlini-Cotrin & Carlini, 1987; Brasil, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 1989).

No tocante aos aspectos descritivos, tais pesquisas apontam para o fato de que as mulhe-res-estudantes, freqüentando os diferentes níveis escolares, usam drogas com menor freqüência que os homens. O padrão de uso de drogas entre estudantes homens e mulheres também diverge quanto ao tipo, ao local e à forma de obtê-las. Assim, as estudantes tendem a usar, mais que os rapazes, tranqüilizantes e anfetaminas, algumas vezes mediante receita médica (Murad, 1982). O uso do álcool se faz, entre as moças, principalmente em casa ou em festas, ou seja no

espaço Privado. "A oposição entre padrão masculino e feminino de Ingestão de álcool tem origem bastante cedo. Tanto que a mulher adolescente não bebe somente menos; ela parece beber de maneira distinta. Assim é que o próprio contexto em que o beber se dá pode diferir: a adolescente de sexo feminino bebe, fundamentalmente, em ambientes domésticos, sendo o beber público (no bar e nas ruas) acentuadamente masculino" (Carlini et al., 1986, p. 283). À exceção do tabaco e do álcool, as pesquisas indicam também um número relativamente baixo de estudantes de ambos os sexos que fazem uso de drogas consideradas "pesadas".

Os resultados de pesquisas sobre uso de tabaco assinalam uma proximidade entre padrão masculino e feminino, diferentemente do que ocorria anos atrás. Há alguns indícios também de que o uso de solventes entre estudantes mulheres esteja se aproximando do padrão masculino (Carlini-Cotrin & Carlini, 1987).

A extensa pesquisa coordenada pelo Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina sobre o consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987, dedicou uma parte à análise da situação entre estudantes de 1º e 2º Graus residentes em 10 capitais. A pesquisa detectou um consumo significativo de drogas (entre as quais álcool e tabaco), porém um contato somente experimental com droga pesada. À exclusão do álcool e do tabaco, as drogas mais usadas nas capitais pesquisadas foram os solventes, os ansiolíticos, a maconha e as anfetaminas, sugerindo homogeneidade da população estudantil neste aspecto (Brasil, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, 1989, p. 59).

As variáveis associadas ao uso de drogas revelam uma homogeneidade entre as capitais: predomínio entre estudantes que trabalham, com atraso escolar de três ou mais anos de estudos e provenientes de famílias cujos pais estão separados ou falecidos. Apoiando-se em trabalhos estrangeiros, a discussão destes resultados se encaminha no sentido de interpretar este uso entre adolescentes e homens como uma forma de lidar com conflitos provenientes de tensões que vivem no confronto com as instituições sociais: principalmente família e escola. O fato de trabalhadores-estudantes tenderem a usar drogas com maior frequência sugere tanto interpretações neste sentido, quanto no sentido de uma maior autonomia monetária e de circulação entre os jovens, o que lhes permitiria escapar do controle familiar.

Esta pesquisa encontrou um maior consumo de psicotrópicos entre homens que entre as mulheres apenas em duas capitais: Fortaleza e Recife. "Esse achado aponta para diferenças

regionais de caráter cultural, onde o predomínio de valores mais tradicionais em relação a papéis sexuais determinaria, naquela região, menor contato das mulheres com psicotrópicos. Esses valores não seriam tão fortes nas outras regiões pesquisadas, daí a diferenciação, nos locais restantes, dar-se apenas através da opção por drogas distintas. As mulheres se resguardariam dos preconceitos usando drogas na forma de medicamentos, como os ansiolíticos e as anfetaminas; e os homens consumiriam maconha, tabaco e álcool, explicitamente com a finalidade de produzir efeitos psicológicos. Outra possível explicação para o maior uso de ansiolíticos e anfetaminas, pelas mulheres, seria admitir que as mesmas são 'educadas' para utilizar esses medicamentos por serem mais 'ansiosas' e 'nervosas' e, ainda, por serem valorizadas exclusivamente em função de seu aspecto físico. Essa 'educação' far-se-ia através da propaganda desses medicamentos (inicialmente aos médicos, desses às mães e, finalmente, às filhas), conforme denúncias em várias partes do mundo..." (Brasil, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 1989, p. 60).

Pesquisa específica sobre o uso de bebidas alcoólicas entre estudantes de 1º Grau na cidade de São Paulo contém uma das raras reflexões sobre suas implicações escolares (Carlini et al., 1986). Além de constatar que as categorias "bebedor regular moderado" e "regular excessivo" são nitidamente mais frequentes entre os rapazes que entre as moças (23% e 14% respectivamente), o texto pondera que "o uso intensivo de álcool poderia (...) ser mais um dos numerosos elementos associados ao abandono da escola dos estudantes de baixa renda" (Carlini et al., 1986, p. 284). A pesquisa revela, também, que uma parcela dos estudantes (sem especificar o sexo) que bebe excessivamente informou já ter faltado ou ter tido problemas escolares decorrentes do consumo de álcool. Estas observações sugerem uma circularidade nas interações entre sistema escolar, estudantes e uso de drogas (o álcool): dificuldades de ajuste proporcionariam o consumo de álcool que acarretaria intensificação do desajuste.

Estas pesquisas sugerem, também, caminhos para se tentar compreender o miúdo da trajetória escolar de homens e mulheres: ajustamento mais fácil das mulheres à escola e comportamentos de oposição ou resistência menos disruptivos (que se manifestam inclusive no padrão de consumo de drogas) que poderiam acentuar, principalmente na adolescência, sua maior aderência ao sistema de ensino.

Esta perspectiva parece ganhar apoio nos escassos e esparsos dados disponíveis sobre

escolares que foram encaminhados ou atendidos por serviços de saúde escolar. Em 1986 a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através dos órgãos que atuam na área da saúde escolar (1), lançou uma série de diagnósticos e relatórios sobre atendimento médico a escolares paulistas relativos ao período 1977-1982 (Sao Paulo, Estado, 1986). Algumas poucas informações foram desagregadas por sexo (e por raça) não tendo sido, porém, analisadas no corpo do texto. O exame de algumas tabelas aponta diferenças que merecem menção quanto à nítida predominância de encaminhamento de meninos cursando o 1º Grau a atendimento psiquiátrico e neurológico. Esta constatação parece sugerir, entre outras possíveis, que os meninos estariam demonstrando maior dificuldade (ou maior visibilidade) de adequação aos padrões esperados de comportamento escolar. Esta ponderação deve ser incorporada às reflexões que vêm sendo desenvolvidas sobre medicalização do desempenho escolar. É importante ressaltar, porém, que textos recentes sobre o fato, fazendo incidir a análise exclusivamente na subordinação de classe, deixam escapar essa importante dimensão escolar: o diagnóstico de patologia psiconeurológica entre escolares parece ser sexualmente enviesada.

Ainda são poucas as pesquisas que se voltaram para o estudo da AIDS em contexto escolar. As informações de que dispomos provêm da imprensa e de propostas elaboradas por órgãos vinculados à administração pública. Foram duas as pesquisas encontradas que tratam da questão, apoiando-se em design praticamente idêntico. Trata-se das pesquisas sobre saúde reprodutiva do jovem realizadas nas cidades de São Paulo e Salvador (Centro Materno Infantil de Planejamento Familiar, 1988; Bastos et al., 1989). Apesar de abranger uma amostra que incluía estudantes e não estudantes, escapando, de certa forma, dos limites deste estado da arte, parece-nos conveniente mencioná-las dada a sua excepcionalidade. As pesquisas procuram avaliar o nível e a qualidade da informação que jovens detêm sobre a doença. Tanto em São Paulo, quanto em Salvador, o nível de informações gerais sobre a AIDS é alto, aumentando em relação à faixa etária, sendo mais intenso entre os homens. As moças mais jovens (15-19 anos) constituem o grupo mais desinformado. Os trabalhos concluem pela recomendação de programas adequados de educação sexual.

(1) Os órgãos participantes da elaboração destes textos foram: Departamento de Assistência do Escolar; Divisão de Estudos, Normas e Programas em Assistência Médica; Equipe Técnica • Assistência Médica.

A Imprensa» diferentemente tía produção acadêmica, vem dando deataque e transmitindo In-
formações aobre experiências educacionais de sensibilização e Informação sobre a AIDS. O
material disponível na hemeroteca da Fundação Carlos Chagas informa sobre companhas eluci-
dativas visando estudantes e docentes de 1º, 2º e 3º Graus, esparsas ou organizadas em torno
de Secretarias de Educação Municipais e Estaduais. Além das campanhas, a Inclusão de tópi-
cos nos programas de biologia (Brasília, Paraná) e a elaboração de materiais didáticos têm sido
mencionadas pela imprensa. Por exemplo, em 1988, os Ministérios da Educação e da Saúde
elaboraram um texto para encarte nos livros didáticos contendo informações básicas sobre a
doença. O manual previa uma distribuição para 1.680.000 alunos. Maria Elizabeth Grimberg, que
integrou a equipe do Programa de AIDS de São Paulo, avaliou este material: "o folheto incorre
em deslizes de antididatismo quando aconselha que o sexo não deve ser mal-usado para evitar
doenças e portanto deve ser usado com responsabilidade! Certamente tal recomendação servirá
apenas para aumentar o repertório de dúvidas e inseguranças de um jovem estudante" (Grim-
berg, 1988, p. 5).

A autora conclui o artigo enfatizando que a AIDS "surge como um desafio não só ao meio
científico - o conjunto da sociedade vê-se evocado a lidar com uma sexualidade de uma pers-
pectiva transformadora". Isto vem significando recolocar a discussão sobre educação sexual no-
vamente em evidência(1).

Na outra perspectiva, a do ensino da saúde, encontramos um único texto de Nelly Martins
Ferreira Candeias (1984) que se atem às especificidades sexuais. Trata-se de uma enquête, on-
de a autora procura detectar Interesses na área da saúde entre escolares adolescentes freqüen-
tado escolas pública e particular e entre os sexos: as adolescentes tendem a demonstrar maior
interesse sobre questões vinculadas à sexualidade que os rapazes (abortamento, educação se-
xual).

Relativamente profícua, ao contrário, tem sido a discussão que associa reprodução e educa-
ção. como vimos ao longo deste estado da arte, a função reprodutiva da mulher vem sendo
usada como categoria explicativa central na compreensão de comportamentos de professoras e
alunas. É a maternidade - biológica e ideológica; real ou potencial; concreta ou simbólica - que
orienta caminhos, na casa, escola e na rua para homens e mulheres.

(1) Marie Elizabeth Grimberg: "Licèo do dia: AIDS". *Leia*, março de 1988, p. 5.

A literatura sobre a mulher a reprodução também tem usado a educação enquanto variável descritiva (variável Intermediária, Interveniente) ou categoria explicativa de comportamentos reprodutivos. Nos últimos anos da década de 80, esta perspectiva da associação entre reprodução e educação tem sido acentuada pelo novo recorte temático que vem se configurando: a gravidez em adolescentes.

No Brasil, foram várias as pesquisas que encontraram uma associação estreita entre comportamento reprodutivo e nível de instrução (Marques & Berquó, 1977; Szmreczányi, 1977 e 1988; Silva, 1976 e 1982; Estado de Pernambuco; 1981; Morris, 1985). Praticamente sem exceção (1). as pesquisas concluem no sentido apresentado por Szmreczányi: "a instrução da mulher vincula-se à diferenciação do comportamento reprodutivo da população estudada não só quanto ao aspecto da natalidade como também às formas de atuação decisivas para o tamanho da prole, como a idade de início da união conjugal, o uso e escolha dos anticoncepcionais, o abortamento provocado" (Szmreczányi, 1977, p. 334). Além das associações citadas, foi também observada uma relação entre nível de instrução da mãe e mortalidade infantil (Silva, 1982).

A educação tem entrado, também, como categoria explicativa nos modelos interpretativos sobre reprodução, mais especialmente sobre padrões de fecundidade. Nos anos 70 e início de 80 foram produzidos textos fundamentais que, a partir de pesquisas empíricas, discutem os modelos explicativos para a compreensão dos comportamentos reprodutivos (Szmreczányi, 1977; CEBRAP, 1982; Oliveira, 1977; Rodrigues, 1982).

O design de algumas destas pesquisas inclui o nível de instrução da mulher e do homem no conjunto das variáveis sócio-econômicas que, através de procedimentos estatísticos, é associado a padrões de comportamento reprodutivo. Pesquisadores(as) têm questionado tanto a passagem direta entre as variáveis sócio-econômicas e o comportamento reprodutivo quanto o conceito de comportamento reprodutivo. Arakcy M. Rodrigues (1982), revendo os modelos interpretativos de tipo associativo, discute se a classe social, por si mesma, seria uma categoria explicativa fundamental. Trazendo para o plano de análise as diferenças simbólicas entre as classes sociais. a autora considera a necessidade de se incorporar, nessa discussão, as instân-

(1) Apesar de não termos efetuado um levantamento exaustivo, uma das pesquisas que aponta "fraco poder explicativo" da instrução na compreensão da taxa de fecundidade nordestina foi realizada por Luiz A. P. de Oliveira (1985).

cias pedagógicas responsáveis pela inculcação e pelo reforço de um sistema de disposição para desenvolver comportamentos reprodutivos.

Algumas das pesquisas brasileiras propõem modelos explicativos para comportamentos reprodutivos envolvendo de forma mais intensa a educação. Assim, Szmreczányi (1977 e 1988) considera que a "escolaridade deve necessariamente ser incorporada aos esquemas explicativos do comportamento reprodutivo. Esta tarefa, contudo, não deve ser pensada como o acrescentamento de uma variável a uma série de outras num conjunto de fatores que são paralelamente relevantes para a reprodução, mas deve pretender esclarecer seu papel na mediatização de condicionamentos sociais derivados da estrutura de cada sociedade" (1977, p. 334).

A autora desenvolve esta proposta em seu livro *Educação e Fecundidade* onde procura mostrar que a sociologia da educação "ao colocar os processos de socialização e ressocialização como instrumentos de controle social, de dominação de classe e de legitimação das ordens institucionais, vincula a esfera dos fenômenos públicos àquela dos fenômenos privados, contendo, assim, um manancial explicativo da fecundidade que precisa ser melhor explorado" (Szmreczányi, 1988, p. 14).

Lea Melo da Silva (1976) procura articular os níveis educacionais da mulher ao tamanho da família. Em relação às mulheres de baixo nível educacional, o tamanho da família é explicado pelo efeito da educação sobre a queda de mortalidade infantil; para mulheres de níveis educacionais mais elevados, a autora levanta a contribuição do conhecimento e uso de anticoncepcionais, mais do que sua participação no mercado de trabalho. Esta hipótese é desenvolvida pela autora ao considerar que o tipo de atividade exercida pela mulher no mercado de trabalho pode ser compatível com a criação dos filhos e, "além disso, pelo relacionamento familiar existente na área e pelo baixo custo dos substitutos para os serviços maternos" (Silva, 1976, p. 20). A tese da autora é, portanto, que um dos determinantes do tamanho da família é o "custo da criança" o qual pode se elevar com o aumento das oportunidades educacionais das mulheres (Silva, 1982, p. 16).

Esta mesma associação inversa entre fecundidade e nível de escolaridade tem sido observada entre adolescentes. A Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF) de 1986 assinala que "a maternidade precoce se vê associada a um baixo nível de escolaridade, apesar da expansão do sistema educacional dos últimos 20 anos" (Henriques et al., 1989, P. 62).

Esta relação apresenta aspectos alarmantes quando se associam pobreza, escolaridade e maternidade precoce: "O impacto adverso da maternidade na adolescência emerge de forma ainda mais clara. As adolescentes, cuja renda familiar combinada as classifica entre as mais pobres, quase não têm nenhuma chance de obterem uma escolaridade secundária se deram à luz durante a adolescência (24 por cento tiveram cinco a oito anos de escolaridade, mas apenas dois por cento prosseguiram sua educação). Contudo, 17 por cento das mulheres que se encontravam no mesmo nível de renda chegaram além da escola média, e 40 por cento cursaram de cinco a oito anos de escolaridade, quando adiaram a maternidade até terem pelo menos 20 anos. A maternidade na adolescência se vê associada a uma menor escolaridade até mesmo entre as adolescentes mais afluentes (aquelas situadas na faixa superior dos 50 por cento na classificação de renda familiar). Entre as que tiveram um filho antes dos 20 anos de idade, apenas 23 por cento haviam estudado além da 8ª série, enquanto que, entre as que não deram à luz, 44 por cento estudaram além da 8ª série" (Henriques et al., 1989, p. 62).

De certa forma, aqui se percebe uma das formas de produção do ciclo da pobreza.

E o sistema de ensino permanece totalmente divorciado das questões vitais (Barroso, 1985, p. 33): sexo e educação pouco se cruzam na bibliografia.

5.3 Sexo

Embrulhada em saco plástico, trazendo de presente um cordão de tênis vermelho. Chamada de capa: "SEXO Tudo aquilo que você sempre quis saber e não teve como perguntar". Pergunta: "é normal necessitar de sexo para se manter equilibrada?" Resposta: "A freqüência do desejo sexual é variável de pessoa para pessoa. No adulto jovem o interesse é mais freqüente. Mesmo assim, diante de preocupações intensas, como vestibular, por exemplo, o interesse pelo sexo pode ser substituído por outros interesses". Mais adiante, na seção "Só entre nós: Guia do estudante", pergunta-se: "Pretendo fazer como minha primeira opção no vestibular o curso de Serviço Social. Gostaria que me informassem sobre a importância da assistente social para a sociedade e os campos de atuação para quem escolhe esta profissão. Quais as melhores faculdades?" Mais seção de modas, entrevistas com cantores, horóscopo. Esta é Carícia, revista semanal da Editora Abril, lida por adolescentes entre 14 e 18 anos, a maioria estudantes (Quartim de Moraes, 1981, p. 158). Matérias semelhantes, mas em outro estilo, são encontradas em Nova e Cláudia, revistas para mulheres mais velhas, e também lidas por profissionais e estudantes (Quartim de Moraes, 1981, p. 14, 149, 158).

"É normal casal de namorados se masturbarem juntos?"; "Deve-se dar informações sobre sexo às crianças?"; "Masturbar é pecado?"; "Em que idade a criança ou o adolescente começa a ter orgasmo?". Foram algumas das 158 perguntas feitas por "alunos" de Habilitação Magistério durante o programa piloto sobre Sexualidade Humana desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Educação de São Paulo (São Paulo, (Estado), 1986, Anexo nº 4, p. 152-159).

Apesar de evidência do desejo, sempre que haja canais para sua explicitação, a bibliografia brasileira sobre educação parece ignorar que seres humanos, da creche à universidade, são sexuados. Apesar de termos sido bastante persistentes durante a pesquisa bibliográfica, este estado da arte contou com o apoio de poucos títulos que tratam, direta ou indiretamente, de temas associando sexo e educação formal (1). Além da escassez, registramos sua guetização. Trata-se de sexo em educação sexual. Da mesma forma que o corpo em movimento é tratado em educação física. A fragmentação do conhecimento acaba impondo uma visão seccionada e mutilada

(1) Foram excluídos da bibliografia apenas os manuais ou guias sobre educação sexual.

das pessoas que constroem o cotidiano escolar, paradoxalmente, denominadas de corpo docente e discente.

A preocupação básica de pesquisas e estudos localizados entre 1975 e 1989 é com a educação sexual em contexto escolar. Dentre os aspectos tratados, destacam-se a discussão sobre a introdução da matéria no currículo escolar e as formas de se lidar com a contracepção. Mesmo nos estudos que procuram caracterizar o "comportamento sexual de adolescentes", seja através de surveys ou de pesquisas usando procedimentos qualitativos, a atenção dada ao prazer, ou à violência, pareceu-nos secundária. Como, também, pareceu-nos secundário o enfoque nas relações de gênero. Por vezes, a pesquisa é orientada por uma postura ética anti-sexista, mas a análise é feita em torno da categoria "jovens", esquecendo, muitas vezes, que gostaríamos de saber como reagiram moças e rapazes frente às diversas situações ou temas tratados. Mais curioso, ainda, é como o genericamente masculino tem impregnado a produção científica brasileira. Não foi excepcional encontrar, nos estudos sobre gravidez em adolescentes, autores(as) que se referissem à grávida usando a expressão "o adolescente".

A educação sexual em contexto escolar gestou, principalmente, três tipos de pesquisas/estudos: as que adotam uma perspectiva histórica procurando entender as determinações sociais que têm dificultado ou propiciado sua inserção no currículo; as que avaliam propostas, programas e projetos de educação sexual e as que se preocupam em desvendar comportamentos e atitudes sexuais entre estudantes.

Educação Sexual e Currículo. O período coberto pela bibliografia assistiu a intensificação do debate sobre a introdução da disciplina Educação Sexual (ES) no currículo escolar. Alguns estudos estabeleceram cronologias relativas às experiências concretas que se desenvolveram e ao debate de idéias, procurando detectar quais têm sido os setores hostis e os favoráveis à introdução da ES no currículo formal, bem como o ideário em que se apoiam e as propostas curriculares formuladas (Werebe, 1978; Barrosso & Bruschini, 1982; Rosemberg & Pinto, 1985; Bruschini, 1986). Grande parte dos textos que concluem pela necessidade de introdução da disciplina no currículo escolar, acabam por explicitar uma proposta de ES, sugerindo como devem ser conteúdo programático, metodologia, referencial de valores e formação docente. Esta tendência de recomendar a introdução da disciplina e seu *modus faciendi* tem se exacerbado nos últimos 5 anos, graças à tematização da gravidez entre adolescentes. É regra quase que geral

recomendar-se, ao final de uma pesquisa ou do relato de uma experiência envolvendo jovens grávidas ou mães, que se incluía ES no currículo escolar.

Cristina Bruschini (1986) redigiu um dos textos mais recentes que procurou retrair as tentativas de introdução da ES no currículo escolar. Incluído no contexto de uma pesquisa mais ampla sobre gravidez entre adolescentes, este texto propõe uma periodização na tentativa de compreender como e por que se deu o debate de idéias e a ocorrência de algumas experiências no país.

A autora compõe um quadro onde detecta, até a década de 70, ondas sucessivas ou simultâneas de repressão e liberalismo: no início do século apreende uma preocupação com a ES orientada por princípios higienistas, visando a educação da mulher enquanto mãe; uma onda emancipatória nos anos 20, que só recentemente tem sido desvelada, cujas protagonistas foram feministas **avant la lettre** como Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra, escritoras que defendiam a liberdade sexual para as mulheres; o freio fomedável interposto pela Igreja Católica até a realização do Concílio Vaticano II impedindo que a ES penetrasse no sistema educacional brasileiro, "tanto por sua posição nitidamente repressiva em matéria de sexualidade, quanto por seu papel de destaque no sistema de ensino brasileiro" (Bruschini, 1986, p. 33). (1).

Durante os anos 60, algumas experiências ocorrem em escolas privadas, laicas e religiosas, mas principalmente em algumas escolas públicas de vanguarda, como os Colégios de Aplicação e os Ginásios Vocacionais, experiências que desapareceram ou viveram nas catacumbas após o golpe militar.

(1) *Esta influência da Igreja Católica sobre a sexualidade de homens e mulheres, apesar de mencionada em texto sobre sexualidade no Brasil, não nos parece ter sido investigada em sua extensão e profundidade. "Talvez aqui fosse o momento de lembrar a profunda diferença entre a ideologia católica sobre reprodução humana e as ideologias veiculadas pelas outras instituições sociais. Ao abordar os discursos católicos sobre o casamento, família, mulher, maternidade e paternidade, sexo enfim, não se está diante de discursos produzidos por agentes institucionais 'seculares'. Pelo contrário, trata-se de um **discurso religioso**, emitido por autoridades clericais que partilham uma visão religiosa do mundo, dirigido a indivíduos que, em níveis profundos da personalidade, se encontram religiosamente imbuídos de valores e normas de cunho religioso que dificilmente se desarraigam. Este trabalho não pretende chegar até lá, mas tão-somente lembrar a dificuldade da **justa compreensão da inculcação da religiosidade**, que, certamente, tem intrincadas ligações com a vida familiar, não apenas no sentido superficial com que freqüentemente se fala de 'socialização', mas numa dimensão nem sempre verbalizável e que tem muito a ver com níveis inconscientes de interdição sexual. Neste sentido, não é demasiado enfatizar que, especialmente no que respeita às atitudes em relação ao sexo (e à sua canalização para a função procriadora) **todo um aparato sacral** levou especialmente a população feminina a internalizar o **senso de pecado e de culpa** em relação a certos comportamento sexuais severamente vituperados pela moral cristã na 'cura de almas' cotidiana, no policiamento via confessional, na profusão de discursos moralizantes veiculados por uma profícua literatura católica..." (Pierucci, 1978, p. 41-42, grifos do autor).*

A repressão durante os anos da ditadura tornou o moralismo dirigido a certas instituições soltas (como a escola e a universidade) têm sido evocados como um dos freios impedindo que estas experiências esparsas pudessem redundar em um currículo que albergasse a ES sem rodeios.

Carmen Barroso (1979) aponta uma outra vertente do discurso repressivo que se manifesta desde os anos 60 e que, posteriormente, aglutina tanto intelectuais progressistas quanto aqueles comprometidos com a ditadura: sua posição favorável a uma política pró-natalista.

É na perspectiva de detectar compromissos com uma política controlista que Ana Maria Canesqui avalia "as concepções e representações que acompanham as propostas (...) de algumas instituições internacionais sobre a educação sexual escolar, dirigidas às famílias da classe trabalhadora dos países do Terceiro Mundo" (Canesqui, 1983, p. 60).

A pesquisadora se detém especialmente nas propostas da SIDA (Swedish International Development Association), da UNESCO e da IPPF, concluindo: "As propostas sobre a educação sexual escolar, a partir de alguns organismos internacionais, têm chegado ao Brasil, apresentando-se às instituições de ensino como verdadeiros pacotes de conteúdos curriculares, eivados de idéias neomalthusianas sobre a relação demografia e sociedade. Trazem ainda consigo estratégia de política demográfica que atribui ao exercício da 'paternidade responsável' a solução aos problemas sociais e às relações entre os sexos" (Canesqui, 1983, p. 62).

Dentre os programas propostos por agências internacionais, o de "educação sobre população", defendido pela UNESCO e pelo Fundo das Nações Unidas para Atividades de População foi analisado por Canesqui (1983) e Barroso (1981). Considerado como uma proposta mais ampla que a mera ES, o programa consistiria em "um esforço sistemático de divulgação de conhecimentos relativos a fenômenos demográficos e da compreensão destes fenômenos para o indivíduo e a sociedade" (Barroso, 1981, p. 34). Se ambas as pesquisadoras assinalam intenções neomalthusianas nesta proposta, parece-nos que Carmen Barroso (1981) abre uma perspectiva importante de debate quando levanta a contradição que pode existir entre os interesses das mulheres, em matéria de reprodução, e os da sociedade. Esta discussão é efetuada no contexto do ideário feminista que, no Brasil, a partir do final dos anos 70, também impregnou o debate sobre ES (Bruschini, 1986).

Privilegiando a reprodução na discussão do programa "educação sobre população", Carmen

Barroso justifica-se considerando ser este o "locus principal de interpenetração e tensão entre interesses Individuais e necessidades sociais, onde se torna impossível manter a separação entre a esfera pessoal e a esfera pública, um dos mitos mais caros à ideologia dominante" (Barroso, 1981, p. 34).

Assumindo a perspectiva feminista de que "o controle da reprodução é um direito inalienável de toda a mulher", a autora, ao não ignorar "os condicionantes sociais que estão na raiz do próprio desejo", considera que neste contexto "a educação sobre população consistirá elemento essencial para a tomada de decisões conscientes e racionais, que procurem conciliar interesses pessoais imediatos e objetivos da sociedade a longo prazo" (Barroso, 1981, p. 34).

Cristina Bruschini (1986) cita uma série de iniciativas desenvolvidas no final dos anos 80 que colocaram, novamente, o debate sobre ES no currículo escolar: experiências desenvolvidas por secretarias de estado; seminários sobre ES promovidos por diferentes agências; destaque que lhe foi dado pela mídia. Apesar do ressurgimento do debate e de algumas iniciativas para que a introdução da disciplina no currículo escolar fosse regulamentada pela Constituição, a nosso conhecimento não há experiência extensiva em nenhuma Unidade da Federação.

Rosemberg (1985) assinala uma nova mudança do discurso sobre ES nos anos 80: o da prioridade educacional. Analisando documentos produzidos após a "abertura política" a autora conclui seu artigo: o "argumento das metas prioritárias em educação será provavelmente o obstáculo que se enfrentará daqui para a frente, não apenas para a introdução da Educação Sexual na escola, mas para qualquer iniciativa que possa vir a usar tempo dos alunos (ou de professores) e recursos" (p. 18).

Quanto aos anos mais recentes, principalmente pós disseminação da AIDS e tematização da gravidez em adolescentes, encontramos poucos textos que efetuassem balanços sobre a questão.

Baseando-se principalmente em comunicações pessoais, o livro *Adolescentes de Hoje, Pais do Amanhã: Brasil assim termina o tópico sobre ES: no Estado de São Paulo*, "como cada programa escolar é voluntário e, como ainda não há livros didáticos oficiais sobre educação sexual, uma avaliação realizada pelo estado sobre esses programas conclui que o conteúdo dos cursos de educação sexual depende necessariamente dos valores e pontos de vista pessoais do diretor e dos professores de cada escola. Os professores responsáveis pela educação sexual

nas escolas de São Paulo reclamam sobre a falta de materiais educacionais apropriados, sobre sua própria falta de treinamento e sobre a quantidade inadequada de tempo dedicado a essa disciplina no currículo da escola. No Rio de Janeiro, o CPAIMC, com financiamento da Fundação Pathfinder, introduziu um curso de educação sexual em 12 escolas públicas em 1988. Até o momento, não se encontra disponível nenhuma avaliação ou descrição desse programa, mas há planos para isso (...). Há um interesse crescente, tanto do setor público como do privado, em criar programas de saúde especiais e abrangentes para adolescentes. Da mesma maneira, após duas décadas de oposição oficial à educação sexual, governos estaduais e municipais e, um bom número de agências não-governamentais, vêm agora se mostrando interessados em iniciativas para testar currículos, assim como para treinar professores e líderes comunitários a desenvolver cursos de educação sexual para adolescentes" (Henriques et al., 1989, p. 72-73).

A forma pouco sistemática como vem se desenvolvendo a ES redonda no fato de que poucos adolescentes, de ambos os sexos, têm oportunidade de participar de cursos. Vale ressaltar que quando dispõem de tal oportunidade, a ES ocorre em contexto escolar, principalmente no caso das mulheres (Bastos et al., 1989).

Programas e projetos de educação sexual. Foram realizadas algumas pesquisas que tentaram captar a opinião, o desempenho e as necessidades de educadores(as) envolvidos(as), ou não, em programas de ES na escola. Estas pesquisas foram produzidas, em sua maior parte, durante a década de 80. A primeira constatação é que educadores(as) são, de um modo geral, favoráveis à ES em contexto escolar (D'Amorim, 1982; Schussel, 1982; São Paulo (Estado), 1986; Moreira & Lemos, 1988). As restrições aparecem quanto ao conteúdo que deve ser ou é tratado nos cursos. Seja a nível da opinião ou da prática, as pesquisas detectaram que os conteúdos ditos científicos sobre reprodução humana são os mais frequentes ou desejáveis (D'Amorim, 1982; Schussel, 1982; São Paulo (Estado), 1986).

Analisando a resposta de questionários provenientes de 70 escolas quanto ao conteúdo de programas de ES no Estado de São Paulo, Naomi de Vasconcelos assinala: "Ao lado da concentração numérica de informações de natureza fisiológica, os formulários enviados demonstram um grande leque de assuntos emocionais e culturais da sexualidade, que qualitativamente podem ser vistos como aspectos mais solicitados pelos alunos que os meramente fisiológicos" (São Paulo (Estado), 1986, p. 128).

Algumas pesquisas se detiveram nos procedimentos pedagógicos utilizados: a aula expositiva é a forma mais freqüente de ocorrer ES na escola (Werebe, 1978). Educadores(as) se queixam da falta de materiais pedagógicos de apoio, como livros, diapositivos, filmes, etc (Sao Paulo (Estado), 1986). Apesar da alta incidência de aulas expositivas, educadores(as) permitem que alunos(as) façam perguntas, oralmente ou por escrito (Werebe, 1978; São Paulo (Estado), 1986).

Um outro ponto que detém a atenção e, de certa forma, relativiza a aceitação da educação sexual é a qualidade da formação do(a) educador(a) responsável. A fórmula seria: sou favorável desde que seja precedida de uma preparação qualificada (Schussel, 1983; São Paulo (Estado), 1986; Moreira & Lemos, 1988). Os(as) próprios(as) educadores(as) se sentem inseguros(as) quando não dispõem de uma retaguarda técnica. E esta insegurança parece ter apoio em dado de realidade, não provindo apenas do medo de enfrentar tabus e tratar de subjetividade, mas de desconhecimento efetivo sobre a matéria (Vaisencher, 1989).

Algumas propostas e alguns programas experimentais sugerem que a educação sexual escute os(as) alunos(as). Maria José Werebe (1982) assume explicitamente esta postura quando afirma: "ao educador não cabe somente oferecer informações sexuais (que, de qualquer maneira, devem corresponder aos interesses dos educandos), mas sua tarefa principal é a de saber ouvir, de facilitar a expressão das dúvidas e inquietações do educando, de criar condições para que suas demandas reais possam ser explicitadas. E mais ainda, ele deve ter a sensibilidade necessária para compreender o que está 'por trás' de cada demanda feita" (Werebe, 1978, p. 110). Esta postura suscitou a realização de pelo menos dois projetos de ES que partiram de preocupações expressas por adolescentes (Leila H. Ferrua, 1980; Carmen Barroso & Cristina Bruschini, 1982). Apesar de trabalharem com populações diferentes e usarem metodologias não totalmente idênticas, essas pesquisadoras partem de um objetivo e de uma postura: avaliar uma programação de ES para adolescentes ajustando o programa às preocupações e aos interesses explicitados pelo grupo; analisar concepções e informações sobre sexualidade entre adolescentes; avaliar o impacto do programa nas concepções e informações sobre sexualidade entre adolescentes. As principais diferenças entre as duas pesquisas foram quanto: à extensão da amostra de adolescentes; à composição sócio-econômica dos grupos; ao fato de constituírem grupos sexualmente heterogêneos (Barroso & Bruschini; 1982) ou homogêneos (Ferrua, 1980). Ferrua

trabalhou exclusivamente com guardas-mirins, meninos e meninas, vivendo em Campinas; Barroso e Bruschini organizaram 4 grupos de estudantes provenientes de diferentes escolas, recrutando clientela de níveis sócio-econômicos diferenciados e um grupo de adolescentes morando em periferia e organizado a partir de trabalho desenvolvido pela Sociedade Amigos de Bairros.

Ambas as pesquisas iniciaram com uma atividade exploratória para avaliar a adequação dos temas previstos às necessidades e aos desejos de discussão dos grupos. Em ambos os casos, os temas foram reorganizados, indicando que mesmo pesquisadoras bastante bem informadas sobre a educação sexual e adolescência necessitaram ajustar-se às características concretas dos grupos com os quais trabalharam. Esta observação se constitui em uma das recomendações de Ferrua (1980) ou seja, de que programas de ES sejam semi-estruturados.

Ambas as pesquisas se preocuparam em respeitar a diversidade de valores entre os grupos e as pesquisadoras no transcorrer dos trabalhos e na inclusão de um tema sobre as posturas das diferentes instituições frente a atividade sexual e a afetividade. Carmen Barroso e Cristina Bruschini (1982) fazem uma distinção explícita entre os valores básicos a serem resguardados sempre (como igualdade entre os sexos, integridade, liberdade, consideração pelo outro) e valores controvertidos (relativos ao aborto, homossexualismo etc.).

Ambas as pesquisas optaram por uma metodologia qualitativa, pois os objetivos eram mais amplos que a simples constatação da desinformação de adolescentes e jovens em matéria de sexualidade ou a captação de comportamentos sexuais mais avançados: "mais do que isso, um dos objetivos da pesquisa era captar as necessidades e anseios mais profundos dos adolescentes, seus conflitos psicológicos e emocionais numa sociedade em mudança, assim como reflexão sobre o significado político dos padrões de comportamento sexual prevalecente" (Barroso & Bruschini, 1982, p. 31).

Analisando as informações prévias ao curso, Barroso e Bruschini (1982) constataram: o nível geral de informações leva a não ser desprezada uma parte puramente informativa na montagem de programas, pois um número razoável de jovens ainda desconhece aspectos básicos de anatomia e funcionamento da sexualidade; o nível de informação sobre sexualidade reflete a hierarquia da posse do conhecimento em geral; o nível de conhecimento de rapazes e moças é bastante semelhante.

Ferma (1980) observou diferenças de comportamento entre meninos e meninas durante as seções, detectando nas meninas o que denominou de comportamento "malicioso" (risadinhas, segredos) e menor abertura que os meninos nos debates. Levanta duas hipóteses: a da idade (as meninas eram mais jovens) e a da repressão sexual mais intensa que as meninas sofrem. Lembramos aqui as observações de Bernardes (1989) sobre as formas de bagunça das meninas na escola que assumem características mais insidiosas. Lembramos, também, algo que não foi analisado por Ferrua em nenhum momento: o fato de ela ser pesquisadora-educadora mulher e que isto, certamente, ocasiona impacto diverso entre meninos e meninas. É curioso observar que, mesmo ao se tratar de educação sexual, há uma tendência em dessexualizar o(a) educadora) como se fosse neutra sua condição de gênero, apesar da pesquisadora se deter longamente na análise da diferença cultural entre a educadora e o grupo de adolescentes.

Ensaio recente sobre a sedução na relação pedagógica (extrapolando conteúdos erotizáveis) desvela, com muita pertinência, componentes de transferência e contra-transferência da parte de estudantes e professores(as), questão esquecida pelas pesquisas sobre ES. "A instalação do campo transferencial acarreta duas importantes conseqüências para as tarefas e objetivos da relação pedagógica. Por um lado, é através da transferência do aluno e da contratransferência do professor que a relação se estabelece. Não fosse esta herança emocional das relações originais, ambos sequer teriam elementos psicológicos para se identificarem. Em outras palavras, a comunicação entre eles seria impossível. Por outro lado, esta mesma herança emocional - que inicialmente viabiliza a relação - dificulta a consecução de suas tarefas e objetivos, pois o professor e o aluno não se relacionam um com o outro como pessoas reais. Ao contrário, relacionam-se com a pessoa idealizada que cada um deles têm dentro de si. E caso a relação não supere este momento inicial, seu objetivo essencial não será atingido: a socialização do conhecimento será suplantada pela repetição compulsiva dos respectivos protótipos originais.

Disto resulta que às habilidades teórico-metodológicas do professor, deveriam se acrescentar a sensibilidade intelectual de compreender o movimento psicológico do campo transferencial, no qual ele e o aluno estão envolvidos, bem como o desprendimento psíquico de aceitar a transferência afetiva do aluno sem reciprocá-la, por mais real que ela possa lhe parecer" (Morgado, 1989, p. 146-147).

Por outro lado, a pesquisa de Barroso e Bruschini (1982) é menos atenciosa que a de Ferri (1980) quanto a diferenças observadas entre rapazes e moças, tratando-os genericamente como jovens.

Perdem-se, assim, informações preciosas em vários dos temas, a não ser no tocante ao homossexualismo, onde as autoras apreendem uma atitude menos preconceituosa entre as moças.

Barroso e Bruschini detectaram a partir das discussões dos jovens durante o desenrolar do programa: a persistência de desinformações básicas (desconhecimento sobre a existência do clitoris, sua função no prazer sexual das mulheres, ou o próprio significado da palavra; doenças venéreas e aborto, principalmente entre jovens da periferia); entre os jovens de classe média e alta "uma híbrida combinação de liberalismo, quando se referem aos direitos de todos os indivíduos, isto é, os de sua própria classe de controlar sua reprodução, e de autoritarismo, quando se trata de impor aos pobres o dever de evitar filhos" (p. 64). Quanto à atitude de jovens de periferia no que diz respeito ao planejamento familiar e ao controle da natalidade observaram uma alta "resistência à imposição de valores contrários a seus interesses". Na avaliação final da pesquisa - quanto a seu impacto e à possibilidade de expansão de um programa dessa natureza para a rede de ensino - as autoras são cautelosas. Observaram que as opiniões quanto a mudanças na maneira de pensar, sentir e agir entre os jovens não foram tão unânimes quanto à aquisição de informações. Foram cautelosas, também, na análise do significado do impacto em aspectos puramente intelectuais ou sua extensão para os afetos. "O crescimento intelectual advindo da informação sobre a variabilidade de comportamentos e valores é essencial para a aceitação sem temores e angústias. É, portanto, muito tênue o divisor entre o emocional e o intelectual" (p. 89).

Quanto à possibilidade de extensão para a rede pública de programa semelhante, apesar do capítulo se iniciar com uma pergunta - "uma Utopia?" - as pesquisadoras vão resgatando o papel da escola como espaço de apropriação por todos do patrimônio cultural e científico que não deveria se restringir aos conteúdos curriculares tradicionais mas que "inclua todas as áreas do conhecimento, inclusive as questões da sexualidade, de importância vital para o jovem no seu cotidiano" (p. 101).

Leila H. Ferrua (1980), trabalhando com um grupo homogêneo de adolescentes no plano sócio-econômico, caracteriza atitudes e opiniões principalmente à luz de diferenças entre os sexos. Seu ponto de partida conceitual não é informação sexual mas concepção sexual que

remete a um significado amplo de cognição, incluindo julgamentos, valores, crenças. Adotando o referencial de Ellis (Humanistic Psychotherapy: The Racional-Emotive Approach), a autora considera que existe uma relação estreita entre pensamento e emoção, sendo que a emoção decorre do pensamento: "um pensamento claro leva a uma emoção saudável; uma idéia preconceituosa, deformada leva a uma emoção perturbada". Adapta este esquema ao comportamento sexual: um programa de educação sexual deve atuar na eliminação de falsas concepções que levam a comportamentos sexualmente desadaptados. Nesta perspectiva, analisa concepções de adolescentes sobre masturbação, virgindade, caricias, relações sexuais e informações sobre anatomia e funcionamento da genitalia masculina e feminina.

Quanto à masturbação, a pesquisadora nota que as concepções sobre a conseqüência de sua prática não se situam mais a nível do pecado mas de modificações indesejáveis no corpo: entre meninos crescimento do seio, dor no pênis, etc. A autora percebeu que os meninos dispõem de um repertório de conhecimentos, experiências e dúvidas quanto à masturbação masculina e ignorância quanto à feminina. As meninas parecem associar, mais que os meninos, a masturbação a uma relação sexual. A virgindade feminina, entre meninos e meninas, parece continuar sendo uma condição necessária para o casamento. Entre as meninas, "a virgindade ou manutenção do hímen foi relacionada à perspectiva do homem, ficando bem claro que esses comportamentos são adotados porque interessam ao homem" (p. 63). Para os meninos, a pesquisadora observou, a nível da fala, que o amor seria mais importante que a virgindade. Ao analisar a fala sobre carícia, a pesquisadora formula três generalizações: uma concepção reducionista de sexo reduzindo-o a um mero exercício com finalidade procriativa; caricias são permitidas até certo ponto (desde que não desvirginem, por exemplo); "desde que sejam casados os homens têm todo direito sobre a mulher".

Comparando comportamentos de meninas e de meninos, a autora observa: para as meninas, "ao mesmo tempo que aceitaram as determinações sociais que impõem, por exemplo, a conservação do hímen, encontraram também uma forma de controlar e exercer sua sexualidade. E, para isso, precisaram desenvolver sua malícia. com essa malícia, elas podem atender a uma necessidade ou desejo de uma carícia, desde que essa carícia não se estenda até a penetração, pois assim estaria desobedecida a regra social. Esse é, sem dúvida, um comportamento adaptativo. Só que talvez fosse bom considerar que o mesmo comportamento poderia ser desempe-

nhado de (orma bem mais sadia e verdadeira" (p. 78).

A percepção a respeito das concepções sobre sexualidade entre os meninos conduz a pesquisadora a outra linha argumentativa: são desde cedo incentivados ao desempenho sexual. Mas na adolescência se defrontam com forças antagônicas: de um lado, a repressão e de outro a exacerbção de estímulos sexuais (mídia, principalmente). "Submetidos a esses pólos opostos da vida sexual, é compreensível que os meninos fiquem confusos e hesitantes quanto a atitude a tomar. Na realidade, eles não conseguem resolver o conflito como as meninas, que se adaptaram às duas alternativas" (p. 78).

Aqui, a pesquisadora entrevê mecanismos de oposição-resistência entre as meninas que, lamentavelmente, não foram explorados. Perde de vista as interações entre contradição de classe e gênero que poderiam enriquecer suas reflexões. Percebe-se, também, uma expectativa de que as meninas demonstrem alta confiança na educadora, como se esta não fizesse parte da "cultura adulta", por mais compreensiva e disponível que tenha estado durante os cursos. Este viés, ou esta aspiração entre educadores(as) em educação sexual de que ocorra uma reciprocidade na interação ("minha disponibilidade deve levar a uma abertura de jovens e adolescentes") desconsidera, também, as contradições de idade. Mesmo abertos e disponíveis, educadores são adultos que dispõem de um poder real ou fantasmado sobre os mais jovens. Reservar-se, manter, preservar uma intimidade compartilhada apenas entre pares tem sido uma estratégia e uma forma de resistência das jovens gerações para a manutenção de um espaço de liberdade.

Estudantes. A sexualidade de estudantes adolescentes e jovens brasileiros(as) foi investigada através de surveys específicos (Saad & Saad, 1975; Fernandez, 1982; Penna, 1986) ou incluída em pesquisas mais amplas que procuraram investigar problemas gerais enfrentados por adolescentes (Ribas & Triviños, 1981). Estas pesquisas partem de fundamentações teóricas bastante diversas, ou não explicitadas, apoiam-se em instrumentos variados e investigam populações bastante diversificadas.

Quanto aos(as) adolescentes, a constatação geral é de desinformação, preocupação e interesse pelo tema (Saad & Saad, 1975; Ribas & Triviños, 1981; Fernandez, 1982). As pesquisas destacam, também, diferenças quanto às inquietações e atitudes manifestadas por rapazes e moças. As adolescentes demonstraram maior curiosidade que os rapazes a respeito de questões relativas à reprodução, conduta sexual, relações sexuais, controle de natalidade, gravidez e

parto, amor e namoro, carícias, manifestando, possivelmente, uma preocupação mais Intensa quanto às conseqüências que pode-lhes acarretar relações sexuais no plano do casamento e da maternidade (Saad & Saad, 1975). Os rapazes parecem mais preocupados com doenças sexualmente transmissíveis (Ribas & Triviños, 1981).

Efetuada uma pesquisa entre estudantes paulistanas (entre 12 e 18 anos) de diferentes níveis sócio-econômicos, Senira Fernandez observou que elas se consideram desinformadas sobre sexo e que procuram principalmente as amigas para discutir sobre o tema. Um número não muito alto informou manter relação sexual heterossexual, sendo mais freqüente no nível sócio-econômico médio-alto. O método anticoncepcional mais utilizado é a "relação sexual incompleta", seguido da pílula e do condom. Poucas declaram ter praticado aborto, sendo sua incidência maior entre as mais pobres. Além do questionário, a pesquisa procurou analisar a "postura" de adolescentes captada através de suas manifestações em atividade de trabalho de grupo. Analisando o que foi dito durante o grupo, a autora considera que "a adolescente revelou preconceito contra a relação heterossexual na sua idade; encontra-se impregnada de valores tradicionais; sente necessidade de informação sobre assuntos referentes à sexualidade; e, via de regra, culpa a família por esta carência de informação, bem como pela falta de diálogo" (Raiça & Fernandez, 1985, p. 29).

Na pesquisa O corpo na individuação feminina, realizada entre universitárias freqüentando diferentes disciplinas na USP, Lucy Penna (1986) investiga, com bastante detalhe, afetos e comportamentos sexuais. Apesar de serem poucas as casadas, a quase totalidade das universitárias têm experiência sexual e atribuem grande importância à sexualidade em suas vidas. Nem sempre o parceiro atual foi com quem a universitária iniciou sua vida sexual.

A pesquisadora investigou as vivências de orgasmo e masturbação: aproximadamente metade delas fruem o orgasmo, havendo uma discreta tendência a acreditar que as próprias experiências sejam diferentes das do parceiro; não aceitam a separação entre prazer sexual e sentimentos e, aproximadamente, 1/3 afirmam obter prazer apenas através da masturbação.

O texto mais recente sobre a sexualidade de jovens paulistanos foi publicado pelo Centro Materno Infantil de Planejamento Familiar (1988). A pesquisa inclui estudantes e não-estudantes. Observam uma associação inversa entre nível de instrução e relações sexuais na amostra

feminina (1), tato também evidenciado no relatório elaborado por Maria Helena Henriques e colaboradores (1989).

Numa **perspectiva bastante diferente** das pesquisas anteriormente mencionadas, Nara Bernardes (1989) procura desvelar como se dão a vivência e a educação sexual de alunos e alunas de uma escola primária na periferia de Porto Alegre. A análise sobre a sexualidade ultrapassa o nível das crianças e leva a pesquisadora a interrogar e observar como se dão estas vivências entre pais e mães. O interessante da pesquisa, nesta parte, é que rompe com a identidade sexualidade=genitalidade e vai a busca de uma linguagem do corpo, de uma vivência do corpo o que lhe permite observações sutis habitualmente ausentes das pesquisas. Nara Bernardes (1989) não apenas investiga a sexualidade de alunos e alunas, mas a escola como espaço onde ocorrem vivências e experiências sexuais, por vezes prazerosas, outras violentas.

A autora parte, para suas observações e reflexões, de uma concepção bastante ampla de sexualidade: "penso a sexualidade como uma dimensão constitutiva do ser-no-mundo de homens e mulheres, complexa e múltipla, que tem suas raízes na natureza e na cultura (...) inclui o prazer sexual, o desejo sexual, a escolha de objeto sexual, condutas e ações sexuais, emoções, sentimentos, o corpo vivido e significado. Articula-se ao gênero, nos seus diversos componentes (...), à família, às relações de poder e autoridade, às relações de amor. Traduz relações sociais de dominação, de exploração, de subordinação" (p. 227).

Partindo desta concepção ampla, a pesquisadora detecta a escola como um dos espaços privilegiado de convívio social especialmente entre meninos e meninas. Processam-se, então, na escola, convivências com o outro sexo, percepções e opiniões. Os meninos percebem algumas meninas como simpáticas, carinhosas, amigas. A elas contrapõem as entojadas, provocadoras, chatas. Algumas meninas também criticam os meninos: não sabem ser amigos, dignos de confiança. Outras meninas percebem alguns meninos legais e respeitosos.

"No espaço escolar (...), as crianças e particularmente as meninas podem viver experiências da esfera da sexualidade no que tange as relações com parceiros ou parceiras, livre do controle direto dos adultos da família. Desta forma, algumas ações de convivência entre meninos e meninas revelam jogos de sedução, desejo de namorar, etc. Por exemplo, meninos pedem às meninas que tomem conta de seu material enquanto jogam, fazem gozações dizendo que colegas sentaram no lugar do namorado, pedem que a professora traga fotos do namorado, meninas

(1) Pesquisa semelhante foi realizada em Salvador. Cf. Bastos et al. (1989).

queixam-se de fofocas de colegas, segundo as quais estaria 'se agarrando' com meninos, meninos e meninas comentam, com olhos **brilhando e muito entusiasmo, que viram colegas namorar bem** 'agarradinhos', meninas fazem o jogo da ambigüidade (quer-não-quer) **frente às ações de conquista dos meninos**" (p. 231). É **uma** criança viva que a autora vai **descrevendo**, habituados que estamos a não encontrar brilho nos olhos quando se fala de sexualidade na escola, nem de prazer ou emoção, mas principalmente de quem, quantas vezes, com quem e como se "praticou ato sexual", que anticoncepcionais se usaram ou porque se deixou de usar. Esta percepção da escola como local de convívio entre os sexos pode ter repercussões negativas entre os adultos: uma das mães cogitou de tirar a filha da escola por medo de namoro prematuro. Outras mães parecem menos assustadas.

A escola é também local de toques corporais, uma das vertentes importante de observação e reflexão da pesquisadora: as meninas se permitem mais toques entre si, os meninos são mais cautelosos e suas manifestações de carinho "por meio da linguagem do corpo (beijos, abraços, mãos dadas, contato físico mais íntimo) são reservadas à convivência com pessoas do gênero feminino, adultos ou crianças" (p. 242). Nara Bernardes observa na escola e na família esta mesma dualidade de experiências corporais de meninos e meninas. As trocas físicas, nas famílias, são mais comuns entre adultos de sexo feminino e crianças pequenas. Adultos de sexo masculino (o pai, por exemplo) só em situações excepcionais: festas, despedidas ou quando meninos e meninas realizam coisas desejadas. A pesquisadora aponta uma substituição progressiva, principalmente para os meninos, da linguagem prazerosa do corpo pela linguagem oral. "Em contrapartida, a linguagem do corpo passa a ser frequentemente utilizada com a finalidade de reprimir transgressões" (p. 244).

Nara Bernardes, por estar preocupada com a construção da identidade sexual, orienta estas observações no sentido de diferenças que a literatura aponta quanto à sexualidade masculina e feminina. Citando Montagu (1981), afirma que durante a puberdade e a adolescência "a sensibilidade, na pele, explode com vigor; tocar e ser tocado provoca vivências afetivas muito intensas porque significam, além do prazer corporal, a realização simbólica da busca da intimidade, de aceitação, de consolo e de segurança. A partir da puberdade, a sensibilidade dos órgãos genitais se torna mais aguda, especialmente no menino; o pressuposto cultural da sexualidade como genitalidade reforça a conversão de seus genitais no foco central da sexualidade. Ao mesmo tempo em que a sensibilidade dos genitais, dos seios e

dos lábios da menina também aumenta, esta parece conservar a sensibilidade tátil difusa que seria própria da infância" (p. 246). A autora enfatiza, nesta argumentação, o interdito social à exploração do corpo do menino, como um todo, no sentido do prazer. uma outra observação extremamente interessante da pesquisadora - e que permite compreender as formas de contato físico brutal e agressivo entre meninos - é o medo do homossexualismo abertamente expresso por certas mães que incentivam seus filhos homens a namorarem cedo meninas cujas famílias não sejam muito repressivas.

A escola, e sua proximidade, também são locais perigosos onde pode ocorrer violência e abuso sexual. Estes episódios preocupam adultos que tentam controlar a liberdade de locomoção, principalmente das meninas e mocinhas.

Nara Bernardes (1989) observou, também, que na família é principalmente a mãe o adulto responsável pela "educação sexual" formalizada. As famílias da Vila desejam que a escola assuma a educação sexual como um "mal menor" transmitindo informações de natureza biológica, veiculando ou reforçando atitudes repressoras, prevenindo ocorrências indesejáveis (gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, aborto). Partindo de uma concepção ampla de sexualidade, questionando a concepção que reduz a ES às esferas do biológico e da reprodução e, observando tais expectativas nas famílias, a autora deixa que se vislumbrem contradições sem resolvê-las: qual a extensão de liberdade da escola para um programa de ES.

Além da tese de Nara Bernardes (1989), a dissertação de mestrado de Anette Goldberg (1987) sobre feminismo no Brasil contribui, indiretamente, para a compreensão do significado social da universidade como espaço de vivências sexuais para algumas mulheres que viveram sua juventude nos anos 60. O objetivo da tese de Goldberg (1987) é compreender o feminismo brasileiro. Para isso, além de se deter no que foi o feminismo no hemisfério norte, a autora "busca mostrar como a sociedade urbana produzida pela modernização e pelo processo político dos anos 60 estimulou dois tipos de despertar de identidades de gênero que não apontaram, no entanto, para nenhum movimento de liberação feminina" no Brasil (p. 15).

Para isto, a autora vai buscar quem eram as transgressoras dos anos 60, qual o espaço, o alimento e a forma de sua transgressão. Através de depoimentos coletados de mulheres que participaram da construção do feminismo brasileiro, aqui e no exílio (tendo na época do golpe militar menos de 20 anos), a pesquisadora detecta um tema que reflete a ambivalência dessa

"geração sanduíche": "o dramático processo de perda da virgindade". (...) " 'O **deixar de ser** virgem' se colocou naquela década para as freqüentadoras de certos meios sociais • principalmente universitários e artísticos - como rito de passagem para uma etapa superior, um símbolo de vanguarda, algo que permitia àquelas que ousassem ter acesso a pertencer a um novo grupo: nesses meios, muito fechados e elitistas, as moças tinham lugar enquanto 'liberadas' (objetos sexuais à disposição dos rapazes) ou enquanto namoradas de membros do grupo" (p. 22). Anette Goldberg vai acompanhar o processo de socialização destas moças, através, entre outras, das leituras que marcaram seu imaginário: a Revista Cláudia, e os artigos de Carmen da Silva, jornalista feminista, e a literatura romântica, com as heroínas fortes de Delly. A pesquisadora percebe duas trajetórias: a da transgressão individualista e a da transgressão holista.

Algumas destas estudantes, que na convivência universitária "perderam a virgindade" antes do casamento, vivência marcante e, por vezes, segundo a autora, chave para entrada em outro mundo, puderam seguir o caminho da transgressão individualista. "Essas mulheres tinham crescido e evoluído no esquema de uma 'modernização conservadora' (Moore, 1969), onde as mudanças não afetavam as estruturas. Socializadas segundo padrões culturais nos quais a idéia de realização pessoal estava, para o sexo feminino, associada ao casamento, à maternidade, ao 'viver para o outro', elas tinham se defrontado, no final da vida adulta, com uma nova representação da feminilidade que começava a tomar corpo nos grandes centros urbanos" (p. 28).

Para muitas delas, namoro, casamento e noivado coincidiram com os primeiros anos de universidade - mesmo o nascimento de filhos - gerando a interrupção ou o postergamento da vida acadêmica e profissional. A autora considera que para estas, cuja transgressão se deu no início da juventude e foi individualista, a carreira "era totalmente secundária". Os cursos para os quais se dirigiam eram os femininos: letras, direito, pedagogia, história e geografia . A autora considera que seus diplomas tinham uma "função ornamental" e que o curso de letras era tido como "espera marido". A autora afirma que nesta ida à universidade, as escolhas femininas por determinadas carreiras "refletiam fundamentalmente um desejo de realização em algo além do amor, mesmo que se tratasse de assumir na esfera pública atividades e tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres na esfera privada, desde que houvesse a possibilidade de qualquer tipo de valorização e reconhecimento individual. Isto, no meu entender, poderia ser caracterizado como um processo de individuação negociada" (p. 30).

A estas, Anette Goldberg (1987) contrapõe as que buscavam uma Individualização na reivindicação "de sua singularidade, através da valorização de certos aspectos e atributos de feminilidade". O golpe de 64 provoca resistência em certos setores da esquerda adulta e jovem. Os cursos de Ciências Sociais, confundindo "sociologia e socialismo", atraem jovens de ambos os sexos. Anette Goldberg afirma que a entrada das mulheres nestes cursos "parece" expressar algo novo, mais uma vontade de saber, de participar no social como protagonista e não coadjuvante.

Eram estudantes universitárias que desejavam ingressar nas organizações de esquerda e encampar um projeto de vida igualitário. "O preço a pagar por essa possibilidade de participação política variou segundo o caso, indo da assunção de certos conflitos com alguns membros da família até o rompimento total e o abandono do domicílio. E era preciso, evidentemente, abrir mão da virgindade, para aderir à prática do 'amor livre' ". Anette Goldberg assinala que, na verdade, para muitas a opressão de gênero se mantém. As normas das organizações de esquerda, em outro padrão, eram tão rígidas quanto as familiares.

Um terceiro grupo é detectado pela autora: a "esquerda festiva", mais jovem, incluindo secundaristas, que questiona o stalinismo do Partido Comunista, que se inspira em Che Guevara e Régis Debray. A outra saída foi o desbunde que acabou gestando o tropicalismo. "De um lado o movimento estudantil cresceu e se politizou muito rapidamente, a partir de campanhas contra a política universitária do governo, e suas lideranças tendiam a buscar alianças com o movimento operário (...). De outro lado, além desse novo movimento estudantil radicalizado, começou a se afirmar no país o movimento cultural chamado 'tropicalismo' que atingiu seus momentos mais importantes no final da década, com o boom de uma produção artística inovadora, especialmente na música, nas artes plásticas e na literatura" (p. 36).

A autora considera que esta bifurcação é essencial para compreender os rumos que assumiu o feminismo no Brasil, a sociedade brasileira tendo gerado um ethos que não favoreceu a difusão de uma cultura política libertária e utópica, "como aquela presente no tipo de movimento contestatário surgido em sociedades liberais avançadas no mesmo período, e que forneceram o background para a formação dos novos movimentos de liberação da mulher nos anos 70" (Goldberg, 1987).

A leitura destas duas pesquisas, cujos objetivos extrapolam a sexualidade, mas que desta-

cam tua **Importância na vida da estudantes, permite a construção de uma visão não fragment***. **da de ser humano a de sociedade, onde ser humano-estudante circula, Intarage a modifica, negociando a** resolução **ou o enfrentamento de contradições, que podem significar, simultaneamente,** uma oposição ou resistência à subordinação de idade e um conformismo à hierarquia de gênero. Anette Goldberg permite que se capte uma das ambigüidades das mulheres dessa "ge-raçfto sanduíche": as jovens se apoiaram em, ou elegeram, homens como cúmplices no processo de rompimento com padrões familiares tradicionais.

Um aspecto aparentemente bizarro da literatura brasileira é a freqüência com que se encontram associadas, em mesma pesquisa, informações sobre práticas sexuais entre estudantes e uso (ou abuso de drogas) (1). A tentativa de compreensão desta associação segue diferentes pistas: a concepção de patologia ou desvio que permeia ambos os temas e sua inserção, no plano da programação curricular, na disciplina, ou sub-área "educação e saúde". como temos afirmado no transcorrer deste tópico, a preocupação com sexo e escola tem sido através de um enfoque medicalizado, seja na perspectiva da contracepção. seja na perspectiva das doenças sexualmente transmissíveis.

É nesta perspectiva que se colocam os programas "Educação em Saúde" do MEC (Brasil, MEC, 1988) entre os quais encontramos prevenção do uso indevido de drogas e entorpecentes, controle das doenças sexualmente transmissíveis, programa nacional de controle do fumo e programa nacional de treinamento de educadores sexuais, entre outros (Brasil, MEC, 1988, p. 12-13).

A associação entre estes dois temas assume uma perspectiva nova na pesquisa realizada por Sedi Hirano e colaboradores (1988) entre estudantes da USP. Entre outras observações, a pesquisa permite que se depreenda como a universidade é vivida por homens e mulheres jovens em processo de ruptura (mesmo que parcial) com a família.

"A relação dos universitários com o seu próprio corpo é um dado relevante na organização da psique dos indivíduos estudados e representa a crescente autonomia do jovem no seu relacionamento com a família, bem como o seu amadurecimento, passando da adolescência para a vida adulta.

(1) Um exemplo paradigmático é o artigo "Prevalência do uso de álcool, cigarro e maconha nos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Sao Paulo- (Silva et al., 1985) onde encontramos mats in formações sobre padrões masculino e femininos quanto à sexualidade que sobre a prevalência do uso de drogas.

O bom nível de saúde dos estudantes da USP pode ser debitado na conta de uma organização familiar que protege com todos os recursos e cuidados a qualidade de vida de seus membros. Neste sentido, o tempo de vida que marca a passagem pela universidade se combina com uma maior liberdade no trato com o próprio corpo. Vale lembrar que, durante a vida universitária, os homens tendem a ingerir mais bebida alcoólica; quanto às mulheres, sua alta frequência ao ginecologista pode indicar mudanças de comportamento sexual em relação à adolescência, com a diminuição da fiscalização materna. Por isso, talvez, vão mais ao médico que os homens, sendo que a frequência relativa a médicos particulares também é maior do que a dos homens. Estes fatos dão o toque da dimensão sócio-cultural da relação com o corpo que os estudantes possuem" (Hirano et al., 1988, p. 66).

Estas últimas pesquisas referidas assinalam uma outra perspectiva para se analisarem padrões de comportamento sexual e escola: a escola como espaço onde experiências sexuais ocorrem ou que concorrem para a modificação de padrões sexuais tendo repercussões em outras esferas da vida.

Porém, ainda não encontramos na literatura brasileira estudos ou pesquisas que procurem compreender padrões de sexualidade como indicadores de sub-culturas escolares no processo de negociação de estudantes frente às contradições de classe e gênero. Algumas pesquisas recentes inglesas e australianas realizadas no Centre for Contemporary Cultural Studies (Birmingham) veem apontando como adolescentes mulheres se apoiam em padrões de comportamento sexual como forma de oposição e resistência à cultura escolar ou às instituições oficiais. McRobbie (1978), trabalhando com adolescentes inglesas que rejeitam a escola, observou que acentuam componentes de sua sexualidade em lugares em que esta sexualidade seria deslocada ou inapropriada. Segundo a autora, a hiper-feminilização que observou entre os adolescentes configuraria uma sub-cultura escolar de oposição à autoridade escolar ou à definição de feminilidade de classe média. "uma forma como estas adolescentes combatem o padrão opressivo e de classe da escola é afirmando sua condição de fêmea (**femaleness**), introduzindo na classe sua maturidade física de tal modo que força o(a) professor(a) a prestar atenção" (McRobbie, 1978, p. 104).

Observação semelhante foi efetuada por Thomas (1980) entre adolescentes australianas: uma acentuação da sexualidade feminina, por vezes agressiva e sedutora, particularmente dirigida aos professores homens.

Avaliando estas pesquisas, Weller (1988, p. 145) pondera que, ao enfatizarem sua feminilidade em sentido tradicional como forma de oposição à cultura escolar, estas adolescentes acabam reproduzindo formas de exploração de classe e gênero: "esta reprodução ocorre não apenas através do conflito entre culturas de classe, mas no contexto de definições patriarcais de sexualidade e relações sexuais de exploração que parecem prover às meninas sua única fonte de poder pessoal" (Weiler, 1988, p. 44).

Além de permitir uma re-avaliação de perguntas (im)pertinentes, esta perspectiva de análise parece-nos uma trilha a ser considerada pelos estudos que estão preocupados com gravidez entre adolescentes.

6 CONCLUSÃO

A releitura de um texto, muitas vezes, gera insatisfações. Aceita-se o desafio de "fazer o melhor possível" e o produto final fica aquém da fantasia. A fantasia - impulsionada pelo desejo ilimitado - se confronta com o real.

Este confronto entre desejo e realidade se deu, na elaboração deste estado da arte em dois níveis: na leitura de textos produzidos pelo outro e na elaboração deste texto.

Nos dois movimentos o desejo foi sempre o mesmo: superar a fragmentação do conhecimento. também, talvez, nos dois movimentos as barreiras tenham sido as mesmas: dificuldades materiais e de formação para construir um conhecimento integrado.

Os impecilhos materiais foram pontuados no transcorrer deste texto: dificuldade de acesso a fontes de informação, nacionais e estrangeiras; dificuldade em transpor barreiras institucionais que impedem, durante a realização do trabalho, que as próprias reflexões sejam confrontadas às de outros grupos trabalhando sob óticas semelhante ou divergente da nossa; limites contingenciais - principalmente tempo e dinheiro - que interferem sempre na pesquisa Assim, da mesma forma que os textos discutidos neste estado da arte, nosso texto acabou por privilegiar a documentação mais acessível, porque materialmente próxima e porque conhecida.

Da mesma forma que textos produzidos por outros, este estado da arte reflete ideossincrasias, preferências e lacunas, decorrentes de nossa formação. Por exemplo, o tópico sobre saúde e reprodução é o mais frágil, não dando conta da complexidade da reflexão que vem sendo desenvolvida no Brasil. Teríamos necessitado, sim, a contribuição direta de especialista na área que pudesse trabalhar conosco. E daí, então, tentarmos, com maior segurança e entusiasmo, buscar formas de articulação entre as duas áreas do conhecimento.

A proposta de que partimos - a de ultrapassar a perspectiva de estudar educação formal da mulher e pensar a educação também sob a ótica das relações de gênero - parece-nos, ao fim do trabalho, enriquecedora e necessária. Factível desde que se assuma, de fato, uma estratégia de trabalho interdisciplinar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7.1 Autores(as) que **não constam** na bibliografia **sobre mulher e educação**

AGUIAR, Neuma. Mulheres na força de trabalho na América Latina : um ensaio bibliográfico.

BIB ANPOCs. Rio de Janeiro (16): 25-43, abr/jun. 1983.

ALMEIDA, Maria S. K. de . *Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas*. In: CORREA, **Mariza (org.)**. Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil. Sao Paulo, Brasiliense, 1982.

ANYON, Jean. Intersection of Gender and Class: accommodation and resistance by working class and affluent female to contradictory sex-role ideologies. *Journal of Education*. Boston, 166(1):25-42 - march 1984 .

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre , Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael W. Ensino e Trabalho Feminino : uma análise Comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (64): 14 - 23.. Fev. 1988.

APPLI: Michael W. *Teachers and Texts: a political economy of class and gender relations in education*. New York, Routledge. 1.988.

ARANHA, Maria Lúcia A. *História da Educação*. Sao Paulo. Moderna, 1989..

ARNOT, Madeline. *Class, Gender and Education*. In: KEYNES.. Milton (org.).. **Class, Gender and Education** s.l. Open University Press, 1981,

ARNOT . Madeline. A feminist perspective on the relationship between family life and school life. **Journal of Education**. Boston, 166 (1): 5-24, march, 1984.

BARRETO, Elba S.S. **Extensão da escola elementar no Brasil; da intenção à realidade**. Internacional conference on the education in the '90s. Tel-Aviv, 1983. mimeo.

BARROSO? Carmen & OLIVEIRA, Lólio L. de. **O madureza em** Sao Paulo. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. 1971

SEGUNDA PARTE

BIBLIOGRAFIA

- BAUAB. Maria Aparecida R.** A reforma da Escola Normal de Sao Paulo: 1890 - 1981. **Boletim Sapere Aude.** São Jose; d o Rio Preto, 9(14): 1-130, 1973.
- BERGANTINI, Izabel C.** Balanço **Crítico da Literatura Brasileira sobre Trabalho Doméstico.** São Paulo, 1987. Dissert. [mestr.] - PUC/SP. Psicologia Social.
- BLAY, Eva A.** **Mulher, escola e profissão: estudo sociológico do ginásio industrial da cidade de Sao Paulo.** São Paulo, 1969. Dissert- [mestr. FFLCH/USP.
- BLEICHMAR, Elmice.** **El Feminismo Espontaneo de la Histeria.** Madrid, Adotraf, 1985.
- BOGGIO, Ana et al.** La ideologia de los **textos** escolares peruanos. **Comunicación y Cultura.** Buenos Aires (1):10-2-14. 1973.
- BOLETIM ANPED.** Niterói. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. v. 9, n. 1- jan./mar. 1987.
- BONAZZI, Maria & ECO, Humberto.** **Las verdades que mienten: una análisis de la ideologia repressiva de los textos para niños.** Buenos Aires, Tiempo Cultural, 1974.
- BONDER» G. et al.** **Condiciones de trabajo, salud y participación de la maestra primaria.** Buenos Aires, Centro de Estudios de la Mujer, dec. 1988.
- BORGES, Wanda R.** **Seminário de meninas orfas e educandas de Nossa Senhora da Glória: primeiros ensaios para a profissionalização feminina em Sao Paulo - 1885-1935.** Rio Claro, 1973. tese (dout.) - FFCL/Rio Claro.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CNRH.** Educação Física. Brasília, MEC /CNRH.. 1971. mimeo.
- CADERNOS DE PESQUISA.** Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 68, Fev. 1989.
- CALLEJA» Carlos C.** **As "tigrinhas" vêzes embaraçam os rapazes- Esporte e Educação.** São Paulo, (8):16-17, jun- 1970.

CAMPOS. M.M. et al. Aspectos sócio-econômicos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil. Sao Paulo. IPLAN- IPEA/UNICEF, 1989.

CAPEK, MARY C. A womens thesaurus. New York, Harper & Row, 1987.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Sao paulo. PUC. 1988.

CREFF, Albert- François & CONU, Michel- François. **La Femme et les Sports.** Paris, Masson, 1982.

CUNHA, Luiz A. Os (dez) cantinhos da pesquisa na Pós - graduação em Educação. **In : Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação; Curitiba, 1978.. Brasília, CAPES, 1979.**

DEMARTINI, Zeila B. F. et al. **Velhos mestres e novas escolas um estudo das memórias de professores da 1ª. República em Sao Paulo.** Sao Paulo. CERU/INEP, 1.984.

EM ABERTO. **Brasília, Ministério da Educação e Cultura. v . 4, n . 28, out./dez. 1985.**

EM ABERTO. **Brasília, Ministério da Educação e Cultura v. 5, n. 31, jul./set. 1986.**

ENGUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola.. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.**

ENGUITA, Mariano F. **Educação e Teorias de Resistência. Educação e Realidade. Porto Alegre, 14(1): 3-16, jan./jun . 1989.**

FAVERO, Osmar. **A produção e a disseminação do conhecimento em educação. Boletim ANPEd.. Niterói. 9 (1): 44 --52, jan./mar. 1987.**

FELDENS, Maria G. F. **Pesquisa em Educação de Professores: antes, agora e depois? Forum Educacional. Rio de Janeiro, 7(2) : 26-44, abr./jun. 1983.**

- FELDENS, Maria G. F. O Estado da Arte em Educação de Professores: elementos para uma reflexão. Porto Alegre, 1983. UFMG, Faculdade de Educação. mimeo.
- FELDENS, Maria G.F. A educação de professores no Brasil: ~~tendências~~, ~~questões e prioridades~~. Revista Universitaria Aveiro - Porto Alegre, 5(1/2):~~61-81~~, ~~198~~- 1984.
- FERRARI, Alceu R.- Analfabetismo no Brasil: tendência recular e avanços recentes. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo (52):35-49, -Fev. 1985.
- FLETCHER, Phillip R. & RIBEIRO, Sergio C. A educação na estatística nacional. In: SAWYER, Diana O. (org). PNADs em Poco - anos 80.. Curitiba, ABEP, 1988.
- FLORESTA, Nisia. Opúsculo Humanitário. São Paulo, Cortez, 1989.
- FOUCAULT, Michael. Historia da sexualidade; a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IB-GE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982 -Brasil. Rio de Janeiro, IBGE , 1983.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ~ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1973, 1976, 1983, 1985, 1988. Rio de Janeiro, IBGE,
- GASKELL, Jane. Gender and Course Choice: the orientation of male and female students. Journal of Education. Boston, *166(1):89-102, march* 1984.
- GATTI, Bernardet e A. (org.). Alternativas metodológicas para a pesquisa educacional: conhecimento e realidade. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo (40), fev. 1980.
- GATTI, Bernardete & BERNARDES, Mara M.G. Concluintes de cursos de formação de professor a nível de 2º.Grau: avaliação de habilidades. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo (20):39-110, maio 1977.

- GIROUX, Henry. **Pedagogia Radical: subsídios.** Sao Paulo, Cortez, 1983.
- GOERGEN, Pedro. A Pesquisa Educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto- Brasília** 5(31):11-8, jul./set. 1986.
- GOMES, Barbara. Editorial Comment. **Journal of Education.** Boston, 166(1) : 1-2, march 1984.
- GOUVEIA, Aparecida J. As Ciências Sociais e a Pesquisa sobre Educação - **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, Sao Paulo, 1(1):71-79, jan. jun. 1989.
- GOUVEIA, Aparecida J. **A pesquisa sobre educação no Brasil. Cadernos de Pesquisa.** Sao Paulo (1), ,jul. 1971.
- GOUVEIA, Aparecida J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. **Cadernos de Pesquisa.** Sao Paulo (19):75-80, dez. 1976.
- GOUVEIA, Aparecida J. **Professoras de amanhã: um estudo da escolha ocupacional.** Sao Paulo? Pioneira, 1970.
- GOUVEIA, Aparecida J. & HAVIGHURST, Robert J. **Ensino médio e desenvolvimento.** Sao Paulo, EDUSP, 1969.
- GUERIOS, Stella F. M. **Ginástica, Mecanismo Corporal e Ginástica Contemporânea: do sistema infantil e feminino.** Sao Paulo, Edgar Blucher; EDUSP, 1974.
- GUESSO, Divozir A. Escolarização e deficit escolar: os fatos e as versões. Rev. Bras. de Adm. da Educ. 1(c)? jul./dez. 1983.
- H AidAR, Maria de Lourdes M. O ensino secundário femini-no. In: H AidAR, Maria de Lourdes M. (org.). O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo, EDUSP; Grijalbo, 1972. p.23-53.

- HALL» M. Ann (ed.). **The Gendering of Sport, Leisure and physical Education.** New York, Pergamon Press, 1987. [Women's Studies Internacional Forum - Special Issue]
- HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdade social no Brasil..** Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HURTIG, Marie-Claude. L'élaboration Socialisée de la Difference de Sexes: identité et representation de sexe. **Enfance.** Paris (4):283-302, 1982.
- JOURNAL OF EDUCATION.** Boston, Boston University School of Education, v. 166, n. 1, march, 1984.
- KUENZER, Acácia Z. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão.** Brasilia, REDUC/INEPs 1987.
- LAMOUNIER, Bolivar. Educação e Cor. **Cadernos do CEBRAP.** Sao Paulo (15):25-37, 1973.
- LENSKYJ, Helen. **Out of Bounds: women, sport and sexuality.** Toronto. Women's Press, 1986.
- LIMA, Gerson 2. de. **Saúde Escolar e Educação.** Sao Paulo, Cortez, 1985.
- LIMA, Magali A. de. **O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo (1937--1945).** Rio de Janeiro. 1960. Dissert. [mestr.] - FGV/RJ - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Depto . de Filosofia da Educação.
- LUNA, Sérgio. Psicologia Educacional: tentativa de delimitação do campo. **Cadernos FAE.** Belo Horizonte(4):7-15, Jul. 1989.
- MANICOM, Ann. Feminist Framework and Teacher **Education.** **Journal of Education..** Boston , 166(1): 77-88, march 1984.
- McROBBIE, Angela. Working Class Girls and the Culture of Femininity. In: Women's Studies Group (ed.) **Women Take Issue.** Londres, Hutchinson, 1978. p.96-108.

- McROBBIE, Angela. Setting accounts with subcultures. Screen Education. s.l. n. 34, 1980.
- MELLO, Guiomar. N. de. A pesquisa educacional no Brasil. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo (46): 67-72, ago. 1983.
- MELLO, Guiomar N. de. Pesquisa educacional, políticas governamentais e ensino de 1º Grau. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (53):25-31, maio 1985.
- MONTAGU, Ashley. El Sentido del Tacto: comunicación humana a través de la piel. Madrid, Aguilar, 1981.
- MORGADO, María Aparecida. Ensaio sobre a sedução na relação pedagógica. Sao Paulo, 1989. Dissert. [mestr.] - PUC/SP.
- NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. Em Aberto. Brasília, 3(23):27-9, set./out. 1984.
- NORONHA, Olinda M. De Camponesa a "Madame": trabalho feminino e relação de saber no meio rural. Sao Paulo, 1984. Tese (dout.) - PUC/SP.
- NUNES, Clarice. Pesquisa Histórica: um desafio. Cadernos ANPEd (nova fase). Rio de Janeiro (2):37-47, 1989.
- OLIVEIRA'» Paulo de T. Livros didáticos de leitura e interesse de escolares em leitura. São Paulo, 197c. Tese (dout.) - USP - Instituto de Psicologia.
- PASTORE , José. O ensino superior em Sao Paulo: aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão. Sao Paulo, Nacional; Instituto de Pesquisas Econômicas. 1971.
- PEWIN, Sonia T. de S. Cotidiano e Escola: a obra em construção. Sao Paulo. Cortez, 1989.
- PEREIRA, Luis. O magistério primário numa sociedade de classes. Sao Paulo, Pioneira, 1969.
- PEREIRA, Luis. A escola numa área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviço. Sao Paulo, Pioneira, 1967.

- PIERUCCI, Antonio F. de O. Igreja: contradição e acomodação ideologia do clero católico sobre reprodução humana no Brasil. Cadernos do CEBRAP. Sao Paulo, (30):5-87, 1978.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. Historia da educação brasileira a organização escolar. Sao Paulo, Cortez, 1978.
- ROCHERLAVE-SPENLÉ, A.M. Les rôles masculins et féminins. Paris. Press Universitaire de France, 1967.
- RODRIGUES, Leda M.P. A instrução feminina em Sao Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República Sao Paulo, 1962. Tese (cátedra) Instituto Sedes Sapientiae/SP.
- ROMANELLY, Otaíza O. História da educação no Brasil: 1930 - 1973. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ROSAMILHA, Nelson. O ensino primário complementar no município de São Paulo: contribuição para o planejamento e organização do prolongamento da escola primaria basics. Pesquisa e Planejamento.. Sao Paulo (V) :91-202, 1965.
- ROSEMBERG, Fúlvia & CAVASIN, Silvia. As feministas e a luta por creches em Sao Paulo- Águas de Sao Pedro, 1988. mimeo. [Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988]
- SAFFIOTTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo, Quatro Artes, 1969.
- SAFFIOTTI, Heleieth I.B. Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias. Araraquara, 1969. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arara-quara, 1969. mimeo.
- SALGADO, Maria U.C. Educação e Trabalho: formação para a cidadania no Ensino de 2º Grau. Em Aberto. Brasília, 4 (28):1-10, out./dez, 1985.

- SARTI, Cinthia. Trabalho feminino: de olho na literatura. *Leitura Econômica*, São Paulo, 7(1):93-116, 1985.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. *American Historical Review*. s.1. (91) :1053-75, dez. 1986.
- SILVA, Maria Beatriz N. da. A história da mulher no Brasil: balanço da produção e perspectivas. *Ler História*. São Paulo (12):95-110, 1988.
- SILVA. Tereza R.N. da. Influências teóricas no ensino e no currículo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (70): 5-19, ago. 1989.
- SOEIRO, Susan A. The social and economic role of the convent : women and men and men in colonial Bahia, 1677-1800. *Hispanic-American Historical Review* 54 (2) :209-32, may 1974.
- TANURI, Leonor M. Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil. *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, 13:7-98, dez. 1970.
- THOMAS, Claire. Girls and counter - school culture. *Melbourne Working Paper* . Melbourne, 1980.
- WALKERDINE, V. Sex, Power and Pedagogy. *Screen Education*. n. 30, 1981.
- WARDE, Mirian J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. Brasília, 3(23):1-6, set./out. 1984.
- WEILER, Kathleen. Women teaching for change: gender, class and power. Massachusetts. Bergin and Garvey Publishers. 1980.
- WEIS. Lois (ed.). *Class, Race and Gender in American education*. New York. State University of New York Press, 1988.
- WILLADINO. Gildo. O Ensino de 1º Grau em 1980: análise crítica dos dados do censo e do SEEC. Brasília, Secretaria de Educação e Cultura. 1984.

WILLIS, Paul. Learning to Labour. How working class kids get working class jobs. Adershot, Gower, 1978 .

WILLIS, Paul. Produção cultural é diferente de reprodução cultural é diferente de reprodução social é diferente de reprodução. Educação e Realidade. Porto Alegre, 11(2):3-II, jul./dez. 1986.

ZIBAS, Dagmar M.L. Educação- produção revisitada: as brechas do sistema. Cadernos de **Pesquisa. Sao Paulo (68):82-8. Fev. 1989.**

ZIBAB, Dagmar M.L. Relação professor aluno no ensino de 1º Grau. **ANDE. Revista da Associação Nacional de Educação. São Paulo; 1(4):57-9.**

7.2 Autoree(as) que constam da bibliografia sobre mulher e educacio

- AGUIAR, Neuma
005
- ALBANO, Celina et al 007
- ALMEIDA FILHO, N. et al 011
- AMADO, Tina
014
- ANDE
016
- AZEVEDO, Eliane S. et al
030
- BARRETTO, Elba S. de S
043, 044, 045, 046
- BARROSO, Carmen
04?, 050, 054, 055, 057,
058, 063
- BARROSO, Carmen & AMADO, Tina 067
- BARROSO, Carmen & BRUSCHINI, Cr
i s t i n a 068
- BARROSO, Carmen & COSTA,
Albertina de O. (orgs.)
06?, 070
- BARROSO, Carmen & MELLO, Guiomar
N. de 071
- BASTOS, Antonio V.B. et al
(orgs.) 073
- BERNARDES, Nara M.G
081
- BERQUO, Elza et al (ed.) 083
- BILAC, Elizabete D
087
- BLAY, Eva A
089, 090, 092
- BLAY, Eva A. & LANG, Alice B. da S.G
096
- BLUMENTHAL, Gladis R.W
097
- BOHME. Maria T.S. et al 098
- BONITATIBUS, Suela G 099
- BRASIL. Ministerio da Educaçao.
SESu 101, 102, 104, 105
- BRASIL. Ministério da Saúde &
BRASIL. Ministério da
Justiça 107
- BRASLAVSKI, Cecilia
110
- BRENES, L.F.V. et al
111
- BRUSCHINI, Cristina
119, 121, 125, 127, 128, 131
- BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina
133
- BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG,
Fúlvia (org.) 137
- BRUSCHINI, Cristina & SARTI,
Cynthia 144

- BRUSCHINI, Maria Cristina A
177
- BUCHER, R.E. & TOTUGUI, M. L.
140, 141.
- CADERNOS DE
PESQUISA 143
- CAMPOS, Maria Cristina S. de S
146, 147
- CAMPOS, Maria M.M.C
148, 149, 150
- CAMPOS, Maria M.M.C. & ESPOSITO,
Yara 151
- CANESQUI, Ana Maria 155, 156
- CANTARINO FILHO, Mário R
158
- CANUTO, Vera R.A
159
- CARDOSO, Iredé
160
- CARLINI, B.H. et al
162
- CARLINI-COTRIM, B. & CARLINI,
E. A. 162
- CARNEIRO, Sueli & SANTOS, Theresa
165
- CARVALHO, Célia P. de
167
- CARVALHO, Ir is de
170
- CARVALHO, Maria E.P de
172
- CASTELLANI FILHO, Lino
177
- CASTILHO, Adail V
178
- CASTRO, Adelir M. de S. e
179
- CASTRO, Cláudio de M. et al 182
- CAVASINI, Sandra M
187
- CAVASINI, Sandra M. S MATSUDO,
Víctor K.R 188
- CENTRO BRASILEIRO DE ANALISE E
PLANEJAMENTO - CEBRAP 189
- CENTRO MATERNO INFANTIL DE
PLANEJAMENTO FAMILIAR
190
- CHAIA, Miguel
192
- CHAIM, Célia
194
- CHAUI, Marilena
197
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
MULHER - CNDM & INSTITUTO
NACIONAL *DE* ESTUDOS E
PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP
204
- CORREA, Ely de O.M. de A
208
- CORVALAN, Graziella
210
- COSTA, Albert ina de O
214

COSTA, Albertina de O. 8
BRUSCHINI, Cristina (org.)
218

COSTA, Albertina de O. et al 217

COSTA, Antonio C.S

CUNHA, Luis Antônio C.R
231

CYSNEIROS, Elza D.M
233, 234

D 'AMORIM, Maria A
235

DE ROSE, E.H. et al
241

DE ROSE, R.C.F . & DE ROSE, E.H

DEMARTINI, Zeila de B.F. (coord.)
244

DIAS, José A. & MARTELLI, Anita F
247

FARIA, Ana Lúcia G. de
263, 264

FELDENS, Maria das Graças F
268, 269, 270

FERNANDEZ, Senira A.F

FERRETTI, Celso J
275, 276

FERRUA, Leila H 277

FREITAG, Barbara et al
284, 285

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
288, 289, 290

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -
IBGE 294, 295

CALDI, Enori H.G. & MOREIRA,
Zwinglio J 297

GAIDI, Enori H. G. et al 296

GATTI, Bernardete
300, 301, 302, 303, 304, 305

GOLDBERG, Anette
311, 312

GOLDBERG, Maria A.A
313

GORENSTEIN, C. et al
317

GOUVEIA, Aparecida .J
320

GRACIANO, Marília et al
321

GRAHAM, Christine R

GUEDES, Dartagnan P
325

HADDAD, Sérgio

HAHNER, June E
331

HENRIQUES, Maria Helena et al
333

HILDEBRAND, Maria Helena B
334, 335

MIRANO, Sedi et al
33ç

JESUS, Ilma F. de & OLIVEIRA,
Rachel de 342

KERSTENETZKY , Issac et al 34ç

KUDE, Vera M.M
350

LA ROSA, Jorge
351

LA ROSA, Jorge & BONAMIMIGO, Eusa
M.R 352

LAJOLO, Marisa
356, 357

LENK, M~~r~~ i a
368, 369

LENSKIJ, Tatiana
370

LEWIN,
Helena
371, 372

LEWIN, Helena et al
376

LINS, Vera L. de 0
384

LOBO, Elizabeth S
387

LOPES, Eliana M.T. 388,
389

LOURO, Guacira L
393, 394, 395, 396, 397

MADEIRA, Felícia R
403, **404, 405**

MAGALHÃES, M.P. et: al
412

MARINHO, Inezil P
415

MARQUES, Juracy C. & NARDINI,
Helena **417**

MARQUES, Rubens M. & BERQUO, Elza S
419

MASUR, J. & JORGE, M.R
423

MATSUDO, Víctor K.R
425

MATSUDO, Víctor K.R. & CAVASINI,
Sandra M 426

MATSUDO, Victor K.R. & SESSA,
Madalena 427

MELLO, Guiomar N. de
430, 432, 433

MELLO, Guiomar N. de et al
435

MELLO, Mara R. de 0
436

MILLEO FILHO, Alberto
444

MIRANDA, Glaura V. de
446, **448**

MONTEMOI, L.N. et al
453

MOREIRA, Lilia M. de A. & LEMOS,
Rosani M .O 459

MORCADO, A.F. et al
460

MORRIS, Leo
441

MOTT, Maria Lúcia de B
462

MURAD, J.E
464, 465

NAVARRO, Marysa
469

NEGRÃO, Esmeralda V. & AMADO,
Tina 471, 472

NOSELLA, Maria de Lurdes CD
478, 479

NOVAES, Maria Eliana
480, 481

OLIVEIRA, Luis A.P. de
495

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A, de 497

OLIVEIRA, Maria de Lurdes B. de
498

ONAINDIA Y LEQUERICA, Maria
Alícia

ORMASTRONI, Maria J.S 506

PAIVA, Paulo de T.A
508

PAIXÃO, Idelzuita, R. da 509

PASQUALI, Luiz et al 513

PATTO, Maria Helena S
515

PELLEGRINOTTI , Idico L. & MOREIRA
Wagner W. 520

PELLEGRINOTTI, Idico L. et al
519

PENNA, Lucy
526

PEREGRINO, Maria Graziela 527

PEREIRA, Laércio E
528

PERES, Tirsa R
529, 530

PERNAMBUCO. Secretaria da
Educação 532

PERNAMBUCO. Secretaria de-
Planejamento S FUNDAÇÃO DE
INFORMAÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO -
FIDEPE 533

PINI, Mario C
538

PINOTTI, José A. & FAUNDES,
Anibal (org .) 539

PINTO, José A. & RIGUERIA, José E
541

PINTO, Regina P
544

PIRES NETO, Cândida S
547

PIZA, Edith S.P 548

PLOTNIK, R. et al
54?

POGGIO, Sara Z.
550

PRADO, Dandi*.
553

GUARIM DE MORAIS, Maria L 557

QUEIROZ, Maria L P. de 558

RAIÇA, Darcy & FERNANDEZ, Senira
A. F 562

RATTO, Maria Luiza R
564

REGO, Maria Filomena
565, 566, 567

REIS, Maria Cândida D. 568,
569

RESENDE, Jorge de S. & DIAS, Vera R.
de S 570

RIBAS, Maria de Jesus da S. &
TRIVINÓS, Augusto N.S 573

RIBEIRO, Arilda I.M 574

RIBEIRO, Maria Luiza S
577, 578

RIBEIRO, Zoya D
582

RODRIGUES, Arakcy M
586

RODRIGUES, Josineide F.C. &
GUIMARÃES, Maria T.A 589

ROSEMBERG, Fulvia
593, 594, 599, 603, 606

ROSEMBERG, Fúlvia & BRUSHINI, Cristina
(org.)
609

ROSEMBERG, Fulvia & PINTO, Regina
P 611

ROSEMBERG, Fúlvia et al 607,
608

RUFFINO NETTO, A. et al
613, 614

SAAD, A. S ADAMO, Fábio A 615

SAAD, Ambrozina A.C. & SAAD,
Alfredo A 616

SAO PAULO (Cidade) Prefeitura 630

SAO PAULO (Cidade) Secretaria de Educação.
Departamento de Orientação
Tecnica 631

SAO PAULO(Estado) Secretaria da
Educação. Departamento de
Assistência ao Escolar 633,
635, 636, 637, 638, 63?, 640

SAUASATQ, Yumi Y
643

SCHMIDT, Isaura B. & MIRANDA,
Glaura V. de 645

SCHUSSEL, Darcy R 647

SILVA, A.M.A. et al
652

SILVA, Léa M. da
657, 650

SILVA, Lea M. da et al
65?

SILVA, Magda M.V.G. da
660

SILVA, Maria Beatriz N. da 661, 662

SILVA, Neucy P.M. da 665

SILVA, Rosa M.R. da
669

SIMÕES, B.J.G. & SIMÕES, M.J.S
675

SIMÕES, M.J.S
676

SIMÕES, M.J.S. & SIMÕES, B.J.G
677, 678

SPINDEL, Cheywa R
689

STEWIEN, G.T.M. & MARCONDES, RUTH S
691

SZEGO, T. et al
694

SZMRECSANYI, Maria Irene
695, 697

TABAK, Fanny
698

TAÍ3AK, Fanny & TOSCANO, Moema
699

TANURI, Leonor M
703, 704,705

TELLES, Norma
7706

TINOCO, Vilma A
708

TOSI, Lúcia
712, 713, 714

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.
Departamento de Medicina
Preventiva. Programa de Estados
Epidemiológicos 720

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
722

VAINSENER, Semira A 725

VECINA, Tereza C.C
729

VELLOSO, Jacques R
730, 731

VELLOSO, Jacques R. et al
732

WEBER, Silke
742

WEINTRAUB, Mauro S. et al
744, 745

WEREBE, Maria J.G
747, 748, 749

WOLYNEC, E. & PASQUARELLI, M.L.R
752

ZANINI, A.C. et al 754

1 APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Nesta bibliografia foram incluídos estudos e pesquisas publicados entre 1975 e 1989 que informam, discutem ou apenas mencionam a educação formal da mulher brasileira.

O levantamento bibliográfico, apesar de ter privilegiado textos acadêmicos, não impôs limites quanto a sua forma de apresentação ou finalidade. Portanto, esta bibliografia contém referências sobre dissertações e teses acadêmicas; artigos publicados em periódicos; livros; relatórios de pesquisas; textos datilografados ou mimeografados originados a partir de comunicações; resumos contidos em anais; bibliografias e estados da arte.

Os procedimentos utilizados para localização das referências foram múltiplos e complementares, no intuito de se abarcar o maior número possível de títulos. Assim, foram feitas buscas diretas nas principais bibliotecas de São Paulo e solicitação de pesquisa bibliográfica para 26 bibliotecas, 38 Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, 24 Coordenadorias Estaduais do Programa Mulher-Educação, 14 Núcleos de Estudos sobre a Mulher localizados em diferentes universidades, 29 Secretarias e 25 Delegacias do MEC (vide listas em anexo). Foram consultadas, também, fontes de referência, como fichários de teses, catálogos e bibliografias de centros de documentação, atas de congressos e bibliografias especializadas. Dentre elas, foi especialmente importante a consulta à Bibliografia Brasileira de Educação que, lamentavelmente, deixou de ser publicada a partir de 1984. Para os anos subsequentes foi efetuado um levantamento diretamente nas principais coleções de revistas que se constituíam em fonte para a Bibliografia Brasileira de Educação (vide listas em anexo). Finalmente, coletamos, também, referências nas bibliografias dos textos compulsados.

como este levantamento forneceria a base bibliográfica para o estado da arte sobre educação formal e mulher, foi necessário um trabalho complementar de localização de obras para sua leitura. Este trabalho foi moroso pois contávamos com grande número de resumos de comunicações e de teses/dissertações insuficientes, neste formato, para a elaboração de um estado da arte. Foi necessário, então, contactar autores(as) que, muitas vezes, já não se encontravam nos locais de produção do texto.

Tem sido lugar comum mencionar as dificuldades que se enfrentam, no Brasil, quando se propõe realizar uma pesquisa bibliográfica. As dificuldades de estocagem, indexação, localização,

são, por vezes, acrescidos de restrições burocráticas nem sempre compreensíveis. Outras vezes, porém, a eficiência de bibliotecárias(os) e a acolhida simpática de autores(as) compensam entres e estimulam a continuidade do trabalho. Possibilitam que se ultrapasse aquela sensação, possivelmente vivida em todos os países que não dispõem de redes informatizadas, de que se está enfrentando um ponto cego, um nó górdio.

Para facilitar seu uso, as referências bibliográficas (normatizadas segundo regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT) foram acompanhadas de descritores, que elaboramos a partir da adaptação da listagem contida na secção educação do **A Women's Thesaurus** (Capek, 1987).

Além de uma primeira listagem das referências, incluímos mais dois Índices: um de autores (as) e outro de descritores.

Um dos problemas que salientamos, por vários momentos no estado da arte, foi perceber a imensa dificuldade para que as idéias circulem pelo país. Nosso desejo é que esta bibliografia seja útil e usada. Parte significativa das referências aqui arroladas encontra-se na Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas.

2 LISTAS ANEXAS DE FONTES CONSULTADAS

2.1 BIBLIOTECAS DIRETAMENTE PESQUISADAS

BIBLIOTECA ANA MARIA POPPOVIC (FCC); BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PUC-SP; USP (Faculdades de Educação, de Educação Física, de Filosofia, Ciências e Letras de Saúde Pública; Instituto de Psicologia, Centro de Estudos Rurais e Urbanos); UNICAMP (Faculdade de Educação).

2.2 BANCOS DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CONFEM/UNFDAC). Banco de dados da produção científica brasileira sobre o abuso de drogas psicotrópicas. Departamento de Psicotrópicos. Escola Paulista de Medicina. BIREME. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Escola Paulista de Medicina.

2.3 BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS ATRAVÉS DE CORRESPONDÊNCIA

CONSELHOS ESTADUAIS DA CONDIÇÃO FEMININA: Maceió/AL; Fortaleza/CE; Brasília/DF. Goiânia/GO; Belo Horizonte/MG; Campo Grande/MS; Curitiba/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN. Porto Alegre/RS; São Paulo/SP.

CONSELHOS MUNICIPAIS DA CONDIÇÃO FEMININA: Salvador/BA; Contagem/MG; Cuiabá/MT; Belém/PA; Campina Grande/PB; Cabo/PE; Caruaru/PE; Olinda/PE; Terezina/PI; São João/PR, Arapongas/PR; Curitiba/PR; Foz de Iguaçu/PR; Londrina/PR; Paranavaí/PR; Toledo/PR; Jandaia do Sul/PR; Macau/RN; Natal/RN; Boa Vista/RR; Florianópolis/SC; Aracaju/SE; Santos/SP; São José dos Campos/SP; Marília/SP; Sorocaba/SP; São Paulo/SP.

COORDENADORIAS ESTADUAIS DO PROGRAMA MULHER EDUCAÇÃO: Terezina/PI; São Luiz/MA; Porto Alegre/RS; Goiânia/GO; Fortaleza/CE; Salvador/BA; Brasília/DF; Curitiba/PR; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; Florianópolis/SC; Vila dos Remédios/PE; Vitória/ES; Belo Horizonte/MG; Maceió/AL; Cuiabá/MT; Manaus/AM; Recife/PE; Belém/PA; Rio de Janeiro/RJ; Aracaju/SE; São Paulo/SP; Campo Grande/MG.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA FUNDAÇÃO EDUCAR. Rio de Janeiro, v. 1-2, jan./jun. 1986-87.

CATÁLOGO CIM Sao Paulo, Centro Informação Mulher, 1986.

CATÁLOGO DE TESES DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO: 1934-1984, Sao Paulo, SIBI - Sistema Integrado de bibliotecas, 1987.

CATÁLOGO DE TESES DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO: 1987, Sao Paulo, SIBI - Sistema Integrado de bibliotecas, 1988.

CIÊNCIA E CULTURA. **Resumos.** São Paulo, SBPC. v. 27-40, 1975-88.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL (1960-1980). **Resumos Analíticos em Educação.** Volume 1 (Resumos 1-110). Brasília, REDUC/INEP, 1987.

FRETAG, Bárbara et al. **O estado da arte do livro didático no Brasil.** Brasília, REDUC/INEP, 1987.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulher Brasileira:** bibliografia anotada, v. 1. São Paulo, Brasiliense, 1979.

. **Mulher Brasileira:** bibliografia anotada, v. 2. São Paulo, Brasiliense, 1981.

----- . **Mulher Brasileira.** bibliografia anotada, v. 3. São Paulo, FCC, 1984.

----- . **Saúde da Mulher no Brasil:** bibliografia anotada. São Paulo, FCC, 1989.

----- . **Bibliografia indexada sobre o trabalho da mulher no Brasil**

até 1988. São Paulo, 1989. HADDAD, Sérgio. **Ensino Supletivo no Brasil:** o estado da arte. Brasília, REDUC/INEP, 1987. KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília,

REDUC/INEP, 1987. MADEIRA, Felicia Reichei (org.). **Bibliografia sobre la juventud brasileña.** Montevideo, CELAJU/ICI, 1987.

NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE A MULHER DE UNIVERSIDADES: UFCE; UFBA; UFPB.

UFAL; UFMG; UFG; UnB; PUC/RJ; UFRJ; PUC/SP; USP; UFPR; UFRS.

DELEGACIAS DO MEC: Belo Horizonte/MG; Florianópolis/SC; Rio Branco/AL; Rio de Janeiro/RJ; Vitória/ES; Recife/PE; João Pessoa/PB; Manaus/AM; Fortaleza/CE; Terezina/PI; Salvador/BA; Maceió/AL; Aracaju/SE; Campo Grande/MS; Porto Velho/RO; São Paulo/SP; Goiânia/GO; Natal/RN; Macapá/AP; Belém/PA; Cuiabá/MT; São Luiz/MA; Boa Vista/RR; Porto Alegre/RS; Curitiba/PR.

SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO: Campo Grande/MS; Terezina/PI; Boa Vista/RR; Curitiba/PR; Porto Alegre/RS; Rio de Janeiro/RJ; São Paulo/SP; Porto Velho/RO; Fernando de Noronha/FO; Brasília/DF; Belo Horizonte/MG; Manaus/AM; São Luiz/MA; Vitória/ES; Rio Branco/AC; Maceió/AL; Aracaju/SE; Salvador/BA; Natal/RN; Fortaleza/CE; Macapá/AP; João Pessoa/PB; Rio de Janeiro/RJ; Curitiba/PR; Goiânia/GO.

UNIVERSIDADES FEDERAIS: Bahia/UFBA; Ceará/UFC; Espírito Santo/UFES; Goiás/UFGO; Rio de Janeiro/UFRJ; Rio Grande do Norte/UFRGN; Santa Catarina/UFSC; São Carlos/UFSCAR; Brasília/UnB.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS: Ponta Grossa/UEPG; Rio de Janeiro/UERJ; Ribeirão Preto/USP; Campinas/UNICAMP; São Paulo/UNESP.

UNIVERSIDADES CATÓLICAS: Salvador/UCSAL; Rio de Janeiro/PUC-RJ; Petrópolis/UCPet; Campinas/PUCC.

OUTRAS UNIVERSIDADES PARTICULARES: Gama Filho/RJ; Federação de Escolas Superiores do ABC/SP; Metodista de Piracicaba/UNIMEP.

INSTITUTOS: Estudos Avançados em Educação - IESAE/FGV; Seleção e Orientação Profissional - NOP/FGV; Pesquisas Espaciais de São José dos Campos.

2.4 OBRAS DE REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Teses em Educação. Rio de Janeiro, ANPEd, 1981-87. BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, v. 22 - 29; 1974-84.

NEGRÃO, Esmeralda V. & AMADO, Tina. **A Imagem da mulher no livro didático**: estado da arte. Sao Paulo, FCC, 1989. ROSSETTI, Josefina et al. **La Educación, discrimina a las mujeres?** Bibliografias. Santiago de Chile. CIDE - Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, s. d.

2.5 PERIÓDICOS EXAMINADOS SISTEMATICAMENTE

CADERNOS CERU. Sao Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1975-85. CADERNOS DE EDUCAÇÃO. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, 1981-82. CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1975-88. CADERNOS DO CEDES. Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1980-88. CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1988. EDUCAÇÃO E CULTURA. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1983-85. EDUCAÇÃO EM DEBATE. Fortaleza, Departamento de Educação do Centro de Estudos Aplicados da Universidade Federal do Ceará, 1978-87. EDUCAÇÃO E REALIDADE. Porto Alegre, Faculdade de Educação e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1976-88. EDUCAÇÃO E SELEÇÃO. São Paulo, Departamento de Seleção de Recursos Humanos. Fundação Carlos Chagas, 1980-87. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1978-88. EDUCAR. Curitiba, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 1982-86. EM ABERTO. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1982-88. FORUM EDUCACIONAL. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977-88. PERSPECTIVA. Florianópolis, Centro de Ciências da Educação, 1985-86. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1976-88. REVISTA DA ANDE. São Paulo, Associação Nacional de Educação, 1981-88.

REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Sao Paulo, Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 1976-80. REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1976-80. REVISTA DE CULTURA DA UFES. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1975-88. REVISTA DE CULTURA VOZES. Petrópolis, Vozes, 1975-88. REVISTA DE EDUCAÇÃO AEC. Brasília, 1978-88. SEMINA. Londrina, Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual, 1984-88.

3 LISTAGENS BIBLIOGRÁFICAS

3.1 Mulher e educação formal no Brasil (período 1975-1989)

- 001 --- Anais do 5º Congresso de Ciências Domésticas. Rio de Janeiro, 1979.
Descritor: Economia doméstica
- 002 ORIENTAÇÕES educativas sobre o amor humano. **Cult.** e Fe. Porto Alegre, 7(24):86-109, jan./mar. 1984.
Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 003 ABREU, Alice de P. Mão de obra feminina e mercado de trabalho no Brasil. **Boletim Técnico do SENAC.** Rio de Janeiro, 3(1) 7-19, jan./abr. 1977.
Descritor: Trabalho
- 004 AGATTI, Antonio P.R. Anxiety in night college students in Brazil a special case of third-world psychological problem. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PSYCHOLOGY, 24. Sidney, Australia, 1988. Abstracts. Sidney, Australian Psychological Society, 1988.
Descritor: Ensino noturno / Alunado
- 005 AGUIAR, Neuma. Programas de estudos e cursos sobre mulheres: o caso **brasileiro**. Rio de Janeiro, 1981. mimeo.
Descritor: Estudos sobre mulher
- 006 AGUIAR, Neuma. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 4. Grupo de Trabalho: A mulher na força de trabalho. Rio de Janeiro, 29-31 out. 1980.
Descritor: Trabalho
- 007 ALBANO, Celina et al. Reflexões sobre a criação de um Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a mulher na UFMG. In: SEMINÁRIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, BA, maio/jun. 1984. P.1-3.
Descritor: Estudos sobre mulher

- 008 ALBUQUERQUE, Maria Angela T. A aprendizagem escolar criativa e integrada. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro, 1987. p.49.
- Descritor: Formação do magistério / Segundo grau / Trabalho
- 009 ALBUQUERQUE, N.N.F. & NUNES, M.V. Atitudes de pais e professores em relação à educação sexual, na escola de 1º Grau. João Pessoa, UFPB, 1979. mimeo.
- Descritor: Educação sexual / Família / Magistério
- 010 ALENCAR, Eunice M.L.S. de. Efeitos de um Programa de Criatividade em alunos de 4 e 5 séries. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada. Rio de Janeiro, 24(4):3-15, out./dez. 1975.
- Descritor: Papéis sexuais
- 011 ALMEIDA FILHO, N. et al. Consumo de drogas entre escolares em Salvador. [Relatório apresentado à DINSaH/Ministério da Saúde à FINEP e ao CNPq, 1988]
- Descritor: Alunado / Drogas
- 012 ALMEIDA, Guydo de. O professor que não ensina: uma leitura do discurso do profissional do magistério. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.44.
- Descritor Magistério / Segundo grau
- 013 ALTMANN, Ana M.6. Aspectos formais para o estudo da fecundidade e nupcialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 1. Campos de Jordão, Anais. Sao Paulo, 1978. p.310-79.
- Descritor: Reprodução

- 014 AMADO, Tina. A mulher e a educação formal em perspectiva historical balanço crítico da produção recente. Sao Paulo. Fundação Carlos Chagas, 1989- mimeo.
- Descritor: História
- 015 AMARAL, Célia CG. O ensino da economia doméstica no 1º Grau: da prática docente a formação discente. Piracicaba, 1988. mimeo.
- Descritor Economia doméstica / Magistério / Alunado
- 016 ANDE. Sao Paulo, v. 1, n. 4, 1982.
- Descritor: Magistério / Trabalho
- 017 ANGELI, Heloísa A.T. A problemática sexual na adolescência. Sao Paulo, 1986. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor- Educação sexual / Alunado
- 018 ANGELIS, Vera R.B. A mulher e seu espaço social: família, trabalho e política. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses es educação - 1984. Rio de Janeiro, 1986. p.112.
- Descritor: Família / Trabalho / Papéis sexuais
- 019 ANGOTTI, Domingos. Análise dos resultados do teste de seleção ao curso de formação de professores de 1ª a 4ª séries do 1º Grau do Colégio Estadual Heitor Lira (município do Rio de Janeiro, Novembro de 1981). In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses es educação. Belo Horizonte, 1984. p.16.
- Descritor: Formação do magistério / Primeiro grau
- 020 ARAPIRACA, Mary. Magistério de nível 1: curso e profissão, opções questionáveis. Salvador, 1985. Dissert, (mestr.) - UFBA.
- Descritor". Segundo grau / Formação do magistério

- 021 ARAÚJO FILHO, Luis S- de. A co-gestão das Universidades Federais do Piauí e do Rio Grande do Sul na opinião de seus professores - um estudo comparativo. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação. Belo Horizonte, 1983. p.34.

Descritor Magistério / Terceiro grau

- 022 ARAÚJO FILHO, Luis S. de. Um estudo da problemática da comunicação as informações de ordens veiculadas entre a Secretaria de Educação do Amazonas e as escolas de 1º e 2º Grau dos municípios de Manaus e Itacoatiara. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação. Belo Horizonte, 1983. p.34.

Descritor: Magistério

- 023 ARAÚJO, Clara G.G. & PAULILLO, M.I. Educação e trabalho da mulher entre parceiros assalariados e volantes. In: SEMINARIO- A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMERICA LATINA. Rio de Janeiro, nov. 1978. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978. p.1-10, V.2.

Descritor- Trabalho / Família

- 024 ARAÚJO, Terezinha L. Determinantes do desempenho escolar da clientela da 1 série do ensino de primeiro grau. Belo Horizonte, 1980. Dissert. (mestr.) - UFMG. Faculdade de Administração Escolar.

Descritor. Desempenho escolar

- 025 ARAÚJO, Wanda O. Administração por objetivos em escolas de formação de professores a nível de 2º Grau no município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 1975.

Descritor: Formação do magistério

- 026 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP. Anais. Sao Paulo, 1986. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. Aguas de Sao Pedro, SP, 1986.

Descritor. Indicadores estatísticos

- 027 ASUNCION. Oficina Latinoamericana de Educación Sexual. Educación **sexual en** América Latina. Assuncion, 1978.
- Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 028 AVILA, Cosimo D. de et al. O professor de 1º Grau do Estado do Rio de Janeiro. Revista de Cultura Vozes. São Paulo, (10):5-15, 1985.
- Descritor: Magistério / Formação do magistério
- 029 AZEVEDO, Célia M.M. de et al. Institucionalizando o desamparo. Gravidez na adolescência. São Paulo, IPLAN/IPEA; UNICEF, Fundação Carlos Chagas, 1986. p.95-115.
- Descritor: Reprodução
- 030 AZEVEDO, Eliane S. et al. A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuição. Ciência e Cultura. São Paulo, 41 <3>:275-83, mar. 1989.
- Descritor*. Cientistas / Indicadores estatísticos / Trabalho
- 031 AZEVEDO, Fernando de S.D. A mulher e a escolha da profissão. In: AZEVEDO, Fernando de S.D. A educação e seus problemas. São Paulo, Melhoramentos, p.227-31.
- Descritor: Orientação profissional / Papéis sexuais
- 032 AZEVEDO, Lilia et al. A identidade sexual. Salvador, Fator, 1989.
- Descritor: Papéis sexuais
- 033 BACCARIN, Maria Ines. Trabalho feminino x auto-estima: algumas considerações. Porto Alegre, 1984. Dissert, (mestr.) - PUC/RGS.
- Descritor: Formação profissional

- 034 BAHIA- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - •
SENAC. Divisão de Formação Profissional.
Relações de dependência entre os condicionamentos
sociais e a orientação profissional. Salvador, 1975.
mimeo.

Descritor: Alunado / Formação profissional
- 035 BALSEMAO, Antonio et al. Dificuldades de
aprendizagem na 1 série. Uruguaiana, FECL, 1979.

Descritor: Desempenho escolar / Primeiro grau
- 036 BALZAN, Newton C. Alunos do noturno (ou "excluídos da
escola"): quem são eles? - um estudo de caso.
Cadernos CEDES. São Paulo, (16):9-20, 1986.

Descritor: Ensino noturno / Segundo grau
- 037 BAQUERO, Marcelo & PRA, Jussara R. História,
socialização e participação da mulher gaúcha: uma
análise longitudinal (1946-1982). Educação e
Realidade. Porto Alegre, 10(2):7-32, maio/ago. 1985.

Descritor: História
- 038 BARBANTI, Maria Lúcia S.H. Escolas americanas de
condição protestante na província de São Paulo: um
estudo de suas origens. São Paulo, USP/Faculdade de
Educação, 1977.

Descritor História
- 039 BARBOSA, Irene M.F. Socialização e relações
raciais: um estudo da família negra em Campinas.
São Paulo, 1983. Dissert, (mestr.) - USP.
FFLCH.

Descritor: Família / Alunado / Discriminação
racial
- 040 BARBOSA, Margarida A- Contribuição ao estudo de
conhecimentos sobre doenças sexualmente transmissíveis
(DST) entre adolescentes. São Paulo, 1986. Dissert,
(mestr.) - USP. Faculdade de Saúde Pública.

Descritor: Educação sexual / Saúde

- 041 BARONE, Leda M.C. Literatura Infantil e ansiedade: um estudo da reações ao texto. Sao Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
Descritor: Alunado / Primeiro grau
- 042 BARREIRA, Luzia M. Análise da interação professor-aluno: um estudo longitudinal em situação natural de sala de aula. Sao Carlos, 1979. Dissert, (mestr.) - UFSCar. Faculdade de Educação.
Descritor: Papéis sexuais
- 043 BARRETTO, Elba S. de S. Bons e maus alunos e suas famílias vistas pela professora de 1º Grau. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (37):84-9, maio 1981.
Descritor: Magistério / Alunado / Primeiro grau
- 044 BARRETTO, Elba S. de S. Mulher brasileira, bibliografia anotada. Sao Paulo, Brasiliense: Fundação Carlos Chagas, 1979.
Descritor: Bibliografia / Alunado / Magistério
- 045 BARRETTO, Elba S. de S. Professora e aluno na escola básica: encontros e desencontros. ANDE. Sao Paulo, (2)42-5, 1981.
Descritor: Magistério
- 046 BARRETTO, Elba S. de S. A professora primária frente a alunos e alunas de distinta condição social. Sao Paulo, 1980. Dissert. (mestr.) - USP. FFLCH.
Descritor:- Magistério / Primeiro grau / Papéis sexuais
- 047 BARROS, Alfredo CS.D. de et al. Caracterização epidemiologica da dismenorréia. Revista IATRDS. 6(1):13-9, jan./jun. 1987.
Descritor: Alunado / Saúde

048 BARROS, Maria Leda R. de. Escolaridade e emprego na Bahia (1950-1980). In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro, 1987. p.47.

Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos

049 BARROSO, Carmen. As pesquisas sobre mulher no Brasil. Sao Paulo, 1981. mimeo.

Descritor: Estudos sobre mulher

050 BARROSO, Carmen. Diferenças sexuais. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (21) 47-60, jun. 1977.

Descritor: Papéis sexuais / Alunado /
Recomendações

051 BARROSO, Carmen. Educação sexual e valores relativos ao controle da reprodução no Brasil. Sao Paulo, 1979. mimeo. [Trabalho apresentado no II Congresso de Educação Sexual nas Escolas. Sao Paulo, 1979]

Descritor: Educação sexual / Reprodução

052 BARROSO, Carmen. Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da Psicologia para sua mudança. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (15):135-7, dez. 1975.

Descritor: Papéis sexuais / Recomendações

053 BARROSO, Carmen. O impacto da crise sobre a saúde das mulheres pobres: o caso do Brasil. São Paulo, 1986. mimeo. [UNICEF. Programa Regional "Participación de la mujer en el desarrollo" (PRPMD), desenvolvido na Fundação Carlos Chagas]

Descritor: Saúde / Reprodução

054 BARROSO, Carmen. La educación sexual - o anti-sexual?. Revista Sexualidad Humana y Educación Sexual. Bogotá, 2(3):5-14, [1979].

Descritor: Educação sexual

- 055 BARROSO, Carmen. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*. Sao Paulo, 27(6):613-20, jun. 1975.
- Descritor: Terceiro grau / Magistério / Cientistas
- 056 BARROSO, Carmen. Pesquisa sobre educação sexual e democracia. *Cadernos de Pesquisa*. Sao Paulo, (34):89-90, 1980.
- Descritor. Educação sexual / Estudos sobre mulher
- 057 BARROSO, Carmen. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas?. *Ciência e Cultura*. São Paulo, 27(7):703-10, jul. 1975.
- Descritor: Cientistas / Papéis sexuais
- 058 BARROSO, Carmen. Recentes mudanças demográficas: implicações educacionais. *Cadernos de Pesquisa*. Sao Paulo, (39):32-4, nov. 1981.
- Descritor: Educação sexual / Reprodução / Recomendações
- 059 BARROSO, Carmen. A saúde da mulher. São Paulo, Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- Descritor: Saúde / Reprodução / Educação sexual
- 060 BARROSO, Carmen. A saúde da mulher no Brasil: 1975-1985. *Sao Paulo em Perspectiva*. Sao Paulo, 2(i):25-34, jan./abr. 1986.
- Descritor : Saúde
- 061 BARROSO, Carmen. Sex education and population policies in Brazil. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979. mimeo.
- Descritor: Educação sexual

- 062 BARROSO, Carmen. A situação da mulher trabalhadora no Brasil. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI sobre a situação da mulher. Brasília, 1977.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 063 BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal acompanhadas", a situação das mulheres chefes de família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1. Anais ... São Paulo, Associação Nacional de Estudos Populacionais, 1978. p.457-72.
- Descritor: Família / Reprodução
- 064 BARROSO, Carmen (org.). Mulher, sociedade e estado no Brasil. São Paulo, Brasiliense; UNICEF, 1982.
- Descritor: Papéis sexuais / Trabalho / Feminismo
- 065 BARROSO, Carmen et al. Influência de características do aluno na avaliação de seu desempenho. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (26):61-80, set. 1978.
- Descritor: Papéis sexuais / Terceiro grau / Alunado
- 066 BARROSO, Carmen et al. Percepção de controle e inovação de papéis sexuais. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (25) 53-96, jun. 1978.
- Descritor: Terceiro grau / Papéis sexuais
- 067 BARROSO, Carmen & AMADO, Tina. Teaching women's studies in Brazil. 1987. mimeo. [Trabalho apresentado em Genebra. OIT, jul. 1987]
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 068 BARROSO, Carmen & BRUSCHINI, Cristina. Educação sexual: debate aberto. Petrópolis, Vozes, 1982.
- Descritor: Educação sexual / Alunado / Papéis sexuais

- 069 BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina de O. (orgs.).
Introdução. In: BARROSO, Carmen & COSTA,
Albertina de O.. Mulher, Mulheres. Sao Paulo,
Cortez, 1983. p.7-15.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- «7» BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina de O. (orgs.).
Mulher mulheres. Sao Paulo, Fundação Carlos
Chagas; Cortez, 1983.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- «71 BARROSO, Carmen & MELLO, Guiomar N. de. O acesso da
mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos
de Pesquisa. Sao Paulo, (15) 47-77, dez. 1975.
- Descritor. Vestibular / Alunado / Desempenho
escolar
- 072 BASTOS, Antonio V.B.. Atitudes em relação a
ciência entre pesquisadores da UFBA. Salvador,
1982. Dissert. (mestr.) - UFBA.
- Descritor- Cientistas / Terceiro grau
- 073 BASTOS, Antonio V.B. et al (orgs.). Saúde e
educação sexual do Jovem: um estudo em Salvador.
Salvador, ISP/UFBA, 1989.
- Descritor: Educação sexual / Saúde
- 074 BECHARA, Olga T. O autoconceito do professor de 1
série do 1º Grau e algumas variáveis
profissionais. Sao Paulo, 1986. Tese (dout.) -
USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor:- Magistério / Primeiro grau
- «75 BECKER Jr., Benno. O efeito do treinamento mental,
físico e físico-mental no aperfeiçoamento do
tiro de sete metros de handebol, com alunos de
1º Grau. Porto Alegre, 1982. Dissert. (mestr.)
- UFRGS. Depart. de Métodos e Técnicas de Ens i
no.
- Descritor: Educação Física / Alunado /
Desempenho

- 076 BENIN, Ana Lúcia M. de O. et al. Abortamento induzido em estudantes de medicina. Arquivos de Medicina Preventiva. Sao Paulo, (4):75-80, 1982.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / Saúde
- 077 BERGER, Lúcia S.R. et al. A clientela do curso de Pedagogia - características, opiniões e sugestões sobre o curso. UFS. Centro de Educação e Ciências Humanas, 1983. mimeo.
- Descritor: Terceiro grau / Formação do magistério / Recomendações
- 078 BERNARDES, Maria Thereza C.C. Mulheres educadas - Rio de Janeiro do séc. XIX (1840-1890). Sao Paulo, 1983. Tese (dout.) - USP. FFLCH.
- Descritor: História / Papéis sexuais
- 079 BERNARDES, Maria Thereza C.C. Participação sócio-política da mulher no Brasil do século XIX. Cadernos do CERU (1 série). Sao Paulo, (14)dez. 1981.
- Descritor- História / Papéis sexuais / Magistério
- 080 BERNARDES, Nara M.G. Avaliação de habilidades de alunas Concluintes do curso de formação de professores do Estado de São Paulo. Sao Paulo, 1976. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Alunado / Segundo grau / Formação do magistério
- 081 BERNARDES, Nara M.G. Crianças oprimidas: autonomia e submissão. Porto Alegre, 1989. Tese (dout.) - UFRGS. Faculdade de Educação.
- Descritor: Alunado / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 082 BERNARDI, Marcello. A deseducação sexual. Sao Paulo, Summus, 1985.
- Descritor: Educação sexual

- 083 BERQUO, Elza et al (éd.). A fecundidade em Sao Paulo: características demográficas e sócio-econômicas. São Paulo. CEBRAP; Editora Brasileira de Ciencias, 1977.
- Descritor: Reprodução
- 084 BESSE, Susan K. Freedom and bondage: the impact of capitalisa on women in Sao Paulo, Brasil, 1917-1937. s.l, 1983. Tese (dout.) - Yale University.
- Descritor: História / Trabalho
- 085 BEZERRA, Marlizete L. et al. Estudo retrospectivo sobre adolescentes grávidas atendidas no Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP), no biênio 1984-1985. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. P.249-55.
- Descritor: Educação sexual / Reprodução / Recomendações
- 086 BICALHO, Maria Fernanda B. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e Início do século XX. Rio de Janeiro, 1988. Dissert, (mestr.) - UFRJ. Museu Nacional.
- Descritor: História / Papéis sexuais
- 087 BILAC, Elizabete D. Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de "trabalhadores manuais" de uma cidade do Interior paulista. sao Paulo, 1983. Tese (dout.) - USP. FFLCH.
- Descritor: Trabalho / Família / Papéis sexuais
- 088 BILAC, Elizabete D. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivencia; a organização da vida familiar em uma cidade paulista. Sao Paulo, Símbolo, 1978.
- Descritor: Família / Trabalho / Papéis sexuais

- 089 BLAY, Eva A. Contradições que envolvem a trabalhadora qualificada. **Cadernos do CERU**. Sao Paulo, (8):67-81, out. 1975.
- Descritor: Trabalho / Papéis sexuais / Formação profissional
- 090 BLAY, Eva A. Mulher e ciência. Sao Paulo, 1989. mimeo. [Trabalho apresentado na 41 Reunião da SBPC. Fortaleza, 1989]
- Descritor: Cientistas / Trabalho / Estudos sobre mulher
- 091 BLAY, Eva A. **Mulher e ciência**. mimeo. [Projeto de pesquisa do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP/SP (em andamento). Apoio CNPq]
- Descritor: Cientistas / Estudos sobre mulher / Trabalho
- 092 BLAY, Eva A. **Mulher, Escola e Profissão: um estudo do ginásio Industrial feminino na cidade de Sao Paulo**. São Paulo, CERU; FELCH/USP, 1981.
- Descritor: Trabalho / Formação profissional / Segundo grau
- 093 BLAY, Eva A. **Trabalho domesticado: a Mulher na indústria paulista**. Sao Paulo, Ática, 1978.
- Descritor: Trabalho
- 094 BLAY, Eva A. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. Cadernos de **Pesquisa**. Sao Paulo, (15) 8-20, dez. 1975.
- Descritor: Trabalho / Papéis sexuais
- 095 BLAY, Eva A. Universitárias e outros tipos de trabalhadoras qualificadas na indústria paulista. Ciência e Cultura. Sao Paulo, 27(8) :801-15, ago. 1975.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho

- 096 BLAY, Eva A. & LANG, Alice B. da S.G. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de Sao Paulo. Ciência e Cultura. Sao Paulo, 36(12): 2135-43, dez. 1984.
- Descritor: Cientistas / História
- 097 BLUHENTHAL, Gladis R.W. Análise das diferenças relacionadas com o sexo no desempenho em antemática no concurso vestibular unificado e na escolha profissional do estudante. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação - 1983. Belo Horizonte, 1984. p.50.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / Orientação profissional
- 098 BOHME, Maria T.S. et al. Normas de aptidão física e crescimento físico de escolares de Viçosa-MG. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 40(7) :215, 1988.
- Descritor: Educação Física / Desempenho / Indicadores estatísticos
- 099 BONITATIBUS, Suela G. Ensino supletivo no município de São Paulo; características da clientela do ensino supletivo de 1º Grau. São Paulo, 1977. Dissert, (mestr.) - USP. Faculdade de Educação.
- Descritor: Ensino supletivo / Alunado / Primeiro grau
- 100 BORGES, Wanda R. A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público, São Paulo, Loyola, 1980.
- Descritor: História / Alunado / Formação do magistério
- 101 BRASIL. Ministério da Educação. SESu. O ensino superior no Brasil - 1974/1978; relatório. Brasília, MEC/SESu/CODEAC, 1979.
- Descritor: Terceiro grau / Alunado

- 102 BRASIL. Ministério da Educação. SESu. A evolução do alunado de ensino superior no Brasil - 1970-/1979. BOLETIM INFORMATIVO SESu. Brasília, 1980.
- Descritor: Terceiro grau / Alunado
- 103 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. DSU. FEDF. Influencia da habilitação profissional obtida através dos exames de suplência profissionalizante na auto valorização do indivíduo. Brasília, MEC, 1980.
- Descritor: Alunado / Ensino supletivo / Escolha profissional
- 104 BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Técnica de Saúde Escolar. Programa: Educação em Saúde. Brasília, 1988.
- Descritor: Saúde
- 105 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento. Retrato Brasili educação, cultura, desporto 1970/1990. Brasília, s.d.
- Descritor: Indicadores estatísticos / Alunado / Educação física
- 106 BRASIL. Ministério da Saúde - DST Aids. Relatório das reuniões sobre a implantação de programas educativos de sexualidade humana e DST/AIDS es escolas de 1ºe 2º Graus realizadas es 7 e 8 de saio de 1987. mimeo.
- Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 107 BRASIL. Ministério da Saúde; BRASIL. Ministério da Justiça. Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987. Brasília, MS/Centro de Documentação, 1989.
- Descritor: Alunado / Drogas

- 108 BRASIL. Ministerio do Trabalho. A formação **profissional da mulher trabalhadora no Brasil**. Rio de Janeiro. MTB; SENAI, SENAC, 1976.
Descritor: Formação profissional
- 109 BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI da mulher. Brasília. 1978.
Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 110 BRASLAVSKI, Cecília. Mujer y educación: desigualdades educativas en **América** Latina y el Caribe. Santiago de Chile, UNESCO, 1984.
Descritor: Educação comparada / Alunado / Magistério
- 111 BRENES, L.F.V. et al. Drogas ilícitas entre universitarios. Revista AMRIGS. 30:140-43. 1986.
Descritor: Alunado / Drogas
- 112 BRISOLLA, Sandra de N. **Formas** de inserção da mulher no mercado de trabalho - o caso do Brasil. Campinas, 1982. Tese (dout.) - UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Papéis sexuais
- 113 BRITO, Manuel B. O professor no ensino de 1º e 2º Graus. Inter-Ação. Goiânia, (2):1-38, s.d.
Descritor: Formação do magistério / Primeiro grau / Segundo grau
- 114 BRITO, Rosineide S. de. Adolescentes: gravidez e heterossexualidade; conhecimentos sobre concepção e anticoncepção, uso de anticonceptivos. Sao Paulo, 1985. Dissert. (mestr.) - Escola Paulista de Medicina.
Descritor: Alunado / Reprodução

- 115 BRITTO, Luiz N. de & FLAVO, Licia Q. (orgs.).
População, educação, emprego. Salvador, UFBA,
1980.

Descritor : Reprodução / Oportunidades
educacionais / Trabalho
- 116 BROD, Maria Ignez S.S. **Estudos sobre uma
estratégia de atualização de** professores. Rio
de Janeiro, 1983. Dissert, (mestr.) - FGV/RJ.
IESAE.

Descritor: Formação do magistério / Primeiro
grau
- 117 BRUSCHINI, Cristina. Alguns pontos para reflexão.
In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de
Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador,
maio/jun. 1984. p.7-14.

Descritor: Estudos sobre mulher
- 118 BRUSCHINI, Cristina. Alguns riscos da educação
sexual nas escolas. Psicologia e Comportamento.
Sao Paulo, :57-8, maio/jun. 1984.

Descritor: Educação sexual
- 119 BRUSCHINI, Cristina. O cotidiano em famílias
urbanas. São Paulo, Fundação Carlos Chagas,
1984. [Relatório de pesquisa]

Descritor: Trabalho / Família / Papéis sexuais
- 120 BRUSCHINI, Cristina. Mulher e ensino
profissionalizante. s.l, s.d. mimeo.

Descritor: Formação profissional
- 121 BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho:
engenheiras, enfermeiras e professoras.
Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (27):3-i8,
dez. 1978.

Descritor Trabalho / Magistério / Segundo grau

- 122 BRUSCHINI, Cristina. **Mulher • trabalhos uma avaliação da década da mulher**, São Paulo, Nobel, CECF, 1985.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 123 BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. Sao Paulo em Perspectiva**. Sao Paulo, 2 (1):35-40, Jan./abr. 1986.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 124 BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. In: CARVALHO, Nanci V. **A condição feminina**. São Paulo, Vértice, 1988.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 125 BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e Trabalhos uma avaliação da década da mulher 1975 a 1985**. Sao Paulo, CECF; Nobel, C19853.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 126 BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, família e trabalho noe anos setenta e oitenta**, sao Paulo, 1989. mimeo.
- Descritor: Família / Trabalho
- 127 BRUSCHINI, Cristina. **Sexualização das ocupações: o caso brasileiro**. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (28):5-20, mar. 1979.
- Descritor: Trabalho / Magistério / Segundo grau
- 128 BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais**. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas/DPE, 1989.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução

129 BRUSCHINI, Cristina. Trabalho da mulher: igualdade ou proteção?. **Cedernos de Pesquisa**. Sao Paulo, (61) 58-67, maio 1987.

Descritor: Trabalho / Magistério / Papéis sexuais

134 BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e renda. In: ROSEMBERG, Fulvia. **Políticas públicas e a condição feminina**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983. p.6-9.

Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos

Í3Í BRUSCHINI, Cristina. Vocaçõo ou profissõo. **ANDE**. Sao Paulo, (2):71-4, 1981.

Descritor: Magistério / Trabalho

Í32 BRUSCHINI, Cristina (coord.). Educaçõo sexual: instrumento de democratizaçõo ou de mais repressõo?. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, (36):100-1, fev. 1981. [Mesa redonda apresentada na XXXII Reuniõo da SBPC, Rio de Janeiro jul. 1984]

Descritor: Educaçõo sexual / Recomendações

133 BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. Estudos sobre a mulher e educaçõo: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**. Sao Paulo, (64):4-13, fev. 1988.

Descritor: Magistério / Indicadores estatísticos / Bibliografia

134 BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. **The gap between woman's studies and educational research in Brazil: some questions on teaching**. sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1987. mimeo. [Apresentado no INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLDWIDE EDUCATION FOR WOMEN. Massachusetts, Mount Holyoke College, nov. 1987]

Descritor: Magistério / Indicadores estatísticos / Bibliografia

- 135 BRUSCHINI, Cristina & BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. Gravidez na adolescência. Brasília. IPLAN/IPEA; UNICEF; Fundação Carlos Chagas, 1986. p.29-54.
- Descritor. Educação sexual / Reprodução
- 136 BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG, Fulvia. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG, Fulvia (org.). Trabalhadoras do Brasil. Sao Paulo, Brasiliense; Fundação Carlos Chagas, 1982. p.9-22.
- Descritor: Trabalho
- 137 BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG, Fulvia (org.). Trabalhadoras do Brasil. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1982.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 138 BRUSCHINI, Maria Cristina A. Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo. São Paulo, 1986. Tese (dout.) - USP. FFLCH.
- Descritor: Trabalho / Família / Papéis sexuais
- 139 BRUSCHINI, Maria Cristina A. Mulher e trabalho: estudo de algumas profissões de nível universitário. Sao Paulo, 1977. Dissert. (mestr.) - USP. FFLCH.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho
- 140 BUCHER, R.E. & TOTUGUI, M.L. Conhecimento e uso de drogas entre alunos de Brasília. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 3:178-94, 1987.
- Descritor: Alunado / Drogas
- 141 BUCHER, R.E. & TOTUGUI, M.L. Conocimiento y uso de drogas entre alumnos de Brasilia. Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina. Buenos Aires, 24:112-26, 1988.
- Descritor- Alunado / Drogas

- 142 CABRAL, Ruth. **Relação** entre aspectos **cognitivos** • afetivo-emocionais da aprendizagem. Porto Alegre, 1987- Dissert, (mestr.) - UFRGS.
Descritor: Alunado
- 143 CADERNOS DE PESQUISA. Fundação Carlos Chagas. Sao Paulo, n. 15, 1975. [Número especial sobre mulher]
Descritor: Trabalho / Papéis sexuais / Indicadores estatísticos
- 144 CADERNOS DE PESQUISA. Fundação Carlos Chagas. Sao Paulo, n. 54, 1985. [Número especial sobre mulher organizado por Cristina BRUSCHINI e Cynthia SARTI]
Descritor: Estudos sobre mulher
- 145 CALIGARY, Ana I. O fenômeno da identificação em adolescentes filhos de mães que trabalham fora do lar. Porto Alegre, 1975. Dissert. (mestr.) - PUC/RGS.
Descritor: Família / Papéis sexuais
- 146 CAMPOS, Maria Cristina S. de S. Educação: agentes formais e informais. Sao Paulo, EPU, 1985.
Descritor: Alunado / Magistério / Segundo grau
- 147 CAMPOS, Maria Cristina S. de S. Passado e presente da formação dos professores no Brasil: **uma** análise das relações entre formação dos professores e processo de modernização da sociedade. 1985. Tese (dout.) - Universidade de Duisburg.
Descritor: Formação do magistério / História
- 148 CAMPOS, Maria M.M.C. Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. Sao Paulo, 1982. Tese (dout.) - USP. FFLCH.
Descritor: Trabalho / Família / Movimento de mulheres

- 149 CAMPOS, Maria M.M.C. Participantes ou marginais: estilos de socialização em famílias de Sao Paulo e Brasília. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (14)set. 1975.
- Descritor: Papéis sexuais / Família
- 150 CAMPOS, Maria M.M.C. Perguntas a partir de uma tentativa de síntese. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.78-80.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 151 CAMPOS, Maria M.M.C. & ESPOSITO, Yara L. Relação entre sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (15):37-46. dez. 1975.
- Descritor: Papéis sexuais / Orientação profissional / Família
- 152 CAMPOS, Terezinha CP. A representação de idade sexo nas fotografias de anuncios de publicidade: estereótipos socializadores. Sao Paulo, 1983. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Papéis sexuais
- 153 CANDAU, Vera M.F. (coord.). Novos rusos da licenciatura. Brasília; [Rio de Janeiro], INEP; PUC, 1987.
- Descritor: Magistério / Formação do magistério
- 154 CANESIN, Maria Tereza & LOUREIRO, Walderês N. Império: a proposta de uma escola normal. Inter-ação. Goiás, 9-10(1-2): 1-37, 1985/1986.
- Descritor: História / Legislação / Magistério
- 155 CANESQUI, Ana Maria. A educação sexual que gostaríamos de ter. In: CONFERENCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1. Sao Paulo, 1980- Anais. P.360-72.
- Descritor: Educação sexual / Reprodução / Recomendações

- 156 CANESQUI, Ana Maria. Práticas pedagógicas referentes à sexualidade e à reprodução. **Educação e Sociedade**. Sao Paulo, (14) 60-70, abr. 1983.
- Descritor Educação sexual / Reprodução / Recomendações
- 157 CANFIELD, Jefferson T. et al. Diretrizes de implantação e implementação da educação física na educação pré-escolar e no ensino de primeira à quarta série do primeiro grau. **Boletim Fiep**. Brasília, 52(3):29-36, set. 1983.
- Descritor: Educação Física / Primeiro grau / Legislação
- 158 CANTARINO FILHO, Mário R. **A educação física no Estado Novo: história e doutrina**. Brasília, 1982. Dissert, (mestr.) - UnB.
- Descritor: Educação Física / História
- 159 CANUTO, Vera R.A- **A mulher nos anos 80: a mulher e a educação no nordeste nos anos 80**. Recife, UFPE/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1988. [Relatório de pesquisa]
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 160 CARDOSO, Irede. **Mulher e trabalho: discriminação e barreiras no mercado de trabalho**. São Paulo, Cortez, 1980.
- Descritor: Trabalho
- 161 CARDOSO, Irede. **Os tempos dramáticos da mulher brasileira**. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1981.
- Descritor: História / Papéis sexuais
- 162 CARLINI, B.H. et al. O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de 1º Grau na cidade de São Paulo. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, 35:279-85, 1986.
- Descritor: Drogas / Alunado / Primeiro grau

- 163 CARLINI-COTRIM, B. & CARLINI, E.A.. O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na cidade de Sao Paulo. Parte I. estudantes de 1º e 2º Graus da rede estadual. **Revista ABP-APAL**. Sao Paulo, 9 : 49-58, 1987.

Descritor:- Drogas / Alunado

- 164 CARNEIRO, Aparecida S. Metodologia/balanco bibliográfico. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.15-8.

Descritor: Estudos sobre mulher

- Í65 CARNEIRO, Sueli & SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. Sao Paulo, Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Descritor*. Raça / Indicadores estatísticos / Trabalho

- 166 CARNEVALE, Rita - **Economia doméstica**. s.l, s.d. mimeo.

Descritor: Economia doméstica / Currículo

- 167 CARVALHO, Célia P. de. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. Sao Paulo, Cortez; Autores Associados, 1983.

Descritor: Ensino noturno / Trabalho / Primeiro grau

- 168 CARVALHO, Célia P. de. A ilusão da escola e a **realidade do trabalho: ensino noturno de 1º Grau** de uma **unidade escolar de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, 1981. Dissert, (mestr.) - UNESP/Ribeirão Preto. Faculdade de Educação.

Descritor: Ensino noturno / Trabalho / Primeiro grau

- 169 CARVALHO, Milza A.G. Efeitos da ausencia paterna sobre o motivo de realizaçãõ: um estudo com adolescentes do 1º Grau. São Paulo, 1976. Dissert- (mestr.) - USP- Instituto de Psicologia.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Primeiro grau
- 170 CARVALHO, Iris de. Depoimento. In: BRASIL. Senado Federal- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI Sobre a situação da mulher. Brasília, 1978- p.163-67.
- Descritor: Educação Física / Papéis sexuais
- 171 CARVALHO, José J.C- de. Análise da relação entre comportamentos de professores e alunos em sala de aula. Salvador, 1975. Dissert, (mestr.) - UFBA. Faculdade de Educação.
- Descritor: Alunado / Primeiro grau / Magistério
- 172 CARVALHO, Maria E.P de. O magistério primário COBO ocupação feminina: usa análise das representações sociais de professoras primárias sobre a sua prática profissional. Campinas, 1989. Dissert, (mestr.) - UNICAMP. Faculdade de Educação.
- Descritor: Magistério / Primeiro grau / Trabalho
- 173 CARVALHO, Maria Jurema V. de. O professor estadual: um valor ameaçado: estudo sobre as condições de ensino e a Associação da Categoria Profissional do Professor Paulista. São Paulo, 1981. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Magistério / Primeiro grau / Segundo grau
- 174 CARVALHO, Maria L. de. O trabalho da mulher no Brasil: estereótipos, valores e atitudes. Boletim Técnico SENAC. Rio de Janeiro, 3(i) :21-32, jan./abr. 1977.
- Descritor: Trabalho

- 175 CARVALHO, Sônia A.CL. de. uma análise dos efeitos da interação entre sexo e desempenho escolar em relação à estrutura da imagem corporal, em alunos de 1ª série do 1º Grau das escolas estaduais de Fortaleza, CE. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Teses em educação - 1987.** Rio de Janeiro Brasília, 1988. P.106.
- Descritor: Alunado / Primeiro grau / Desempenho escolar
- 176 CASSES, Olma A. **Motivos da escolha do Serviço Social da UFSC pelos vestibulandos de 1982.** Porto Alegre, 1983. Dissert. (mestr.) - PUC/RS.
- Descritor: Orientação profissional / Vestibular
- 177 CASTELLANI FILHO, Lino. Ensaio sobre a mulher brasileira, face a legislação da educação física e do desporto. **Desporto e Lazer.** São Luiz, (MA), (8)18-21, dez. 1982.
- Descritor: Educação Física / Legislação
- 178 CASTILHO, Adail V. **Características de personalidade de estudantes de Psicologia: usa contribuição.** São Paulo, 1978. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Terceiro grau
- 179 CASTRO, Adelir M. de S. e. **Relação entre o sexo da criança e as aspirações educacionais e ocupacionais das mães, com respeito aos filhos.** Niterói, 1982. Dissert. (mestr.) - UFF. Faculdade de Educação.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Família
- 180 CASTRO, Célia L.M. de. Mestrando. Doutorando. Quem?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, 63 313-26, jan./abr. 1980.
- Descritor Formação do magistério / Terceiro grau

- 181 CASTRO, Claudio de M. et al- Determinantes de la educación em América Latinas acceso, desempenho e equidad. Rio de Janeiro, ECIEL; FGV, 1984.
Descritor: Alunado / Indicadores estatísticos
- 182 CASTRO, Claudio de M. et al. O enigma do supletivo. Brasília, MEC/SEPS, 1980.
Descritor: Ensino supletivo
- 183 CASTRO, Claudio M. Depoimento. In: ROSEMBERG, Fulvia (org.). Políticas públicas e a condição feminina. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983- p.28-9.
Descritor: Oportunidades escolares / Desempenho escolar / Família
- 184 CASTRO, Maria Ceres S. O planejamento que (nos) convém: um estudo da transfiguração da educação superior no Brasil. Belo Horizonte, 1982. Dissert. (mestr.) - UFMG. Faculdade de Administração Escolar.
Descritor: Terceiro grau
- 185 CATANI, Denise B. Educadores a meia luz (estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficiente do Professorado Publico de São Paulo: 1902-1918). sao Paulo, 1989. Tese (dout.) - USP. Faculdade de Educação.
Descritor: Magistério / Trabalho / Política
- 186 CAVALCANTI, Zenaide G.M. Fatores relacionados à satisfação do orientador educacional no trabalho. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação. Belo Horizonte, 1983. p.30.
Descritor: Trabalho / Primeiro grau
- 187 CAVASINI, Sandra M. Efeito da situação de platéia, selecionada através da sociometria e relacionada a características de personalidade. In: CENTRO DE ESTUDOS DO LABORATORIO DE APTIDÃO FISICA DE SAO CAETANO DO SUL. CELAFISCS Dez anos de contribuição às Ciências do Esporte. são Caetano do Sul, 1986. p.392-6.
Descritor: Educação Física

- 188 CAVASINI, Sandra M- & MATSUDO, Victor K.R. Métodos simples de avaliação psicológica na área das atividades físicas e esportivas- Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Sao Paulo, 1 (3):16-20, 1980.
- Descritor:- Educação Física
- 189 CENTRO BRASILEIRO DE ANALISE E PLANEJAMENTO CEBRAP. Pesquisa nacional sobre reprodução humana. Sao Paulo, CEBRAP, 1982.
- Descritor:- Reprodução
- 190 CENTRO MATERNO INFANTIL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR. Investigaçelo sobre saúde reprodutiva do Jovem na cidade de São Paulo : relatório preliminar. Sao Paulo, CMI - Planejamento Familiar, 1988.
- Descritor: Reprodução / Educação sexual / Drogas
- 191 CHAGAS, Valnir. Formação do magisterio. Sao Paulo, Atlas, 1976.
- Descritor: Formação do magistério
- 192 CHAIA, Miguel. Grau de escolarização e instrução no mercado de trabalho. Pesquisa de emprego e desemprego. SEADE. Sao Paulo, (17)19-27, 1986.
- Descritor: Raça / Trabalho / Indicadores estatísticos
- 193 CHAIA, Miguel W. Negro, mercado de trabalho e educação na Grande Sao Paulo. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (63):17-8, nov. 1987.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Raça
- 194 CHAIM, Célia. Em casa quem manda é o papai. Mulherio. Sao Paulo, 1(4)nov./dez. 1981.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais

- 195 CHANG, Ligia. Medidas de apoio para a formação e o emprego profissional feminino- Boletim Técnico SENAC. Rio de Janeiro, 3(i).97-110, jan./abr. 1977.
Descritor: Trabalho / Formação profissional
- 196 CHANG, Ligia. Planificação e organização da formação profissional feminina. Boletim Técnico SENAC. Rio de Janeiro, 3(i):71-96, jan./abr. 1977.
Descritor: Trabalho / Formação profissional
- 197 CHAUI, Marilena. Educação sexual:- instrumento de democratização ou de mais repressão?. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (36):101-3, fev. 1981. [Mesa redonda apresentada XXXII Reunião da SBPC, Rio de Janeiro jul. 1980]
Descritor- Educação sexual / Recomendações
- 198 CHIAPPARI, Maria G.H. Um estudo da necessidade do grupo INRC para a formação da estrutura do reticulado. Sao Paulo, 1981. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
Descritor". Primeiro grau / Desempenho escolar
- 199 CIANCIARULLO, Tamara I. Validade de um instrumento de coleta de dados sobre alguns aspectos da saúde da mulher. Sao Paulo, 1981. Tese (dout.) - Escola de Sociologia e Política.
Descritor: Saúde / Reprodução
- 200 CLOSS, Iria G. Mestrado em educação no Brasil: retenção e produtividade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (27):41-57, dez. 1978.
Descritor: Alunado / Indicadores estatísticos
- 201 COLUSSI, Maria de S. Um estudo estatístico da prontidão para alfabetização. Araraquara, 1977. Dissert. (mestr.) - UNESP/Araraquara. FFCL.
Descritor: Alunado / Desempenho escolar

- 202 COMANDULE, Maria Elenice Q. Caracterização psicológica infantil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. P.70.
- Descritor: Alunado
- 203 COMISIÓN ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. El decenio de la mujer en el escenario Latinoamericano: realidades y perspectivas. Santiago de Chile, ONU, 1986.
- Descritor: Educação comparada
- 204 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. Olhos abertos para crescer. Em **dia com a** mulher. Brasília, (i)mar. 1986.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 205 CORNELLY, Therezinha D.F. Alguns **elementos** introdutórios ao estudo do problema relativo à formação profissional feminina. **Veritas. Porto Alegre**, 26(103):294-311, set. 1981.
- Descritor: Formação profissional
- 206 CORONA, Lúcia CG. & NAGUEL, Lízia H. Preconceitos e estereótipos em professores e alunos. Petrópolis, Vozes, 1978.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Magistério
- 207 CORREA, Ely de O.M. de A. A escolha profissional es relação a áreas de interesse, motivos de preferências e razões de êxito na profissão: estudo de adolescentes estudantes na cidade de Botucatu. Sao Paulo, 1976. Dissert, (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Alunado / Segundo grau / Papéis sexuais

- 208 CORREA, Ely de O.M. de A. Interesses, aspirações e expectativas profissionais de estudantes universitários: Campus de Botucatu. Sao Paulo, 1985. Tese (dout.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descrito: Alunado / Terceiro grau / Papéis sexuais
- 269 CORREA, Mariza. Estrutura & circunstâncias. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.34-41.
- Descritor- Estudos sobre mulher
- 210 CORVALAN, Graziella. Estado del arte sobre mujer y educación en América Latina y el Caribe. Asunción, REDUC, 1989.
- Descritor: Bibliografia / Educação comparada / Alunado
- 211 COSER, Silvana M.L. Educação de meninos e meninas. In: SILVA, Lea M. da (coord.). A mulher e a cultura. Belo Horizonte, UFMG/Núcleo de Pesq. e Estudos sobre a Mulher, 1987. p.42-52.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado
- 212 COSTA, Albertina de O. O adolescente perante as leis. Gravidez na adolescência. Brasília, IPLAN/IPEAI UNICEF; Fundação Carlos Chagas, 1986. p. 17-28.
- Descritor: Reprodução
- 213 COSTA, Albertina de O. Candidatas, eleitoras e feministas: questões sobre a representação feminina. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989. [Pesquisa em andamento]
- Descritor: Política / Indicadores estatísticos
- 214 COSTA, Albertina de O. E viável o feminismo nos trópicos? resíduos de insatisfação - Sao Paulo, 1970. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (66) :25-40, ago. 1988.
- Descritor: Estudos sobre mulher / Feminismo

- 215 COSTA, Albertina de O. Estudos sobre a Mulher: pauta de inquietações. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador» maio/jun. 1984. p.89-92.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 216 COSTA, Albertina de O. et al. Pesquisa sobre mulher no Brasil: uma visão preliminar. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 217 COSTA, Albertina de O. et al. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (54).5-15, ago. 1985.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 218 COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (org.). Rebelia e submissão; estudos sobre condição feminina. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 219 COSTA, Ana Maria I. da. A escola na República Velha: expansão do ensino primário em Sao Paulo. Sao Paulo, EDEC, 1983.
- Descritor: História / Indicadores estatísticos / Legislação
- 220 COSTA, Anna E.B. da. Contribuido da psicologia para compreensão do processo de socialização escolar na manutenção e/ou transmissão de atitudes de estereótipos relacionados é afetividade sexual e suas implicações com a prática pedagógica. Belo Horizonte, 1981. Tese (prof. titular) - UFMG. FAFICH.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Primeiro grau

- 221 COSTA, Anna E.B. da. Menino, bom em matemática?
Menina, em comunicação e expressão? Até quando?.
Ciência e Cultura. Resumos. São Paulo, 35(7)
138, Jul. 1983.
- Descritor: Desempenho escolar / Primeiro grau /
Alunado
- 222 COSTA, Antonio CS. Estereótipos de gênero e
Identidade social: **uma** análise em termos de
estrutura e contendo. Sao Paulo, 1986. Dissert,
(mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Terceiro
grau
- 223 COSTA, M.J.T.O. et al. Investigação sobre
farmacodependência na população escolar da
cidade de Sao Paulo. Revista do IMESC. Sao
Paulo, 2:4-62, 1979.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 224 COSTA, Niobe M. Educação artística: situação no
primeiro segmento das escolas de 1º Grau do
município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,
1985. Dissert. (mestr.) - UFRJ.
- Descritor: Educação artística / Primeiro grau
- 225 CRESCENTI, Maria Thereza C. A mulher na sociologia
brasileira. Cadernos do CERU. Sao Paulo, (8)
:7-31, out. 1975.
- Descritor: Trabalho / Educação religiosa /
Papéis sexuais
- 226 CROCHIK, José L. uma proposta de análise da
formação do psicólogo em nossa realidade. Sao
Paulo, 1985. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto
de Psicologia.
- Descritor: Trabalho / Terceiro grau

- 227 CRUZ NETO, Isidoro. Ascensão social do negro através do desporto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE - REGIAO NORTE/NORDESTE. Anais. Sao Luiz, 1986.
- Descritor: Educação física / Discriminação racial
- 228 CRUZ NETO, Isidoro. A mulher negra: de doméstica a desportiva. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 6. Friburgo, 1982. 1982.
- Descritor: Raça / Educação física
- 229 CRUZ, Maria Yvoneti da. Influências atuantes nas expectativas e percepções a respeito de funções de supervisão escolar entre professores e especialistas de educação. Campinas, 1981. Dissert, (mestr.) - UNICAMP.
- Descritor: Magistério
- 230 CRUZ, Yolanda J. da. Adequação do material didático do MOBRAL aos alunos e atitudes de professores. João Pessoa, 1979. Dissert. (mestr.) - UFPB. Centro de Educação.
- Descritor:- Livros didáticos / Educação de adultos
- 231 CUNHA, Luis Antônio CR. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. Debate e Crítica. 5:27-58, 1975.
- Descritor: Terceiro grau / Alunado
- 232 CURI, Paulo R. Caracterização geral do universitário da UNESP, Campus de Botucatu-SP, 1980. Ciência e Cultura. Sao Paulo, -33(9) : 1239-45, set. 1981.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / Indicadores estatísticos
- 233 CYSNEIROS, Elza D.M. Professora: profissão?. Revista da Faculdade de Educação da UFF. Niterói, 7(2).86-7, jul./dez. 1980. [Resenha]
- Descritor: Escolha profissional / Formação do magistério

- 234 CYSNEIROS, Elza D-M- Professoral profissão?.
Niterói, 1980. Dissert- (mestr.) - UFF. Centro
de Estudos Sociais.

Descritor: Magistério / Papéis sexuais
- 235 D'AMORIM, Maria A. Atitudes de pais e professores
em relação à educação sexual nas escolas de 1º
Grau. Arquivos Brasileiros de Psicologia
Aplicada. Rio de Janeiro, 34(3).12-7, jul./set.
1982.

Descritor: Educação sexual / Papéis sexuais /
Família
- 236 DAMACENO, Maria N. A percepção da função do
supervisor escolar. Educação em Debate.
Fortaleza, 4(4): 17-47. 1986.

Descritor: Trabalho
- 237 DAVIS, Claudia. Estudo de caso: a prática
pedagógica numa escola rural do Piauí. Sao
Paulo, Fundação Carlos Chagas; MEC/SEE; UFC,
1988. [Relatório Técnico de Avaliação da
Educação no Nordeste Brasileiro]

Descritor: Educação rural / Magistério /
Primeiro grau
- 238 DAVIS, Claudia L.M. Vida e escola Severina: um
estudo da prática pedagógica em uma escola rural
do Piauí. sao Paulo. 1988. Tese (dout.) - USP.
Instituto de Psicologia.

Descritor: Educação rural / Alunado / Família
- 239 DE LAZARI, Joana S. Do palco ao canaria: a mulher
em cena. Porto Alegre, 1987. mimeo. [Projeto
de pesquisa a ser desenvolvido na Faculdade de
Educação da UFRGS]

Descritor: Papéis sexuais / Magistério
- 240 DE MARCHI, Adriano. Desenvolvimento vocacional em
comunidade rural e urbana. Porto Alegre, 1982.
Dissert, (mestrado) - UFRGS.

Descritor: Alunado / Segundo grau / Orientação
profissional

- 241 DE ROSE, E.H. et al. Estudo antropométrico de atletas participantes da modalidade de atletismo dos IX Jogos Escolares de Curitiba (1978). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 1. SIMPOSIO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 7. Sao Caetano do Sul, 3-6 set. 1979.
- Descritor: Educação física / Alunado
- 242 DE ROSE, R.C.F. & DE ROSE, E.H. Influência do fator sócio-econômico no desenvolvimento somático e neuro-motor do pré-escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Sao Paulo, 1 (3).21-25, 1980.
- Descritor: Pré-escola / Educação Física / Desempenho
- 243 DEBLE, Isabelle. La escolaridad de las mujeres; estudios internacional comparativo de la merma del alumnado femenino y masculino en la enseñanza de primero y segundo grado. Paris, UNESCO, 1980.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Primeiro e segundo graus
- 244 DEMARTINI, Zeila de B.F. (coord.). Velhos mestres de novas escolas; um estudo das memórias de professores da 1 República em São Paulo. Sao Paulo, CERU; INEP, 1984.
- Descritor: História / Magistério / Reformas educacionais
- 245 DEMARTINI. Zeila de B.F. et al. Educando para o trabalho. Família e escola como agências educadoras. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasil ia, 64(148):217-33, set./dez. 1983.
- Descritor: Família / Trabalho
- 246 DIAS, Denise T. de V. Problemas de supervisão segundo a percepção dos supervisores escolares. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.5i.
- Descritor: Trabalho / Primeiro e segundo graus

- 247 DIAS, José A. & MARTELLI, Anita F. **Caracterização** dos candidatos ao vestibular. Sao Paulo, USP. Faculdade de Educação, 1978.
 Descritor. Vestibular / Indicadores estatísticos
- 248 DIAS, Maria I.P. O cavaleiro da triste figura. ANDE. Sao Paulo, 1(4):4-7, 1982.
 Descritor: Magistério / Trabalho
- 249 DOHINGUES, José L. O cotidiano da escola de 1: Grau. São Paulo, 1985. Tese (dout.) - PUC/SP.
 Descritor:- Primeiro grau / Magistério / Alunado
- 250 DUARTE, Lindar. Educação sexual e instrução sexual. Educação. Fortaleza, 1(2):13-4, nov./dez. 1983.
 Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 251 DUCCI, Maria Angélica. Formação profissional feminina; repercussões sociais no mercado de trabalho. Boletim Técnico SENAC. Rio de Janeiro, 3(i):45-70, jan./abr. 1977.
 Descritor: Trabalho / Formação profissional
- 252 DUCCI, Maria Angélica & CHANG, Ligia. Realidad del empleo y la formación profesional de la mujer en América Latina. Montevideo, CINTERFOR, 1977.
 Descritor: Trabalho / Formação profissional
- 253 DUEMKE, Rachel M.B. Supervisão escolar e avaliação do rendimento - uma medida da realidade. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPed. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro analisados na disciplina Moral e Civica. Ciência e Cultura. **Resumos**. Sao Paulo, 32(7):726, jul. 1979.
 Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 260 ESCOLA DE PAIS DO BRASIL. Educação e Sexualidade Hoje. s.l, Alme'd , 1982.
 Descritor: Educação sexual
- 261 ESTANISLAU, Lídia A. Da cigarra à formiga: um estudo do trabalho feminino em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1981. Dissert, (mestr.) - UFMG Faculdade de Educação.
 Descritor: Trabalho / Orientação profissional

- 262 PAGALI, Eloisa Q. Necessidades expressas por estudantes do 1º Grau com sucesso e insucesso escolar e opinião do corpo orientador de escola sobre as aspirações dos alunos: estudo realizado numa escola municipal situada na periferia de São Paulo. São Paulo, 1980. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Desempenho escolar / Primeiro grau
- 263 FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. São Paulo, Cortez, 1984.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Magistério
- 264 FARIA, Ana Lúcia G. de. O trabalho: uma análise da ideologia do livro didático. São Carlos, 1980. Dissert. (mestr.) - UFSCar. Centro de Educação e Ciências Humanas.
- Descritor:- Livros didáticos / Papéis sexuais / Magistério
- 265 FARIA, Lia C.M. de et al. Quem é essa mulher que se torna professora: o atual perfil da professora pública primária do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988. mimeo. [Projeto apresentado no V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor:- Magistério / Primeiro grau
- 266 FARIAS, Manoel S. Formação de professores nas quatro primeiras séries do 1º Grau no Estado do Acre. São Paulo, 1983. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Formação do magistério
- 267 FEIJO, Ivan L. O descaso da escola pública - as condições de vida e de trabalho da professora primária. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED e INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. Teses em educação - 1987. Rio de Janeiro Brasília, 1988. p.46.
- Descritor' Magistério / Primeiro grau

- 268 FELDENS, Maria das Graças F. A educação de professores no Brasil:- tendências, questões e prioridades. **Revista Universitária Aveiro**. Porto Alegre, 5(1-2): 61-81, 1984.
- Descritor: Formação do magistério
- 269 FELDENS, Maria das Graças F. **Percieved** problems of teachers: the Brazilian case. Harpers Ferry. 1983. mimeo. [Apresentado no 3rd International Seminar on Teaching Education]
- Descritor: Magistério
- 270 FELDENS, Maria das Graças F. Research and evaluation of teacher education in Brazil. In: ICET WORLD ASSEMBLY, 29. Rome, 1982.
- Descritor. Magistério
- 271 FERNANDES, Emilia M.V. Um estudo do traço de ansiedade numa população de professores universitários. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPed. **Teses em educação**. Belo Horizonte, 1983. **p.14**.
- Descritor: Magistério / Terceiro grau
- 272 FERNANDEZ, Sen ira A.F. A adolescente: comportamento sexual. são Paulo, 1982. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Educação sexual / Alunado / Papéis sexuais
- 273 FERREIRA, Maria Luiza A.C. Alunos da suplência de primeiro grau em periferia urbana: um estudo exploratório. Belo Horizonte, 1980. Dissert. (mestr.) - UFMG.
- Descritor: Ensino supletivo / Primeiro grau / Alunado
- 274 FERREIRA, Nilva P. uma gravidez de alto risco? Um balanço. Gravidez na adolescência. Brasília, IPLAN/IPEA; UNICEF; Fundação Carlos Chagas, 1986. p.83-93.
- Descritor: Reprodução

- 275 FERRETTI, Celso J. A mulher e a escolha vocacional. **Cadernos de Pesquisa.** Sao Paulo, (16):20-40, mar. 1976.
- Descritor: Vestibular / Orientação profissional / Papéis sexuais
- 276 FERRETTI, Celso J. **Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas.** Sao Paulo, Cortez; Autores Associados, 1988.
- Descritor: Trabalho / Formação ocupacional
- 277 FERRUA, Leila H. **Educação sexual: análise crítica de uma experiência.** Campinas, 1980. Dissert. (mestr.) - PUC/Campinas. Psicologia Clínica.
- Descritor:- Educação sexual / Alunado / Recomendações
- 278 FIGUEIREDO, Maria Aparecida de. **O normalista; expectativas da formação e da profissão.** São Carlos, 1980. Dissert, (mestr.) - UFSCar.
- Descritor:- Formação do magistério / Segundo grau
- 279 FRANCA, Jussara. **Sexismo nas escolas.** Belo Horizonte, 1988. mimeo. [Projeto apresentado ao V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 280 FRANCO, Maria A.C. **A prática educativa da USU e suas interfaces com a evolução histórica da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, Univ. Santa Ursula, 1982. mimeo.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / História
- 281 FRANCO, Maria Laura B. O livro didático de História do Brasil: algumas questões. **Cadernos de Pesquisa.** Sao Paulo, (41):22-7, maio 1982.
- Descritor- Livros didáticos / Papéis sexuais

- 282 FRANCO, Sílvia C. Livros didáticos não discriminativos- Ciência • Cultura. Sao Paulo, 35(10) 1573-4, out. 1983.
Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 283 FRANCO, Sílvia C. A mulher e o livro didático. 1983. mimeo.
Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 284 FREITAG, Bárbara et al. O estado da **arte** do livro didático no Brasil. Brasília, REDUC; INEP, 1987.
Descritor: Bibliografia / Livros didáticos / Papéis sexuais
- 285 FREITAG, Bárbara et al. Livro didático em questão. Sao Paulo, Cortez, 1989.
Descritor: Livros didáticos / Bibliografia
- 286 FREITAS, Sílvia W.D. de. Trabalho e educação da mulher economicamente ativa: RS, 1970. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Em EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.52.
Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 287 FUKUI, Lia F.G. Os papéis sexuais na organização familiar de famílias tradicionais no Brasil. Cadernos CERU. Sao Paulo, (8):33-66, out. 1975.
Descritor: Papéis sexuais / Família
- 288 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Avaliação da revista Nova Escola: desencontros numa tentativa de comunicação com/entre professores. Sao Paulo, 1989. mimeo.
Descritor: Papéis sexuais / Magistério

- 28? FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher Brasileiras bibliografia **anotada** v.2. são Paulo, Brasiliense, 1981.
- Descritor:- Bibliografia
- 290 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher Brasileira; bibliografia anotada v.1. são Paulo, Brasiliense, 1979.
- Descritor: Bibliografia
- 291 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; IPEA; IPLAN; UNICEF. Gravidez na adolescência. Brasília, 1986
- Descritor: Educação sexual / História / Recomendações
- 292 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação. Representações e expectativas de professores de 1º Grau sobre aluno pobre, a escola e sua prática docente. Sao Paulo, 1983.
- Descritor:- Alunado / Primeiro grau / Magistério
- 293 FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO ~ FUNDAP. Situação de trabalho de ex-residentes: a Inserção das médicas residentes no mercado de trabalho. Sao Paulo, 1988.
- Descritor: Trabalho / Terceiro grau
- 294 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes (1981, 1983 e 1986). Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- Descritor: Alunado / Indicadores estatísticos
- 295 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas - 1970/1977. Rio de Janeiro, IBGE; UNICEF, 1982.
- Descritor: Alunado / Indicadores estatísticos

- 296 GALDI, Enori H.G. et al. Análise do resultado de um programa de capacitação aeróbica em universitárias da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 40(7):183, jul. 1988.
- Descritor: Educação Física / Alunado / Terceiro grau
- 297 GALDI, Enori H.G. & MOREIRA, Zwinglio W. Análise dos resultados de um programa teórico sobre resistência muscular localizada e capacidade anaeróbica em universitárias da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 1988.
- Descritor: Educação física
- 298 GALHEIGO, Ana M. O planejamento curricular como mecanismo de democratização do ensino; estudo exploratório do caso dos cursos de suplência do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1984. Dissert, (mestr.) - PUC/RJ.
- Descritor: Ensino supletivo
- 299 GASTALDELLO, Maria Eugênia T. Dominação-submissão em professores universitários: diferenças por áreas de ensino. Porto Alegre, 1981. Dissert. (mestr.) - UFRGS.
- Descritor: Papéis sexuais / Magistério / Terceiro grau
- 300 GATTI, Bernardete. Alguns dados comparativos sobre os exames supletivos de 1º e 2º Graus no Estado de Sao Paulo. Educação e Seleção. Sao Paulo, <5>:63-9, jan./jun. 1982.
- Descritor: Ensino supletivo / Primeiro grau / Segundo grau
- 301 GATTI, Bernardete. Os exames supletivos de 1º Grau no Estado de São Paulo - 1978. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1978.
- Descritor: Ensino supletivo / Primeiro grau

- 302 GATTI, Bernardete. Os exames supletivos de 1º Grau no estado de São Paulo - 1981. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1981.
Descritor*. Ensino supletivo / Primeiro grau
- 303 Gatti, Bernardete. Os exames supletivos de 1º grau no Estado de São Paulo - 1980. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.
Descritor: Ensino supletivo / Alunado / Primeiro grau
- 304 GATTI, Bernardete. Os exames supletivos de 2º Grau no Estado de São Paulo - 1981. são Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1981.
Descritor: Ensino supletivo / Segundo grau
- 305 GATTI, Bernardete. Os exames supletivos de 2º grau no Estado de Sao Paulo - 1980. são Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.
Descritor:. Ensino supletivo / Alunado / Segundo grau
- 306 GATTI, Bernardete & OLIVEIRA, Lólio L. de. Os exames supletivos de 1º e 2º Graus no Estado de Sao Paulo, 2º semestre 1981. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.
Descritor: Ensino supletivo / Primeiro grau / Segundo grau
- 307 GERMANO, Raimunda M. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil, são Paulo, Cortez, 1985.
Descritor: Trabalho / Terceiro grau
- 308 GIKOVATE, Flavio. Sexo e Adolescência. são Paulo, MG, 1979.
Descritor: Educação sexual

- 309 **GIL, Maria E-** O papel dos sindicatos. **Boletim Técnico SENAC.** Rio de Janeiro, 3<1).iii-5, Jan./abr. 1977.
- Descritor: Trabalho
- 310 **GOES, Zorilda S.** Descrição de intercambios verbais **monitor-alunos em classe do MOBREAL.** São Paulo, 1980. Dissert, (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Papéis sexuais / Ensino supletivo
- 311 **GOLDBERG, Anette.** **Fe»ínisso e autoritarismo: a metamorfose de usa utopia de libertação es ideologia liberalizante.** Rio de Janeiro, 1987. Dissert, (mestr.) - UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- Descritor: Estudos sobre mulher / Papéis sexuais / Alunado
- 312 **GOLDBERG, Anette.** Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo de um feminismo "bom para o Brasil". In: **BLAY, Eva A.** (org.). **Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo.** São Paulo, USP/FFLCH; Núcleo de Estudos da Mulher , 1989. p.1-45.
- Descritor: Estudos sobre mulher / Feminismo / Papéis sociais
- 313 **GOLDBERG, Maria A.A.** Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, (15) 86-123, dez. 1975.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado
- 314 **GOMES, Sônia M.T.A.** Situação de saúde de un grupo de adolescentes estudantes do bairro **dos Coelhos no Recife.** Recife, 1984. Dissert, (mestr.) - IMIP. Pediatria.
- Descritor: Saúde / Alunado

- 315 GONÇALVES, Francis L.S. Os psicólogos vulnerabilidade à crise e predominância feminina. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 36(7)1984.
Descritor: Formação profissional / Terceiro grau
- 316 GONÇALVES, Ruth P. A habilitação magistério a nível de 2º Grau em Manaus: uma opção profissional?. São Carlos, 1981. Dissert. (mestr.) - UFSCar-
Descritor: Formação do magistério / Orientação profissional
- 317 GORENSTEIN, C. et al. Uso de psicoestimulantes e energizantes por universitários. Revista da Associação Médica Brasileira. Sao Paulo, 29 :45-6, 1983.
Descritor Drogas / Alunado / Terceiro grau
- 318 GORETTI, Maria. Professora primária. Cadernos de Debates. Sao Paulo, (2)35-7, 1976.
Descritor Magistério / Primeiro grau
- 319 GOUVEIA, Aparecida J. Democratização do ensino e oportunidades de emprego. Sao Paulo, Educ-ção; Loyola, 1981.
Descritor: Trabalho / Alunado / Terceiro grau
- 320 GOUVEIA, Aparecida J. Origem social, escolaridade e ocupação. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, <32>:3-30, fev. 1980.
Descritor: Trabalho / Reprodução / Indicadores estatísticos
- 321 GRACIANO, Marília et al. Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (21) : 15-40, jun. 1977.
Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Recomendações

- 322 GRAHAM, Christine R. *Feminilidade, masculinidade e androginia em futuros educadores*. Rio de Janeiro, 1986. Dissert, (mestr.) - UFRJ.
- Descritor. Papéis sexuais / Magistério / Terceiro grau
- 323 GUASSI, Sandra R. *O perfil profissional da professora alfabetizadora, segundo seu auto-conceito*. Campinas, 1988. [Apresentado no V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor Magistério / Primeiro grau
- 324 GUEDES, Dartagnan P. *Estudo antropométrico entre adolescentes de 11 a 16 anos de ambos os sexos*. In: SIMPOSIO NACIONAL DE DOCENTES DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE GINÁSTICA, 4. Pelotas, 1983. Anais. P.13.
- Descritor: Educação física / Alunado
- 325 GUEDES, Dartagnan P. *Estudos antropométricos entre escolares*. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, 11(51):i2-7, out./mar. 1983.
- Descritor Educação Física / Alunado
- 326 GUIMARÃES, E. P. **A imagem refletida. Contribuição ao estudo dos papéis da mulher casada**. Campinas, 1978. Dissert, (mestr.) - UNICAMP.
- Descritor. Papéis sexuais / Alunado / Terceiro grau
- 327 GUIMARÃES, Manuel L.L.S. *Educação e maternidade: o projeto educacional de Anísio Teixeira*. RIO de Janeiro, 1982. Dissert, (mestr.) - PUC/RJ.
- Descritor- Papéis sexuais / História
- 328 HADDAD, Sérgio. *Diagnóstico do ensino supletivo no Brasil: período de 1971-85*. Sao Paulo, CEDI, 1987. [Relatório final de pesquisa]
- Descritor Ensino supletivo

- 329 HADDAD, Sergio. Encino supletivo no Brasil, o estado da arte. Brasília, REDUC; INEP, 1987.
Descritor Ensino supletivo / Bibliografia
- 330 HAGA, Atsuko. A participação atual da mulher no mercado de trabalho. São Paulo em Perspectiva. Sao Paulo, 2(1):5-16, jan./abr. 1986.
Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 331 HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. Sao Paulo, Brasiliense, 1981.
Descritor: História / Oportunidades educacionais / Feminismo
- 332 HENRIQUES, Maria de Lourdes & ALMEIDA Jr., José Maria G. de. Bases para uma caracterização do escolar brasileiro na faixa etária de 6 a 18 anos. CNEC. UnB. Brasília, 29(7) 203, 1987.
Descritor Primeiro e segundo grau / Alunado / Currículo
- 333 HENRIQUES, Maria Helena et al. Adolescentes de hoje, pais de amanhã: Brasil. New York, The Alan Guttmacher Institute, 1989.
Descritor: Trabalho / Educação sexual / Indicadores estatísticos
- 334 HILDEBRAND, Maria Helena B. Os deserdados da Educação Brasileira: análise das expectativas da clientela aos exames supletivos. Porto Alegre, 1985. mimeo. [Comunicação de pesquisa]
Descritor Ensino supletivo / Alunado / Primeiro grau
- 335 HILDEBRAND, Maria Helena B. Os deserdados da educação brasileira; análise das expectativas da clientela aos exames supletivos. Porto Alegre, 1984. Dissert, (mestr.) - UFRGS. Faculdade de Educação.
Descritor: Ensino supletivo / Alunado / Primeiro grau

- 336 MIRANO, Sedi et al. A universidade e a Identidade da condição estudantil: um estudo da situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP. Sao Paulo, Coord. Saúde e Ass. Social; Centro A.V. Leme , 1988.

Descritor: Saúde / Alunado / Terceiro grau

- 337 HOFF, Sandino. O ex-professor e o trabalho docente. Sao Carlos, 1980. Dissert, (mestr.) - UFSCar.

Descritor: magistério / Trabalho

- 338 HORTA, Elizabeth V. A mulher na cultura brasileira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975.

Descritor: História

- 339 HYPOLITO, Alvaro & BONATTO, Ceres T. Trabalho-educação: a questão da economia doméstica. Pelotas, 1988. mimeo. [Trabalho apresentado no V Encontro de Diretores e/ou Coordenadores de Cursos e Representantes de Classe de Economia Doméstica. Pelotas, ago. 1988]

Descritor: Economia doméstica / Formação profissional

- 340 IONESCU, Alida et al. Adolescência e gravidez. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. p.209-27.

Descritor: Reprodução

- 341 JELIN, Elizabeth. Alguns dados sobre o trabalho da mulher. Cadernos de Debates. Sao Paulo, (2) :43-7, 1976.

Descritor: Trabalho

- 342 JESUS, lima F. de & OLIVEIRA, Rachel de. **A mulher negra nos livros didáticos.** Sao Paulo, 1986. mimeo.
 Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Discriminação racial
- 343 JUNQUEIRA, Luci. Caracterização sócio-psicológica da clientela escolar de cursos supletivos e regulares de 2º Grau. Sao Paulo, 1980. Dissert, (mestr.) - USP. Faculdade de Educação.
 Descritor: Ensino supletivo / Alunado / Segundo grau
- 344 KAMPEL, Maria M. Valores significativos em adolescentes. Rio de Janeiro, 1985. Dissert. (mestr.) - UFRJ.
 Descritor: Segundo grau / Alunado
- 345 KEHL, Maria Rita. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (36):103-6, fev. 1981. [Mesa redonda apresentada na XXXII Reunião da SBPC, Rio de Janeiro jul. 19803
 Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 346 KERSTENETZKY, Issac et al. Indicadores sociais da educação. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão de Educação e Cultura. Projeto educação: conferências, pronunciamentos e depoimentos. Brasília, Senado Federal, 1979. P.17-93.
 Descritor: Indicadores estatísticos / Trabalho
- 347 KNORR, Maria Neomi de O. A profissionalização da **mulher.** RIO de Janeiro, 1981. Dissert. (mestr.) - PUC/RJ.
 Descritor: Formação profissional / Alunado
- 348 KOUSSOULA-PANTAZOPOULOU, Eleutheria. Educação e esporte na formação da mulher. B. Interc. Rio de Janeiro, 3(9):35-44, jan./mar. 1982.
 Descritor: Educação Física / Papéis sexuais

- 349 KRAYCHETE, Elsa S. Discriminação e violência contra a mulher- **Cadernos do CEAS**. Salvador, (83)71-7, jan./fev. 1983.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 350 KUDE, Vera M.M. As expectativas da professora co» relação ao aluno: Influência do sexo e dos estereótipos de papel sexual. Porto Alegre, 1986. Dissert, (mestr.) - UFRGS. Faculdade de Educação.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Magisterio
- 351 LA ROSA, Jorge. Estereótipos do papel sexual. Psico. Porto Alegre, (15):55-67, jan./mar. 1979.
- Descritor- Papéis sexuais / Alunado / Segundo grau
- 352 LA ROSA, Jorge & BONAMIGO, Eusa M.R. Influência dos estereótipos sexuais na Orientação Educacional. Prospectiva. Porto Alegre, 1(4) : 39-42, abr. 1979.
- Descritor: Orientação profissional / Papéis sexuais
- 353 LAFER, Betta M. O descondicionamento da mulher Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (18)'31-3, set. 1976.
- Descritor: Papéis sexuais
- 354 LAFER, Betty h. Em busca do feminino. Cadernos de Opinião. Rio de Janeiro, (i):57-60, 1975.
- Descritor: Papéis sexuais / Livros didáticos
- 355 LAFER, Betty M. O mundo masculino e o mundo feminino. Boletín SERASP. Sao Paulo, (2)maio 1975.
- Descritor: Papéis sexuais

- 356 LAJOLO, Marisa- Usos e abusos de literatura na escola. Rio de Janeiro; Porto Alegre, Globo, 1982.
Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / História
- 357 LAJOLO, Marisa- Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na Republica Velha. Sao Paulo, 1979. Tese (dout.) - USP. FFLCH.
Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / História
- 358 LANG, Alice B. da S.G. Aspirações à educação, à ocupação e ao êxito social. Cadernos CERI). São Paulo, (15):45-71, ago. 1981.
Descritor: Alunado / Orientação profissional
- 359 LANG, Alice B. da S.G. Aspirações à educação, à ocupação e ao êxito social na perspectiva de estudantes do 1º Grau da cidade de São Paulo, seus determinantes, seu conteúdo e seu significado. Sao Paulo, 1980. Dissert. (mestr.) - USP. FFLCH.
Descritor: Alunado / Primeiro grau
- 360 LASSANCE, Maria Célia P. A profissionalização da mulher: um estudo da identidade profissional em adultos Jovens em profissões tradicionalmente masculinas e tradicionalmente femininas. Porto Alegre, 1987. Dissert. (mestr.) -PUC/RGS.
Descritor: Orientação profissional / Papéis sexuais
- 361 LAUAR, Elizabeth CD. & MADEIRA, Antenor P. O trabalho feminino. Cadernos do Internato Rural. Belo Horizonte, 2(2/3): 39-44, jul./dez. 1983.
Descritor: Formação profissional

- 362 LEITE, João P. Cor de aluno e reação da professora na escola primária de Salvador. Salvador, 1975. Dissert- (mestr.) - UFBA. Faculdade de Educação.
Descritor: Primeiro grau / Raça
- 363 LEITE, Miriam L.M. Espaço feminino 1800-1850. Sao Paulo, USP, 1980. [Separata dos Anais do Museu Paulista, tomo XXX, p.227-40]
Descritor: História
- 364 LEITE, Miriam L.M. A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.
Descritor: História / Bibliografia
- 365 LEITE, Miriam L.M. et al. A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX. Sao Paulo, Hucitec; INL, 1984.
Descritor: História / Papéis sexuais / Oportunidades educacionais
- 366 LEITE, Miriam M. Reflexões sobre os estudos históricos da mulher. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.81-8.
Descritor: Estudos sobre mulher
- 367 LEMOS, Delba G. et al. Avaliação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, a partir do parecer nº 252/69 - egressos, 1º semestre 1975. Revista da Faculdade de Educação. Niterói, (1):45-53, jan./jun. 1980.
Descritor: Terceiro grau / Formação do magistério
- 368 LENK, Maria. Braçadas e Abraços: desde há 50 anos por amor aos desportos. Rio de Janeiro, Grupo Atlântica Boa Vista, 1982.
Descritor: Educação física / História

- 369 LENC, Maria- Depoimento. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI sobre a situação da mulher. Brasília, 1978. P.327-33.
- Descritor: Educação Física / Papéis sexuais
- 370 LENSKIJ, Tatiana. Mulher e educação na região Sul. Porto Alegre, Núcleo Interdisc, de Estudos sobre a Mulher; UFRGS, 1988. [Relatório de pesquisa]
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 371 LEWIN, Helena. Diversificação da demanda ao ensino superior: o comportamento feminino diante da carreira universitária. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 1977.
- Descritor: Alunado / Vestibular / Terceiro grau
- 372 LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. Cadernos de Pesquisa . sao Paulo, (32):45-59, fev. 1980.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 373 LEWIN, Helena. Qualificação educacional da força de trabalho no Brasil. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Encontro brasileiro de estudos populacionais. Rio de Janeiro, 1976. P.473-93.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 374 LEWIN, Helena. Qualificação educacional da força de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Rio de Janeiro, 1976. Anais. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1976. P.473-93.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos

- 375 LEWIN, Helena et al. **Análise do processo de Incorporação ao ensino superior na área do Grande Rio.** Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, 1975.
- Descritor. Terceiro grau / Indicadores estatísticos
- 376 LEWIN, Helena et al- **Mão de obra no Brasil.** Rio de Janeiro, Vozes; OIT/PUC, 1977.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 377 LEWIN, Helena et al- **Mão de obra no Brasil: um inventário crítico.** RIO de Janeiro, Vozes, 1977.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 378 LIMA, Ana A.G. de et al. **Educação sexual.** Campinas, UNICAMP/Faculdade de Educação, 1987. mimeo.
- Descritor: Educação sexual
- 379 LIMA, Lauro de O. O círculo vicioso da dominação feminina. **Ciência e Cultura. Resumos.** São Paulo, 27(7) 658, 1975.
- Descritor: Papéis sexuais
- 380 LIMA, Lauro de O. A imaturidade psicológica da mulher. **DINAMICA de grupo no lar, na empresa e na escola.** Rio de Janeiro, Vozes, s.d. P.372-82.
- Descritor:- Papéis sexuais
- 381 LIMA, Maria H.C & FERRARO, Maria L. **Educação sexual.** s.l, UFSC/Centro Acadêmico, 1989. [Pesquisa em andamento]
- Descritor: Educação sexual

- 382 LINHARES, Maria Beatriz M. Estratégias maternas utilizadas para ensinar crianças com histórias de fracasso ou de sucesso escolar, em situações estruturadas de resolução de problemas. São Carlos, 1983. Dissert, (mestr.) - UFSCar.
- Descritor: Família / Desempenho escolar / Alunado
- 383 LINO, Sonia CM. Idéias feministas no Brasil: 1918-1932. Curitiba, 1986. Tese (dout.) - UFPR.
- Descritor: Feminismo / História
- 384 LINS, Vera L. de O. Os estereótipos sexuais no livro didático. In: TOLEDO, Regina et al. A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação. Petrópolis, Vozes, 1983.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 385 LINS, Vera L. de O. et al. A dominação da mulher (os papéis sexuais na educação). Petrópolis, Vozes, 1981.
- Descritor: Papéis sexuais
- 386 LOBO, Elizabeth S. Mulheres, movimentos e pesquisa. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.165-70.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 387 LOBO, Elizabeth S. Temas prioritários en la formación curricular de Estudios de la Mujer en América Latina y el Caribe. In: SEMINARIO REGIONAL SOBRE DESARROLLO DE CURRICULUMS Y PREPARACIÓN DE MATERIALES DE ENSEÑANZA EN ESTUDIOS DE LA MUJER EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Buenos Aires, 4-7 jun. 1986. Anais.
- Descritor: Estudos sobre mulher

- 388 LOPES, Eliana M.T. Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX. Educação em Revista. Belo Horizonte, (6):28-34, dez. 1987.
Descritor: História
- 389 LOPES, Eliana H.T. Perspectivas históricas da educação. Sao Paulo, Ática, 1986.
Descritor: Historia
- 390 LOPES, Maria J. O aluno evadido de 2º Grau noturno e sua percepção da escola: um estudo de caso. Vitória, 1985. Dissert, (mestr.) - UFES. Faculdade de Educação.
Descritor: Segundo grau / Ensino noturno
- 391 LOPES, Marta J.M. O trabalho da enfermeira: nem publico nem privado - feminino, doméstico e desvalorizado. Porto Alegre, 1987. Dissert. (mestr.) - PUC/RS.
Descritor: Terceiro grau / Papéis sexuais / Orientação profissional
- 392 LOURES, Gilda P.R. Depoimento. In: ROSEMBERG, Fulvia (org.). Políticas publicas e a condição feminina. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983. p.27-8.
Descritor: Trabalho / Papéis sexuais
- 393 LOURO, Guacira L. Evolução da educação no Rio Grande do Sul (a educação feminina no Instituto de Educação de Porto Alegre). Campinas, UNICAMP, 1985. mimeo.
Descritor: História / Formação do Magistério
- 394 LOURO, Guacira L. História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Educação e Real idade Ed, 1987.
Descritor: História / Magistério

- 395 LOURO, Guacira L. Magistério de 1º Grau. um trabalho de mulher. **Educação e Realidade.** 14 (2):31-39, Jul./dez- 1989.
 Descritor: Magistério / Primeiro grau / Papéis sexuais
- 396 LOURO, Guacira L. Prendas e anti-prendas. Porto Alegre, UFRGS, 1987.
 Descritor. Historia / Alunado / Papéis sexuais
- 397 LOURO, Guacira L. Prendas e antiprendas. Educando a mulher gaucha. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, 11(2):25-56, jul./dez. 1986.
 Descritor: Magisterio / Historia
- 398 LOURO, Guacira L. Prendas e antiprendas: urna historia da educação feminina no Rio Grande do Sul. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. **Teses en** educação - 1986. Rio de Janeiro, 1987. p.92.
 Descritor: História / Formação do magistério
- 399 LUSTIG, Sílvia. Mãe, obrigada: **uma** leitura da relação mãe/filho no Suplemento Feminino do Jornal O Estado de São Paulo, 1953-1979. Sao Paulo, 1984. Dissert, (mestr.) - USP. Escola de Comunicação e Artes.
 Descritor: Família / Trabalho
- 400 MACEDO, Sônia L. Sexismo e preconceito em crianças da pré-escola. In: SILVA, Léa M. da (coord.). A mulher e a cultura. Belo Horizonte, UFMG/Núcleo de Est. e Pesq. sobre a Mulher, 1987. p.53-6.
 Descritor Pré-escola / Papéis sexuais
- 401 MACHADO NETO, Zahidé. As meninas; sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária. **Ciência e Cultura.** Sao Paulo, 32 (6).671-83, jun. 1980.
 Descritor: Trabalho

- 402 MACHADO, Joao B. **Estudo sobre a efetividade da educação física em escolas de 1º Grau da rede estadual de Curitiba.** Curitiba, 1984. Dissert. (mestr.) - UFPR.
 Descritor: Educação Física / Magistério
- 403 MADEIRA, Felicia R. Ainda a questão do trabalho doméstico x capitalismo. In: SEMINARIO ZAHIDE HACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.51.
 Descritor: Trabalho
- 404 MADEIRA, Felícia R. A esposa professora e sua terceira ou quarta jornada de trabalho. **ANDE.** Sao Paulo, 1(4):22-5, 1982.
 Descritor: Magistério / Trabalho
- 405 MADEIRA, Felicia R. A integração trabalho-escola na vida do menor. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.
 Descritor: Trabalho / Ensino noturno
- 406 MADEIRA, Felicia R. Mujer joven brasileña: la experiencia de los años setenta en los sectores populares de la ciudad de Sao Paulo. In: COMISIÓN ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Mujeres jóvenes en América Latina.** Montevideo, Arca; Foro Juvenil, 1985. P.148-219.
 Descritor: Alunado / Trabalho / Indicadores estatísticos
- 407 MADEIRA, Felicia R. **O trabalho da mulher em Fortaleza.** Mexico, 1977. mimeo. [Trabalho apresentado no I Simposio Mexicano Centroamericano de Investigación sobre la Mujer D
 Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos

- 408 MADEIRA, Felicia R. et al. Bibliografía sobre la Juventud brasileña. Montevideo, CELAJU; ICI, 1987.
- Descritor: Bibliografia
- 409 MADEIRA, Felicia R. S WONG, Laura R. Responsabilidades precoces: familia, sexualidade, Migração e pobreza na grande São Paulo. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980. mimeo.
- Descritor. Alunado / Reprodução / Indicadores estatísticos
- 410 MADRADO, Maria Helena S LEITE, Ilka B. A mulher médica e o mercado de trabalho. Cadernos do Internato Rural. Belo Horizonte, 2(3):25,37, jul./dez. 1983.
- Descritor: Trabalho / Terceiro grau
- 411 MAGALHÃES, Belmira R. da C. et al. Magistério: reprodução da discriminação feminina. 1988. mimeo. [Projeto apresentado ao V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Calos Chagas, 19883
- Descritor: Magistério / Papéis sexuais
- 412 MAGALHÃES, M.P. et al. Avaliação dos efeitos da maconha por usuários de população estudantil. São Paulo, 1988. mimeo.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 413 MAMEDE, Maria Neile de A. Desenvolvimento cognitivo e rendimento: um estudo de abordagem Piagetiana com estudantes de medicina. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação - 1984. Rio de Janeiro, 1986. p.48.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau

- 414 MARCONDES, Ruth S. (coord.). Saúde na escola: 1º Grau, livro do professor. São Paulo, IBRASA, 1977.
- Descritor. Saúde
- 415 MARINHO, Inezil P. História geral da educação Física. São Paulo, Brasil, s.d.
- Descritor: Educação física / História
- 416 MARQUES, Dirce da G.C. Causas de sucesso e fracasso escolar percebidas por alunos de 2º Grau ~ uma análise atribucional. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED ; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. Teses em educação - 1987. Rio de Janeiro Brasília, 1988. P.38.
- Descritor. Alunado / Segundo grau
- 417 MARQUES, Juracy C. & NARDINI, Helena. A mulher na carreira universitária, categorias docentes e áreas profissionais. Ciência e Cultura. São Paulo, 29(9):977-84, set. 1977.
- Descritor: Terceiro grau / Magistério / Trabalho
- 418 MARQUES, Maria D.T. Trabalho feminino e cultura. In: SILVA, Léa M. da (coord.). A mulher e a cultura. Belo Horizonte, Núcleo de Est. e Pesq. sobre a Mulher/UFMG, 1987. p.63-73.
- Descritor: Formação profissional
- 419 MARQUES, Rubens M. & BERQUO, Elza S. Modelo matemático para descrever a prolificidade das mulheres no distrito de São Paulo. A FECUNDIDADE em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas. São Paulo, CEBRAP, 1977. p.41-54.
- Descritor: Reprodução

- 420 MARTINS JUNIOR, Joaquim. Avaliação do ensino do curso de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, UEM, 1985. CH Encontro sobre Ensino de Graduação na UEM]
- Descritor: Educação física / Magistério
- 421 MARTINS, Maria Angélica R. Desenvolvimento de recursos humanos e magistério de 1º Grau (análise crítica da política de desenvolvimento do pessoal docente de 1º Grau na Secretaria de educação do Estado de S.Paulo, 1980-1982). Sao Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Magistério / Trabalho
- 422 MARTURANO, Edna M. Interação professor-aluno em condições de atendimento individualizado, um estudo exploratório. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada. Rio de Janeiro, (35) - .64-80, out./dez. 1983.
- Descritor: Papéis sexuais
- 423 MASUR, J. & JORGE, M.R. Dados relacionados a bebidas alcoólicas e alcoolismo no Brasil: uma revisão. Revista ABP-APAL. Sao Paulo, 8 :157-65, 1986.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 424 MATO GROSSO. Secretaria da Educação. Projeto Mulher e educação. Cuiabá, 1987. mimeo.
- Descritor: Papéis sexuais
- 425 MATSUDO, Víctor K.R. Impacto da menarca sobre valores de dobras cutâneas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 1; SIMPOSIO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 7. Sao Caetano do Sul, 3-6 set. 1979. Anais. p.50.
- Descritor: Educação física / Reprodução / Alunado

- 426 MATSUDO, Víctor K.R. & CAVASINI, Sandra h. Método simples de avaliação psicológica na área das atividades físicas e esportivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Sao Paulo, 1 (3):16-9, 1980.
- Descritor- Educação física / Família
- 427 MATSUDO, Victor K.R. & SESSA, Madalena. Menarca em esportistas brasileiras. In: SIMPOSIO DE CIENCIAS DO ESPORTE. Sao Caetano do Sul, 1980. Anais ... p.34.
- Descritor: Educação física / Reprodução / Alunado
- 428 MATTIAZZI, Benjamin. Expectativas do papel do professor segundo a percepção de adolescentes. Sao Paulo, 1981. Dissert, (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor. Papéis sexuais
- 429 MEDEIROS, Maria Lúcia A. A face íntima de uma instituição: un estudo sobre famílias operárias. Belo Horizonte, s.d. Dissert. (mestr.) - UFMG.
- Descritor: Família
- 430 MELLO, Guiomar N. de. Os estereótipos sexuais na escola. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (15) 141-4, dez. 1975.
- Descritor. Livros didáticos / Papéis sexuais
- 431 MELLO, Guiomar N. de. Magistério de 1º Grau: da competência técnica ao compromisso político. Sao Paulo, Cortez; Autores Associados, 1984.
- Descritor: Magistério / Primeiro grau / Trabalho
- 432 MELLO, Guiomar N. de. A mulher e o sistema de educação formal. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI sobre a situação da mulher. Brasilia, 1977.
- Descritor: Alunado / Magistério / Formação profissional

- 433 MELLO, Guiomar N. de. A prática docente na escola de primeiro grau: do amor, acusação e bom senso a competência técnica e vontade política. Sao Paulo, 1981. Tese (dout.) - PUC/SP.
- Descritor: Magistério / Primeiro grau / Trabalho
- 434 MELLO, Guiomar N. de. Representações e expectativas de 1º grau sobre o aluno pobre, a escola e sua prática docente. Sao Paulo, Secretaria de Estado da Educação; ATPCE, 1983.
- Descritor: Primeiro grau / Alunado / Magisterio
- 435 MELLO, Guiomar N. de et al- Percepção de controle e propensão à ação inovadora de papéis femininos e masculinos; alguns resultados preliminares. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 28(7) :618, Jul. 1976.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Terceiro grau
- 436 MELLO, Mara R. de O. Relação entre sexo e aptidão motora. In: SIMPOSIO NACIONAL DE DOCENTES DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE GINÁSTICA, 4. Pelotas, 1983. Anais. p.32.
- Descritor: Educação física / Desempenho escolar
- 437 MELLO, Miriam CD. e. A veiculação pela televisão dos valores mais comumente questionados pelos pré-adolescentes: proposta de uma leitura crítico-reflexiva da mensagem. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPed. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro, 1985. P-42-
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado
- 438 MELLO, Silvia L. de- Pesquisando a mulher. Rio de Janeiro, 1987. mimeo. [Trabalho apresentado no Ciclo de Palestras sobre a questão da mulher. Rio de Janeiro, nov. 1987]
- Descritor: Estudos sobre mulher

- 439 MELLO, Sílvia L. de. Psicologia e profissão em São Paulo. São Paulo, Ática, 1983.
Descritor: Formação profissional / Terceiro grau
- 440 MELLO, Sílvia L. de & FREIRE, Madalena. Relatos da (con)vivência : crianças e mulheres da Vila Helena. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (56) :82-105, fev. 1986.
Descritor Alunado
- 441 MERMELSTEIN, Miriam P. et al. Vinte quatro horas na vida de uma mulher. **ANDE**. São Paulo, 1(4) : 18-21, 1982.
Descritor: Magistério / Trabalho
- 442 MERRICK, Thomas W. & BERQUO, Elza. La fecundidad y la planificación familiar en el Brasil. Perspectivas Internacionales en Planificación Familiar. Nova Iorque, (nº. esp.):27-37, 1983.
Descritor: Reprodução
- 443 MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. HISTORIA das ciências sociais no Brasil. Vértice; Revista dos Tribunais; IDESP, 1989. P.72-110.
Descritor: História / Terceiro grau / Alunado
- 444 MILLED FILHO, Alberto. Estudo comparativo dos resultados de provas de atletismo entre crianças de 7 anos, oriundas de níveis sócio-econômicos diferentes. Curitiba, 1983. Dissert, (mestr.) - UFPR. Faculdade de Educação.
Descritor: Educação física / Alunado / Indicadores estatísticos
- 445 MILLEO FILHO, Alberto. Estudo comparativo dos resultados de provas de atletismo entre crianças de 7 anos, oriundas de níveis sócio-econômicos diferentes. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. **Teses** em educação - 1984. Rio de Janeiro, 1986. P.83.
Descritor: Educação física / Indicadores estatísticos

- 446 MIRANDA, Glaura V. de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (15):21-36, dez. 1975.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 447 MIRANDA, Glaura V. de- Educação da mulher e participação na -Força de trabalho no contexto do desenvolvimento econômico capitalista. Educação e desigualdade no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984. p.205-54.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 448 MIRANDA, Glaura V. de. Education and other determinant factors of female labor force participation in Brazil. 1979. Tese (dout.) - Stanford University.
- Descritor: Trabalho / Reprodução / Indicadores estatísticos
- 449 MIRANDA, Glaura V. de. Human resource development and female labor force participation in Brazil. In: WORLD CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC ASSOCIATION, 6- Mexico, 1980. Proceedings. London, Macmillan, 1983.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 450 MIRANDA, Glaura V. de. Participación de la mujer de una sociedad en via de desarrollo: el caso del Brasil. Estudios de Población. Bogotá, 1 (11):608, nov. 1976.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 451 MIRANDA, Glaura V. de. Women's labor force participation in a developing society; the case of Brazil. Signs. Chicago, 3(1):261-74, 1977.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução

- 452 MONTEIRO, Carlos A- et al- The recent revival of breast-feeding in the city of Sao Paulo, Brazil. **American Journal of Public Health. 77(8) :964-6, ago. 1987.**
- Descritor : Saúde
- 453 MONTEMOI, L.N. et al. Somatótipos de ginastas olímpicos femininas de Londrina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, i; SIMPOSIO DE CIENCIAS DO ESPORTE, 7. Sao Caetano do Sul, 3-6 set. 1979. **Anais ... p.51.**
- Descritor: Educação física / Alunado
- 454 MORA, German. Aspectos demográficos da população adolescente brasileira. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro.** Brasília, 1988. P.7-16.
- Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 455 MORA, German. Mortalidade materna em adolescentes brasileiros: contribuição para sua análise. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro.** Brasília, 1988. p.43-50.
- Descritor : Saúde
- 456 MORE, Marisa M. Fatores intervenientes na aprendizagem da leitura e da escrita. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUACÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. **Teses em educação.** Belo Horizonte, 1983. p.39.
- Descritor: Alunado / Primeiro grau
- 457 MOREIRA, Daniel A. Fatores influentes na avaliação do professor pelo aluno: uma revisão. **educação e Seleção.** Sao Paulo, (17):73-88, jan./jun. 1988.
- Descritor: Magistério / Alunado

- 458 MOREIRA, Lilia M. de A. A educação sexual no 3º Grau. I. avaliação da origem de informações sobre sexualidade e de temas de maior interesse em alunos ingressantes na UFBA. *Ciencia e Cultura. Resumos.* Sao Paulo, 37(7):i33, jul. 1985.
- Descritor. Educação sexual / Terceiro grau / Alunado
- 459 MOREIRA, Lilia M. de A. & LEMOS, Rosani M.O. Diagnóstico de realização de Educação Sexual nas escolas de 1º e 2º graus. Salvador, UFBA/Depart. de Biol. Geral do Inst. de Biol., 1988. mimeo.
- Descritor: Educação sexual / Magistério / Recomendações
- 460 MORGADO, A.F. et al. Epidemiologia da dependência de drogas em grupos populacionais do Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria.* Rio de Janeiro, 32:281-92, 1983.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 461 MORRIS, Leo. La planificación familiar en América Latina: prevalência, frentes de anticonceptivos y necesidad insatisfecha de servicios. *Perspectivas Internacionales en Planificación Familiar.* Nova Iorque, (nº. esp.):1-6, 1985.
- Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 462 MOTT, Maria Lúcia de B. Escritoras negras: resgatando a nossa história. Rio de Janeiro, CIEC, 1989.
- Descritor: História / Raça
- 463 MOTTA, Adilson N. As dimensões biopsicossociais dos papéis sexuais. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. *Teses em educação - 1987.* Rio de Janeiro Brasília, ANPED; INEP, 1988. p.41.
- Descritor: Papéis sexuais

- 464 MURAD, J.E. Drug abuse among students in the state of Minas Gerais, Brazil. Bulletin on Narcotice. 31:49-58, 1979.
- Descritor Drogas / Alunado
- 465 MURAD, J.E. Farmacodependência em Minas Gerais. Revista do IMESC. Sao Paulo, 2:18-38, 1982.
- Descritor- Drogas / Alunado
- 466 NAKAMURA, M.S. et al. Contraceptive use and fertility levels in Sao Paulo State, Brazil. Studies in Family Planning. 11(7/8): 236-46, Jul./ago. 1980.
- Descritor: Reprodução
- 467 NASCIMENTO, Juarez V. do et al. Pratica desportiva: opção ou obrigação?. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Brasília, 8 (2/3): 159-62, jan./maio 1987.
- Descritor: Educação física / Terceiro grau / Alunado
- 468 NASCIMENTO, Maria de Lourdes A. et al. A mulher casada e a educação de nível superior. Ciência e Cultura. Resumos. sao Paulo, 33(7):178, 1981.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / Papéis sexuais
- 469 NAVARRO, Marysa. Research on Latin American women. Signs. 5(1):11-20, 1979.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 470 NEDER, Gislene et al. Escola e família, professores e mães: as práticas pedagógicas e a reprodução da violência no imaginário social. Rio de Janeiro, 1988. mimeo. [Projeto apresentado ao V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor: Família / Magistério

- 471 NEGRÃO, Esmeralda V. & AMADO, Tina. A Imagem da mulher no livro didático: estado da arte. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Bibliografia
- 472 NEGRÃO, Esmeralda V. & AMADO, Tina. Levantamento bibliográfico sobre a imagem da mulher no livro didático. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas; CNDM, 1987.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Bibliografia
- 473 NEGREIROS, Tereza C. de G.M. Aspectos psicológicos da condição feminina. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982. mimeo.
- Descritor: Papéis sexuais
- 474 NEVES, Angela da C. Trabalhar fora ou fazer carreira: um problema da mulher. Cadernos de Debate. Sao Paulo, (6):26-34, 1980.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho / Papéis sexuais
- 475 NEVES, Angela M.B. Juventude e conflito familiar: divergências entre pais e filhos, na perspectiva das Jovens de Recife. Campinas, 1983. Dissert. (mestr .) - UNICAMP.
- Descritor: Família
- 476 NEVES, Ernesto. Caracterização do professor de ensino de 2º Grau na cidade de Fortaleza. RIO de Janeiro, 1974. Dissert, (mestr.) - PUC/RJ.
- Descritor. Magistério / Segundo grau / Formação profissional
- 477 NOGUEIRA, Julita M. Seis professores à procura de um caminho. ANDE. Sao Paulo, 1(4).45-59, 1982.
- Descritor Trabalho / Magistério

- 478 NOSELLA, Maria de Lurdes CD. As belas mentiras:a Ideologia subjacente aos textos didáticos. Sao Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- Descritor- Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 479 NOSELLA, Maria de Lurdes CD. As belas mentiras: a Ideologia subjacente aos textos didáticos de leitura das quatro primeiras séries do 1º Grau. Sao Paulo, 1978. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 480 NOVAES, Maria Eliana. Professor não é parente postiço- ANDE. Sao Paulo, 1(4):60-2, 1982.
- Descritor: Magistério / Trabalho
- 481 NOVAES, Maria Eliana. Professora primária - mestra ou tia?. Belo Horizonte, 1981. Dissert. (mestr.) ~ UFMG. Faculdade de Educação.
- Descritor: Magistério / Primeiro grau / Trabalho
- 482 NOVAES, Maria Eliana. Professora primária: mestra ou tia. Sao Paulo, Cortez; Autores Associados, 1984.
- Descritor: Magistério / Papéis sexuais / História
- 483 NOVAES, Maria Eliana. Talentosa demais para sêr professora. Educar. Curitiba, 2(i):90-106, jan./abr. 1982.
- Descritor. Magistério
- 484 NOVELINO, Aida M. A cartilha da mãe perfeita: um discurso normatizador na Psicologia da mídia. Sao Paulo, 1986. Dissert, (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Família / Papéis sexuais

- 485 NUCLEO DE PESQUISA SOBRE A MULHER - NEM/PUC/RJ.
Avaliação da década da mulher no Brasil: 1976-1985. Rio de Janeiro, 1985.

Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 486 NUDELMAN, Cléa. Depoimento: Branca Alves de Lima. ANDE. Sao Paulo, 1(4):31-4, 1982.

Descritor: Magistério / Trabalho / História
- 487 NUNES, Clarice. O que você vai ser quando crescer? Notas para o estudo de algumas categorias ocupacionais. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, 12(2): 42-68, abr./jun. 1988.

Descritor: Papéis sexuais / Orientação profissional
- 488 OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN DE LA UNESCO PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - OREALC. Informaciones estadísticas de la educación y análisis cualitativo. Evolución de la situación educacional de la mujer. Santiago de Chile, UNESCO, 1979.

Descritor: Educação comparada / Alunado
- 489 OLIVEIRA, Elci M. de. Um estudo sobre as características da repetência no ensino de 1º Grau em Goiânia. In; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação - 1984. Rio de Janeiro, 1986. P.134.

Descritor: Magistério
- 490 OLIVEIRA, Francisco C. et al. Assistência. tocoginecológica à adolescente: Fortaleza (CE). In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. P.161-6.

Descritor: Educação sexual / Reprodução / Recomendações

- 491 OLIVEIRA, João B.A. e. Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil. Sao Paulo, Brasiliense; CNPq, 1985.
Descritor: Terceiro grau
- 492 OLIVEIRA, Laíce C. de et al - A mulher casada e a educação de nível superior uma análise de suas expectativas em relação aos cursos de 3º Grau. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 33(7) 178, jul. 1981.
Descritor: Terceiro grau / Trabalho
- 493 OLIVEIRA, Lólio L. de. Urbanização e acesso ao ensino superior. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (17):53-68, jun. 1976.
Descritor: Alunado / Vestibular
- 494 OLIVEIRA, Lúcia E.G. de et al. Repensando o lugar da mulher negra. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7. Aguas de Sao Pedro, SP, 1983. Aguas de Sao Pedro, 1983.
Descritor : Raça
- 495 OLIVEIRA, Luis A.P. de. Nordeste: fecundidade e dinâmica recente da -Força de trabalho. Boletim sobre Pop. Emprego e Renda no Nordeste. Recife, 4(2/3) -.241-67, maio/dez. 1985.
Descritor: Reprodução / Trabalho
- 496 OLIVEIRA, Luis A.P. & SILVA, Nadja L.P. Tendência da fecundidade nos primeiros anos da década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Aguas de Sao Pedro, SP, 1986. Anais. Sao Paulo, ABEP, 1986. p.213-32.
Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 497 OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de. Os grupos ocupacionais em Sao Paulo: características sociais, demográficas e comportamento reprodutivo. In: BERQUO, Elza et al. A fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas. Sao Paulo, CEBRAP, 1977. p.161-212.
Descritor. Reprodução

- 498 OLIVEIRA, Maria de Lurdes B. de- A mensagem social do texto Infantil: um estudo de redações escolares. Sao Carlos, 1981. Dissert, (mestr.) - UFSCar. Centro de Educação e Ciências Humanas.
- Descritor: Livros didáticos / Alunado
- 499 OLIVEIRA, Marta K. Estudo sobre a formação dos professores no território de Roraima. 1983. mimeo.
- Descritor: Formação do magistério
- 500 OLIVEIRA, Rita de C.C. Os motivos sociais de realização, a filiação e poder no processo de ensino-aprendizagem. Educação em Debate. Fortaleza, (11):149, jan./jul. 1986. [Resumo de tese]
- Descritor: Magistério / Segundo grau
- 501 OLIVEIRA, Zuleica L.C. de (coord.). Aspectos da fecundidade e do trabalho feminino nas áreas urbanas de São Paulo. Brasília, SEPLAN; IBGE, 1982. mimeo.
- Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos / Trabalho
- 502 OLIVIERI, Telma L.P. Educação artística para alunos trabalhadores: por que não? Análise da prática pedagógica de educação artística no curso supletivo CAASO - 1979/83. Sao Carlos, 1985. Dissert, (mestr.) - UFSCar. Faculdade de Educação.
- Descritor: Ensino supletivo / Educação artística
- 503 OLMEDO, Send i R.M. O comportamento educativo da "mãe de família", profissão professora. Porto Alegre, 1984. [Pesquisa em andamento no Núcleo Mulher - IFCH da UFRGS]
- Descritor: Magistério

- 504 OMETTO, Ana H.H. Economia doméstica: rumos atuais da profissão. Piracicaba, s.d. mimeo.
Descritor: Economia doméstica / Trabalho
- 505 ONAINDIA Y LEQUERICA, Maria Alicia. A formação e a prática de professores de 1 e 4 série do 1º Grau iniciantes do exercício docente. Sao Paulo, 1983. Dissert- (mestr.) - PUC/SP.
Descritor Magisterio / Primeiro grau
- 506 ORMASTRONI, Maria J.S. Presença feminina no Concurso Cientistas de Amanha. Ciência e Cultura. Sao Paulo, 40(11):1124-5, nov. 1988.
Descritor: Cientistas / Oportunidades escolares
- 507 PAGLIARO, Heloisa. A fecundidade na Bahia e seus diferenciais sócio-econômicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. Aguas de Sao Pedro, SP, 1986. Anais. são Paulo, ABEP, 1986.
Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 508 PAIVA, Paulo de T.A. A mulher no mercado de trabalho urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2. Aguas de Sao Pedro, SP, 1980. Anais ... Sao Paulo, ABEP, 1981. P.852-95.
Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos / Reprodução
- 509 PAIXÃO, Idelzuita, R. da. Mimbó: a educação no quilombo. Cadernos de Pesquisa. são Paulo, (63): 113-4, nov. 1987.
Descritor: Educação rural / Magistério / Trabalho
- 510 PAIXÃO, Léa P. A representação da prática pedagógica. Rio de Janeiro, 1975. Dissert. (mestr.) - PUC/RJ.
Descritor: Magistério

- 511 PALMEIRA, Maria J. de O- Curso de suplência de 2º Grau: resultado de alunos nos exames: uma tentativa de comparação. Salvador, 1975. Dissert- (mestr.) - UFBA.
Descritor. Ensino supletivo / Segundo Grau
- 512 PARIZOTTO, Benilde C. Análise de erros com base em variáveis extralinguísticas. Letras de Hoje. Porto Alegre, 14(44):132-47, jun. 1981.
Descritor: Alunado / Segundo grau
- 513 PASQUALI, Luiz et al. Inventario de personalidade para atletas (IPA - 1). educação e Seleção. Sao Paulo, (10) 91-106, jun./dez. 1984.
Descritor: Educação Física
- 514 PASSAMAI, Maria Herminia B. Interdependencia entre diferenciais de salarios, função e formação profissional - estudo empírico em nível dos egressos dos cursos de Economia, Administração e Pedagogia - ES. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.4i.
Descritor: Trabalho / Terceiro grau
- 515 PATTO, Maria Helena S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Sao Paulo, 1987. Tese(livre docência) - USP.
Descritor: Primeiro grau / Alunado / Magistério
- 516 PAULO, Maria Regina S. de. A primeira médica brasileira. Leitura. Sao Paulo, 6(7i):4-5, abr. 1988.
Descritor: História / Terceiro grau / Alunado
- 517 PAULO, Maria Tereza K. de B. Educação sexista na pré-escola. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro, 1987. P-57.
Descritor: Pré-escola / Papéis sexuais

- 518 PECHT, Eliana R .I . O trabalho da mulher no contexto urbano de economias em desenvolvimento o caso de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3. Vitória, 1982. Anais ... Sao Paulo, ABEP, 1982. P.503-6-
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 519 PELLEGRINOTTI, Idico L. et at. Análise de um programa de flexibilidade em universitárias da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 40(7) :205, 1988.
- Descritor: Educação Física / Alunado / Terceiro grau
- 520 PELLEGRINOTTI, Idico L. & MOREIRA Wagner W. Análise dos resultados de um programa de resistência anaeróbica em universitárias da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Ciência e Cultura. Resumos. Sao Paulo, 40(7) :183, 1988.
- Descritor: Educação Física / Alunado / Terceiro grau
- 521 PELLICCIOLLI, Delci L. da S. A mulher gaúcha: na epopéia Farroupilha; na conquista de um espaço. Enfoque. Bento Gonçalves, (62):3-44, set. 1986.
- Descritor: História
- 522 PENA, Maria Valéria J. A mulher na força de trabalho. BIB ANPOCS. Rio de Janeiro, (9) :11-21, 1980.
- Descritor: Trabalho
- 523 PENA, Maria Valéria J. Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- Descritor: Trabalho / História

- 524 PENA, Maria Valéria J. A pesquisa sobre mulher no Brasil algumas anotações. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.45-50.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 525 PENIN, Sonia T. de S. A **satisfação/íneatísfação no trabalho e sua relações con as determinações objetivas da prática pedagógica desenvolvida pelo professor de 1 a 4 série da Rede Municipal de Ensino de Sao Paulo.** Sao Paulo, Í980. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Magistério / Trabalho
- 526 PENNA, Lucy. **O corpo na individuação feminina.** Sao Paulo, Í986. Tese (dont.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Terceiro grau
- 527 PEREGRINO, Maria Graziela. A mulher e a pesquisa científica. **Boletim da Associação de Educação Católica do Brasil.** Rio de Janeiro, **4(17)** :31-36, jul./ago. 1975.
- Descritor: Cientistas / Papéis sexuais
- 528 PEREIRA, Laércio E. Mulher e esporte: **um estudo** sobre a influência dos agentes de socialização. Sao Paulo, Í984. Dissert. (mestr.) - USP. Escola de Educação Física.
- Descritor: Educação Física / Papéis sexuais / Discriminação racial
- 529 PERES, Tirsá R. A educação secundária da **mulher** brasileira (1920-29). **Ciência e Cultura. Resumos.** Sao Paulo, 29(7):181, 1977.
- Descritor: História / Oportunidades educacionais / Segundo grau

- 530 PERES, Tirsa R. A instrução secundária feminina no Brasil: 1889-1930. **Didática**. Sao Paulo, 15:35-43, 1979.
- Descritor: História / Oportunidades educacionais / Primeiro grau
- 531 PERNAMBUCO. Governo do Estado. Homens e mulheres face ao mercado de trabalho. Informativo Técnico Fidepe. Recife, 1(2)jun. 1982.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos
- 532 PERNAMBUCO. Secretaria da Educação. Anais do Seminário Livro didático: discriminação em questão. Recife, 1989.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 533 PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento; FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - FIDEPE. Informações demográficas de Pernambuco: evolução da fecundidade 1930-1978. Recife, FIDEPE, 1981.
- Descritor: Reprodução
- 534 PESSOTI, Alda L. Escola da família agrícola: uma alternativa para o ensino rural. Rio de Janeiro, 1978. Dissert, (mestr.) - FGV. IESAE.
- Descritor: Escola agrícola / Alunado
- 535 PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação. FADEP/CPTE. Avaliação do ensino supletivo urbano (Relatório). Teresina, 1988. [Relatório]
- Descritor: Ensino supletivo
- 536 PICONEZ, Stela C.I3. Habilitação específica de 2º Grau para o magistério: expectativa e necessidades de sua clientela. Sao Paulo, 1988. Dissert, (mestr.) - USP. Faculdade de Educação.
- Descritor: Segundo grau / Formação do magistério

- 537 PILON, André F. Desenvolvimento na adolescência: sexualidade, interação com os pais, companheiros e sexo oposto. Sao Paulo, 1984. Tese (dout.) - USP. Faculdade de Saúde Pública.
- Descritor: Educação sexual / Alunado / Segundo grau
- 538 PINI, Mário C. Fisiologia Esportiva. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1978.
- Descritor: Educação física / Papéis sexuais
- 539 PINOTTI, José A. & FAUNDES, Aníbal (org.). A mulher e seu direito à saúde: por uma política de saúde no Brasil. Sao Paulo, Manole, 1988.
- Descritor: Saúde / Reprodução / educação sexual
- 540 PINTO, Elizabeth B. Estereótipos sexuais na percepção da família em função do desenvolvimento cognitivo. Sao Paulo, 1985. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Família / Papéis sexuais
- 541 PINTO, José A. & RIGUERIA, José E. A influência do sexo e da experiência acadêmica no tempo de processamento e execução de uma tarefa motora. In: SIMPOSIO NACIONAL DE DOCENTES DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE GINÁSTICA, 4. Pelotas, 1983. Anais. P.17.
- Descritor: Educação física
- 542 PINTO, Regina P. Educação. In: ROSEMBERG, Fulvia (org.). Políticas públicas e a condição feminina. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983. p.10-1.
- Descritor: Trabalho / Magistério / Alunado
- 543 PINTO, Regina P. A imagem da mulher através dos livros didáticos. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade. Sao Paulo, 43(3-4) : 125-31, jul./dez. 1982.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau

- 1544 PINTO, Regina P, O livro didático e a democratização da escola. Sao Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) - USP. FFLCH.
 Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 545 PINTO, Regina P. O livro didático: alguns resultados de pesquisa, muitas indagações. ANDE. Sao Paulo, 1(3):26-8, 1982.
 Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 546 PINTO, Regina P. & AZEVEDO, Célia h. de. A gravidez na adolescência na **perspectiva dos** profissionais de saúde. **Gravidez na adolescência. Brasília, IPLAN/IPEA; UNICEF, Fundação Carlos Chagas, 1986. p-55-82.**
Descritor: Reprodução
- 547 PIRES NETO, Cândida S. A idade da menarca em estudantes de educação física de Santa Maria. In: SIMPOSIO NACIONAL DE DOCENTES DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE GINÁSTICA, 4. Pelotas, 1983. **Anais. P.31.**
 Descritor: Educação física / Reprodução / Alunado
- 548 PIZA, Edith S.P. Magistério e trabalho doméstico: notas para uma compreensão da prática docente. Sao Paulo, 1987. mimeo.
 Descritor: Magistério / Trabalho
- 549 PLOTNIK, R. et al. Utilização de psicotrópicos por estudantes universitários. Revista de Pesquisa Médica. 20:109-13, 1986.
 Descritor: Drogas / Alunado
- 550 POGGIO, Sara Z. A mulher na força do trabalho. mimeo.
 Descritor: Trabalho / Formação profissional / História

- 551 PONDE, Ana N.F.R. Valoreo significativos de adolescentes: percepção de professores. Rio de Janeiro, 1985. Dissert- (mestr.) - UFRJ. Faculdade de Educação.
- Descritor: Segundo grau / Magistério / Alunado
- 552 PORTO, Maria Eugênia. Caracterização da clientela do curso supletivo de formação de professores. Rio de Janeiro, 1977. Dissert, (mestr.) - UFRJ Faculdade de Educação.
- Descritor: Ensino supletivo / Segundo grau / Formação do magistério
- 553 PRADO, Danda. Ser esposa: a mais antiga profissão Sao Paulo, Brasiliense, 1979.
- Descritor: Trabalho / Família / Papéis sexuais
- 554 PRADO, Nioe. Profissões de saúde: profissões de mulher. Cadernos FUNDAP. Sao Paulo, 5(10) : 44-56, 1985.
- Descritor: Trabalho / Papéis sexuais
- 555 PRANDI, José R. & BERQUO, Elza. Fecundidade em Salvador, vereda de uma análise dicotômica. Estudos CEBRAP. Sao Paulo, (16):131-54, abr./maio 1976.
- Descritor. Reprodução
- 556 PRETTI, Maria Christina h. A saúde na escola: ação ou informação? um estudo dos programas de saúde. Campinas, 1983. Dissert, (mestr.) - UNICAMP.
- Descritor: Educação sexual / Saúde
- 557 QUARTIM DE MORAIS, Maria L. Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Sao Paulo, 1981. Tese (dout.) -USP. FFLCH.
- Descritor: Papéis sexuais / Feminismo / Família

- 558 QUEIROZ, Maria I.P. de. SBPC, 1982 : caracterização de pesquisa em Ciências do Homem. **Ciência e Cultura**. Sao Paulo, 35(4):451-73, abr. 1983.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho / Indicadores estatísticos
- 559 QUINTELLA, Maria M.D. Maes e professoras: **múltiplas** visões da educação. In: ROCHA, Everardo P.G. (ed-). **Testemunha ocular**. Sao Paulo, Brasiliense, 1984. p.61-80.
- Descritor: Família / Magistério
- 560 RAÏCA, Darcy & FERNANDEZ, Senira A.F. A adolescente e o sexo. Sao Paulo, Edicon, 1985.
- Descritor: Educação sexual
- 561 RANZANI, CM. et al. Estudo da variável percepção e papel no treinamento de professores. **Ciência e Cultura**. Resumos. Sao Paulo, 28(7):706, jul. 1976.
- Descritor: Formação do magistério
- 562 RASIA, José Miguel (coord.). A representação da educação escolar, da criança e do trabalho no meio rural. Ijuí, INEP; FIDENE, 1984.
- Descritor: Trabalho / Família / Educação rural
- 563 RATTO, Isabel M.R. A visão da mulher e da família nos cursos de economia doméstica. Itaguaí, 1988. mimeo. [Projeto apresentado ao V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor: Economia doméstica / Papéis sexuais
- 564 RATTO, Maria Luiza R. **Enfermeira: um ser entre parênteses**. Sao Paulo. 1989. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: **Livros** didáticos / Papéis sexuais / Terceiro grau

- 565 REGO, Maria Filomena. O aprendizado da ordem: Ideologia nos textos escolares. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 566 REGO, Maria Filomena. A didática do poder: da ideologia nos textos escolares. Forum Educacional. Rio de Janeiro, 6(2):20-33. abr./jun.1982.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 567 REGO, Maria Filomena. Leituras de Comunicação e Expressão: análise de conteúdo. Rio de Janeiro, 1976. Dissert. (mestr.) - FGV. IESAE.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 568 REIS, **Maria** Cândida D. Crescer, multiplicar, civilizar: destino da mulher nas orientações educacionais dos anos 1920/30 em Sao **Paulo**. **Revista ANPUH**. Sao Paulo, (19).83-114, Jul. 1989.
- Descritor:- História / Formação do magistério / Livros didáticos
- 569 REIS, Maria Cândida D. **A maldição de Eva**. Sao Paulo, PUC/Dep. de História, 1989. mimeo.
- Descritor: História / Formação profissional / Magistério
- 570 RESENDE, Jorge de S. & DIAS, Mera R. de S. Análise da relação "educação-ocupação" de acordo com algumas características demográficas . In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Encontro brasileiro de estudos populacionais**. Rio de Janeiro, Diretoria de Divulgação, 1976. p.370-84.
- Descritor: Trabalho / Indicadores estatísticos

- 571 REZLER, Meiri A. Atribuição de grau de importância às características do professor universitário, segundo professores do ensino superior, levando em conta as variáveis sexo e área de formação. *Ciência e Cultura. Resumos.* São Paulo, 40(7) : 184-5, **Jul.** 1988.
- Descritor: Magistério / Terceiro grau
- 572 RIBAS, Maria de Jesus da S. Os problemas dos adolescentes escolares do bairro Partenon -Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 1980. Dissert. (mestr.) - UFRS.
- Descritor:. Desempenho escolar / Segundo grau
- 573 RIBAS, Maria de Jesus da S. & TRIVIÑOS, Augusto N.S. Os problemas dos adolescentes escolares. *Prospectiva Revista de Orientação Educacional.* Porto Alegre, 1(9):51-59, out. 1981.
- Descritor: Papéis sexuais / Educação sexual / Alunado
- 574 RIBEIRO, Arilda I.M. A educação da mulher no **Brasil**-Colônia. Campinas, 1987. Dissert. (mestr.) - UNICAMP.
- Descritor: História / Oportunidades educacionais / Papéis sexuais
- 575 RIBEIRO, Laura C. Percepção e papéis: professores universitários. Belo Horizonte, 1982. Dissert. (mestr.) - UFMG. Faculdade de Administração Escolar.
- Descritor: Terceiro grau / Magistério
- 576 RIBEIRO, Maria Alice (org.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional.* Campinas, UNICAMP, 1986.
- Descritor: História / Orientação profissional / Trabalho

- 577 RIBEIRO, Maria Luiza S. A formação política do professor no exercício profissional, anos 70. Sao Paulo, 1983. Tese (dout.) - PUC/SP.
 Descritor: Magistério / Trabalho / Política
- 578 RIBEIRO, Maria Luiza S. Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no Estado de Sao Paulo. **ANDE**. Sao Paulo. 1(4) 26-34, 1982.
 Descritor: Magistério / Trabalho / Política
- 579 RIBEIRO, Paulo R.M. **Una** contribuição ao estudo da sexualidade humana e da educação sexual. Campinas, 1989. Dissert. (mestr.) - UNICAMP.
 Descritor: Educação sexual
- 580 RIBEIRO, Sérgio C. Mecanismos de escolha da carreira e estrutura social da universidade. educação e Seleção. Sao Paulo, 3:93-104, jul. 1981.
 Descritor: Alunado / Terceiro grau / Orientação profissional
- 581 RIBEIRO, Sérgio C. 8 KLEIN, Ruben. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. **educação e Seleção**. Sao Paulo, (5) : 29-44, jan./jun. 1982.
 Descritor: Papéis sexuais / Terceiro grau
- 582 RIBEIRO, Zoya D. **Falas e silêncios no discurso pedagógico dos textos didáticos: análise dos estereótipos comportamentais masculinos e femininos veiculados pelos livros de Comunicação e Expressão - 1º Grau**. Fortaleza, 1981. Dissert. (mestr.) - UFCE. Departamento de Educação.
 Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Primeiro grau
- 583 RISSON, Theresinha de. Escolha profissional, fatores de personalidade, interesses profissionais e formação profissionalizante: um estudo com alunos de 3 série do 2º Grau de escolas de Porto Alegre - RS. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. **Teses em educação** - 1984. Rio de Janeiro, 1986. p.38.
 Descritor: Alunado / Segundo grau / Orientação profissional

- 584 RIZZOLI, Lúcia H. Mulheres trabalhadoras em SÃO Carlos: um estudo sobre a articulação entre trabalho e vida familiar. Piracicaba, 1984. Dissert. (mestr.) - UNIMEP.
Descritor: Formação profissional
- 585 ROCHA, João A. Adolescência, e saúde- inquérito entre 5.223 adolescentes de 10 a 20 anos de idade matriculados em colégios públicos e privados da cidade do Recife. Pediatria. Sao Paulo, 4:139-44, 1982.
Descritor: Saúde / Alunado
- 586 RODRIGUES, Arakcy M. Revisão crítica do tipo de explicações sobre o comportamento reprodutivo nas pesquisas de fertilidade; proposta de um modelo alternativo- In: CLACSO. Propuestas alternativas para el estudio de 1ª reproducción de la población. Sao Paulo, CLACSO, 1982. P-255-64.
Descritor: Reprodução
- 587 RODRIGUES, Cláudio J.L. A clientela dos cursos de licenciatura de curta duração na Paraíba: um estudo. João Pessoa, UFPB. Faculdade de Educação, 1978. mimeo.
Descritor: Alunado / Terceiro grau
- 588 RODRIGUES, Cláudio J.L. O magistério secundário estadual na Paraíba: um estudo diacrônico. Sao Paulo, 1976. Dissert. (mestr.) - USP. FFLCH.
Descritor: Formação do magistério / História
- 589 RODRIGUES, Josineide F.C. & GUIMARÃES, Maria T.A. A influência do cursinho no desempenho do exame vestibular. Fortaleza, UFCE/Faculdade de Economia, 1977. mimeo.
Descritor- Vestibular / Alunado

- 590 RODRIGUES, Therezinha de J.S. Professores de História: situação no mercado de trabalho. Santa Maria, 1981. Dissert. (mestr.) - UFSH/RS. Faculdade de Educação.
- Descritor. Magistério / Segundo grau / Recomendações
- 591 ROSEMBERG, Fulvia. Afinal, porque somos tantas psicólogas?. Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, 4(1):6-12, 1984.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho / Papéis sexuais
- 592 ROSEMBERG, Fulvia. Alinhavos- pesquisa sobre mulher - 1984. In: SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Nucleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.131-3.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 593 ROSEMBERG, Fulvia. Diagnóstico **sobre a** educação **da mulher**. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1985.
- Descritor: Indicadores estatísticos / Papéis sexuais / Ramos de ensino
- 594 ROSEMBERG, Fulvia. As diferenças sexuais e a escola. Ciência e Cultura. Resumos. São Paulo, 27(7):698, 1975.
- Descritor:- Desempenho escolar / Indicadores estatísticos
- 595 ROSEMBERG, Fulvia. A discriminação contra a mulher e a Educação Informal. In: BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI da Mulher. Brasília, 1977.
- Descritor: Papéis sexuais / Livros didáticos
- 596 ROSEMBERG, Fulvia. A educação da mulher **brasileira**. 1982. mimeo.
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos

- 597 ROSENBERG, Fúlvia. A educação formal da mulher. Sao Paulo en Perspectiva. Sao Paulo, 2(1) : 35-40, jan./abr- 1986.
- Descritor: Alunado / Ramos de ensino / Papéis sexuais
- 598 ROSEMBERG, Fulvia. **A** educação fornai da mulher **brasileira**. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983. mimeo.
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 599 ROSEMBERG, Fulvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**. Sao Paulo, (53):11-9, maio 1985.
- Descritor: Educação sexual / História
- 600 ROSEMBERG, Fulvia. Education: democratization and inequality. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLDWIDE EDUCATION FOR WOMEN. Massachusetts, nov. 1977. **Anais** ... Massachusetts, Mount Holyoke College, 1987. p.1-21.
- Descritor: Alunado / Raça / Indicadores estatísticos
- 601 ROSEMBERG, Fulvia. A imagem da mulher no livro didático. In: SEMINARIO LIVRO DIDÁTICO: A DISCRIMINAÇÃO EM QUESTÃO. Recife, jan. 1989. Anais. Recife, Secretaria de Educação, 1989. P. 87-103.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais / Recomendações
- 602 ROSEMBERG, Fulvia. Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero. Revista de Estudos Pedagógicos. Brasília, 68(159): 324-55, maio/ago. 1987.
- Descritor: Alunado / Trabalho / Discriminação racial

- 603 ROSEMBERG, Fulvia. A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectiva. **Cadernos de Pesquisa**. Sao Paulo, (15):138-40, dez. 1975.
- Descritor: Papéis sexuais / Livros didáticos / Bibliografia
- 604 ROSEMBERG, Fulvia. O professor de psicologia no 2º Grau e a comunicação. Psicologia no ensino de 2º Grau: **una** proposta emancipadora. Sao Paulo, Edicon, 1986.
- Descritor: Segundo grau / Formação do magistério / Papéis sexuais
- 605 ROSEMBERG, Fulvia. Psicologia: profissão feminina. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (47) 32-7, nov. 1983.
- Descritor: Terceiro grau / Trabalho / Papéis sexuais
- 606 ROSEMBERG, Fulvia. Segundo grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (68):39-54, fev. 1989.
- Descritor: Segundo grau / Alunado / Desempenho escolar
- 607 ROSEMBERG, Fulvia et al. A educação da mulher no Brasil. Sao Paulo, Global, 1982.
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 608 ROSEMBERG, Fulvia et al. A situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1986. mimeo. [Relatório de pesquisa]
- Descritor: Alunado / Raça / Indicadores estatísticos
- 609 ROSEMBERG, Fulvia & BRUSCHINI, Cristina (org.). Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. Sao Paulo, Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980.
- Descritor- Estudos sobre mulher

- 610 ROSEMBERG, Fulvia & PINTO, Regina P. **Diagnóstico sobre a educação da mulher no Brasil.** Sao Paulo, CECI, 1985.
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- Ali** ROSEMBERG, Fulvia & PINTO, Regina P. A educação da mulher. **Sao** Paulo, CECF; NOBEL, 1985.
- Descritor: Alunado / Magistério / Indicadores estatísticos
- 612 ROSENBERG, Lia et al. 24 horas na vida de um mulher. **ANDE.** Sao Paulo, 1(4).16-21, 1982.
- Descritor: Magistério / Trabalho / Primeiro grau
- 613 RUFFINO NETTO, A. et al. Tabagismo entre acadêmicos de Ribeirão Preto - USP. Medicina. Sao Paulo, 13:11-21, 1981.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 614 RUFFINO NETTO, A. et al. Tabagismo entre acadêmicos de Ribeirão Preto, SP, **Jornal de Pneumologia.** Sao Paulo, 7:163-70, 1981.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 615 SAAD, A. & ADAMO, Fábio A. A escola e o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro.** Brasília, 1988. P.69-74.
- Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 616 SAAD, Ambrozina A.C. & SAAD, Alfredo A. Considerações sobre a problemática sexual do adolescente em Goiânia. **Inter-Ação.** Goiânia, 1 : 65-75, nov. 1975.
- Descritor- Educação sexual / Papéis sexuais / Alunado

- 617 SAFFIOTI, Heleith I.B. Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro, Achiamé 1984.
Descritor: Trabalho
- 618 SAFFIOTI, Helcieth I.B. A mulher na sociedade de **classe:** mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.
Descritor: História / Trabalho / Oportunidades educacionais
- 619 SALES, Ligia F. Retratando o curso de economia doméstica da Universidade Federal do Ceará. São Paulo, 1979- Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
Descritor: Economia doméstica
- 620 SALLES, Pedro. A mulher na medicina. **Revista da** Associação Médica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 34(1):29-30, jun. 1983.
Descritor: História / Terceiro grau / Papéis sexuais
- 621 SAMARA, Eni de M. A família brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.
Descritor: História / Família
- 622 SAMARA, Eni de M. A família na sociedade paulista do século XIX: 1800-1860. São Paulo, 1980. Tese (dout -) - USP.
Descritor: História / Família
- 623 SAMPAIO, Dario et al. Psicologia da intersexualidade humana. Ciência e Cultura. São Paulo, 33(7):911-19, jul. 1981.
Descritor: Saúde
- 624 SANTOS, Idineia S. dos. Curso supletivo de 1º grau: um estudo de caso sobre a evasão escolar no município de Porto Alegre, RS, 1982. Rio de Janeiro, 1981. Dissert. (mestr.) - FGV/RJ.
Descritor: Ensino supletivo / Primeiro grau

- 625 SANTOS, Lucilia M- **Remediação em criatividade verbal: estudo comparativo de critérios e procedimentos.** Sao Paulo, 1975. Tese (dout.) - USP. Instituto de Psicologia.
Descritor: Alunado / Primeiro grau
- 626 SANTOS, Marina P. dos. **Características de personal idade de estudantes de um curso de psicologia e de educação física de uma universidade oficial da cidade de Sao Paulo.** Sao Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
Descritor: Terceiro grau / Alunado / Educação Física
- 627 SANTOS, Mirene M. & REZENDE, Rosa M.B. da S. **Caracterização dos membros da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Ninas Gerais.** Belo Horizonte, UFMG/Faculdade de Educação, 1976.
Descritor: Terceiro grau / Magisterio / Alunado
- 628 SANTOS, Selene S.C.H. **A mulher de formação universitária em algumas empresas estatais.** In: BRUSCHINI, Cristina & ROSENBERG, Fulvia (org.). **Trabalhadoras do Brasil.** Sao Paulo, Brasiliense; Fundação Carlos Chagas, 1982. P.23-66.
Descritor: Trabalho / Formação profissional / Terceiro grau
- 629 SANTOS, Selene S.CH. **A mulher de formação universitária em algumas empresas estatais.** RIO de Janeiro, 1980. mimeo. CIV Encontro Anual da ANPOCS3
Descritor: Trabalho / Formação profissional / Terceiro grau
- 630 SAO PAULO (Cidade) Prefeitura. **Caracterização da população atendida pelo MOBREAL municipal em 1983.** Sao Paulo, FABES, s.d.
Descritor: Ensino supletivo / Alunado

- 631 SAO PAULO(Cidade) Secretaria de Educação.
Departamento de Orientação Técnica. **Orientação sexual na Rede Municipal: visto geral.** Sao Paulo, DEPLAN, 1982.
- Descritor: Educação sexual
- 632 SAO PAULO(Cidade) Secretaria de Educação. **Projeto** de orientação sexual. Sao Paulo, SME. 1978.
- Descritor: Educação sexual
- 633 SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação.
Departamento de Assistência ao Escolar.
Diagnóstico de saúde do escolar/1981. Sao Paulo, 1986.
- Descritor : Saúde
- 634 SAO PAULO(Estado) Secretaria de Educação.
Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional. **Mulher e Educação: o papel da mulher na sociedade; (debate).** Sao Paulo, 1987.
- Descritor: Livros didáticos / Papéis sexuais
- 635 SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação.
Departamento de Assistência ao Escolar. Projeto "Diagnóstico de saúde escolar", fase 1980/1982: relatório sobre a execução dos trabalhos de fases de 1980 e 1981. Sao Paulo, 1986.
- Descritor : Saúde
- 636 SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação.
Departamento de Assistência ao Escolar.
Relatório de atendimentos médicos do escolar no exercício de 1983. Sao Paulo, 1986.
- Descritor : Saúde
- 637 SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação.
Departamento de Assistência ao Escolar.
Relatório de atendimentos médicos do escolar exercício de 1977. Sao Paulo, 1986.
- Descritor: Saúde

- 638 SAO PAULO (Estado) Secretaria da Educação.
Departamento de Assistência ao Escolar.
Relatório de atendimentos médicos do escolar no
exercício de 1978. Sao Paulo, 1986.
- Descritor. Saúde
- 639 SAO PAULO(Estado) Secretaria de Educação.
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas -
CENP. Sexualidade humana: reflexões e proposta
em ação. Sao Paulo, CENP, 1986.
- Descritor: Educação sexual / Formação do
magistério / Recomendações
- 640 SAO PAULO(Estado) Secretaria de Educação.
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas -
CENP. Sexualidade humana: uma abordagem
curricular com enfoque educativo. Sao Paulo,
1984. mimeo.
- Descritor- Educação sexual
- 641 SARTI, Cynthia. Reflexões a pretexto do Seminário
Zahidé Machado Neto - estudos sobre mulher. In:
SEMINARIO ZAHIDE MACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de
Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.
Salvador, maio/jun. 1984. p.134-9.
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 642 SAUCEDO, Vera L.F. A qualificação tem influência na
avaliação das atividades do egresso de nível médio.
Porto Alegre, 1979. Dissert. (mestr.) -PUC/RS.
- Descritor: Formação profissional
- 643 SAWASATO, Yumi Y. Estudo da força muscular entre
ginastas, nadadoras e não esportistas do sexo
feminino, na faixa etária de 8 a 10 anos. Sao
Paulo, 1986. Dissert. (mestr.) - USP. Escola de
Educação Física.
- Descritor: Educação física / Desempenho /
Recomendações

- 644 SCHMIDT, Ingrid E. **Ab expectativas de mães e professoras e o comportamento evolutivo de criança de pré-escola.** Porto Alegre, 1982. Dissert. (mestr.) - UFRGS.
 Descritor : Pré-escola / Papéis sexuais
- 645 SCHMIDT, Isaura B. & MIRANDA, Glaura V. de. **Determinantes da escolarização: relatório de pesquisa.** Belo Horizonte, UFMG, 1977.
 Descritor Alunado / Magistério
- 646 SCHMITT, Regina C.T. **Estudo sobre a criatividade de crianças de 1 à 4 série do 1º Grau de escolas publicas estaduais da cidade de S2o Paulo.** Sao Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
 Descritor Desempenho escolar / Alunado / Primeiro grau
- 647 SCHUSSEL, Darcy R. **Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais.** São Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
 Descritor:- Educação sexual / Magistério / Recomendações
- 648 SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC. **SENAC. Boletim Técnico.** Rio de Janeiro, 3(1) :1-116, jan./abr. 1977.
 Descritor- Trabalho
- 649 SETTON, Maria da Graça J. **Professor: um gosto de classe.** Sao Paulo, 1989. Dissert. (mestr.) -PUC/SP.
 Descritor Magistério / Formação profissional / Terceiro grau
- 650 SHEPARD, Sandra R. **Um estudo exploratório sobre depressão e "desamparo adquirido" em estudantes universitários.** Sao Paulo, 1983. Tese (dout.) - PUC/SP.
 Descritor Alunado / Terceiro grau

- 651 SIDOU, Maria L.A. Preferencias cognitivas e rendimento escolar entre alunos do 2º Grau. Educação em Debate. Fortaleza, (111:151-2, jan./jul. 1986.
- Descritor: Alunado / Segundo grau / Desempenho escolar
- 652 SILVA, A.M.A. et al. Prevalência do uso de álcool, cigarro e maconha nos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Arquivos da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo. 45:134-45, 1985.
- Descritor: Drogas / Alunado / Terceiro grau
- 653 SILVA, Jefferson I. da. A educação do educador. Cadernos do CEDES. São Paulo, (2) 39-46, 1981.
- Descritor: Formação do magistério / Orientação profissional
- 654 SILVA, João L. de CP. & PINOTTI, José A. A saúde reprodutiva da mulher adolescente. In: PINOTTI, José A. & FAUNDES, A. A mulher e seu direito a saúde: por uma política de saúde no Brasil. São Paulo, Manole, 1988. p.139-54.
- Descritor: Saúde / Reprodução / Educação sexual
- 655 SILVA, João L.P. & NOGUEIRA, Clarisse U.M. A multigravidez na adolescência. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. P.101-12.
- Descritor: Reprodução
- 656 SILVA, Léa M. da. Greater education opportunities for women related to population growth. Belo Horizonte, 1982. mimeo. [Trabalho apresentado à Conferência Women in International Development. Michigan State University, sept. 1982]
- Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos

- 657 SILVA, Lea M. da. O papel da educação no comportamento familiar; enfoque econômico. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1976.
Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 658 SILVA, Léa M. da. O papel da educação no comportamento familiar: enfoque econômico. Guarujá, 1976. mimeo. [Apresentado no IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação]
Descritor: Reprodução / Indicadores estatísticos
- 659 SILVA, Léa M. da et al. A trajetória da mulher na Universidade Federal de Minas Gerais. Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFMG. Belo Horizonte, (4)1987.
Descritor: Terceiro grau / Ramos de ensino / Papéis sexuais
- 660 SILVA, Magda M.V.G. da. Características dos estudantes, exame vestibular e desempenho na universidade. Rio de Janeiro, 1977. Dissert. (mestr.) ~ PUC/RJ.
Descritor: Vestibular / Alunado / Orientação profissional
- 661 SILVA, Maria Beatriz N. da. Educação -feminina e educação masculina no Brasil Colonial. Revista de História USP. Sao Paulo, 55(109):149-64, jan./mar. 1977.
Descritor: História / Papéis sexuais / Currículo
- 662 SILVA, Maria Beatriz N. da. A história da mulher no Brasil, balanço da produção e perspectivas. Ler História. Sao Paulo, (12):95-110, 1988.
Descritor: História / Estudos sobre mulher / Bibliografia
- 663 SILVA, Maria C. de L e. Vivenciando a relação enfermeiro-paciente no ensino de enfermagem de saúde pública. Sao Paulo, 1986.
Descritor: Alunado / Formação profissional / Currículo

- 664 SILVA, Nanete A. da- Maternidade Adolescente. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
Descritores: Reprodução
- 665 SILVA, Neucy P.M. da. O professor do sexo Masculino. Niterói, 1980. Dissert. (mestr.) - UFF. Centro de Estudos Sociais Aplicados.
Descritores: Papéis sexuais / Magistério
- 666 SILVA, Neuza M. da. Determinantes do emprego de mulheres com educação superior no Brasil. Oikos. Viçosa, 1(1):39-50, 1981.
Descritores: Trabalho / Terceiro grau / Alunado
- 667 SILVA, Petronilha B.G. educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro. Porto Alegre, 1987. Tese (dout.) - UFRGS.
Descritores: Raça / Educação rural / Alunado
- 668 SILVA, Rosa M.R. da. A formação profissional da mulher trabalhadora. América Latina. Recomendações do Seminário Regional do Cinter for - projeto 102. Boletim Técnico SENAC. Rio de Janeiro, 3(1):33-44, jan./abr. 1977.
Descritores: Trabalho / Formação profissional / Recomendações
- 669 SILVA, Rosa M.R. da. A validade do do menor através das estatísticas. A INFANCIA pobre no Brasil: uma análise da literatura, da ação e das estatísticas. Rio de Janeiro, Fundação FORD/IUPERJ, 1988.
Descritores: Trabalho
- 670 SILVA, Semar B.A. da. A fragmentação da atividade docente e a rotatividade do professor regente de classe. Brasília, 1985. Dissert. (mestr.) - UnB.
Descritores: Magistério / Reformas educacionais

- 671 SILVA, Tereza R.N. et al. Estudo sobre os estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação ao comportamento de seus filhos. Cadernos do Pesquisa. Sao Paulo, (18):15-9, set. 1976.
Descritor: Papéis sexuais / Família
- 672 SILVA, Veda L.L. da. Valores dominantes em adolescentes de Porto Alegre por idade, nível sócio-econômico e sexo. Porto Alegre, 1981. Dissert. (mestr.) - UFRGS.
Descritor: Alunado / Segundo grau
- 673 SILVERSTEIN, Leni M. Rumo a uma discussão- In: SEMINARIO ZAHIDE HACHADO NETO. FCC/NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, maio/jun. 1984. p.148-52.
Descritor: Estudos sobre mulher
- 674 SIHIONASSI, L.E. & METTEL, T.P.L. Interação verbal professor-aluno em uma escola maternal. Clônela e Cultura/Resumos. Sao Paulo, (32):900, 1980.
Descritor: Papéis sexuais / Pré-escola
- 675 SIMÕES, B.J.G. & SIMÕES, M.J.S. Levantamento sobre o uso do fumo entre os estudantes de nível secundário de Ribeirão Preto, SP - 1975. Revista do CARL e do HC da Faculdade de Medicina - Ribeirão Preto-USP. 9.37-46, 1977.
Descritor: Drogas / Alunado
- 676 SIMÕES, M.J.S. Tabagismo entre acadêmicos de Araraquara-SP. Revista Ciência Farmacêutica. Sao Paulo, 4:59-67, 1982.
Descritor Drogas / Alunado
- 677 SIMÕES, M.J.S. & SIMÕES, B.J.G. Levantamento sobre o uso de bebidas alcoólicas entre os estudantes de nível secundário - Ribeirão Preto, SP - 1975. Revista Brasileira de Farmácia. 7-19, 1980.
Descritor: Drogas / Alunado

- 678 SIMÕES, M.J.S. & SIMÕES, B.J.G. Uso de psicotrópicos entre estudantes de nível secundário em Ribeirão Preto, SP, 1975. Revista da Faculdade de Farmacia e Odontologia de Araraquara. Araraquara, 10:287-94, 1976.
- Descritor: Drogas / Alunado
- 679 SIQUEIRA, Maria Luiza N. et al. Perfil de atitudes das alunas finalistas de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas em relação à sexualidade humana. Manaus, 1988. mimeo. CProjeto apresentado ao V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]
- Descritor' Educação sexual / Alunado / Terceiro grau
- 680 SOARES, Dulce H.P. Estilo cognitivo e escolha profissional. educação e Realidade. Porto Alegre, 9(2):81-8, maio/ago. 1984.
- Descritor: Orientação profissional
- 681 SOARES, Pedro M. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos, 1835-1945. In: BRUSCHINI, Cristina & ROSEMBERG, Fulvia. Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. Sao Paulo, Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, 1980. p.121-50.
- Descritor: História / Oportunidades educacionais / Primeiro grau
- 682 SOUZA, Ayda C. Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes e comportamento político dos adolescentes de Porto Alegre. Porto Alegre, 1983. Dissert. (mestr.) - UFRGS.
- Descritor: Política / Alunado
- 683 SOUZA, Paula G. de. A educação da menina em famílias de classe média: de como mães e filhos vêem alguns aspectos da sua realidade doméstica. Porto Alegre, 1981. Dissert. (mestr.) - UFRGS.
- Descritor- Família / Papéis sexuais / Trabalho

- 684 SOUZA, Péricles L.S. de. Vivências sexuais de um grupo de jovens da região metropolitana do Recife. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. **Teses en educação**. Belo Horizonte, 1984. p.95.
- Descritor: Papéis sexuais / Educação sexual
- 685 SOUZA, Ronaldo P. de. Aspectos psicoevolutivos e sociais da sexualidade. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro**. Brasília, 1988. P.51-6.
- Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 686 SOUZA, Ronaldo P. de et al. Estudo sobre comportamento sexual do jovem universitário de Porto Alegre (UFRGS e PUC/RS). **Rev. AMRIGS**. 31 (3):203-7, jul./set. 1987.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau
- 687 SOUZA, Yolanda de C. e. **Relação entre alguns** aspectos da personal idade e **êxito** ou **na** logro no concurso vestibular em adolescentes **da cidade de** Marília. Sao Paulo, 1985. Tese (dout.) - USP. Instituto de Psicologia.
- Descritor: Vestibular
- 688 SPIER, Alba M.N. A dupla Jornada de trabalho da mulher: um estudo de caso com as professoras **de** uma escola publica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987. Dissert. (mestr.) - UFRGS. Faculdade de Educação.
- Descritor: Magistério / Trabalho / Papéis sexuais
- 689 SPINDEL, Cheywa R. O menor trabalhador e a reprodução da pobreza. Em Aberto. Brasília, 4 (28):17-41, out./dez. 1985.
- Descritor: Trabalho

- 690 SPOSITO, Marília P. (org.). O trabalhador estudante: um perfil do aluno do curso noturno superior. Sao Paulo, Loyola, 1989.
Descritores: Alunado / Ensino noturno / Terceiro grau
- 691 STEUIEN, G.T.M. & MARCONDES, RUTH S. Uso de cigarros entre adolescentes da uma escola de 1º Grau da cidade de Sao Paulo, Brasil- Revista de Saúde Publica. Sao Paulo, 13:235-43, 1979.
Descritores: Drogas / Alunado
- 692 SUPPLY, Marta. «O sexo na classe» entrevista a José Maria dos Santos. Interação. São Paulo, 1 (6):3-5, out. 1984.
Descritores: Educação sexual / Papéis sexuais
- 693 SWILLENS, Edite P. Estudo sobre os egressos do curso de -formação de professores do Instituto de Educação do Ceará- In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.35.
Descritores: Formação do magistério
- 694 SZEGO, T. et al. Levantamento epidemiológico sobre o vício de fumar entre estudantes de medicina no Estado de Sao Paulo. Revista da Associação Médica Brasileira. Sao Paulo, 31:13-6, 1985.
Descritores: Drogas / Alunado
- 695 SZMRECSANYI, Maria Irene. educação e Fecundidade: ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana. Sao Paulo, HUCITEC, EDUSP, 1988.
Descritores: Reprodução
- 696 SZMRECSANYI, Maria Irene- Educação e planejamento na obra de Karl Mannheim. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (40):15-22, fev. 1982.
Descritores: Reprodução

- 697 SZMRECSANYI, Maria Irene. Instrução da mulher e comportamento reprodutivo. In: BERQUO, Elza et al. A fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas. Sao Paulo, CEBRAP, 1977. p.289-336.
- Descritor. Reprodução
- 698 TABAK, Fanny. Avaliação das experiências de formação em estudos sobre a mulher: êxitos, obstáculos e perspectivas. In: SEMINARIO REGIONAL SOBRE EL DESARROLLO DE CURRÍCULUMS Y PREPARACIÓN DE MATERIALES DE ENSEÑANZA EN ESTUDIOS DE LA MUJER EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Buenos Aires, 4-7 jun. 1986. Anais . . .
- Descritor: Estudos sobre mulher
- 699 TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. Inventaire sur la situation de la femme au Brésil. IBECC; UNESCO, 1976. mimeo.
- Descritor: Alunado / Magisterio / Indicadores Estatísticos
- 700 TABINI, Mari I.S.B. O profissional pedagógico: uma tentativa de caracterizar sua profissão. Belo Horizonte, 1979. Dissert. (mestr.) - UFMG. Faculdade de Administração Escolar.
- Descritor: Magistério
- 701 TAHIM, Mercia M.F. da C. Escolas noturnas femininas: expectativas educacionais e ocupacionais. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-- ANPED. Teses em educação - 1984. Rio de Janeiro, 1986. P.73.
- Descritor: Ensino noturno / Educação de adultos
- 702 TAMBRINI, Maria Y.S.B. A formação do pedagogo. Educação em Debate. Fortaleza, 4(1):108-115, jan./jun. 1982.
- Descritor: Magistério

- 703 TANURI, Leonor M. Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil. Pesquisa e Planejamento. Rio de Janeiro, 13:7-98, s.d.
Descritor: História / Alunado / Formação do magistério
- 704 TANURI, Leonor M. O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930. Sao Paulo, FEUSP, 1977.
Descritor: História / Alunado / Formação do magistério
- 705 TANURI, Leonor M- O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930. Sao Paulo, USP/FE, 1979.
Descritor: História / Formação do magistério
- 706 TELLES, Norma. Encantações: escritoras e Imaginação literária no Brasil, sec. XIX. Sao Paulo, 1987. Tese (dout.) - PUC/SP.
Descritor: História
- 707 THAUMATURGO, Maria do Carmo de O. A profissional de enfermagem, sua formação e sua inserção no macrossistema econômico, político e social: percepção das enfermeiras nas áreas A e docentes. Rio de Janeiro, 1985. Dissert. (mestr.) - PUC/RJ.
Descritor: Terceiro grau / Orientação profissional
- 708 TINOCO, Vilma A. O desenvolvimento de programas educacionais para a promoção sócio-econômica da mulher da zona rural. RIO de Janeiro, Fundação Mobral, 1975-
Descritor: Ensino supletivo / Alunado / História
- 709 TOLEDO, Regina A. et al. A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação. Petrópolis, Vozes, 1981.
Descritor: Papéis sexuais

- 710 TOLEDO, Regina & LINS, Vera. Estereótipos sexuais na educação. Ciência e Cultura. RESUMOS. Sao Paulo, 32(7) 133, 1980.
 Descritor- Papéis sexuais
- 7ii TOSCHI, Eny. A formação do professor opinião dos docentes da UFRGS. Educação e Realidade. Porto Alegre, 10(i):7-22, jan./abr. 1985.
 Descritor: Formação do magistério
- 7í2 TOSI, Lúcia. A criatividade feminina na ciência. Cadernos de Opinião. Rio de Janeiro, (2):43-50, 1975.
 Descritor: Cientistas / Papéis sexuais
- 713 TOSI, Lúcia. Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras?. Ensaios de Opinião. Rio de Janeiro, 11:69-71, 1979.
 Descritor: Cientistas / Papéis sexuais
- 7í4 TOSI, Lúcia. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. Ciência e Cultura. Sao Paulo, 33(2): 167-77, fev. 1981.
 Descritor- Terceiro grau / Cientistas / Papéis sexuais
- 715 TREZZA, Elizabeth de S. A professora de 1 a 4 série do 1º Grau: un estudo empírico sobre auto-percepção de professoras no município de São Paulo. Sao Paulo, 1985. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia.
 Descritor: Magistério / Primeiro grau / Papéis sexuais
- 716 UEMURA, Emiko. Aprendizagem de operações: adquire-se experimentalmente?. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação. Belo Horizonte, 1984. p.96.
 Descritor:- Desempenho escolar

- 717 UNGARETTI, Helena V. Estudo correlacional entre o teste gestáltico visomotor de Bender e o rendimento em alfabetização. Porto Alegre, 1981 . Dissert. (mestr.) - UFRGS.
Descritor- Desempenho escolar
- 718 UNGARETTI, Maria A. As escolas comunitárias e a participação feminina. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 32(174) 48-65, jan- /mar . 1985.
Descritor : Família
- 719 UNIVERSIDADE DE SAO PAULO. Caracterização dos candidatos ao vestibular. São Paulo, FEUSP, 1978.
Descritor Vestibular / Indicadores estatísticos
- 720 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento de Medicina Preventiva. Programa de Estudos Epidemiológicos- Consumo de drogas entre escolares em Salvador; relatório de pesquisa. Salvador, 1988.
Descritor: Drogas / Saúde / Alunado
- 721 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Educação- A formação do professor das quatro primeiras séries do primeiro grau no Estado da Paraíba - 1983. João Pessoa, 1983. mimeo. [Projeto de pesquisa apresentado ao INEP 3
Descritor: Formação do magisterio
- 72.? UNIVERSIDADE FEDERAL DO CLARA. Avaliação da educação rural básica no nordeste brasileiro -1981-1983. MEC, FCPC, 1983.
Descritor: Educação rural / Alunado / Magistério
- 723 UNIVERSIDADE FEDERAL DD CEARA, Avaliação da educação rural básica no nordeste brasileiro -1981-1985. MEC, FCPC, 1985.
Descritor: Educação rural / Alunado / Magistério

- 724 VAINSENER , Semira A. O aluno entende de sexo?.
Recife, FUNDAJ, CNPq, 1985. mimeo.

Descritor Educação sexual / Alunado
- 725 VAINSENER, Semira A. Anticoncepção: a visão do professor. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (70):20-7, ago. 1989.

Descritor Educação sexual / Reprodução / Magistério
- 726 VANNI, Carlos F. O ensino agrícola em São Paulo- um estudo de sua clientela. Araraquara, 1977. Dissert. (mestr.) - UNESP/Araraquara. FFCL. .

Descritor: Segundo grau / Alunado / Escola agricola
- 727 VASCONCELOS, Claudia de A. A mulher na Educação Física: preconceitos e estereótipos. Niterói, 1988. [Projeto apresentado no V Concurso de Dotação para Pesquisa sobre mulher da Fundação Carlos Chagas, 1988]

Descritor: Educação Física / Papéis sexuais
- 728 VAZ, Jose Carlos de L. (Padre). A Universidade Católica no Brasil: pesquisa sobre identidade, a situação atual e as perspectivas da universidade católica no Brasil. São Paulo. Rio de Janeiro, Loyola, PUC/RJ, 1983.

Descritor- Terceiro grau / Ensino religioso
- 729 VECINA, Tereza C.C. O significado do curso de magistério a nível de 2º Grau, para suas alunas. São Paulo, 1986. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.

Descritor: Formação do magistério / Orientação profissional / Segundo grau
- 730 VELLOSO, Jacques R. Exames de suplência: candidatos e rendimentos em cinco capitais. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (27):19-40, dez. 1978.

Descritor Ensino supletivo / Alunado

- 731 VELLOSO, Jacques R. Pesquisa no ensino supletivo: uma experiência em alternativas de amostragem. Forum Educ. Rio de Janeiro, 4(2):3-16, abr./jun. 1980.
- Descritor Ensino supletivo
- 732 VELLOSO, Jacques R. et al. Perfil dos candidatos e análise de seu desempenho nos exames de suplência; Projeto 4. Perfil de candidatos. Brasília, UnB, 1977.
- Descritor Ensino supletivo / Alunado
- 733 VERARDO, Maria T. Aborto: um direito ou um crime?. Sao Paulo, Moderna, 1987.
- Descritor: Educação sexual / Recomendações / Reprodução
- 734 VICALVI, Noelly M.M- A integração do feminino e do masculino à vivência da mulher: uma análise de depoimentos de profissionais de nível superior. Sao Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Terceiro grau / Orientação profissional / Papéis sexuais
- 735 VIÇOSA, Geraldina R. et al. Experiência no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas (HMIPV) na assistência multidisciplinar integralizada ao trinômio mãe adolescente/ Filho/ companheiro: dados preliminares. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasilia, 1988. p.181-92.
- Descritor : Reprodução
- 736 VIEIRA, Sofia L. A educação e o intelectual acima das circunstâncias. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (60):66-9, fev. 1987.
- Descritor: Terceiro grau / Papéis sexuais

- 737 VIEIRA, Sofia L. A mulher no contexto educacional brasileiro- educação em Debate. Fortaleza, 2 (2):5-28, 1979.
- Descritor: História / Magistério / Orientação profissional
- 733 VILAR INNO, Myriam A. da S. Padrões de auto-revelação em alunas de um curso de psicologia, período noturno, na cidade de São Paulo. Sao Paulo, 1980. Dissert. (mestr.) PUC/SP.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau / Ensino noturno
- 739 VITIELLO, Nelson. Gestação em adolescentes de bom nível sócio-econômico- In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. p.113-124.
- Descritor: Educação sexual / Reprodução / Recomendações
- 740 WAHRHAFIG, Rosana M. de C. Necessidades de alunos universitários - subsídios para um Programa de Orientação Educacional. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. Teses em educação - 1985. Rio de Janeiro, 1987. P.70.
- Descritor: Alunado / Terceiro grau
- 741 WAJMANN, Maria S.R. et al. Gravidez na adolescência: aspectos psicossociais. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília, 1988. P.89-100.
- Descritor: Reprodução / Desempenho escolar
- 742 WEBER, Silke. Aspirações à Educação. Petrópolis, Vozes, 1976.
- Descritor: Papéis sexuais / Alunado / Família

- 743 WEBER, Silke et al- Influência da variável sexo sobre a motivação na escolha de um curso universitário; relatório de pesquisa. Recife, UFPE, s.d.
- Descritor Orientação profissional / Alunado / Terceiro grau
- 744 WEINTRAUB, Mauro S. et al. Consumo de maconha por escolares da 8 série do período noturno da Região do ABC do Estado de Sao Paulo. Revista de Psiquiatria Clínica. Sao Paulo, 7:25-30, 1978.
- Descritor: Drogas / Alunado / Ensino noturno
- 745 WEINTRAUB, Mauro S. et al. Consumo de maconha por escolares da 8 série da cidade de Sao Paulo. Revista de Psiquiatria Clínica. Sao Paulo, 5 : 115-21, 1976.
- Descritor: Drogas / Saúde / Alunado
- 746 UFISSEIMER, Astrid. Atitudes dos alunos em relação ao curso de arquivologia da Universidade de Santa Hana/RS. Santa Maria, 1983. Dissert. (mestr.) - UFSM/RS.
- Descritor Alunado / Terceiro grau
- 747 WEREBE, Maria J.G. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (36):106-10, -Fev. 1981.
[Mesa redonda apresentada na XXXII Reunião da SBPC, Rio de Janeiro jul. 19803
- Descritor: Educação sexual / Recomendações
- 748 WEREBE, Maria J.G. Estudo sobre a sexualidade do adolescente análise crítica. Ciência e Cultura. Sao Paulo, 31(4):373-81, 1978.
- Descritor: Educação sexual
- 749 WEREBE, Maria J.G. Implantação da educação sexual no Brasil. Cadernos de Pesquisa. Sao Paulo, (26):2i-7, set. 1978.
- Descritor: Educação sexual / História

- 750 **WEY, Vera L. A monitoria das mães - uma concepção em educação.** Sao Paulo, 1980. Dissert. (mestr.) - PUC/SP.
- Descritor: Magistério / Família / Pré-escola
- 751 **WHITAKER, Dulce. A escolha da carreira.** Sao Paulo, Moderna, 1985.
- Descritor: Orientação profissional / Papéis sexuais
- 752 **WOLYNEC, E. & PASQUARELLI, M.L.R. A produção acadêmica de cientistas do sexo masculino e feminino.** 1988. mimeo.
- Descritor: Cientistas / Trabalho
- 753 **ZAMBERLAN, Maria A.T. Critérios de adoção de papéis sexuais em situação de brinquedo.** São Paulo, 1979. Dissert. (mestr.) - USP. Instituto de Psicologia .
- Descritor: Papéis sexuais
- 754 **ZANINI, A.C. et al. Concept and use of psychoactive drugs among university students in the Sao Paulo area. Drug Forum. 6:85-99, 1977.**
- Descritor: Drogas / Alunos
- 755 **ZYLBERSTAYN, Hélio et al. A mulher e o menor na força de trabalho.** Sao Paulo; Brasilia, Nobel; Ministério do Trabalho, 1985.
- Descritor: Trabalho / Papéis sexuais

3.2 Índice de autores

- ABREU, Alice de P
003
- ADAMO, Fábio A
615
- AGATTI, Antonio P.R.
004
- AGUIAR, Neuma
005, 006
- ALBANO, Celina et al
007
- ALBUQUERQUE, Maria Angela T
008
- ALBUQUERQUE, N.N.F.
009
- ALENCAR, Eunice M.L.S. de
010
- ALMEIDA FILHO, N. et al
011
- ALMEIDA Jr., José Maria G. de
332
- ALMEIDA, Guydo de
012
- ALTMANN, Ana M.G
013
- AMADO, Tina
014, 067, 133, 134, 471,
472
- AMARAL, Célia C.G
015
- ANGELI, Heloísa A.T
017
- ANGELIS, Vera R.B
018
- ANGOTTI, Domingos
019
- ARAPIRACA, Mara
020
- ARAÚJO FILHO, Luis S. de
021, 022
- ARAÚJO, Clara O.G.
023
- ARAÚJO, Terezinha L
024
- ARAÚJO, Wanda O
025
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS
POPULACIONAIS - ABEP 026
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
EDUCAÇÃO - ANPED
008, 012, 018, 019, 021,
022, 048, 097, 175, 186,
202, 246, 253, 267, 271,
286, 398, 413, 416, 437,
445, 456, 463, 489, 514,
517, 583, 684, 693, 701,
716, 740
- ASUNCION. Oficina Latinoamericana
de Educación Sexual 027
- AVILA, Cósimo D. de et al
028
- AZEVEDO, Célia M. de
546
- AZEVEDO, Célia M.M. de et al
029
- AZEVEDO, Eliane S. et al
030

AZEVEDO, Fernando de S.D
03 i

AZEVEDO, Lilia et al

BACCARIN, Har ia Ines
033

BAHIA. Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial -
SENAC. Divisão de Formação
Profissional

BALSEMAO, Antonio et al
035

BALZAN. Newton C
036

BAQUERO, Marcelo
037

BARBANTI. Maria Lúcia S.H
038

BARBOSA, Irene M.F
039

BARBOSA, Margarida A
040

BARONE, Leda M.C
041

BARREIRA, Luzia M
042

BARRETTO, Elba S. de S
043, 044, 045, 046

BARROS, Alfredo CS.D. de et al
047

BARROS, Maria Leda R. de
048

BARROSO, Carmen
049, 050, 051, 052, 053,
054, 055, 056, 057, 058,
059, 060, 061, 062, 063,
067, 068, 069, 070, 071,
Í35

BARROSO, Carmen (org.)
064

BARROSO, Carmen et al
0615, 066

BASTOS, Antonio V. B . 072

BASTOS, Antonio V.B. et al
(orgs.) 073

BECHARA, Olga T
074

BECKER Jr., Benno
075

BENIN, Ana Lúcia M. de O. et al
076

BERGER, Lúcia S.R. et al
077

BERNARDES, Maria Thereza C.C
078, 079

BERNARDES, Nara M.G
080, 081

BERNARDI, Marcello
082

BERQUO, Elza
442, 555

BERQUO, Elza et al
497, 697

BERQUO, Elza et al (ed.)
083

BERQUO, Elza S
419

BESSE, Susan K
084

BEZERRA, Marlizete L. et al
085

BICALHO, Maria Fernanda B
086

BILAC, Elizabete D
087, 088

BLAY, Eva A
089, 090, 091, 092, 093.
094, 095

BLAY, Eva A.
096

BLAY, Eva A. (org.)
312

BLUMENTHAL, Gladis R.W
097

BOHME, Maria T.S. et al
098

BONAMIGO, Eusa M.R
352

BONATTO, Ceres T
339

BONITATIBUS, Suela G
099

BORGES, Wanda R
100

BRASIL. Minister io da Educação.
SESu 101, 102, 103, 104,
105

BRASIL. Ministério da Justiça
107

BRASIL. Ministério da Saúde
107

BRASIL. Ministério da Saúde -
DST Aids 106

BRASIL. Ministério do Trabalho
108

BRASIL. Senado Federal.
Comissão Parlamentar Mista de
Inquerito
062, 109, 170, 346, 369,
432, 595

BRASLAVSKI, Cecília
110

BRENES, L.F.V. et al
111

BRISOLLA, Sandra de N
112

BRITO, Manuel B
113

BRITO, Rosineide S. de
114

BRITTO, Luiz N. de
115

BROD, Maria Ignez S.S
116

BRUSCHINI, Cristina
068, 117, 118, 119, 120,
121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130,
131, 133, 134, 135, 136,
137, 628, 681

BRUSCHINI, Cristina (coord.)
132

BRUSCHINI, Cristina (org.)
218, 609

BRUSCHINI, Maria Cristina A
138, 139

BUCHER, R.E.
140, 141

CABRAL, Ruth 142	CARNEIRO, Sueli 165
CALIGARY, Ana I 145	CARNEVALE, Rita 166
CAMPOS, Maria Cristina S. de S 146, 147	CARVALHO, Célia P. de 167, 168
CAMPOS, Maria M.M.C 148, 149, 150	CARVALHO, Hilza A.6 Í69
CAMPOS, Maria M.h.C. 151	CARVALHO, Iris de 170
CAMPOS, Terezinha CP 152	CARVALHO, José J.C. de 171
CANDAU, Vera M.F. (coord.) 153	CARVALHO, Maria E.P de 172
CANESIN, Maria Tereza 154	CARVALHO, Maria Jurema V. de 173
CANESQUI, Ana Maria 155, 156	CARVALHO, Maria L. de 174
CANFIELD, Jefferson T. et al 157	CARVALHO, Mancil V 124
CANTARINO FILHO, Mário R 158	CARVALHO, Sônia A.CL. de 175
CANUTO, Vera R.A 159	CASSES, Olma A 176
CARDOSO, Ireda 160, 161	CASTELLANI FILHO, Lino 177
CARLINI, B.H. et al 162	CASTILHO, Adail V 178
CARLINI, E.A. 163	CASTRO, Adelir M. de S. e 179
CARLINI-COTRIM, B. 163	CASTRO, Célia L.M. de 180
CARNEIRO, Aparecida S 164	CASTRO. Claudio de M. et al 181, 162

CASTRO, Claudio M 183	CHIAPPARI, Maria G.M 198
CASTRO, Maria Ceres S 184	CIANCIARULLO, Tamara I 199
CATANI, Denise B 185	CLACSO 586
CAVALCANTI, Zenaide G.H 186	CLOSS, Iria G 200
CAVASINI, Sandra H 187, 426	COLUSSI, Maria de S 201
CAVASINI, Sandra H. 188	COMANDULE, Maria Elenice O 202
CENTRO BRASILEIRO DE ANALISE E PLANEJAMENTO - CEBRAP 189	COMISIÓN ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL 203, 406
CENTRO DE ESTUDOS DO LABORATORIO DE APTIDÃO FISICA DE SAO CAETANO DO SUL 187	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM 204
CENTRO MATERNO INFANTIL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR 190	CORNELY, Therezinha D.F 205
CHAGAS, Valnir 191	CORONA, Lúcia CG. 206
CHAIA, Miguel 192	CORREA, Ely de O.M. de A 207, 208
CHAIA, Miguel W. 193	CORREA, Mariza 209
CHAIM, Célia 194	CORVALAN, Graziella 210
CHANG, Ligia 195, 196, 252	COSER, Silvana M.L 211
CHAUI, Marilena 197	COSTA. Albert ina de O 212, 213, 214, 215
	COSTA, Albertina de O. 069. 218

COSTA, Albertina de O. (org.) 070	DAMACENO, Maria N 236
COSTA, Albertina de O. (orgs.) 069	DAVIS, Claudia 237
COSTA, Albertina de O. et al 216, 217	DAVIS, Claudia L.M
COSTA, Ana Maria I. da 219	DE LAZAR I, Joana S 239
COSTA, Anna E.B. da 220, 221	DE MARCHI, Adriano 240
COSTA, Anton io C.S 222	DE ROSE, E.H 242
COSTA, M.J.T.O. et al 223	DE ROSE, E.H. et al 241
COSTA, Niobe M 224	DE ROSE, R.C.F. 242
CRESCENTI, Maria Thereza C 225	DEBLE, Isabelle 243
CROCHIK, José L 226	DEMARTINI, Zeila de B.F. (c(244
CRUZ NETO, Isidoro 227, 228	DEMARTINI, Zeila de B.F. et 245
CRUZ, Maria Yvoneti da	DIAS, Denise T. de V 246
CRUZ, Yolanda J. da 230	DIAS, José A. 247
CUNHA, Luis Antonio C.R 231	DIAS, Maria I.P 248
CURI, Paulo R	DIAS, Vera R. de S 570
CYSNEIROS, Elza D.M 233, 234	DOMINGUES, José L 249
DAMORIM, Maria A 235	DUARTE, Lindar 250

DUCCI, Mar ia Angélica 25i, 252	FERNANDES, Emilia M.V 271
DUEMKE, Rachel M.B 253	FERNANDEZ, Senira A.F 272, 560
EBOLI, Maria Terezinha M. de M 254	FERRARO, Maria L 381
EGRY, Emiko Yoshikawa 255	FERREIRA, Maria Luiza A.C 273
ELIOU, Maria 256	FERREIRA, Nilva P 274
ELUF, Maria Luisa K 257, 258, 259	FERRETTI, Celso J 275, 276
ESCOLA DE PAIS DO BRASIL 260	FERRUA, Leila H 277
ESPOSITO, Yara L 151	FIGUEIREDO, Maria Aparecida de 278
ESTANISLAU, Lídia A 261	FLAVO, Licia Q. (orgs.) 115
FAGALI, Eloisa Q 262	FRANÇA, Jussara 27?
FARIA, Ana Lúcia G. de 263, 264	FRANCO, Maria A.C 280
FARIA, Lia CM. de et al 265	FRANCO, Maria Laura B 281
FARIAS, Manoel S 266	FRANCO, Sílvia C 282, 283
FAUNDES, A 654	FREIRE, Madalena 440
FAUNDES, Aníbal (org.) 539	FREITAG, Bárbara et al 284, 285
FEIJO, Ivani L 267	FREITAS, Sílvia U.D. de 286
FELDENS, Maria das Graças F 268, 269, 270	FUKUI, Lia F.G 287

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS 288, 289, 290, 291, 292 . FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - FIDEPE 533	GOMES, Sônia M.T.A 314
FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP 293	GONÇALVES, Francis L.S 315
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE 294, 295, 373, 570	GONÇALVES, Ruth P 316
GALDI, Enori H-G- 297	GORENSTEIN, C. et al 317
GALDI, Enori H-G. et al 296	GORETTI, Maria 318
GALHEIGO, Ana M 298	GOUVEIA, Aparecida J 319, 320
GASTALDELLO, Maria Eugênia T 299	GRACIANO, Marília et al 321
GATTI, Bernardete 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306	GRAHAM, Christine R 322
GERMANO, Raimunda M 307	GUASSI, Sandra R 323
GIKOVATE, Flavio 308	GUEDES, Dartagnan P 324, 325
GIL, Maria E 309	GUIMARÃES, E.P 326
GOES, Zorilda S 310	GUIMARÃES, Manuel L.L.S 327
GOLDBERG, Anette 311, 312	GUIMARÃES, Maria T.A 589
GOLDBERG, Maria A.A 313	HADDAD, Sergio 328, 329
	HAGA, Atsuko 330
	HAHNER, June E 331
	HENRIQUES, Maria de Lourdes 332

HENRIQUES, Maria Helena et al 333	KERSTENETZKY, Issac et al 346
HILDEBRAND, Maria Helena B 334, 335	KLEIN, Ruben 581
MIRANO, Sedi et al 336	KNORR , Maria Neomi de O 347
HOFF , Sand i no 337	KOUSSOULA-PANTAZOPOULO, Eleutheria 348
HORTA, Elizabeth V 338	KRAYCHETE, Elsa S 349
HIPÓLITO, Alvaro 339	KUDE, Vera M.M 350
INSTITUTO NACIONAL <i>DE</i> ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP 175, 204, 267, 416	LA ROSA, Jorge 351, 352
IONESCU, Al i da et al 340	LAFER, Betty M 353, 354, 355
IPEA 2º1	LAJOLO, Marisa 356, 357
IPLAN 2º1	LANG, Alice B. da S.G 096, 358, 359
JELIN, Elizabeth 34i	LASSANCE, Mar ia Célia P 360
JESUS, lima F. de 342	LAUAR , El izabeth CD. 361
JORGE, M.P 423	LEITE, Ilka B 410
JUNQUEIRA, Luci 343	LEITE, João P 362
KAMPEL, Maria M 344	LEITE, Miriam L.M 363, 364
KEHL, Maria Rita 345	LEITE, Miriam L.M. et al 365

LEITE, Miriam M 366	LOPES, Mar ia J 390
LEMOS, Delba G. et al 367	LOPES, Marta J.M 391
LEMOS, Rosani M.O 459	LOUREIRO, Walderês N 154
LENK, Maria 368, 369	LOURES, Gilda P.R 392
LENSKIJ, Tatiana 370	LOURO, Guacira L 393, 394, 395, 396, 397 398
LEWIN, Helena 371, 372, 373, 374	LUSTIG, Sílvia 399
LEWIN, Helena et al 375, 376, 377	MACEDO, Sonia L 400
LIMA, Ana A-G. de et al 378	MACHADO NETO, Zahidé 401
LIMA, Lauro de O 379, 380	MACHADO, Joao B 402
LIMA, Maria H-C 381	MADEIRA, Antenor P 361
LINHARES, Maria Beatriz M 382	MADEIRA, Felícia R 403, 404, 405, 406, 407
LINO, Sonia CM 383	MADEIRA, Felícia R. 409
LINS, Vera 710	MADEIRA, Felícia R. et al 408
LINS, Vera L- de 0 384	MADRADO, Maria Helena 410
LINS, Vera L. de 0- et al 385	MAGALHÃES, Belmira R. da C. et al 411
LOBO, Elizabeth S 386, 387	MAGALHÃES, M.P. et al 412
LOPES, Eliana M.T 388, 389	

MAMEDE, Maria Neide de A
413

MARCONDES, RUTH S
691

MARCONDES, Ruth S. (coord.)
414

MARINHO, Inezil P
415

MARQUES, Dirce da G.C
416

MARQUES, Juracy C.
417

MARQUES, Maria O.T
418

MARQUES, Rubens M.
419

MARTELLI, Anita F
247

MARTINS JUNIOR, Joaquim
420

MARTINS, Maria Angélica R
421

MARTURANO, Edna M
422

MASUR, J.
423

MATO GROSSO. Secretaria da
Educação **424**

MATSUDO, Víctor K.R
1B8, 425

MATSUDO, Víctor K.R.
426, 427

MATTIAZZI, Benjamin
428

MEDEIROS, Maria Lúcia A
429

MELLO, Guiomar N. de
071, 430, 431, 432, 433,
434

MELLO, Guiomar N. de et al
435

MELLO, Mara R. de O
436

MELLO, Miriam CD. e
437

MELLO, Silvia L. de
438, 439, 440

MERMELSTEIN, Miriam P. et al
441

MERRICK, Thomas W.
442

METTEL, T.P.L
674

MICELI, Sergio
443

MILLEO FILHO, Alberto
444, 445

MIRANDA, Glauro V. de
446, 447, **448, 449**, 450,
451, 645

MONTEIRO, Carlos A. et al
452

MONTEMOI, L.N. et al
453

MORA, German
454, 455

MORE, Marisa M
456

MOREIRA Wagner W

MOREIRA, Daniel A
457

MOREIRA, Lília M. de A
458

MOREIRA, Lilia M. de A.
459

MOREIRA, Zwinglio W
297

MORGADO, A.F. et al
460

MORRIS, Leo
461

MOTT, Maria Lúcia de B
462

MOTTA, Adilson N
463

MURAD, J.E
464, 465

NAGUEL, Lizia H
206

NAKAMURA, M.S. et al
466

NARDINI, Helena
417

NASCIMENTO, Juarez V. do et al
467

NASCIMENTO, Maria de Lourdes A.
et al 468

NAVARRO, Marysa
469

NEDER, Gislene et al 470

NEGRÃO, Esmeralda V.
471, 472

NEGREIROS, Tereza C. de G.M
473

NEVES, Angela da C
474

NEVES, Angela M.B
475

NEVES, Ernesto
476

NOGUEIRA, Clarisse W.M
655

NOGUEIRA, Julita M
477

NOSELLA, Maria de Lurdes CD
478, 479

NOVAES, Maria Eliana
480, 481, 482, 483

NOVELINO, Aida M
484

NUCLEO DE PESQUISA SOBRE A MULHER
- NEM/PUC/RJ 485

NUDELMAN, Cléa
486

NUNES, Clarice
487

NUNES, M.V
009

OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN DE
LA UNESCO PARA AMERICA LATINA
Y EL CARIBE - OREALC 488

OLIVEIRA, Elci M. de
489

OLIVEIRA, Francisco C. et al
490

OLIVEIRA, João B.A. e
491

OLIVEIRA, Laíce C. de et al
492

OLIVEIRA, Lólio L- de
306, 493

OLIVEIRA, Lúcia E.G. de et al
494

OLIVEIRA, Luis A.P.
496

OLIVEIRA, Luis A.P. de
495

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de
497

OLIVEIRA, Maria de Lurdes B. de
498

OLIVEIRA, Marta K
499

OLIVEIRA, Rachel de
342

OLIVEIRA, Rita de C.C
500

OLIVEIRA, Zuleica L.C. de
(coord.) 501

OLIVIERI, Telma L.P
502

OLMEDO, Sendi R.M
503

OMETTO, Ana M.H
504

ONAINDIA Y LEQUERICA, Maria
Alicia 505

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE
085, 340, 454, 455, 490,
615, 655, 685, 735, 739,
741

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE
085, 340, 454, 455, 490, 615,
655, 685, 735, 739, 741

ORMASTRONI, Maria J.S
506

PAGLIARO, Heloisa
507

PAIVA, Paulo de T.A
508

PAIXÃO, Idelzuita, R. da
509

PAIXÃO, Léa P
510

PALMEIRA, Maria J. de O
511

PARIZOTTO, Benilde C
512

PASQUALI, Luiz et al
513

PASQUARELLI, M.L.R
752

PASSAMAI, Maria Herminia B
514

PATTO. Maria Helena S
515

PAULILLO. M.I
023

PAULO, Maria Regina S. de
516

PAULO, Maria Tereza K. de B
517

PECHT, Eliana R.I
518

PELLEGRINOTTI, Idico L.
520

PELLEGRINOTTI, Idico L. et al
519

PELLICCIOLLI, Delci L. da S 521

PENA, Maria Valéria J
522, 523. 524

PENIN, Sonia T. de S
525

PENNA, Luca
526

PEREGRINO, Maria Graziela
527

PEREIRA, Laércio E
528

PERES, Tirsa R
529, 530

PERNAMBUCO. Governo do Estado
531

PERNAMBUCO. Secretaria da
Educação 532

PERNAMBUCO. Secretaria de
Planejamento 533

PESSOTI, Alda L
534

PIAUI. Secretaria de Estado da
Educação. FADEP/CPTE 535

PICONEZ, Stela CB
536

PILON, André F
537

PINI. Mário C
538

PINOTTI, José A
654

PINOTTI, José A.
539, 654

PINTO, Elizabeth B
540

PINTO, José A.
541

PINTO, Regina P
542, 543, 544, 545, 610,
611

PINTO, Regina P.
546

PIRES NETO, Cândida S
547

PIZA, Edith S.P
548

PLOTNIK, R. et al
549

POGGIO, Sara Z
550

PONDE, Ana N.F.R 551	RESENDE, Jorge de S. 570
PORTO, Maria Eugênia 552	REZENDE, Rosa N.B. da S 627
PRA, Jussara R 037	REZLER, Meiri A 571
PRADO, Danda 553	RIBAS, Maria de Jesus da S 572
PRADO, Nice 554	RIBAS, Maria de Jesus da S. 573
PRANDI, José R. 555	RIBEIRO, Arilda I.M 574
PRETTI, Maria Christina M 556	RIBEIRO, Laura C 575
QUARTIM DE MORAIS, Maria L 557	RIBEIRO, Maria Alice (org.) 576
QUEIROZ, Maria I.P. de 558	RIBEIRO, Maria Luiza S 577, 578
QUINTELLA, Maria M.D 559	RIBEIRO, Paulo R.M 579
RAÏCA, Darcy 560	RIBEIRO, Sérgio C 580
RANZANI, CM. et al 561	RIBEIRO, Sérgio C. 581
RASIA, José Miguel (coord.) 562	RIBEIRO, Zoya D 582
RATTO, Isabel M.R 563	RIGUERIA, José E 541
RATTO, Maria Luiza R 564	RISSON, Theresinha de 583
REGO, Maria Filomena 565, 566, 567	RIZZOLI, Lúcia H 584
REIS, Maria Cindida D 568, 569	ROCHA, Everardo P.G. (ed.) 55?

ROCHA, Joao A 585	SALLES, Pedro 620
RODRIGUES, Arakcy H 586	SAMARA, Eni de M 621, 622
RODRIGUES, Claudio J.L 587, 588	SAMPAIO, Dario et al 623
RODRIGUES, Josineide F.C. 589	SANTOS, Idineia S. dos 624
RODRIGUES, Therezinha de J.S 590	SANTOS, Lucilia M 625
ROSEMBERG, Fulvia 130, 136, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 609, 610, 611, 681	SANTOS, Marina P. dos 626
ROSEMBERG, Fulvia (org.) 136, 137, 183, 392, 542, 628	SANTOS, Mirene M. 627
ROSEMBERG, Fulvia et al 607, 608	SANTOS, Selene S.C.H 628, 629
ROSENBERG, Lia et al 612	SANTOS, Thereza 165
RUFFINO NETTO, A. et al 613, 614	SAO PAULO(Cidade) Prefeitura 630
SAAD, A. 615	SAO PAULO(Cidade) Secretaria de Educação. Departamento de Orientação Técnica 631, 632
SAAD, Alfredo A 616	SAO PAULO(Estado) Secretaria da Educação 292, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640
SAAD, Ambrozina A.C. 616	SARTI, Cynthia 641
SAFFIOTI, Heleieth I.B 617, 618	SAUCEDO. Vera L.F 642
SALES, Ligia F 619	SAUASATO, Yum i Y 643

SCHIMIDT, Ingrid E 644	SILVA, Magda M.V.G. da 660
SCHMIDT, Isaura B. 645	SILVA, Maria Beatriz N. da 661, 662
SCHMITT, Regina C.T 646	SILVA, Mar ia C. de L e 663
SCHUSSEL, Darcy R 647	SILVA, Nadja L.P 496
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC 648	SILVA, Nanete A. da 664
SESSA, Madalena 427	SILVA, Neucy P.M. da 665
SETTON, Maria da Graça J 649	SILVA, Neuza M. da 666
SHEPARD, Sandra R 650	SILVA, Petronilha B.G 667
SIDOU, Maria L.A 65i	SILVA, Rosa M.R. da 668, 669
SILVA, A.M.A. et al 652	SILVA, Semar B.A. da 670
SILVA, Jefferson I. da 653	SILVA, Tereza R.N. et al 671
SILVA, João L. de CP. 654	SILVA, Veda L.L. da 672
SILVA, João L.P. 655	SILVERSTEIN, Leni M 673
SILVA, Léa M- da 656, 657, 658	SIMIONASSI, L.E. 674
SILVA, Léa M. da (coord.) 211, 400, 418	SIMÕES, B.J.G 677, 678
SILVA, Léa M. da et al 659	SIMÕES, B.J.G. 675
	SIMÕES, M.J.S 675, 676

SIMÕES, M.J.S. 677, 678	SZMRECSANYI, Maria Irene 695, 696, 697
SIQUEIRA, Maria Luiza N. et al 679	TABAK, Fanny 698, 699
SOARES, Dulce H.P 680	TABINI, Mari I.S.B 700
SOARES, Pedro M 681	TAHIM, Mercia M.F. da C 701
SOUZA, Ayda C 682	TAMBRINI, Mar ia Y.S.B 702
SOUZA, Paula G. de 683	TANURI, Leonor M 703, 704, 705
SOUZA, Péricles L-S- de 684	TELLES, Norma 706
SOUZA, Ronaldo P. de 685	THAUMATURGO, Maria do Carreo de O 707
SOUZA, Ronaldo P. de et al 686	TINOCO, Vilrea A 708
SOUZA, Yolanda de C. e 687	TOLEDO, Regina 710
SPIER, Alba M.N 688	TOLEDO, Regina A. et al 709
SPINDEL, Cheywa R 689	TOLEDO, Regina et al 384
SPOSITO, Marília P. (org.) 690	TOSCANO, Moema 699
STEUIEN, G.T.M- 691	TOSCHI, Eny 711
SUPLICY, Marta 692	TOSI, Lucia 712, 713, 714
SWILLENS, Edite P 693	TOTUGUI, M.L 140, 141
SZEGO, T. et al 694	TREZZA, Elizabeth de S 715

TRIVIÑOS, Augusto N.S
573

UEMURA, Emiko 716

UNGARETTI, Helena V
717

UNGARETTI, Maria A 718

UNICEF
291

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
719

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.
Departamento de Medicina
Preventiva- Programa de
Estudos Epidemiológicos **720**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.
Centro de Educação **721**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
722, 723

VAINSECHER, Semira A
724, 725

VANNI, Carlos F
726

VASCONCELOS, Cláudia de A
727

VAZ, Jose Carlos de L. (Padre)
728

VECINA, Tereza C.C
729

VELLOSO, Jacques R
730, 731

VELLOSO, Jacques R. et al
732

VERARDO, Maria T
733

VICALVI, Noelly M.M
734

VIÇOSA, Geraldina R. et al
735

VIEIRA, Sofia L
736, 737

VILARINHO, Myriam A. da S
738

VITIELLO, Nelson
739

WAHRHAFIG, Rosana M. de C
740

UAJMANN, Maria S.R. et al
741

WEBER, Silke
742

WEBER, Silke et al
743

WEINTRAUB, Mauro S. et al
744, 745

WEISSHEIMER, Astrid
746

WEREBE, Maria J.G
747, 748, **749**

WEY, Vera L
750

WHITAKER, Dulce
751

WOLYNEC, E.
752

WONG, Laura R
409

ZAMBERLAN, Maria A.T
753

ZANINI, A.C. et al
754

ZYLBERSTAYN, Hélio et al
755

3.3 Índice de descritores

Alunado

004, 011, 015, 017, 034, 039, 041,
043, 044, 047, 050, 065, 068, 071,
075, 076, 080, 081, 097, 099, 100,
101, 102, 103, 105, 107, 109, 110,
111, 114, 140, 141, 142, 146, 159,
162, 163, 169, 171, 175, 178, 179,
181, 200, 201, 202, 206, 207, 208,
210, 211, 220, 221, 222, 223, 231,
232, 238, 240, 241, 243, 249, 255,
272, 273, 277, 280, 292, 294, 295,
296, 303, 305, 311, 313, 314, 317,
319, 321, 324, 325, 326, 332, 334,
335, 336, 343, 344, 347, 350, 351,
358, 359, 370, 371, 382, 396, 406,
409, 412, 413, 416, 423, 425, 427,
432, 434, 435, 437, 440, 443, 444,
453, 456, 457, 458, 460, 464, 465,
467, 468, 485, 488, 493, 498, 512,
515, 516, 519, 520, 526, 534, 537,
542, 547, 549, 551, 573, 580, 583,
585, 587, 589, 596, 597, 598, 600,
602, 606, 607, 608, 610, 611, 613,
614, 616, 625, 626, 627, 630, 645,
646, 650, 651, 652, 660, 663, 666,
667, 672, 675, 676, 677, 678, 679,
682, 686, 690, 691, 694, 699, 703,
704, 708, 720, 722, 723, 724, 726,
730, 732, 738, 740, 742, 743, 744,
745, 746, 754

Bibliografia

044, 133, 134, 210, 284, 285, 289,
290, 329, 364, 408, 471, 472,
603, 662

Cientistas

030, 055, 057, 072, 090, 091, 096,
506, 527, 712, 713, 714, 752

Currículo

166, 254, 332, 661, 663

Desempenho

075, 098, 242, 643

Desempenho escolar

024, 035, 071, 175, 183,
198, 201, 221, 253, 262,
382, 436, 572, 594, 606,
646, 651, 716, 717, 741

Discriminação racial

039, 227, 342, 528, 602

Drogas

011, 107, 111, 140, 141,
162, 163, 190, 223, 317,
442, 423, 460, 464, 465,
549, 613, 614, 652, 675,
676, 677, 678, 691, 694,
720, 744, 745, 754

Economia doméstica

015, 166, 339, 504, 563, 619

Educação artística

224, 502

Educação comparada

110, 203, 210, 488

Educação de adultos

230, 701

Educação Física

075, 098, 105, 157, 158,
170, 177, 187, 188, 227,
228, 241, 242, 296, 297,
324, 325, 348, 368, 369,
402, 415, 420, 425, 426,
427, 436, 444, 445, 453,
467, 513, 519, 520, 528,
538, 541, 547, 626, 643,
727

Educação religiosa						Família				
225						009, 018, 023, 039, 063,				
Educação rural						087, 088, 119, 126, 138,				
237, 238, 509, 562, 667,						145, 148, 149, 151, 179,				
722, 723						183, 235, 238, 245, 287,				
Educação sexual						382, 399, 426, 429, 470,				
002, 009, 017, 027, 040,						475, 484, 540, 553, 557,				
051, 054, 056, 058, 059,						559, 562, 621, 622, 671,				
061, 068, 073, 082, 085,						683, 718, 742, 750				
106, 118, 132, 135, 155,						Feminismo				
156, 190, 197, 235, 250,						064, 214, 312, 331, 383,				
255, 260, 272, 277, 291,						557				
308, 333, 345, 378, 381,						Formação do magistério				
458, 459, 490, 537, 539,						008, 019, 020, 025, 028,				
556, 560, 573, 579, 599,						077, 080, 100, 113, 116,				
615, 616, 631, 632, 639,						147, 153, 180, 191, 233,				
640, 647, 654, 679, 684,						266, 268, 278, 316, 367.				
685, 692, 724, 725, 733,						393, 398, 499, 536, 552,				
739, 747, 748, 749						561, 568, 588, 604, 639,				
Enonomia domestica						653, 693, 703, 704, 705,				
001						711, 721, 729				
Ensino noturno						Formação ocupacional				
004, 036, 167, 168, 390,						276				
405, 690, 701, 738, 744						Formação profissional				
Ensino religioso						033, 034, 089, 092, 108,				
728						120, 195, 196, 205, 251,				
Ensino supletivo						252, 315, 339, 347, 361,				
099, 103, 182, 254, 273,						418, 432, 439, 476, 550,				
298, 300, 301, 302, 303,						569, 584, 628, 629, 642,				
304, 305, 306, 310, 328,										
329, 334, 335, 343, 502,						História				
511, 535, 552, 624, 630,						014, 037, 038, 078, 079,				
708, 730, 731, 732						084, 086, 096, 100, 147,				
Escola agrícola						154, 158, 161, 219, 244,				
534, 726						280, 291, 327, 331, 338,				
Escolha profissional						356, 357, 363, 364, 365,				
103, 233						368, 383, 388, 389, 393,				
Estudos sobre mulher						394, 396, 397, 398, 415,				
005, 007, 049, 056, 067,						443, 462, 482, 486, 516,				
069, 070, 090, 091, 117,						521, 523, 529, 530, 550,				
137, 144, 150, 164, 209,						568, 569, 574, 576, 588,				
214, 215, 216, 217, 218,						599, 618, 620, 621, 622,				
311, 312, 366, 386, 387,						661, 662, 681, 703, 704,				
438, 469, 524, 592, 609,						705, 706, 708, 737, 749				
641, 662, 673, 698										

Indicadores estatísticos

026, 030, 048, 062, 098,
 105, 109, 112, 122, 123,
 124, 125, 128, 130, 133,
 134, 143, 159, 165, 181,
 192, 193, 200, 213, 219,
 232, 247, 286, 294, 295,
 320, 330, 333, 346, 370,
 372, 373, 374, 375, 376,
 377, 406, 407, 409, 444,
 445, 446, 447, 448, 449,
 450, 451, 454, 461, 485,
 496, 501, 507, 508, 518,
 531, 558, 570, 593, 594,
 596, 598, 600, 607, 608,
 610, 611, 656, 657, 658,
 699, 719

Legislação

154, 157, 177, 219

Livros didáticos

194, 204, 230, 257, 258,
 259, 263, 264, 279, 281,
 282, 283, 284, 285, 342,
 349, 354, 356, 357, 384,
 430, 471, 472, 478, 479,
 498, 532, 543, 544, 545,
 564, 565, 566, 567, 568,
 582, 595, 601, 603, 634

Magistério

009, 012, 015, 016, 021,
 022, 028, 043, 044, 045,
 046, 055, 074, 079, 109,
 110, 121, 127, 129, 131,
 133, 134, 146, 153, 154,
 159, 171, 172, 173, 185,
 206, 229, 234, 237, 239,
 244, 248, 249, 263, 264,
 265, 267, 269, 270, 271,
 288, 292, 299, 318, 322,
 323, 337, 350, 370, 394,
 395, 397, 402, 404, 411,
 417, 420, 421, 431, 432,
 433, 434, 441, 457, 459,
 470, 476, 477, 480, 481,
 482, 483, 485, 486, 489,
 500, 503, 505, 509, 510,
 515, 525, 542, 548, 551,
 559, 569, 571, 575, 577,
 578, 590, 596, 598, 607,
 610, 611, 612, 627, 645,
 647, 649, 665, 670, 688,
 699, 700, 702, 715, 722,
 723, 725, 737, 750

Movimento de mulheres

148, 256

Oportunidades educacionais

115, 256, 331, 365, 529,
 530, 574, 618, 681

Oportunidades escolares

183, 506

Orientação profissional

031, 097, 151, 176, 240,
 261, 275, 316, 352, 358,
 360, 391, 487, 576, 580,
 583, 653, 660, 680, 707,
 729, 734, 737, 743, 751

Papéis sexuais

010, 018, 031, 032, 042,
 046, 050, 052, 057, 064,
 065, 066, 068, 078, 079,
 081, 086, 087, 088, 089,
 094, 112, 119, 129, 138,
 143, 145, 149, 151, 152,
 161, 169, 170, 178, 179,
 194, 204, 206, 207, 208,
 211, 220, 222, 225, 234,
 235, 239, 243, 257, 258,
 259, 263, 264, 272, 275,
 279, 281, 282, 283, 284,
 287, 288, 299, 310, 311,
 313, 321, 322, 326, 327,
 342, 348, 349, 350, 351,
 352, 353, 354, 355, 356,
 357, 360, 365, 369, 379,
 380, 384, 385, 391, 392,
 395, 396, 400, 411, 422,
 424, 428, 430, 435, 437,
 463, 468, 471, 472, 473,
 474, 478, 479, 482, 484,
 487, 517, 526, 527, 528,
 532, 538, 540, 543, 544,
 545, 553, 554, 557, 563,
 564, 565, 566, 567, 573,
 574, 581, 582, 591, 593,
 595, 597, 601, 603, 604,
 605, 616, 620, 634, 644,
 659, 661, 665, 671, 674,
 683, 684, 688, 692, 709,
 710, 712, 713, 714, 715,
 727, 734, 736, 742, 751,
 753, 755

Papéis sociais 312

656, 657, 658, 664, 695 696, 697,
725, 733, 735 739, 741

Política

185, 213, 577, 578, 682

Pré-escola

242, 400, 517, 644, 674, 750

Primeiro e segundo graus

243, 246, 332

Primeiro grau

019, 035, 041, 043, 046,
074, 081, 099, 113, 116,
157, 162, 167, 168, 169,
171, 172, 173, 175, 186,
198, 220, 221, 224, 237,
249, 253, 262, 265, 267,
273, 292, 300, 301, 302,
303, 306, 318, 323, 334,
335, 359, 362, 384, 395,
431, 433, 434, 456, 478,
479, 481, 505, 515, 530,
543, 544, 545, 565, 566,
567, 582, 612, 624, 625,
646, 681, 715

Raça

165, 192, 193, 228, 362,
462, 494, 600, 608, 667

Ramos de ensino

593, 597, 659

Recomendações

002, 027, 050, 052, 058,
077, 085, 106, 132, 155,
156, 197, 250, 277, 291,
321, 345, 459, 490, 590,
601, 615, 639, 643, 647,
668, 685, 733, 739, 747

Reformas educacionais

244, 670

Reprodução

013, 029, 051, 053, 058,
059, 063, 083, 085, 114,
115, 122, 123, 125, 128,
135, 155, 156, 189, 190,
199, 212, 274, 320, 340,
372, 409, 419, 425, 427,
442, 446, 447, 448, 449,
450, 451, 454, 461, 466,
490, 495, 496, 497, 501,
507, 508, 533, 539, 546,
547, 555, 586, 654, 655,

Saúde

040, 047, 053, 059, 060,
073, 076, 104, 199, 314,
336, 414, 452, 455, 539,
556, 585, 623, 633, 635,
636, 637, 638, 654, 720,
745

Segundo grau

008, 012, 020, 036, 080,
092, 113, 121, 127, 146,
173, 207, 240, 278, 300,
304, 305, 306, 343, 344,
351, 390, 416, 476, 500,
511, 512, 529, 536, 537,
551, 552, 572, 583, 590,
604, 606, 651, 672, 726,
729

Terceiro grau

021, 055, 065, 066, 072,
076, 077, 095, 097, 101,
102, 139, 178, 180, 184,
208, 222, 226, 231, 232,
271, 280, 293, 296, 299,
307, 315, 317, 319, 322,
326, 336, 367, 371, 375,
391, 410, 413, 417, 435,
439, 443, 458, 467, 468,
474, 491, 492, 514, 516,
519, 520, 526, 558, 564,
571, 575, 580, 581, 587,
591, 605, 620, 626, 627,
628, 629, 649, 650, 652,
659, 666, 679, 686, 690,
737, 714, 728, 734, 736,
738, 740, 743, 746

Trabalho

003, 006, 008, 016, 018,
023, 030, 048, 062, 064,
084, 087, 088, 089, 090,
091, 092, 093, 094, 095,
112, 115, 119, 121, 122,
123, 124, 125, 126, 127,
128, 129, 130, 131, 136,
138, 139, 143, 148, 160,
165, 167, 168, 172, 174,
185, 186, 192, 193, 195,
196, 225, 226, 236, 245,
246, 248, 251, 252, 261,
276, 286, 293, 307, 309,
319, 320, 330, 333, 337,
341, 346, 372, 373, 374,
376, 377, 392, 399, 401,
403, 404, 405, 406, 407,

410, 417, 421, 431, 433,
441, 446, 447, 448, 449,
450, 451, 474, 477, 480,
481, 486, 492, 495, 501,
504, 508, 509, 514, 518,
522, 523, 525, 531, 542,
548, 550, 553, 554, 558,
562, 570, 576, 577, 578,
591, 602, 605, 612, 617,
618, 628, 629, 648, 666,
668, 669, 683, 688, 689,
752, 755

Vestibular

071, 176, 247, 275, 371, 493,
589, 660, 687, 719